Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto

Demonstrações Financeiras 2025

Porto Seguro

Automóvel

Prêmios emitidos	**16,1 bi**
Veículos segurados	**6,2 mi**

Patrimonial

Prêmios emitidos	**3,7 bi**
Itens segurados	**4,5 mi**

Vida

Prêmios emitidos	**1,8 bi**
Vidas seguradas	**6,1 mi**

Porto Saúde

Saúde empresarial

Prêmios emitidos	**8,1 bi**
Vidas seguradas	**0,8 mi**

Odontológico

Prêmios emitidos	**0,2 bi**
Vidas seguradas	**1,2 mi**

Porto Bank

Soluções financeiras para crédito

Receita	**4,6 bi**
Contratos de empréstimos e financiamentos	**0,1 mi**
Cartões aptos para uso	**3,9 mi**

Consórcio

Receita	**1,4 bi**
Negócios Ativos	**0,5 mi**

Soluções financeiras para locação e garantia

Receita	**1,2 bi**
Contratos Ativos	**2,1 mi**

Porto Serviço

Parceria Porto Seguro

Receita	**1,9 bi**
Serviços Acionados	**4,4 mi**

Parcerias Estratégicas

Receita	**0,6 bi**
Base Ativa	**5,5 mi**

LUCIANA
Gerente Comercial
17 anos de Porto

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:06:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos a vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para além da celebração, o marco de 80 anos foi acompanhado do reconhecimento por iniciativas relevantes, reforçando a solidez da nossa marca, a consistência da nossa cultura e a credibilidade construída ao longo dessa trajetória, reforçando a segurança no caminho que traçamos e temos percorrido.
Pelo quarto ano consecutivo, fomos reconhecidos como uma das 10 melhores e maiores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o ranking Great Place to Work (GPTW). Entendemos essa conquista como reflexo de um ambiente que combina foco em resultados com cuidado genuíno pelas pessoas. A atuação integrada entre Colaboradores, Corretores parceiros e Prestadores de Serviços segue sendo um dos principais pilares do nosso desempenho e da qualidade das entregas apresentadas.
No ranking da Brand Finance, fomos apontados como a terceira marca mais forte do Brasil e, pela primeira vez, passamos a integrar o grupo das "top 15" marcas mais bem-sucedidas do País, segundo o levantamento da consultoria internacional Interbrand.
Esses reconhecimentos se somam à nossa permanência como referência junto aos consumidores. Pelo 12º ano consecutivo, fomos eleitos a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pela pesquisa Top of Mind da Folha de São Paulo e, pelo segundo ano seguido, recebemos o prêmio "Estadão Marcas Mais" na mesma categoria.
Os índices de satisfação dos clientes, medidos pelo NPS, também reforçam a consistência do nosso trabalho. O Time Médico Porto, responsável pelo atendimento aos clientes da vertical Saúde, alcançou o índice de 92. Os seguros Auto e Residência da marca Porto registraram NPS de 82, enquanto o cartão de crédito atingiu 75.
Esses números são reflexos da qualidade dos produtos e serviços oferecidos para os nossos mais de 18 milhões de clientes, que depositam em nós o que eles tem de mais importante: a própria saúde, suas famílias, suas economias e patrimônios.
Além disso, celebramos um ano de nossa entrada no Índice Ibovespa e, agora, comemoramos a integração ao IBrX 50. A inclusão neste índice, que reúne as 50 empresas mais líquidas da B3, reflete nossa consistente trajetória de crescimento.
Ao completar 80 anos em 2025, celebramos com a convicção de que a essência que nos trouxe até aqui - nossa cultura, nossas pessoas e a forma como nos relacionamos com clientes e parceiros - é também o que nos permitirá seguir cuidando, inovando e construindo um futuro sustentável para a Porto.
Agradeço a todos que constroem essa jornada conosco.
Paulo Kakinoff

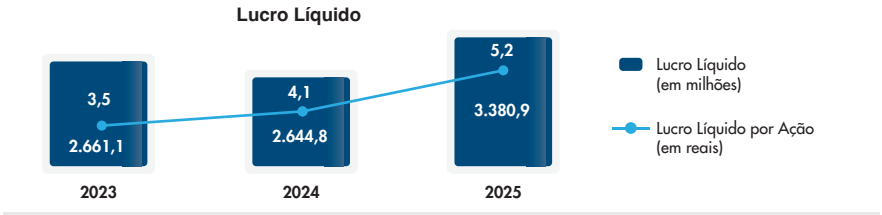
NOSSO DESEMPENHO

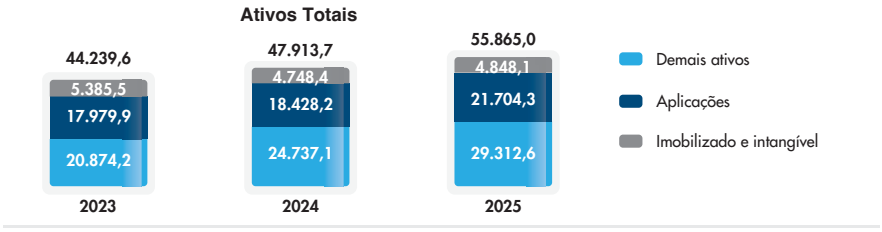
O ano de 2025 marcou os 80 anos da Porto, período em que a companhia apresentou crescimento sólido e sustentável, impulsionado pela estratégia de diversificação e fortalecimento do ecossistema Porto: a receita[1] alcançou R$ 41 bilhões (+12% vs. 2024), o lucro líquido atingiu R$ 3,4 bilhões (+28% vs. 2024) e o ROAE foi de 22,7% (+2,7 p.p. vs. 2024).
A diversificação teve um papel especialmente relevante em 2025: todas as Verticais obtiveram um ROAE superior a 23% e as operações de Saúde, Banco e Serviços somadas passaram a representar 49% do total (+7 p.p. vs. 2024).
Desempenho das Verticais, comparadas a 2024:
Porto Bank: a receita[1] do Porto Bank avançou 30%, atingindo R$ 7,6 bilhões, através principalmente do crescimento do Consórcio (+33%); Cartão, Financiamento e Empréstimos (+29%); Capitalização (+27%); e Riscos Financeiros (+14%). O NIM ajustado pelo risco aumentou 1,5 p.p., alcançando 3,9%, reflexo da melhoria do spread estrutural na comparação contra 2024, enquanto o índice de eficiência foi de 33,1%, permanecendo estável em relação a 2024. **O lucro líquido de 2025 apresentou um crescimento de 28%, totalizando R$ 812 milhões.**
Porto Saúde: a Porto Saúde apresentou crescimento de 28% na receita e 48% no lucro anual. O crescimento da receita foi impulsionado por um aumento de 23% em beneficiários de seguro Saúde, atingindo 831 mil, e uma expansão de 19% de vidas no Odonto, alcançando 1,2 milhão. A receita da vertical atingiu R$ 8,5 bilhões no período, o que somado à disciplina de custos e ganhos de escala ajudou o Índice Combinado de 2025 a melhorar 3 p.p. atingindo 89%. Por fim, o lucro obtido no período foi de R$ 581 milhões.
Porto Seguro: as receitas e prêmios da Porto Seguro totalizaram R$ 22 bilhões (+4%), sendo o maior crescimento originado pelo segmento de Vida (+14%), seguido pelo Patrimonial (+10%). No Auto, os prêmios avançaram 2%, enquanto a frota segurada cresceu 4%, com uma adição de 232 mil veículos no período. **O índice combinado ampliado ficou praticamente estável (+0,1 p.p.) em 86%.** O lucro obtido no período foi de R$ 1,7 bilhão (+1%).
Porto Serviço: a Porto Serviço registrou R$ 2,6 bilhões em receita (+2%). As demais receitas apresentaram crescimento de 4% no acumulado do ano, com **destaque para a evolução do segmento de produtos digitais (+73% em 2025).** O resultado anual foi de R$ 221 milhões (+8%).
O resultado financeiro foi de R$ 1,4 bilhão no ano. A receita da carteira de aplicações financeiras (ex-previdência, ALM e rolagem de títulos), geridas pela tesouraria, foi de R$ 1,8 bilhão, o que representa 84% do CDI. O retorno abaixo do CDI é explicado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação. No ano foi realizada uma rolagem de carteira de R$ 109 milhões, o que proporcionará o aumento das taxas médias dos títulos atrelados à inflação e o alongamento dos títulos encarteirados.
O índice de eficiência operacional[1], que considera a soma das Despesas Administrativas em relação à Receita Total foi de 10,9%, **uma melhora de 0,4 p.p**. em comparação ao mesmo período do ano anterior. Foi o sexto ano consecutivo de melhora neste indicador, alinhado com nossos esforços para ganhos de eficiência.

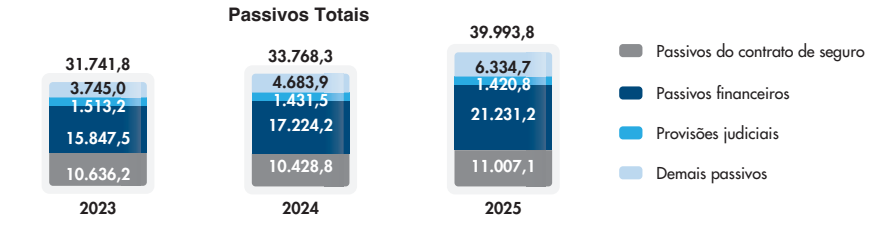
[1] Excluindo os efeitos do CPC 47 sobre as receitas do Consórcio.

DRE Porto Seguro S.A. (em milhões)	2025	2024	Δ %
Receita Total (Prêmio Retido + Receitas Demais)	**41.083,2**	**36.941,9**	**11,2**
Prêmio Retido	30.596,1	27.800,5	10,1
Prêmio Ganho (vertical seguros e saúde)	30.044,7	27.478,6	9,3
Receitas Não Seguros	10.487,2	9.141,4	14,7
Sinistros Líquidos Retidos	(17.427,6)	(15.675,8)	11,2
Perdas de Crédito (a)	(2.305,3)	(1.816,6)	26,9
Despesa de Comercialização	(6.955,1)	(6.430,7)	8,2
Despesas com Tributos	(1.413,0)	(1.290,2)	9,5
Despesas Operacionais	(3.490,0)	(3.083,9)	13,2
Despesas Administrativas	(4.525,6)	(4.194,1)	7,9
Lucro Operacional	**4.415,3**	**4.128,6**	**6,9**
Resultado Financeiro e Patrimonial	1.430,2	918,4	55,7
Amortização do intangível	(44,3)	(44,7)	(0,9)
LAIR	**5.801,2**	**5.002,2**	**16,0**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.254,2)	(1.314,2)	(4,6)
Participação nos Resultados	(1.129,3)	(975,6)	15,8
Acionistas não controladores em controladas	(43,2)	(45,9)	(5,9)
Resultado Investidas e Controladas	(17,4)	(12,5)	39,2
Lucro Líquido (Ex-adoção do IFRS 17)	**3.357,2**	**2.653,9**	**26,5**
Ajuste IFRS17 (b)	23,7	(9,1)	(360,4)
Lucro Líquido	**3.380,9**	**2.644,8**	**27,8**
Taxa Efetiva de IR sobre o Resultado (antes dos Impostos) e após PLR	26,8%	32,6%	-5,8
Patrimônio Líquido Médio	0,2	0,2	13,5
ROAE	**22,7%**	**20,0%**	**2,7**

(a) Perdas de Crédito das operações de Cartão de Crédito, Empréstimos e Financiamentos e Riscos Financeiros.
(b) O resultado societário é impactado pela adoção da norma IFRS 17/CPC 50, trazendo mudanças em suas práticas contábeis, afetando os resultados de seguros. Para fins de resultado gerencial, os resultados de seguros permanecem contabilizados pelo padrão contábil IFRS 4/CPC 11, em conformidade com as normas da SUSEP.







GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia adota as mais elevadas práticas de Governança Corporativa, alicerçada nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas ("*accountability*") e responsabilidade corporativa. Tais diretrizes visam à perenidade dos negócios e a consolidação de relacionamentos de longo prazo com o mercado de capitais. Por meio de canais de comunicação permanentes e áreas dedicadas, a Companhia assegura a interlocução eficaz com todos os seus stakeholders: acionistas, órgãos reguladores, corretores, colaboradores, clientes e a comunidade.
Listada no Novo Mercado da B3, a Companhia cumpre voluntariamente requisitos de governança e divulgação de informações superiores aos exigidos pela legislação vigente, em estrita observância ao Regulamento do Novo Mercado e as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Adicionalmente, conforme Cláusula Compromissória prevista em seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a dirimir quaisquer disputas ou controvérsias societárias perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM").

O Conselho de Administração, por sua vez, no intuito de zelar pelos interesses dos acionistas e pelo cumprimento das boas práticas de governança corporativa, de modo a nortear a Companhia para o atingimento de seus objetivos, mantém Comitês de Assessoramento ("Comitês") com funções consultivas e permanentes, conferindo maior eficiência e rigor técnico às suas decisões. Tais Comitês visam maximizar a geração de valor econômico-financeiro e a mitigação de riscos, respeitando as melhores práticas de governança. Atualmente estão constituídos os seguintes comitês:
Comitê de Auditoria:
O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário consultivo que assessora o Conselho de Administração na supervisão da integridade das demonstrações financeiras e na eficácia dos sistemas de controles internos e gestão de riscos. Suas atribuições incluem a avaliação das auditorias interna e independente, a revisão das informações trimestrais e o monitoramento da conformidade legal e normativa do Grupo Porto. O órgão também recomenda a contratação de auditores externos e supervisiona o canal de denúncias e a Ouvidoria. Com autonomia operacional, o Comitê zela pela qualidade das práticas contábeis e pela correção de políticas identificadas em sua atuação.
Comitê de Gente e Cultura:
O Comitê de Gente e Cultura tem por finalidade fornecer recomendações estratégicas sobre diretrizes de remuneração, recrutamento, sucessão e retenção de executivos. Cabe ao órgão monitorar a cultura, o clima e o engajamento em todas as sociedades do grupo, além de examinar a estrutura organizacional perante o planejamento estratégico. O comitê também administra planos de remuneração em ações e zela pela compatibilidade das políticas salariais com a gestão de riscos e a situação econômico-financeira da companhia.
Comitê de Risco Integrado:
O Comitê de Risco Integrado auxilia o Conselho de Administração na supervisão da gestão de riscos de todas as sociedades do Grupo Porto. Seu objetivo é monitorar o desempenho da Diretoria, fornecendo subsídios estratégicos e propondo diretrizes e planos de ação para assegurar a conformidade com as normas e políticas internas de risco. Compete ao órgão avaliar os principais indicadores associados e garantir que a estrutura de gerenciamento de riscos seja robusta e eficaz. Além disso, o comitê zela pela disseminação de uma cultura de riscos adequada e pelo cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis.
Comitê de Ética e Conduta:
O Comitê de Ética e Conduta é focado em orientar e disseminar o Código de Ética e Conduta em todas as sociedades do Grupo Porto. Suas atribuições incluem revisar o referido Código, avaliar reportes de infrações e garantir a aplicação de medidas corretivas independentemente do nível hierárquico. O órgão monitora a eficiência do canal de denúncias, deliberando sobre indicadores e sugerindo melhorias operacionais. Com reuniões ordinárias semestrais, o comitê atua para assegurar que violações sejam tratadas com as devidas ações aplicáveis e penalidades legais.
Comitê de Finanças Corporativas:
O Comitê de Finanças Corporativas tem por objetivo analisar e recomendar estratégias e políticas financeiras, avaliando a estrutura de capital, o endividamento e os custos das empresas do Grupo Porto. O órgão monitora o planejamento estratégico, o orçamento e o plano anual de investimentos, além de supervisionar a exposição a riscos financeiros, de liquidez e gestão de ativos e passivos (ALM). Compete-lhe ainda avaliar operações de investimento, desinvestimento e alternativas de mitigação de riscos tributários e regulatórios.
Comitê de Clientes, Marketing e Digital:
O Comitê de Clientes, Marketing e Digital é focado na estratégia de comunicação e no relacionamento com os diversos públicos do Grupo Porto. Suas atribuições incluem a análise de tendências tecnológicas, inovações em produtos e serviços, além da supervisão de iniciativas de pesquisa e novos canais de distribuição. O órgão monitora a experiência do cliente, avaliando as estruturas de atendimento e as políticas de atuação para garantir a melhoria contínua da jornada. Cabe também ao comitê subsidiar o Conselho na definição de diretrizes de marketing e no acompanhamento do posicionamento digital das sociedades da Companhia.
Comitê de Sustentabilidade:
O Comitê de Sustentabilidade assessora o Conselho de Administração no estabelecimento de diretrizes e princípios voltados ao desenvolvimento sustentável. Sua atuação foca na integração da estratégia de negócios aos pilares ambiental, social e de governança corporativa (ASG), conciliando o crescimento econômico à responsabilidade socioambiental. O órgão apoia a implementação de políticas, revisa anualmente as práticas vigentes e monitora iniciativas de mitigação de riscos climáticos e engajamento de stakeholders. Além de zelar pelo cumprimento de requisitos legais, o comitê assegura a conscientização sobre temas ASG e alerta o Conselho sobre situações que possam impactar a reputação da Companhia.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E MARKETING

Em 2025, a Porto ampliou seu ecossistema de produtos e serviços, seguindo a estratégia de diversificação de negócios para impulsionar o crescimento da companhia, e fortalecendo a experiência dos Clientes e o relacionamento com os Corretores. Destaque para:
Lançamento Porto Seguro: a Porto Seguro expandiu sua atuação no mercado com lançamentos de soluções em seguros de automóvel e residencial, compondo o portfólio da marca que vai desde as soluções de entrada da Azul Seguros até as propostas mais premium.
O novo **Seguro Auto** foi desenvolvido para atender proprietários de veículos com valor a partir de R$ 350 mil, dividindo-se em duas categorias: Premium, voltado a modelos de alto padrão, e Private, pensado para veículos com valor superior a R$ 1,2 milhão, incluindo superesportivos e carros de coleção. Uma das grandes inovações da oferta é a cobertura para uso em pista, ideal para clientes que participam de eventos e experiências com veículos de alta performance.
Seguro residencial: disponível em duas categorias, o produto se adapta ao perfil de residências entre R$ 2 milhões e R$ 5 milhões (Premium), e acima de R$ 5 milhões (Private), com serviços que acompanham o estilo de vida dos clientes e coberturas exclusivas válidas em todo o território nacional e exterior.
Ação inédita: de forma pioneira no mercado, a Porto Seguro lançou na capital paulista para clientes do Seguro Auto, a iniciativa **15 minutos**, que tem o compromisso de chegar em até 15 minutos nas solicitações de assistência veicular fora de casa feitas entre 22h e 5h da manhã. Na Porto, cada minuto importa!
Porto Bank Visa Infinite Privilege: o Porto Bank lançou o cartão de crédito mais exclusivo da instituição, destinado a um público seleto de altíssima renda. O novo produto amplia o portfólio de soluções do banco com uma proposta de valor inovadora, com foco em sofisticação e serviços ultra personalizados.
Lançamentos Porto Saúde: a unidade de Saúde segue expandindo seus produtos personalizados em diferentes regiões do Brasil com lançamentos da Linha Porto Bairro e Linha Pro. São diversos planos de saúde empresariais modulares, a partir de 3 vidas, feito sob medida para atender à necessidade do empreendedor e garantir medicina de qualidade aos seus colaboradores.
Porto Serviço: a vertical estreou a nova campanha publicitária protagonizada por Tatá Werneck. Com o mote "É pra casa, é por assinatura, é pra todo mundo", a marca busca reforçar a ampliação do acesso a serviços de reparos e assistência residencial para o público geral, e não apenas para segurados da Porto Seguro.
Renova Ecopeças: empresa do Grupo Porto, pioneira na desmontagem sustentável de veículos, alcançou a marca de mais de 3 mil veículos desmontados e mais de 70 mil itens reaproveitados em 2025. Com um processo inovador e rigorosamente monitorado, a Renova completou 12 anos de atividades, com mais de 30 mil veículos desmontados e mais de 1 milhão de peças reaproveitadas desde a sua fundação, em 2013.
App Porto: a Porto anunciou uma evolução importante em sua estratégia digital e agora o App Porto passa a estar disponível também para não clientes, ampliando o acesso ao ecossistema de soluções da companhia.
Sustentabilidade: com o mote "Cuidar do presente para regenerar o futuro", a Porto lançou a sua nova estratégia de sustentabilidade chamada de Regenera. A iniciativa marca um novo capítulo na trajetória da companhia, que pela primeira vez estrutura metas públicas e de longo prazo para transformar sua atuação em quatro pilares estratégicos: Valorização do Capital Humano e Impacto Social, Estratégia Climática e Circularidade, Produtos e Soluções Sustentáveis e Engajamento da Cadeia de Valor.
Instituto Porto: o programa Porto Voluntário mobilizou 1.136 voluntários em todo o Brasil com ações recorrentes e pontuais, com cerca de 3.500 mil horas de atuação voluntária em 55 instituições sociais. No pilar de inclusão produtiva, os cursos ofereceram conteúdos técnicos e socioemocionais com foco em geração de trabalho e renda para 367 alunos e ao longo do ano somaram mais de 1.476 horas de treinamento neste eixo. Dos 367 alunos formados, 116 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 43% de empregabilidade. No programa Ação Educa, foram atendidos 186 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, com atividades que estimulam o desempenho escolar de forma criativa e com isso, 81 crianças melhoraram sua nota na escola. Já nos cursos Profissionalizantes, ao todo, 36 alunos foram formados, propiciando a inclusão produtiva de 12 alunos no mercado de trabalho.
Casa do Seguro - COP30: a Porto foi uma das empoderadoras da Casa do Seguro, durante a COP30 em Belém (PA), que funcionou como um espaço de conteúdo e relacionamento empresarial. Essa é uma iniciativa da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e foi criada para posicionar o setor segurador como ator fundamental da transição climática.
Brasesul - Congresso Sul Brasileiro dos Corretores de Seguros: a Porto participou do maior encontro do mercado segurador no sul do Brasil, com um estande exclusivo, participando ativamente das discussões e fortalecendo a conexão com o mercado segurador.
20ª edição do Conec: em um ano marcante, no qual celebrou seus 80 anos de história, a Porto participou do Conec com um projeto inédito: quatro estandes integrados - um para cada unidade de negócio - ocupando, juntos, mais de 760 m² na Exposeg. Mais do que uma exposição de soluções, a Porto transformou seu espaço em um ambiente de acolhimento, troca e protagonismo, reforçando o relacionamento com os corretores e o papel dos profissionais como elo essencial entre inovação e confiança.
Lançamento da Porto AcademIA: nova plataforma de desenvolvimento digital da Porto, voltada à capacitação dos mais de 47 mil corretores parceiros da companhia.
Fecha com a Porto 2025: a companhia encerrou a campanha de incentivo Fecha com a Porto 2025 premiando mais de 1,4 mil corretores em todo o país.
1º Porto Asset Day: a companhia reuniu cerca de 270 pessoas no Teatro Porto, entre economistas, especialistas do mercado, clientes, colaboradores e jornalistas. Além de marcar os 11 anos de história da Porto Asset (e os 24 anos na gestão de recursos próprios), o evento contou com a presença de Nilton David, Diretor de política monetária do Banco Central.
Automobilismo: como Founding Partner do Grande Prêmio São Paulo de 2025, o Porto Bank - unidade de serviços financeiros do Grupo Porto - preparou diversas ativações e experiências para quase 5 mil clientes e corretores na arquibancada Porto, espaço exclusivo da marca no evento.
Anunciamos com orgulho a participação da Porto Seguro como parceira oficial de divulgação do filme "F1® O Filme" no Brasil, longa de automobilismo que estreou nos cinemas brasileiros em junho de 2025.
Reforçando a presença no território, patrocinamos o **Rally dos Sertõe**s, o maior das Américas, e realizamos diversas etapas da **Porsche Cup Brasil,** competição da qual a Porto Seguro é patrocinadora oficial pelas próximas três temporadas. Também marcamos presença no evento **500 milhas de Kart** e no **Porto Night Kart Experienc**e, apoiando o esporte e reforçando a nossa conexão com o automobilismo, dentro e fora das pistas.
Com muito orgulho, a Porto Seguro lançou uma campanha publicitária, estrelada por Gabriel Bortoleto, jovem talento brasileiro da Fórmula 1, que também é patrocinado oficialmente pela Porto desde a F3. O filme mostra o piloto em uma experiência inédita marcada pela conquista do seu primeiro carro para o dia a dia - protegido pela Porto Seguro.
Bem-estar: a Porto Saúde promoveu edições da **Blue Bike São Paulo** e da **Blue Run**, o Circuito Porto de Corridas de rua, em diversas regiões do Brasil. Ampliando a nossa presença e participação em todo o país, a Porto Saúde também realizou por meio da **Track & Field Experience** diversas corridas de rua e aulas de práticas esportivas.
Inauguramos ainda um espaço na **ciclofaixa da Marginal Pinheiros**, em São Paulo, pensado para quem pedala, com áreas de descanso, pontos de hidratação, carregador de celular, além de prestadores Porto Serviço auxiliando em pequenos reparos de bicicleta, proporcionando ainda mais comodidade para os ciclistas do local.
The Town: em setembro, a Porto levou o seu cuidado para mais uma edição do maior festival de música, cultura e arte de São Paulo, com novas ativações e experiências exclusivas para o público.
Teatro Porto: o espetáculo **Rita Lee - Uma Autobiografia Musical** foi um sucesso, atraindo mais de 75 mil espectadores para o Teatro Porto desde a estreia. Em 2025 o Teatro completou 10 anos no coração de São Paulo, e recebeu o espetáculo **A Ultima Entrevista de Marília Gabriela**, estrelado por Marília Gabriela e Theodoro Cochrane, e o musical **Ney Matogrosso - Homem com H**, produção da Paris Cultural.
Regionalização: como parte da estratégia de regionalização, a Porto Seguro marcou presença no Nordeste com o patrocínio ao São João de Campina Grande, fortalecendo o relacionamento com os clientes e corretores parceiros na região, e valorizando a cultura em um dos maiores eventos populares do país.
Fronteiras do Pensamento: a Porto acredita no poder transformador das boas ideias e nas iniciativas que estimulam o pensamento crítico, o diálogo e o conhecimento. Por isso, é a apresentadora oficial do Fronteiras do Pensamento, um evento que promove ciclos de palestras e debates, conectando arte, ciência, filosofia e sociedade em encontros inspiradores.
Reconhecimento de marca: a Porto cresceu 16% em valor de marca no ranking das "Marcas Brasileiras Mais Valiosas" da Interbrand, atingindo R$ 1,3 bilhão e conquistando a 15ª posição. Também foi reconhecida como a terceira marca mais forte do país pela Brand Finance. Além disso, a marca teve um crescimento expressivo de 32,8% em valor em relação ao ano anterior, atingindo a marca de US$ 664 milhões.
Top of Mind e Estadão Marcas Mais: a Porto foi reconhecida pelo 11º ano consecutivo como a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pelo Top of Mind da Folha de São Paulo e conquistou o prêmio "Estadão Marcas Mais" na mesma categoria.
Estadão Mobilidade: a Porto Seguro foi eleita pelo segundo ano consecutivo, o Melhor Seguro Auto no Prêmio Estadão Mobilidade 2025, reconhecimento que reforça sua excelência em soluções para o mercado automotivo.
GPTW: a Porto foi reconhecida pelo Great Place to Work (GPTW) como uma das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil na categoria Grandes.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GENTE E CULTURA

O Grupo Porto encerrou 2025 com um total de 13.624 Colaboradores, dos quais 10.195 estão distribuídos na controladora, enquanto 3.429 nas demais Unidades de Negócio. Ao longo do ano, acolhemos 2.961 novos talentos, incluindo 486 participantes dos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência", reforçando nosso compromisso com uma Porto cada vez mais diversa e inclusiva.

Com um percentual de 19,58% em 2025, a rotatividade apresentou queda de 1,5 p.p. comparada aos 21,08% do ano anterior, resultado que reflete uma maior estabilização do quadro.

Ao longo do ano de 2025, realizamos aproximadamente 2.729 ações de reconhecimento financeiro, representando um aumento de cerca de 14,9% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reforça nosso compromisso em valorizar e reconhecer o desempenho de nossos Colaboradores, incentivando o equilíbrio entre pessoas e resultados.

Atualmente, adotamos quatro modelos de trabalho, que oferecem flexibilidade e adaptabilidade aos nossos Colaboradores, são eles: 100% Home Office (para funções e contexto pontuais que permitem atuação integralmente remota), Presencial (com quatro dias presenciais por semana), Híbrido (com presença de 4 a 8 vezes ao mês) e Externo (para Colaboradores com jornada fora dos escritórios da Porto).

Como parte da nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral (ações de Saúde Física, Mental e Financeira) dos nossos Colaboradores, mantivemos o protocolo de cuidados com a saúde dos Colaboradores em relação a doenças respiratórias, como COVID-19 e Influenza no ambulatório e realizamos a Campanha de Vacinação com mais de 5.600 pessoas imunizadas. Em nosso Espaço Saúde, ainda disponibilizamos aos nossos Colaboradores um consultório odontológico, laboratório para coleta de exames, além de especialidades médicas, como Otorrino, Ortopedia, Nutricionista, Urologista, Fisiatra, Dermatologista, Médico da Família, Ginecologia, Cardiologia, Vascular, Endocrinologia, Psicologia e Fisioterapia, somando 12.464 consultas.

Criamos os programas de Saúde da Mulher, Gestante Porto e Parentalidade com o objetivo de promover o cuidado integral, contínuo e humanizado ao longo da jornada de vida de nossas pessoas, fortalecendo a saúde física e emocional da mulher, da gestante e da família, por meio de ações de prevenção, acolhimento, educação em saúde e apoio à parentalidade, incentivando vínculos saudáveis e o bem-estar ao longo de todas as fases da vida.

Ainda atentos ao cuidado com o nossos Colaboradores, promovemos rodas de conversa, serviços de saúde e bem-estar, incentivo a corridas de rua (com desconto de 50% no valor da inscrição), espaços para a prática de atividades física, como quadras e academia, entre outras ações que impactaram mais de 8.700 pessoas.

Para promover o engajamento e a integração dos Portolovers, realizamos diversos eventos, como: 2º Motor Clube Porto, nosso encontro de carros antigos para Colaboradores; a Festa da Lembrança, que homenageou mais de 1.000 pessoas com 10, 15, 20 ou mais anos de casa; o Porto Festival, nosso festival de música e gastronomia com mais de 6.700 participantes em três dias de evento; o Conhecendo a Porto, em que os Colaboradores trouxeram seus filhos para viverem um dia especial com a gente; e a Festa de Fim de Ano, que reuniu 10.381 pessoas para comemorar os 80 anos da Porto, nossas entregas e resultados de 2025, sendo a maior celebração da história da Companhia, reunindo, pela primeira vez na mesma celebração, todo o Brasil e Uruguai.

Em 2025, lançamos a Temporada 25-30 com o mote "O que nos trouxe até aqui é o que vai nos levar adiante". Com isso, nos preparamos para um novo ciclo de crescimento, com iniciativas focadas em 7 Compromissos que vão suportar e acelerar o processo de fortalecimento e evolução da Companhia para os próximos cinco anos, com mais de 96% da Companhia se declarando ciente e engajada nesse lançamento, segundo pesquisas internas.

Também promovemos ao longo do ano diversas ações em celebração aos 80 anos da Companhia, impactando todo o nosso Time e com NPS de 81.

Realizamos ainda 4 edições do Bate-papo com Kaki, evento em que o presidente responde às perguntas dos Colaboradores, que impactaram mais de 3 mil pessoas, com NPS de 97 na última edição. Outra novidade é que, em 2025, lançamos a live mensal com a presidência, a Carta de Navegação ao vivo, em que nosso CEO, Paulo Kakinoff, fala sobre temas estratégicos da Companhia e também abre espaço para perguntas e respostas. O novo ritual impactou mais de 8 mil pessoas ao longo do ano e tem um NPS de 91.

Mantivemos nossa crença e incentivamos a política de portas abertas também em 2025. Para isso, oferecemos diferentes canais para dar voz ao Colaborador, que nos ajudam a aprender e evoluir enquanto lugar para se trabalhar, a partir da percepção e experiência de líderes e equipes.

Dentre as diferentes ferramentas, uma das mais tradicionais é a Pesquisa Institucional de Clima, que aplicamos há mais de 10 anos e que teve 84% de adesão em 2025. Neste ano, ampliamos nossa escuta para continuar acompanhando a evolução de indicadores-chave e também incorporar temas conectados à Temporada 25-30.

O que nos faz celebrar este resultado é a consistência dos números. No eNPS, indicador que monitoramos desde 2021, demos o maior salto (em média 13 pontos) e atingimos nosso maior patamar nas 3 dimensões: Porto (86, +15 p.p.), Área (54, +14 p.p.) e Líder (67, +11 p.p.). Esta evolução foi alcançada em praticamente todas as estruturas que reportam diretamente para a Presidência. Quando olhamos para as perguntas sobre clima, 80% das questões são comparáveis e 90% delas apresentaram melhoria. Apenas 8% apresentou queda e 2% não demonstraram alteração. Nosso resultado geral na Pesquisa (82% de favorabilidade) reflete que a experiência de quem trabalha na Porto é positiva (84%) e que sustentamos esta vivência em pilares consistentes (83%).

Pelo 4º ano consecutivo também mantivemos nossa posição entre as dez melhores empresas para se trabalhar, pelo ranking da GPTW (Great Place to Work) - um dos principais do Brasil que elege as melhores empresas para se trabalhar no País. Ficamos na 7ª posição na categoria Grandes Empresas, com 83% de favorabilidade.

Os resultados das pesquisas foram somados a diagnósticos culturais e serviram de insumo para ações de comunicação, desenvolvimento e engajamento das lideranças.

Ações para desenvolvimento da liderança

São diversas as frentes de atuação junto à liderança. Para o público de diretores e acima, as principais foram um processo de aceleração individual, para *feedback* e *feedforward* a partir dos *inputs* relativos aos comportamentos observados nessas iniciativas, diálogos assistidos para acompanhamento de atividades coletivas e avaliação da dinâmica de funcionamento e posterior *feedback*.

Para o público da superintendência e acima, temos o ELL, Encontro Líder Liderado, voltado à ampliação do conhecimento da relação de líder com sua equipe para fortalecer as relações e melhorar a dinâmica das equipes.

Para o público de gerentes e coordenadores, houve encontros com os Grupos de Referência, que são grupos conduzidos pela própria liderança da Porto em que se discutem as principais competências-chave para alavancar a empresa frente aos novos desafios. Como evolução, em 2025 expandimos os GRs para o público de especialistas/consultores.

Em 2025, também realizamos o Workshop Essência e Competências para todos os níveis de liderança e para especialistas/consultores. O momento foi um mergulho em nossa Essência e novas Competências, com o objetivo de potencializar o papel da liderança como agente de transformação, capacitando nossos gestores para maximizar a performance dos times frente aos desafios estratégicos dos próximos anos. Ao todo, 874 líderes e 281 especialistas/consultores passaram pela formação. Esse trabalho culmina no fortalecimento da coesão, alinhamento e robustez da liderança e da Companhia para concretizar as ambições para a Temporada 25-30.

Mensalmente temos o Café com Líderes e em 2025 foram feitos 11 encontros com os líderes da Companhia em que o foco é reforçar a Essência, apresentar os resultados e discutir o futuro e o presente da Porto, reforçando nossa política de portas abertas e ambientes cada vez mais participativos. Os fóruns contaram com mais de 11.000 participações somadas entre primeira gestão e demais níveis de liderança, com NPS 97.

Na estratégia de marca empregadora, o ano de 2025 foi marcado pela ampliação dos nossos canais, e uma atuação ainda mais *realtime* na criação de conteúdo, cada vez mais conectado com os nossos negócios.

Um dos pilares da nossa estratégia é contar as nossas histórias de forma intencional, consistente e encantadora, dando voz para as ações que fazemos, permitindo que as pessoas possam conhecer a Porto e o que faz dela um lugar único para se trabalhar. Chegamos a marca de 1,5 milhão de seguidores no LinkedIn, um crescimento de 18,4% comparado ao ano anterior, e acima do crescimento médio do mercado no LinkedIn que foi de 15,4%, totalizando 241.000 novos seguidores e mais de 2.7 milhões de impressões nos nossos conteúdos. Na Glassdoor, fechamos o ano com 4,35 de nota de satisfação geral, com mais de 4.800 avaliações orgânicas de colaboradores e ex- colaboradores, sendo uma das maiores notas de empresas da plataforma.

Além disso, lançamos em outubro o Instagram de Carreiras, o @vempraporto, que já acumula 33.000 seguidores, com uma média de engajamento de 15%, número 10x maior que a média dos instagrans de carreiras de outras marcas como Itaú, GOL, iFood, Vivo, Unilever, Ambev, Suzano e Natura.

Apenas no mês de dezembro de 2025, impulsionado pelos conteúdos criados para contar sobre a Festa Porto 2025 e fazer cobertura em tempo real, atingimos 7.8 milhões de visualizações em vídeos, 4.4 milhões de alcance, 146 mil interações (somatória de curtidas, compartilhamentos e comentários), e mais de 29 mil cliques para candidaturas nas nossas vagas no link da bio.

Em 2025, consolidamos o primeiro ano da Regenera, a estratégia de sustentabilidade da Porto que orienta nossa visão de longo prazo. Fundamentada em quatro pilares prioritários - Valorização do Capital Humano e Impacto Social, Estratégia Climática e Circularidade, Produtos e Soluções Sustentáveis e Engajamento da Cadeia de Valor - a estratégia estabelece 9 compromissos públicos que buscam integrar o desempenho socioambiental diretamente ao core business da companhia. Abaixo, citamos os principais indicadores e resultados dentro dos quatro pilares da estratégia:

Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Encerramos o ano com mulheres representando 57% do quadro total e 44% da liderança. Pessoas negras ocupam 25% dos cargos de gestão. Através do programa "Em Foco", aceleramos a prontidão de talentos para cadeiras estratégicas, além de superarmos a meta de engajamento e-NPS Porto, atingindo o patamar de 86 pontos (+15 p.p.).

Negócios Sustentáveis: Registramos um crescimento expressivo de 122% nas vendas de produtos e soluções sustentáveis, saltando de R$ 0,8 bilhão em 2024 para R$ 1,8 bilhão em 2025. O volume de itens vendidos atingiu 896 mil unidades no período, com foco especial em produtos de inclusão securitária.

Ação Climática: No âmbito da mitigação, reduzimos em 24% as emissões diretas (Escopos 1 e 2) da Companhia em relação ao ano anterior. Além disso, avançamos na mensuração de emissões indiretas ao nos tornarmos a primeira seguradora brasileira a aplicar a metodologia PCAF para o cálculo de emissões seguradas.

Cadeia de Valor: Iniciamos o Programa de Responsabilidade da Cadeia de Valor, visando engajar fornecedores e parceiros de negócio na adoção de práticas socioambientais compartilhadas, garantindo a integridade operacional de ponta a ponta.

Referente aos temas de aprendizagem, entendemos que é um dos motivos que fazem os nossos colaboradores permanecer na companhia, mapeado como fortaleza na pesquisa de clima e um dos nossos territórios de Marca Empregadora. Em 2025, oferecemos mais de 154 mil horas de treinamento e quase 170 mil inscrições para toda a companhia entre cursos, trilhas, palestras, entre outras formas de aprender, impactando 13.160 colaboradores. Deste montante, 141 mil inscrições e 61 mil horas são referentes aos cursos obrigatórios, sendo que em 2025 fizemos um processo de atualização para deixá-los mais atrativos e práticos.

Também oferecemos diversas ações transversais e para o negócio, como por exemplo o Load (Hub de Educação Corporativa).

Para Líderes, temos um programa desenhado com o objetivo de alavancar o desempenho, que no último ano impactou quase 850 líderes em mais de 75 turmas. Com temas como Inteligência Artificial, Mentalidade Analítica e Saúde Emocional, o programa atingiu um NPS médio de 90, posicionado em zona de excelência.

Já o Load Equipes, uma iniciativa que foca no desenvolvimento de competências-chave para toda a Companhia, especialmente pessoas não líderes, alcançamos o NPS de 92, contando também com trilhas específicas de Diversidade e Inclusão e Programas de Estágio. Além disso, temos a atuação dos núcleos de aprendizagem posicionados em outras diretorias, como Atendimento e Porto Bank, que buscam soluções voltadas aos desafios técnicos de cada negócio tornando esses números ainda maiores.

É um ecossistema amplo e seguimos trabalhando continuamente para uma visão global dos indicadores de aprendizagem da Porto.

Em 2025, o projeto Aprender na Porto, que tem por objetivo fomentar a Cultura de Aprendizagem e realizar a governança das diferentes áreas de aprendizagem na Porto, gerando sinergia e alinhamento, teve avanços realizando o *visioning* 25-30 de Aprendizagem, declarando os objetivos estratégicos de desenvolvimento que queremos evoluir nessa Temporada.

Já no Programa de Estágio admitimos 34 pessoas em 2025 e oferecemos uma trilha de aprendizagem específica de mais de 30 horas de sala de aula por participante, além de 6 meses de mentoria com líderes da Porto e apoio individual para desenvolvimento de projetos, focado na obtenção da certificação Yellow Belt em Lean Six Sigma.

O Programa de Melhoria Contínua treina, mentora projetos e certifica Colaboradores dentro das faixas de formação em Lean Six Sigma. Atualmente, os certificados ativos são: 22 Black Belts, 174 Green Belts e 388 Yellow Belts.

Os treinamentos da trilha de eficiência do Programa de Melhoria Contínua disponíveis na plataforma de aprendizagem mantiveram alta procura em 2025, com aumento de 19,8% na quantidade de treinamentos realizados em relação a 2024, totalizando 1.982 treinamentos realizados. Dentre todos os colaboradores ativos na Companhia, 3.215 já realizaram algum treinamento disponibilizado pelo Programa.

Os 226 projetos mentorados em 2025 pelo Programa, representam um aumento de 25,5% em relação a 2024, gerando impacto positivo na experiência do Cliente e do Colaborador, além do aumento de eficiência nos processos. Os projetos mentorados geraram um retorno sobre o investimento (ROI) no Programa de Melhoria Contínua de 10,3% em 2025.

A nossa Biblioteca consolidou-se em 2025 como um espaço de aprendizado prático e intercâmbio cultural. Acreditamos que a cultura e a literatura se fortalecem quando integradas a vivências reais, transformando o espaço da biblioteca em um ambiente dinâmico de interação.

Ao longo do ano, promovemos diversas iniciativas que exemplificam essa visão. Celebramos a **Consciência Negra** com a representatividade do Samba de Dandara em formato *pocket show* e realizamos sessões de **literatura gastronômica**, onde a análise da obra *"Amor nos Tempos do Cólera"*, de Gabriel García Márquez, foi acompanhada pela degustação de pratos típicos, aprofundando a imersão dos participantes no universo do autor. Além disso, o calendário contou com peças de teatro, grupos de leitura, palestras, curadorias temáticas e o projeto "Vamos Falar Sobre", somando **1.384 interações** em atividades culturais.

Esse dinamismo reflete diretamente no uso dos nossos serviços e no interesse do público. Em 2025, realizamos **5.885 empréstimos** entre livros e DVDs, o que representa um crescimento expressivo de **35,69%** em comparação ao ano anterior. A circulação do acervo também se expandiu para além da unidade física, com o envio de **536 malotes** de livros para as demais localidades, garantindo o acesso a todo o Brasil.

A busca por conhecimento também se deu no ambiente digital, com o registro de **10.881 consultas** no Terminal Web ao longo do ano. Esses números, aliados às ações de mediação cultural como as feiras de trocas e bate-papos com autores, reafirmam o papel da Biblioteca como um polo essencial de convivência e desenvolvimento intelectual para toda a Porto.

Em 2025 o **Instituto Porto fez 20 anos** e consolidou sua atuação em educação e inclusão produtiva. Formando **367 alunos na pré-formação** com **43% de empregabilidade e efetivando 36% dos aprendizes**. Já no programa Ação Educa, beneficiou 186 crianças e adolescentes com atividades socioeducativas, suporte psicológico, psicopedagógico e a inauguração de um consultório de saúde com mais de **600 consultas médicas** gratuitas com parceria da vertical Porto Saúde, com estas iniciativas biopsicossociais **81 crianças conseguiram melhorar sua nota** no ensino formal da escola.

No pilar financeiro, o Instituto arrecadou **R$ 1 milhão via doações** e destinou expressivos **R$ 16,7 milhões para 24 projetos sociais** por meio de leis de incentivo fiscal (Lei da criança e adolescente, lei do idoso e apoio ao tratamento oncológico). O engajamento no Programa de Voluntariado foi destaque com **1.136 colaboradores e prestadores** participantes, somando mais de 3.500 mil horas de atuação e o impacto direto de suas ações alcançou mais de **7.000 pessoas** em situação de vulnerabilidade por meio das instituições parceiras no Brasil. Além disso, a frente de Desenvolvimento Territorial facilitou melhorias urbanas na região de Campos Elíseos com 405 protocolos abertos de manutenção e limpeza junto ao poder público e privado resultando em **42% de resolubilidade**. No total, o Instituto impactou cerca de 25 mil pessoas, contribuindo para um impacto social ainda mais justo e positivo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Em 2025, consolidamos nossa estrutura de governança de sustentabilidade, com foco na gestão e monitoramento dos indicadores corporativos. Passamos a divulgar nossas metas públicas diretamente no Relatório de Sustentabilidade e integramos o desempenho de negócios sustentáveis aos nossos releases para investidores. Além disso, mantivemos a estruturação para a melhoria contínua nos índices ISE e CDP.

Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Consolidamos o Programa Juntos como o motor da nossa estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), estabelecendo metas públicas para 2030, como atingir 50% de mulheres e 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

No final de 2025, as mulheres representam 57% do quadro total e 44% da liderança, enquanto as pessoas negras ocupam 25% dos cargos de gestão. Em 2025, o destaque foi o lançamento do "Em Foco", programa de prontidão para liderança que acelerou o desenvolvimento de profissionais mulheres e negros para posições estratégicas. Em menos de 6 meses, 14% dos participantes foram promovidos.

Estratégia Climática e Circularidade

Nossa estratégia climática de mitigação avançou com a aplicação da metodologia PCAF para o cálculo das emissões seguradas, na qual fomos a primeira seguradora brasileira a utilizar a metodologia para calcular as emissões. Esse trabalho foi apresentado na COP30, em Belém, onde participamos como uma das empresas empoderadoras da Casa do Seguro.

No âmbito operacional, iniciamos a substituição dos combustíveis da frota própria (impactando nas nossas emissões diretas do Escopo 1).

Produtos e Soluções Sustentáveis

Integramos a inclusão securitária ao nosso pilar de produtos e soluções sustentáveis, estruturando e conceituando o tema dentro da companhia, habilitando essa frente estratégica para avançar ainda mais nos próximos anos.

Em outubro, a Porto Asset lançou o Fundo Pitangueira, fundo que integra questões ESG na avaliação de Risco de Crédito

Engajamento da Cadeia de Valor

Em Maio de 2025, demos um passo importante na gestão de parcerias com o início do Programa de Responsabilidade da Cadeia de Valor. Por meio dessa iniciativa, buscamos engajar fornecedores e parceiros de negócio para garantir que nossa responsabilidade socioambiental seja compartilhada com todos os elos que compõem a operação da Porto.

Projetos & Investimento Sociais

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento sustentável, gerando impacto social em comunidades ao redor da Porto em todo Brasil, apoiando organizações sociais que atuam com projetos voltados para educação, preparação para o mundo do trabalho, inclusão produtiva, saúde e bem estar. Nosso objetivo é potencializar o desenvolvimento social, investindo e potencializando organizações sociais locais, desenvolvimento de programas e projetos próprios com foco em educação e geração de renda na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia., bem como realizar ações de mobilização e parceria por meio do voluntariado, captação de recursos materiais e financeiros e investimentos via leis de incentivos fiscais e inclusão produtiva de pessoas.

Dentre os programas realizados em 2025 o Programa de Aprendizagem, segue em expansão e com autossustentabilidade financeira. Com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento e inclusão de jovens no ecossistema da Porto e na sociedade, o programa propicia a inclusão produtiva e o preparo para o primeiro emprego, além de cumprir e atender a legislação vigente da lei de aprendizagem.

A Pré-formação, curso preparatório que antecede a aprendizagem, aborda temas relacionados ao ambiente profissional, com o objetivo fortalecer o desenvolvimento e inclusão de pessoas no ecossistema Porto e na sociedade. Em 2025, o curso ofereceu conteúdos técnicos e socioemocionais com foco em geração de trabalho e renda para 367 alunos e ao longo do ano somou mais de 1476 horas de treinamento neste eixo. Dos 367 alunos formados, 116 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 43% de empregabilidade.

Ainda nessa temática, foram realizados os Cursos Profissionalizantes para a área de funilaria e seguros, com temas tanto relacionados aos negócios da Porto, quanto às necessidades apontadas pela comunidade, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de jovens e adultos de baixa renda e apoiá-los na busca de melhores condições socioeconômicas por meio do acesso ao trabalho formal ou a geração de renda. Ao longo do ano, foram formadas: 2 turmas, uma turma de funilaria com carga horária de 225 horas e 14 formados e uma turma de seguros com carga horária de 68 horas e 22 alunos formados. Ao todo, 36 alunos foram formados, propiciando até dezembro a inclusão produtiva de 12 alunos no mercado de trabalho. Vale ressaltar que os demais alunos estão em nosso banco de talentos e recebem indicações periódicas de vagas de emprego para candidatura.

Quando falamos em capacitação profissional e geração de renda, para grande parte do público que atendemos é a primeira oportunidade de emprego formal. O programa de aprendizagem é uma ação estratégica, pois ao mesmo tempo que atende a legislação também atua no enfrentamento as desigualdades sociais, não apenas por gerar renda para os jovens, mas por trabalhar diferentes dimensões que condicionam, de forma estrutural, o potencial de desenvolvimento das suas capacidades, transformando suas realidades. Em 2025, a Porto efetivou 84 jovens durante o período de aprendizagem, o que significa 36% de efetivação.

Outra frente que se destacou foi o Programa Ação Educa, o programa atendeu 186 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, através de atividades socioeducativas. Nos baseamos através das competências socioemocionais da UNESCO, como objetivo de ampliar repertórios de arte e cultura, promovendo acesso a educação de qualidade e a cidadania, inspirando-os na busca da autonomia para construção de seus projetos de vida, ampliando o acesso a oportunidades de trabalho. Buscando ampliar o aprendizado e a experiência dos alunos, em 2025 ofertamos oficinas extras de coral, inglês, robótica e atividades culturais externas, oferecemos 1036 atendimentos psicológicos, 707 atendimentos psicopedagógicos e tivemos a entrega de um consultório de saúde no Instituto o que propiciou mais de 600 consultas gratuitas em pediatria, otorrino, e outras especialidades. Além disso, foram realizados mutirões de saúde dental e oftalmológico. Neste período entregamos vales-alimentação mensalmente para todas as famílias atendidas no programa.

Para financiar todas essas ações contamos com a área de Captação de Recursos, que tem por objetivo engajar todo o ecossistema da Porto para uma cultura de doação e captar recursos para investir em iniciativas de educação do Instituto Porto e Organizações Sociais parceiras. No total, foram arrecadados pouco mais de R$ 1 milhão reais ao longo do ano de 2025, por meio de doações recorrentes e pontuais de colaboradores, investimento via lei de incentivo fiscal de empresas parcerias, programa de doação de pontos do Porto Bank (porto plus), Programa Nota Fiscal Paulista e recursos oriundos do estacionamento Porto, ao lado do Teatro Porto.

No último ano tivemos 1.840 investidores sociais na pessoa física, 1.224 doadores de nota fiscal paulista e duas empresas apoiando via lei de incentivo fiscal. Do total captados, foram investidos R$ 600 mil reais no projeto Ação Educa.

No Programa Porto Voluntário, contemplamos matriz e sucursais, com 133 ações diferentes, alcançando 1.011 voluntários em todo Brasil. Tivemos ações recorrentes e pontuais, com cerca de 3.500 mil horas de atuação voluntária em 55 instituições sociais.

Além disso, foi realizada uma grande vivência social para 900 colaboradores da vertical Porto Saúde, com o objetivo de promover a cultura de voluntariado. A ação impactou seis organizações sociais e cerca de 3000 mil pessoas atendidas por essas OSCs.

Quando se trata de investimentos via lei de incentivo fiscal, o Instituto Porto divulga anualmente editais sociais para destinação dos recursos oriundos dessa fonte para projetos aprovados nas seguintes leis de incentivo: Lei da Criança e Adolescente (FUMCAD e CONDECA), Lei do Idoso (FEI e FMI), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS). Em 2025 foram destinados por meio das leis de incentivo um total de R$ 16.709.572,90 aportados em 24 projetos sociais que serão desenvolvidos nos próximos 12 meses e irá impactar cerca de 25 mil pessoas.

Em linhas gerais, o Instituto engajou cerca de 5 mil pessoas, por meio de doações financeiras e voluntariado, em 55 instituições sociais e mais de 26.520 mil atendimentos gerados, amplificando os programas e projetos desenvolvidos, impactando diretamente mais de 4000 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de mais de 25 mil pessoas impactadas por meio dos projetos apoiados via leis de incentivo fiscal.

A Associação Campos Elíseos +Gentil mudou o nome em 2025 e passou a se chamar Desenvolvimento Territorial, que tem por objetivo a facilitação de diálogos da comunidade com órgãos públicos nas frentes de conservação, manutenção, limpeza e intervenções educativas no território. Em 2025, foram abertos 405 protocolos com 45% de resolubilidade.

A Porto segue apoiando iniciativas como a Associação Crescer Sempre e o Instituto Ação Pela Paz. A Associação Crescer Sempre, entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com foco em educação formal de qualidade e no último ano apresentou como resultado 724 alunos formados por meio de seus diversos programas, como na escola regular de Educação Infantil, escola integral de Ensino Médio; escola regular de Ensino Fundamental Anos Finais; Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 12.100 mil empréstimos de livros da Biblioteca aberta à comunidade.

O Instituto Ação Pela Paz tem a missão de auxiliar o Poder Público e a sociedade civil em iniciativas que contribuam para a redução da reincidência criminal. Em 2025, foi realizado um grande evento para celebrar os 10 anos da Instituição que ao longo dessa década já apoiou *971 projetos e atendeu mais de 58 mil pessoas em 12 estados.*

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos-base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 80/2022, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9

No exercício de janeiro a dezembro de 2025, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**2.057.842**	**1.206.511**	**33.320.310**	**26.288.831**
Caixa e equivalentes de caixa	8	117.864	65.836	1.897.923	2.191.494
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	1.623.518	981.519	8.783.666	7.414.555
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	142.574	–	1.753.073	–
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	16.654.627	13.829.746
Ativos do contrato de resseguro	22	–	–	82.055	98.294
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	718.273	598.621
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	95.052	46.157	959.312	295.594
Bens à venda	12	–	–	140.310	190.043
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	931.143	508.959
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	104.120	160.192
Outros ativos	15	78.834	112.999	1.295.808	1.001.333
Não circulante		**14.818.838**	**13.809.013**	**22.544.683**	**21.624.905**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	2.920	2.608
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	1.966.712	2.024.620
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	1.056.375	1.106.332	9.197.955	8.986.434
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	1.052.109	1.026.884
Ativos do contrato de resseguro	22	–	–	17.339	2.667
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	–	–	1.378.268	1.553.404
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	–	–	–	1.472
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	1.875.872	1.033.428
Depósitos judiciais	16	88	296	1.511.271	1.519.542
Outros ativos	15	34	6.409	79.647	105.046
Investimentos					
Participações em controladas	17.1	13.447.531	12.340.228	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	17.2	–	–	251.139	226.851
Outros investimentos		40.536	32.784	40.536	32.784
Propriedades para investimentos	18	273.700	322.390	241.962	273.535
Imobilizado	19	574	574	936.335	930.500
Intangível	20	–	–	3.911.751	3.817.933
Ativo de direito de uso	21	–	–	80.867	87.197
Total do Ativo		**16.876.680**	**15.015.524**	**55.864.993**	**47.913.736**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**907.098**	**704.888**	**26.585.494**	**22.875.026**
Passivos do contrato de seguro	22	–	–	6.112.517	5.806.877
Passivos financeiros	23	–	–	15.630.658	13.664.214
Impostos e contribuições a recolher	11.2	56.566	36.760	654.365	545.337
Dividendos e JCP a pagar	27	731.346	603.824	731.346	606.734
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	–	718
Passivo de arrendamento	25	–	–	20.060	20.197
Outros passivos	26	119.186	64.304	3.436.548	2.230.949
Não circulante		**228.359**	**259.842**	**13.408.276**	**10.893.312**
Passivos do contrato de seguro	22	–	–	4.894.598	4.621.884
Passivos financeiros	23	–	–	5.600.535	3.559.964
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.3	8.540	8.354	692.329	534.419
Provisões judiciais	24	–	–	1.420.790	1.431.451
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	10.629	11.284
Passivo de arrendamento	25	–	–	110.542	114.317
Outros passivos	26	219.819	251.488	678.853	619.993
Patrimônio líquido		**15.741.223**	**14.050.794**	**15.871.223**	**14.145.398**
Capital social	27 (a)	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		5.647.126	4.241.500	5.647.126	4.241.500
(–) Ações em tesouraria	27 (b)	(328.652)	(155.607)	(328.652)	(155.607)
Reservas de lucros - demais		5.975.778	4.397.107	5.975.778	4.397.107
Reservas de capital		769.960	808.332	769.960	808.332
Dividendos adicionais propostos		885.826	559.335	885.826	559.335
Outros resultados abrangentes		(61.689)	(58.373)	(61.689)	(58.373)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	130.000	94.604
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**16.876.680**	**15.015.524**	**55.864.993**	**47.913.736**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Receitas					
Receita de contrato de seguro	28	–	–	32.641.790	28.363.063
Receita de operações de crédito	29	–	–	4.702.054	3.701.018
Receita de prestação de serviços	30	–	–	3.424.238	3.084.116
Receita com títulos de capitalização		–	–	115.059	95.269
Outras receitas operacionais	31	6.252	13.518	356.042	281.730
Equivalência patrimonial	17.1	3.328.193	2.607.022	65.759	33.277
Total das receitas		**3.334.445**	**2.620.540**	**41.304.942**	**35.558.473**
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	28	–	–	(25.361.238)	(21.614.392)
Despesa líquida com contratos de resseguros/retrocessões	28	–	–	(73.125)	(56.044)
Custos de aquisição - outros		–	–	(750.392)	(773.606)
Despesa administrativa	32	(98.468)	(71.211)	(6.029.217)	(5.322.697)
Despesa com tributos	33	(91.675)	(48.169)	(1.223.559)	(1.068.913)
Custo dos serviços prestados		–	–	(352.795)	(241.062)
Outras despesas operacionais	34	(4.442)	–	(4.440.972)	(3.382.273)
Total das despesas		**(194.585)**	**(119.380)**	**(38.231.298)**	**(32.458.987)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**3.139.860**	**2.501.160**	**3.073.644**	**3.099.486**
Receita financeira	35	268.229	171.230	2.022.857	1.433.505
Despesa financeira	36	(28.761)	(27.545)	(456.986)	(588.425)
Lucro operacional		**3.379.328**	**2.644.845**	**4.639.515**	**3.944.566**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.379.328**	**2.644.845**	**4.639.515**	**3.944.566**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**1.556**	**–**	**(1.215.437)**	**(1.253.784)**
Corrente		–	–	(911.996)	(1.332.386)
Diferido		1.556	–	(303.441)	78.602
Resultado líquido do exercício		**3.380.884**	**2.644.845**	**3.424.078**	**2.690.782**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		3.380.884	2.644.845	3.380.884	2.644.845
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	43.194	45.937
Resultado por ação:					
- Básico e diluído	39	5,2118	4,0780	5,2118	4,0780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Resultado líquido do exercício	**3.380.884**	**2.644.845**	**3.424.078**	**2.690.782**
Outros resultados abrangentes	**(3.316)**	**43.703**	**(3.316)**	**43.703**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	121.818	(275.360)	121.818	(275.360)
Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(48.727)	110.144	(48.727)	110.144
Resultado com “hedge” em controladas	(119.123)	212.452	(119.123)	212.452
Efeitos tributários sobre resultado com “hedge” em controladas	47.649	(84.981)	47.649	(84.981)
Ganhos e perdas atuariais	(28.902)	(80)	(28.902)	(80)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	11.561	32	11.561	32
Ajustes acumulados de conversão em controladas	14.457	13.782	14.457	13.782
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro em controladas	(3.653)	65.979	(3.653)	65.979
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.604	1.735	1.604	1.735
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**3.377.568**	**2.688.548**	**3.420.762**	**2.734.485**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	3.377.568	2.688.548	3.377.568	2.688.548
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	43.194	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	**(267.583)**	**(353.758)**	**1.368.371**	**2.415.087**
Caixa gerado nas operações	**176.468**	**(40.732)**	**4.043.298**	**3.002.137**
Resultado líquido do exercício	3.380.884	2.644.845	3.424.078	2.690.782
Depreciações	–	–	101.959	113.642
Amortizações	–	–	320.761	299.423
Equivalência patrimonial	(3.328.193)	(2.607.022)	(65.759)	(33.277)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	123.777	85.169	230.346	3.314
Provisões judiciais	–	(163.724)	59.876	(62.897)
Resultado na venda de imobilizado	–	–	(27.963)	(8.850)
Variações nos ativos e passivos	**(440.753)**	**(310.544)**	**(1.122.161)**	**734.488**
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(641.999)	200.694	(1.369.423)	3.491.236
Aplicações financeiras - demais categorias	(92.617)	(856.519)	(1.906.686)	(3.939.504)
Ativos de contratos de seguros e resseguros	–	–	1.567	14.518
Empréstimos e recebíveis	–	–	(3.064.308)	(1.567.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(123.591)	–	352.282	(252.681)
Impostos e contribuições a recuperar	(48.895)	1.908	(662.246)	(75.267)
Bens à venda	–	–	48.812	109.065
Custos de aquisição diferidos	–	–	(1.264.628)	(534.987)
Depósitos judiciais	208	163.659	8.271	103.074
Outros ativos	81.478	77.706	(357.895)	(205.844)
Operações de arrendamentos	–	–	2.418	4.223
Passivo de contratos de seguros e resseguros	–	(85.538)	578.354	(207.400)
Passivos financeiros	–	–	3.896.022	2.009.026
Instrumentos financeiros derivativos	–	231	54.699	(185.527)
Impostos e contribuições a recolher	23.104	(3.651)	1.488.512	1.399.914
Pagamento de provisões judiciais	–	–	(70.537)	(18.806)
Outros passivos	361.559	190.966	1.142.625	591.021
Outros	**(3.298)**	**(2.482)**	**(1.552.766)**	**(1.321.538)**
Outros resultados abrangentes	–	–	(3.316)	43.703
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(7.798)	(33.869)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.298)	(2.482)	(1.379.484)	(1.221.583)
Juros sobre captação de recursos pagos	–	–	(162.168)	(109.789)
Caixa líquido atividades de investimento	**1.760.304**	**1.450.648**	**(494.410)**	**232.841**
Alienação de imobilizado e intangível	–	–	48.157	619.421
Aquisição de imobilizado	–	–	(137.125)	(103.121)
Dividendos e JCP recebidos	2.138.714	1.901.367	–	–
Aumento/redução de capital em controladas	(378.410)	(450.719)	–	–
Aquisição de intangível	–	–	(405.442)	(283.459)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(1.440.693)**	**(1.039.248)**	**(1.167.532)**	**(1.561.837)**
Recompras - ações em tesouraria	(250.641)	(200.824)	(250.641)	(200.824)
Captação de recursos	–	–	2.047.523	1.663.944
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	–	–	(1.774.362)	(2.186.533)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.190.052)	(838.424)	(1.190.052)	(838.424)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**52.028**	**57.642**	**(293.571)**	**1.086.091**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65.836	8.194	2.191.494	1.105.403
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	117.864	65.836	1.897.923	2.191.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:06:30 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**8.500.000**	**(123.192)**	**3.044.045**	**808.332**	**–**	**288.153**	**(102.076)**	**12.415.262**	**82.536**	**12.497.798**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	–	(288.153)	–	**(288.153)**	–	**(288.153)**
Recompra de ações de própria emissão		–	(200.824)	–	–	–	–	–	**(200.824)**	–	**(200.824)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		–	–	195.149	–	–	–	–	**195.149**	–	**195.149**
Ações alienadas - controladora/controladas		–	168.409	(168.409)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	(165.216)	**(165.216)**	–	**(165.216)**
Resultado com "hedge" em controladas		–	–	–	–	–	–	127.471	**127.471**	–	**127.471**
Ajustes acumulados de conversão - controladas		–	–	–	–	–	–	13.782	**13.782**	–	**13.782**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro - controladas		–	–	–	–	–	–	65.979	**65.979**	–	**65.979**
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas		–	–	–	–	–	–	1.687	**1.687**	–	**1.687**
Participações de não controladores em controladas		–	–	–	–		–	–	**–**	(33.869)	**(33.869)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.644.845	–	–	**2.644.845**	45.937	**2.690.782**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	132.242	–	(132.242)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	1.194.080	–	(1.194.080)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(759.188)	–	–	**(759.188)**	–	**(759.188)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(559.335)	559.335	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**8.500.000**	**(155.607)**	**4.397.107**	**808.332**	**–**	**559.335**	**(58.373)**	**14.050.794**	**94.604**	**14.145.398**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	24 (e)	–	–	–	–	–	(559.335)	–	**(559.335)**	–	**(559.335)**
Recompra de ações de própria emissão		–	(381.331)	–	–	–	–	–	**(381.331)**	–	**(381.331)**
Transações de capital		–	–	59	(38.372)	–	–	–	**(38.313)**	–	**(38.313)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	24 (d)	–	–	243.794	–	–	–	–	**243.794**	–	**243.794**
Ações alienadas - controladora/controladas	24 (d)	–	208.286	(208.286)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Adoção inicial controladas (*)		–	–	5.541	–	–	–	–	**5.541**	–	**5.541**
Ajustes de títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	73.091	**73.091**	–	**73.091**
Resultado com "hedge" em controladas		–	–	–	–	–	–	(71.474)	**(71.474)**	–	**(71.474)**
Ganhos e perdas atuariais		–	–	–	–	–	–	(17.341)	**(17.341)**	–	**(17.341)**
Ajustes acumulados de conversão - controladas		–	–	–	–	–	–	14.457	**14.457**	–	**14.457**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro - controladas		–	–	–	–	–	–	(3.653)	**(3.653)**	–	**(3.653)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas		–	–	–	–	–	–	1.604	**1.604**	–	**1.604**
Participações de não controladores em controladas		–	–	–	–		–	–	**–**	(7.798)	**(7.798)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	3.380.884	–	–	**3.380.884**	43.194	**3.424.078**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	169.044	–	(169.044)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	1.368.519	–	(1.368.519)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(957.495)	–	–	**(957.495)**	–	**(957.495)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(885.826)	885.826	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**8.500.000**	**(328.652)**	**5.975.778**	**769.960**	**–**	**885.826**	**(61.689)**	**15.741.223**	**130.000**	**15.871.223**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(*) Em convergência com a IFRS9, as controladas financeiras adotaram normas definidas pelo BACEN.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	**6.690**	**12.341**	**41.445.434**	**35.554.381**
Receita de contrato de seguro	–	–	32.641.790	28.377.425
Receita de operações de crédito	–	–	4.701.809	3.701.018
Receita de prestação de serviços	–	–	3.793.061	3.412.207
Outras	6.690	12.341	358.939	219.462
Provisão para perda de crédito	–	–	(50.165)	(155.731)
Receita operacional	**6.690**	**12.341**	**41.445.434**	**35.554.381**
Despesa de seguros e resseguros	**–**	**–**	**(25.434.363)**	**(21.684.798)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(13.168)**	**(12.757)**	**(7.265.252)**	**(5.687.300)**
Materiais, energia e outros	(5.737)	(4.845)	(4.596.995)	(3.520.300)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	–	–	(352.794)	(241.062)
Serviços de terceiros e comissões	(6.992)	(9.089)	(2.347.508)	(2.020.221)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(439)	1.177	32.045	94.283
Valor adicionado bruto	**(6.478)**	**(416)**	**8.745.819**	**8.182.283**
Depreciação e amortização	**–**	**–**	**(422.720)**	**(413.065)**
Valor adicionado líquido produzido	**(6.478)**	**(416)**	**8.323.099**	**7.769.218**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**3.581.276**	**2.758.733**	**1.669.491**	**965.552**
Resultado financeiro	253.083	151.711	1.627.732	932.275
Equivalência patrimonial	3.328.193	2.607.022	41.759	33.277

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor adicionado total a distribuir	**3.574.798**	**2.758.317**	**9.992.590**	**8.734.770**
Distribuição do valor adicionado	**3.574.798**	**2.758.317**	**9.992.590**	**8.734.770**
Pessoal	**83.317**	**48.736**	**3.240.456**	**2.920.312**
Remuneração direta	5.045	4.822	1.661.549	1.478.901
Benefícios	78.272	43.914	1.469.121	1.337.861
F.G.T.S	–	–	109.786	103.550
Impostos, taxas e contribuições	**104.957**	**64.736**	**3.312.795**	**3.085.900**
Federais	104.957	64.736	3.104.994	2.917.730
Estaduais	–	–	4.232	3.810
Municipais	–	–	203.569	164.360
Remuneração de capitais de terceiros	**5.640**	**–**	**15.261**	**37.776**
Juros	5.640	–	14.919	38.056
Aluguéis	–	–	342	(280)
Remuneração de capitais próprios	**3.380.884**	**2.644.845**	**3.424.078**	**2.690.782**
Juros sobre capital próprio	1.123.052	801.263	1.123.052	801.263
Dividendos	567.390	218.500	567.390	218.500
Lucros retidos do exercício	1.690.442	1.625.082	1.690.442	1.625.082
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	43.194	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras, denominadas em conjunto com a Porto Seguro S.A., como "Porto Seguro" ou "Grupo Porto", que podem explorar atividades de: (i) seguros em todos os ramos; (ii) instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; (iii) atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente; e (iv) entre outras.

O Grupo Porto possui uma arquitetura de negócios que está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Participação (%) Direta	Dezembro de 2025 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2024 Participação (%) Direta	Dezembro de 2024 Participação (%) Indireta
Vertical Seguros						
Porto Cia	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Azul Seguros	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Capitalização	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Franco	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Vertical Saúde						
Porto Saúde Participações	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Portomed	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Onkos (iv)	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	40,00	–	40,00
Vertical Financeira						
Porto Bank	Controlada	Integral	100,00	–	100,0	–
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Portopar	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,00	–	50,00
Porto Seguros Financeiros	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Intermediação e Negócio (iii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Nido	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Vertical Serviços						
Porto Serviço	Controlada	Integral	87,44	–	99,99	–
Unigás	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Assistência Participações (v)	Controlada	Integral	–	–	–	81,60
CDF (v)	Controlada	Integral	–	–	–	81,60
Outros Negócios						
Porto Uruguay	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Porto Asset Management	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Porto Gestora	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Renova	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Atendimento	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Intermediação e Agenciamento (ii)	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviço Negócios (i)	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto WM Gestora	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto WM Holding	Controlada	Integral	100,00	–	–	–
Porto WM Partners	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	13,50	–	13,50
Porto Pagamentos	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00

(i) A partir de 2025, a empresa Mobitech passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.
(ii) A partir de 2025, a empresa Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A.
(iii) A partir de 2025, a empresa Olho Mágico passou a adotar a nova razão social Porto Intermediação e Negócio Ltda..
(iv) A partir de setembro de 2025, a Onkos Oncologia passou a fazer parte da Vertical de Saúde, conforme descrito na nota 1.1.1. Não houve qualquer alteração de participação sob a ótica do Grupo Porto.
(v) Empresas incorporadas na Porto Serviço em outubro de 2025, conforme descrito na nota 1.1.2.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia."), opera seguros de danos e de pessoas.
Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.
Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo Porto, reguladas e não reguladas pelo BACEN.
Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto, reguladas pelo BACEN.
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamento próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.
Porto Seguros Financeiros S.A. ("Porto Seguros Financeiros"), sub-holding da vertical financeira.
Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado financeiro.
Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
Porto Intermediação e Negócio Ltda. ("Porto Intermediação e Negócio") atua com (i) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária e (ii) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. Atual nomenclatura da Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico").
Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua com (i) a manutenção, desenvolvimento e licenciamento de programas; (ii) o suporte técnico em software e outros serviços em tecnologia da informação; (iii) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (iv) a prestação de serviços de cobranças e informações cadastrais.
Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado de saúde.
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
Onkos Oncologia e Participações Ltda. ("Onkos"), realiza a prestação de consultoria em serviços médicos oncológicos ambulatoriais relacionados à oncologia clínica, sendo um dos maiores centros de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina.
Porto Serviço S.A., ("Porto Serviço") além de ser a "holding" da vertical serviço, uma das verticais do Grupo Porto, atua no mercado de assistência e serviço.
Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros, gestão de negócios e participações societária.
Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócio S.A. ("Porto Intermediação e Agenciamento"), presta serviço de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto de natureza imobiliária. Atual nomenclatura da Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta").
Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
Porto Serviço Negócios S.A. ("Porto Serviço Negócios"), realiza comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária. Atual nomenclatura da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech").
PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), opera como uma holding de um ecossistema focado em saúde e bem-estar animal, planos médico-veterinários e e-commerce, com soluções de tecnologia, suporte logístico e assistências personalizadas para pessoas e pets. Além disso, detém participações societárias para expansão de negócios e infraestrutura de serviços no mercado.
Porto Seguros S.A. ("Porto Seguros"), tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros e/ou atividades relacionadas.
Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Asset Management"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
Porto Seguro Gestora de Recursos Ltda. ("Porto Gestora"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.
Porto WM Gestora de Recursos Ltda. ("Porto WM Gestora"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.
Porto WM Holding Ltda. ("Porto WM Holding"), tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.
Porto WM Partners Ltda. ("Porto WM Partners"), tem por objeto participação em outras sociedades ou entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e prestação de serviços de consultoria e outros serviços de apoio.
Porto Seguro Pagamentos Ltda. ("Porto Pagamentos"), tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.1.1 CISÃO PARCIAL - PORTO SERVIÇOS E COMÉRCIO

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a cisão parcial da Porto Serviços e Comércio, relacionada ao investimento na coligada Onkos Oncologia, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços. O grupo Porto, do qual as Sociedades fazem parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais, de forma a possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal. A cisão parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto.
O acervo cindido implicou em uma redução de capital, mediante cancelamento de ações, de R$ 44.796 na Porto Serviços e Comércio, e em um aumento de capital no mesmo montante na Porto Saúde Serviços, mediante emissão de ações.
Em decorrência desse movimento a Companhia aportou capital na Porto Saúde Participações, no mesmo montante de R$ 44.796, para transferência das ações emitidas na Porto Saúde Serviços em sua titularidade.

1.1.2 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - INCORPORAÇÕES

Em 31 de outubro de 2025, conforme informado nos fatos relevantes de 09 de outubro de 2025 e de 31 de outubro de 2025, a Porto Serviço incorporou suas controladas CDF e Porto Assistência Participações. O objetivo foi simplificar a estrutura e integrar as atividades de assistência. A operação resultou em um aumento de capital de R$ 46.399 para a Porto Serviço e na emissão de 140.531.050 de novas ações.
As novas ações emitidas na Porto Serviço foram atribuídas aos acionistas da Porto Assistência Participações em substituição às ações da Porto Assistência Participações, que foram extintas em decorrência dessa incorporação, observada a relação de substituição e demais regras previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação enviado à CVM em 09 de outubro de 2025.
As novas ações emitidas pela Porto Serviço foram integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas.
A Companhia celebrou um acordo de acionistas, incluindo o BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, em 31 de outubro de 2025, regulando direitos e obrigações na qualidade de acionistas da Porto Serviço. A transação não dependia de aprovação de autoridades.
Para fins consolidados, a transação é neutra, dado que as entidades envolvidas já faziam parte das demonstrações contábeis consolidadas.
Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstrados abaixo:

Porto Assistência Participações

Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	**38.830**	**Circulante**	**24.122**
Caixa e equivalentes de caixa	465	Obrigações a pagar	14.749
Aplicações financeiras		Impostos e contribuições a recolher	2.851
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	180	Receitas diferidas	4.902
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	1.026	Outros passivos	1.620
Recebíveis de prestação de serviços	33.791		
Impostos e contribuições a recuperar	3.235	**Não circulante**	**179.665**
Outros ativos	133	Passivos financeiros	179.160
		Outros passivos	505
Não circulante	**539.295**		
Realizável a longo prazo		**Patrimônio líquido**	**374.338**
Aplicações financeiras		Capital social	87.430
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	4.337	Reservas de capital	33.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888	Reservas de lucros	48.841
Outros ativos	28	Outros resultados abrangentes	(1.998)
Investimentos		Lucros acumulados	206.739
Participações em controladas	534.042		
Total do ativo	**578.125**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**578.125**

CDF

Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	**579.760**	**Circulante**	**327.888**
Caixa e equivalentes de caixa	13.760	Obrigações a pagar	171.042
Aplicações financeiras		Passivos financeiros	84
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	10.189	Impostos e contribuições a recolher	43.514
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	57.446	Receitas diferidas	78.627
Recebíveis de prestação de serviços	373.763	Outros passivos	34.621
Impostos e contribuições a recuperar	25.889		
Custos de aquisição diferidos	40.958	**Não circulante**	**46.597**
Outros ativos	57.755	Receitas diferidas	8.785
		Provisões judiciais	30.628
Não circulante	**328.767**	Passivos financeiros	643
Realizável a longo prazo		Outros passivos	6.541
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	242.846	**Patrimônio líquido**	**534.042**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.624	Capital social	338.451
Custos de aquisição diferidos	4.221	Reserva de capital	8.601
Depósitos judiciais	7.858	Reservas de lucros	21.184
Outros ativos	18.836	Outros resultados abrangentes	(133)
Imobilizado	2.212	Lucros acumulados	165.939
Intangível	22.170		
Total do ativo	**908.527**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**908.527**

Os saldos relacionados à participações em controladas e patrimônio líquido não foram incorporados em suas respectivas rubricas, uma vez que já estavam registrados pelo método de equivalência patrimonial na Porto Serviço.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra, em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas informações trimestrais individuais (Controladora) e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.
O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.
As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADA E CONTROLADA EM CONJUNTO

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.
Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.
Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.
Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.
Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).
Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.
Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.6 MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.
O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:
i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.
ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.
Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2026 - CBPS nºs 01 e 02/IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.
Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.
Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação.
A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.
A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 POLÍTICAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos detidos pela Companhia sob os quais transfere risco de seguro significativo relacionado com os contratos de seguro subjacentes são classificados como contratos de resseguro. Os contratos de seguro e resseguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.
Os contratos de seguro podem ser emitidos e os contratos de resseguro podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro e resseguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.
Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.
Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro ou resseguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.
Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:34 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Cia.	
PAA	**BBA**
Seguro automóveis	Fiança
Seguro de pessoas	
Demais ramos	

Porto Vida e Previdência		
PAA	**BBA**	**VFA**
Vida Individual	Tradicional e Riscos	Previdência - PG/VG
Azul Seguros	**Itaú Auto e Residência**	
PAA	**PAA**	
Seguro automóveis	Seguro automóveis	
Demais ramos	Demais ramos	
Porto Saúde	**Portomed**	
PAA	**PAA**	
Saúde	Saúde	
Porto Seguro Uruguai		
PAA		
Demais ramos		

CONTRATO DE RESSEGURO

Para os grupos de contratos de resseguros, a Companhia reconhece o grupo/portfólio, onde na cobertura proporcional se os contratos de resseguros mantidos fornecem cobertura proporcional no início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro mantidos ou no reconhecimento inicial de qualquer contrato subjacente, o que ocorrer depois ou na cobertura não proporcional e a partir do início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguros mantidos. No entanto, se o grupo de contratos de resseguro reconhecer um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes em uma data anterior e o contrato de resseguro relacionado tiver sido celebrado antes dessa data anterior, o grupo de contratos de resseguro será reconhecido nessa data anterior, sendo aplicável aos contratos de resseguro de excesso de perda e "stop loss".

Destacamos os segmentos de reporte de resseguros por empresa onde:

Porto Cia.	Itaú Auto e Residência	Porto Vida e Previdência
PAA	**PAA**	**PAA**
Demais ramos	Seguro automóveis	Previdência - PG/VG

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a contratos não vida, determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houver fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

Para o segmento de resseguro, a Companhia avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período em que o grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem um direito substantivo de receber serviços do ressegurador, tendo a capacidade prática de reavaliar os riscos, preços e benefícios, que recebe e possui o direito de rescindir a cobertura. O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivas do grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos e as carteiras de contratos de resseguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("OCI - Other Comprehensive Income), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros. A Companhia apresenta em seus contratos de resseguro as despesas e receitas separadas das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro, exceto receitas ou despesas financeiras de seguros, são apresentadas pelo valor líquido como despesas líquidas de contratos de resseguro no resultado de serviços de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirados) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

COMPONENTES DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS

A Companhia reconhece uma perda no reconhecimento inicial de um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes ou quando outros contratos de seguro subjacentes onerosos são adicionados a um grupo. A Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para o passivo de cobertura remanescente de um grupo de contratos de resseguro detidos que retratam a expectativa de recuperação das perdas.

Um componente de recuperação de perdas é subsequentemente reduzido a zero de acordo com as reduções no grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, a fim de refletir que o componente de recuperação de perdas não deve exceder a parte do valor contábil do componente de perda do grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes que a entidade espera recuperar do grupo de contratos de resseguro detidos.

(i) CONTRATOS DE SEGURO - MODELO GERAL ("BUILDING BLOCK APPROACH" - BBA)

A Companhia segue as determinações, realizando no reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguros a mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que incluem estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor no tempo e os riscos financeiros associados e um ajuste de risco para risco não financeiro, que representa a compensação exigida pela incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro. A margem de serviço contratual (MSC) representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços sob esses contratos, estabelecido pelo total de: (a) fluxos de caixa de cumprimento; (b) quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e (c) valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo. Se o contrato não for oneroso, a MSC é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, logo o grupo é oneroso, então a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Desse modo, a Companhia estabelece um componente de perda para representar o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguros.

CONTRATOS DE SEGURO - MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia tem uma quantia estruturada de grupos de contratos de seguros em cada data de reporte, essa quantia é a soma do passivo para cobertura remanescente ("Liability for Remaining Coverage" - LRC) e o passivo por sinistros incorridos ("Liability for Incurred Claims" - LIC). São adicionados ao LRC os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. O Passivo por Sinistro Incorrido inclui os fluxos de caixa de cumprimento de sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não reportados.

A Companhia segue a norma relacionada à atualização dos fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro, mensurados na data do balanço usando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais de ajuste de risco para risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como segue:

Alterações relacionadas a serviços futuros	Ajustado contra a MSC (ou reconhecido no serviço de seguro resultando em lucro ou prejuízo se o grupo for oneroso)
Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados	Reconhecido no resultado de serviços de seguros resultando em lucro ou prejuízo
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas mudanças nos fluxos de caixa estimados	Reconhecido como receitas ou despesas financeiras de seguros

RECEITA DE SEGUROS - CONTRATOS NÃO MENSURADOS NO PAA

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que cumpre suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços em grupos de contratos de seguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações da responsabilidade por coberturas remanescentes relacionadas aos serviços pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens: (i) uma liberação da MSC, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas; (ii) alterações no ajuste do risco não financeiro relativo aos serviços correntes; e (iii) sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos montantes previstos no início do ano. Isso inclui valores decorrentes da baixa de quaisquer ativos para fluxos de caixa que não sejam fluxos de caixa de aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos que são reconhecidos como receita de seguros e despesas de serviços de seguros nessa data.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia realiza o ajuste do valor contábil da MSC, em novos contratos que sejam adicionados ao grupo durante o ano, juros acumulados sobre o valor contábil da MSC durante o ano, mensurados pelas taxas de desconto sobre os fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes, determinados no reconhecimento inicial. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros, exceto na medida em que ocorram aumentos nos fluxos de caixa de cumprimento excedem o valor contábil da MSC, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no lucro ou prejuízo e cria um componente de perda ou reduções nos fluxos de caixa de cumprimentos são alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado. O efeito de quaisquer diferenças cambiais na MSC e o valor reconhecido como receita de seguros em razão dos serviços prestados no exercício.

A Companhia considera mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros.

(ii) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para a maior parte de seus contratos de seguro e resseguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos. Para os contratos com cobertura superior a um ano, a Companhia modelou possíveis cenários futuros e razoavelmente espera que a mensuração do LRC para o grupo que contém esses contratos sob o PAA não difere materialmente da mensuração que seria produzida aplicando o modelo geral BBA.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence. Com exceção da linha de produtos de seguros patrimoniais, para os quais a Companhia opta por contabilizar os fluxos de caixa de aquisição de seguros à medida que ocorrem, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para alocar Fluxos de caixa de aquisição de seguros que são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos de seguro a esse grupo; e a grupos que incluam contratos de seguro que se espera que surjam das renovações dos contratos de seguro desse grupo.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

CONTRATOS DE RESSEGUROS MANTIDOS

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, a Companhia aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro sem características de participação direta, com as seguintes modificações, considerando como valor contábil de um grupo de contratos de resseguro, a soma do ativo para LRC e do ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura LRC e os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços serão recebidos de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data.

A Companhia mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros usando premissas consistentes com aquelas usadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, com um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte do ressegurador. O efeito do risco de descumprimento da resseguradora é avaliado em cada data de relato e o efeito das alterações do risco de descumprimento é reconhecido em resultados. O ajuste de risco para risco não financeiro é o valor do risco que está sendo transferido pelo grupo para o ressegurador.

A Companhia reconhece no momento inicial, a MSC de um grupo de contratos de resseguro como um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro. Mensurando a MSC, como o valor igual e oposto do total dos fluxos de caixa de cumprimento; qualquer valor decorrente da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo; qualquer valor de fluxos de caixa que surjam nessa data e qualquer receita reconhecida nos lucros ou prejuízos devido a contratos onerosos subjacentes reconhecidos nessa data.

RESSEGURO DE CONTRATOS DE SEGURO SUBJACENTES ONEROSOS

A Companhia ajusta a MSC do grupo ao qual pertence um contrato de resseguro e como resultado reconhece receita quando reconhece uma perda no reconhecimento inicial de contratos onerosos, se o contrato de resseguro for celebrado antes ou ao mesmo tempo que o contrato subjacente onerosos contratos forem reconhecidos. O ajuste da MSC é determinado pela multiplicação: (i) do montante da perda relativa aos contratos subjacentes; e (ii) pela percentagem de sinistros sobre os contratos subjacentes que o grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

A Companhia trata os contratos de resseguro adquiridos em transferência de contratos ou combinação de negócios envolvendo contratos onerosos subjacentes, a MSC é determinada pela multiplicação do valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes na data de aquisição e da percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo espera na data de aquisição para recuperar dos contratos de resseguro.

Se o contrato de resseguro abranger apenas alguns dos contratos de seguro incluídos em um grupo de contratos onerosos, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para determinar a parcela das perdas reconhecidas no grupo de contratos onerosos que se refere aos contratos subjacentes cobertos pelo resseguro contrato. Um componente de recuperação de perdas é criado ou ajustado para o grupo de contratos de resseguro para retratar o ajuste da MSC, que determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de recuperações de perdas dos contratos de resseguro e são excluídos da alocação de prêmios de resseguro pagos.

(iii) CONTRATOS DE SEGURO - COM CARACTERÍSTICA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA (VARIABLE FEE APPROACH - VFA)

São considerados contratos de seguro com característica de participação direta aqueles onde são obrigação da Companhia com os segurados: pagar ao tomador do seguro um montante igual ao valor justo dos ativos subjacentes e uma taxa variável em troca de serviços futuros prestados pelos contratos, sendo o valor da participação do grupo no valor justo dos itens subjacentes menos os fluxos de caixa de cumprimento que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes. São fornecidos serviços de investimento sob esses contratos, prometendo um retorno de investimento com base em itens subjacentes, além da cobertura de seguros.

A Companhia ajusta o cumprimento dos fluxos de caixa para a totalidade das mudanças na obrigação de pagar aos segurados um valor igual ao valor justo dos itens subjacentes. Essas alterações não se referem a serviços futuros e são reconhecidas no resultado. A Companhia então ajusta qualquer MSC para mudanças no valor da participação, do grupo de contratos, no valor justo dos itens subjacentes, que se relacionam com serviços futuros.

DESPESAS E RECEITAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia reconhece o valor da MSC de um grupo de contratos de seguro como receita de seguro, determinando a identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a MSC remanescente no final do ano (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no exercício e com expectativa de prestação em exercícios futuros e reconhecendo no resultado o valor da MSC alocado às unidades de cobertura prestadas no exercício. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de reporte. O período de cobertura esperado reflete as expectativas de cancelamentos de contratos, bem como a probabilidade de ocorrência de eventos segurados na medida em que a cobertura de serviço de seguro futuro for prestada.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens: sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

DESPESAS LÍQUIDAS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos relativos aos serviços recebidos em cada período representa o total das variações do ativo para LRC referente aos serviços pelos quais o grupo espera pagar contraprestação. Para os contratos mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos em cada exercício é o valor dos pagamentos de prêmios esperados pelos serviços de recebimento no exercício.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras, a menos que tais alterações para grupos de contratos de participação direta sejam alocadas a uma perda componente e incluído nas despesas de serviços de seguros. Para contratos de risco de vida e previdência, a Companhia optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre lucros ou perdas e OCI. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

Para transferir ou baixar no OCI do resultado financeiro, a Companhia desclassifica um grupo de contratos de seguro, como resultado de uma transferência para um terceiro ou de uma modificação do contrato, já para quaisquer valores remanescentes de OCI acumulados para o contrato são reclassificados para o resultado como um ajuste de reclassificação.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros e resseguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LRC e LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro para amortização das receitas ou MSC e do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente à liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

					Taxa Anual
Curva	**1 Ano**	**5 Anos**	**10 Anos**	**20 Anos**	**30 Anos**
Prefixada	13,57%	12,90%	13,44%	13,93%	13,88%
IGPM	7,41%	7,92%	7,36%	6,92%	6,77%
IPCA	6,17%	4,71%	4,32%	4,05%	3,95%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.(vide nota explicativa nº).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2025.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam à proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.2.5 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas. As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização.

3.2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

3.2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - MENSURAÇÃO DOS ATIVOS

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.2.10 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.2.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo da baixa da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.2.12 CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

3.2.13 PASSIVOS FINANCEIROS

(a) DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

(b) PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(i) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(ii) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(iii) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia patrocinam os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.2.17 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.18 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 29) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

(b) RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA.

(c) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços e de comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(d) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.19 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.2.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais controladas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) das provisões técnicas;
(iii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
(iv) da realização dos tributos diferidos; e
(v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.4 .

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 77,4% (80,6% em 31 de dezembro de 2024 das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 97,8% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Risco soberano - Brasil	86,2%	82,3%
Instituições financeiras	3,2%	7,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	0,5%	1,1%
Outros	10,1%	9,0%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
A vencer		
Até 30 dias	11.745.090	10.271.678
De 31 a 60 dias	44.925	35.717
Mais de 60 dias	52.007	22.431
Vencidas		
De 1 a 30 dias	4.333.999	3.450.419
De 31 a 60 dias	322.496	288.554
De 61 a 90 dias	388.515	467.944
De 91 a 180 dias	1.228.372	835.026
Acima de 180 dias	2.366.063	1.238.041
Provisão para risco de crédito	(2.774.730)	(1.753.180)
	17.706.736	**14.856.630**

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	4.313.846	–	4.104.989	–
Fluxo de 1 a 30 dias	6.049.214	(208.678)	15.540.318	656.080
Fluxo de 2 a 6 meses	11.773.578	(2.424.073)	2.059.028	4.030.511
Fluxo de 7 a 12 meses	7.590.434	(1.951.388)	1.374.371	2.518.494
Fluxo acima de 1 ano	19.620.179	(65.864)	17.727.612	7.769.661
Total	**49.347.250**	**(4.650.003)**	**40.806.318**	**14.974.747**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	36,5%	38,5%
Prefixados	43,1%	38,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	12,5%	16,1%
Ações	3,0%	2,3%
Outros	4,8%	5,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(1.151.181)
	+ 25 b.p.	(633.820)
	+ 10 b.p.	(270.046)
	- 10 b.p.	270.046
	- 25 b.p.	633.820
	- 50 b.p.	1.151.181
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(714.905)
	+ 25 b.p.	(369.269)
	+ 10 b.p.	(150.543)
	- 10 b.p.	150.543
	- 25 b.p.	369.269
	- 50 b.p.	714.905
Ações	± 34%	(230.420)
	± 17%	(115.210)
	± 9%	(57.605)
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(15.623)
	+ 25 b.p.	(13.130)
	+ 10 b.p.	(10.504)
	- 10 b.p.	10.504
	- 25 b.p.	13.130
	- 50 b.p.	15.623

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 11. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do relatório. Este tipo de análise comumente se dá na condição "ceteris paribus", onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Dezembro de 2025	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	82.957	39.816	(11.909)
Despesas (redução de 5%)	45.034	32.507	(10.543)
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	(12.792)	(2.235)	(4.254)
Taxa de Lapso (redução de 5%)	127.497	76.634	(20.122)
Sinistralidade (aumento de 5%)	29.265	3.419	637
Sinistralidade (redução de 5%)	(14.404)	4.481	(314)
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	370.493	(8.409)	8.069
Sinistro (aumento de 50%)	225.775	(1.358)	4.917

Dezembro de 2024	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	104.194	27.404	(3.413)
Despesas (redução de 5%)	94.805	29.470	(1.775)
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	35.690	1.467	4.847
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(59.651)	1.393	(10.678)
Sinistralidade (aumento de 5%)	26.919	3.856	667
Sinistralidade (redução de 5%)	(12.147)	4.917	(301)
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	314.217	(7.355)	7.790
Sinistro (aumento de 50%)	202.717	(918)	5.025

5.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.7 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental – incluindo o uso excessivo de recursos naturais – e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade – reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, demais empresas controladas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

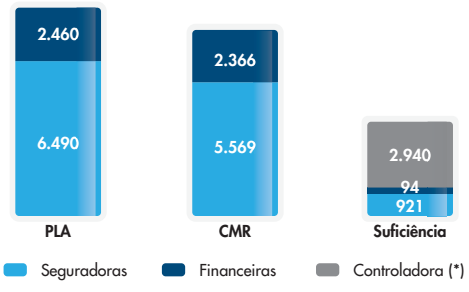
Segue abaixo o detalhamento dos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Seguros		
Capital de risco de subscrição	3.875.259	3.764.073
Capital de risco de crédito	185.114	209.998
Capital de risco de mercado	478.618	452.554
Capital de risco operacional	168.948	151.346
Benefício da correlação entre riscos	(336.266)	(351.270)
Capital requerido - seguros (i)	**4.371.673**	**4.226.701**
Capital requerido - financeiras (ii)	**2.366.470**	**2.033.257**
Capital requerido - outros (iii)	**1.197.360**	**960.040**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceita de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da PortoSeg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2025 das seguradoras e operadoras de saúde face às variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	13,9%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	14,9%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	19,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	5,5%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	13,4%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	8,3%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face aos cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	0,11
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	0,09
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	0,05
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	0,10

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

O Grupo Porto oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento que são administrados através de quatro verticais de negócios. Composição dos negócios reportados em cada vertical:

- Vertical Seguro: compreendem os negócios de Automóveis, Patrimonial, Vida e Uruguai.
- Vertical Saúde: compreendem os negócios de Saúde, Odonto e Serviços em Saúde.
- Vertical Bank: compreendem os negócios de Cartão de Crédito, Financiamento, Riscos Financeiros, Capitalização, Previdência e Consórcio.
- Vertical Serviço: compreendem os negócios da Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C.
- Controladora e Demais negócios: compreendem os negócios de Atendimento, Porto Seguro Serviços e Comércio, Renova, Gestão de Recursos, Controladora e Holding.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2025, 98,52% (98,3% em 31 de dezembro de 2024) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

Desde 1º de janeiro de 2023, os resultados societários da Companhia passaram a ser divulgados de acordo com a norma da IFRS 17 - CPC 50, em substituição à IFRS 4 - CPC 11. A adoção inicial foi realizada em conformidade com os procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Vale observar que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ainda não adotaram esta norma, de modo que, para as entidades reguladas por estas autarquias, ainda estão vigentes as disposições do CPC 11. Dessa forma, a Companhia continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos anos anteriores. Com o objetivo de assegurar a representação fidedigna do saldo total exibido no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, foi incluída uma linha, a qual detalha o impacto decorrente da norma da IFRS 17. Os números abaixo estão apresentados em milhões.

Demonstração de resultado	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmio retido	22.238	8.334	–	–	24	30.596	27.801
Prêmio ganho	21.839	8.178	–	–	28	30.045	27.479
Receitas não seguros	52	154	7.302	2.564	416	10.488	9.141
Sinistros líquidos retidos	(11.300)	(6.099)	–	–	(28)	(17.427)	(15.676)
Perdas de crédito	–	–	(2.280)	–	(24)	(2.304)	(1.817)
Despesa de comercialização	(5.336)	(607)	(732)	(176)	(104)	(6.955)	(6.431)
Despesas com tributos	(572)	(106)	(433)	(121)	(181)	(1.413)	(1.290)
Despesas operacionais	(273)	(206)	(1.354)	(1.585)	(74)	(3.492)	(3.084)
Despesas administrativas	(2.258)	(416)	(983)	(189)	(680)	(4.526)	(4.194)
Resultado operacional	**2.152**	**898**	**1.521**	**493**	**(647)**	**4.417**	**4.128**
Resultado financeiro e patrimonial	975	214	–	6	236	1.431	918
Amortização do intangível	(13)	–	–	(32)	–	(45)	(45)
Resultado antes dos impostos	**3.114**	**1.112**	**1.521**	**467**	**(411)**	**5.803**	**5.001**
Imposto de renda e contribuição social	(963)	(353)	(463)	(120)	644	(1.255)	(1.310)
Participação nos resultados	(495)	(179)	(247)	(81)	(128)	(1.130)	(976)
Acionistas não controladores em controladas	–	–	–	(43)	–	(43)	(48)
Resultado investidas e controladas	–	–	–	–	(18)	(18)	(13)
Lucro líquido - dezembro de 2025	**1.656**	**580**	**811**	**223**	**87**	**3.357**	–
Lucro líquido - dezembro de 2024	**1.643**	**394**	**632**	**205**	**(220)**	–	**2.654**
					Impactos do CPC 50/IFRS 17	**24**	**(9)**
					Lucro líquido do exercício	**3.381**	**2.645**

Balanço Patrimonial	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativos financeiros	14.489	2.276	3.440	342	3.160	23.706	20.780
Prêmios a receber (i)	8.868	559	1.459	–	–	10.885	10.069
Custos de aquisição diferidos	2.278	1.075	3.025	–	–	6.378	4.631
Impostos diferidos	357	140	1.441	49	16	2.003	1.685
Imobilizado e intangível	2.103	608	107	622	17	3.458	2.707
Combinação de negócios	958	24	94	16	299	1.390	2.041
Demais ativos (ii)	4.244	669	16.840	682	679	23.117	19.380
	33.297	**5.351**	**26.406**	**1.711**	**4.171**	**70.937**	**61.293**
Provisões técnicas (i)	20.516	2.241	1.659	–	–	24.417	22.581
Passivos financeiros (iii)	190	–	20.846	195	–	21.231	17.224
Provisões judiciais (iv)	1.136	264	77	25	13	1.515	1.431
Demais passivos	4.817	476	1.063	437	1.372	8.165	6.164
	26.659	**2.981**	**23.645**	**657**	**1.385**	**55.328**	**47.400**
					Patrimônio líquido	**15.609**	**13.893**
					Impactos do CPC 50/IFRS 17	**(14.978)**	**(13.379)**
					Total de passivos e patrimônio líquido	**55.959**	**47.914**

(i) Na vertical Bank, considera-se os riscos financeiros.
(ii) Na vertical Bank, refere-se principalmente a Empréstimos e recebíveis.
(iii) Vide nota explicativa nº 23.
(iv) Vide nota explicativa nº 24.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	117.778	65.760	1.619.673	1.687.601
Depósitos bancários	86	76	278.250	503.893
	117.864	**65.836**	**1.897.923**	**2.191.494**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora		Consolidado				
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos abertos							
Cotas de fundos de investimentos	731.948	608.239	536.393	22.236	1.038.206	1.596.835	1.012.970
Outras	–	–	2.920	–	–	2.920	2.556
	731.948	**608.239**	**539.313**	**22.236**	**1.038.206**	**1.599.755**	**1.015.526**
Fundos exclusivos							
LFTs	43.274	–	311.442	1.849.081	163.385	2.323.908	2.992.164
Cotas de fundos de investimentos	469.065	234.993	69.706	921.281	542.804	1.533.791	1.235.520
NTNs - B	–	–	–	634.592	–	634.592	734.400
Letras financeiras - privadas	435	3.293	778	440.140	639	441.557	458.034
Debêntures - privadas	847	18.167	1.513	495.619	1.242	498.374	522.850
LTNs	–	–	840.671	83.941	709	925.321	124.552
Nota comercial	183.546	20.010	–	27.069	183.546	210.615	30.708
Ações de companhias abertas	194.403	96.426	10.297	113.176	194.403	317.876	237.186
CDBs	–	391	–	55.357	–	55.357	66.223
NTNs - F	–	–	–	–	1.242	1.242	–
Outros	–	–	–	5.269	–	5.269	–
	891.570	**373.280**	**1.234.407**	**4.625.525**	**1.087.970**	**6.947.902**	**6.401.637**
Carteira própria							
Debêntures	–	–	–	–	238.929	238.929	–
	–	–	–	–	**238.929**	**238.929**	–
Total	**1.623.518**	**981.519**	**1.773.720**	**4.647.761**	**2.365.105**	**8.786.586**	**7.417.163**
Circulante	1.623.518	981.519				8.783.666	7.414.555
Não circulante	–	–				2.920	2.608

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA) - CONSOLIDADO

	Seguros	Previdência	Dezembro de 2025 Total	Dezembro de 2024 Total
Carteira própria				
NTNs - B	1.245.716	178.254	1.423.970	1.620.596
NTNs - F	356.165	–	356.165	334.792
Debêntures	103.534	–	103.534	–
LTNs	83.043	–	83.043	69.232
	1.788.458	**178.254**	**1.966.712**	**2.024.620**
Não circulante			1.966.712	2.024.620

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.345.392 (R$ 2.537.882 em 31 de dezembro de 2024), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ 121.818 (R$ (275.360) em 31 de dezembro de 2024).

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2025 Total	Dezembro de 2024 Total
Fundos exclusivos	5.736.730	1.211.172	6.947.902	6.401.637
Carteira própria	1.745.942	459.699	2.205.641	2.024.620
Fundos abertos	1.599.755	–	1.599.755	1.015.526
	9.082.427	**1.670.871**	**10.753.298**	**9.441.783**
Circulante			8.783.666	7.414.555
Não circulante			1.969.632	2.027.228

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora		Consolidado				
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos							
NTNs - B	552.624	699.124	3.570.068	1.289.081	682.497	5.541.646	4.535.598
LTNs	646.309	407.208	3.960.820	–	982.392	4.943.212	3.838.124
NTNs - F	–	–	465.930	–	–	465.930	433.844
Debêntures	16	–	28	–	22	50	–
Outros	–	–	–	–	190	190	192
NTN - C	–	–	–	–	–	–	178.676
Total	**1.198.949**	**1.106.332**	**7.996.846**	**1.289.081**	**1.665.101**	**10.951.028**	**8.986.434**
Circulante	142.574	–				1.753.073	–
Não circulante	1.056.375	1.106.332				9.197.955	8.986.434

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 10.698.159 (R$ 8.417.669 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO - CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	18.428.217	17.979.949
Aplicações	44.035.232	34.838.396
Resgates	(43.277.747)	(35.533.750)
Rendimentos	2.396.806	1.418.982
Ajuste a valor de mercado	121.818	(275.360)
Saldo final	**21.704.326**	**18.428.217**
Circulante	10.536.739	7.414.555
Não circulante	11.167.587	11.013.662

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, por meio outros resultados abrangentes e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	13,28	12,13	14,80	12,20
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	–	–	109,10	107,86
LTNs	13,42	12,77	13,12	13,13
NTNs - B - IPCA +	2,82	5,76	6,46	5,99
Debêntures (DI+)	1,77	1,92	1,07	1,74
Nota Comercial	0,59	–	0,72	–
LFTs	0,05	–	0,05	0,09
NTNs - C - IGPM +	–	–	–	6,26
NTNs - F - PRÉ	–	–	8,44	7,98
Carteira própria				
NTNs - F - PRÉ	–	–	6,99	6,99
NTNs - B - IPCA +	–	–	4,63	4,13
LTNs	–	–	11,02	11,02
Debêntures	–	–	8,00	–

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	11.842.021	(85.129)	11.756.892	10.329.827	(94.479)	10.235.348
Operações de cartão de crédito (ii)	5.634.632	(2.483.166)	3.151.466	3.716.312	(1.513.732)	2.202.580
Empréstimos	2.004.169	(141.283)	1.862.886	1.277.077	(80.451)	1.196.626
Financiamentos (iii)	1.000.645	(65.153)	935.492	1.286.594	(64.518)	1.222.076
	20.481.467	**(2.774.731)**	**17.706.736**	**16.609.810**	**(1.753.180)**	**14.856.630**
Provisão sobre o total da carteira			13,55%			10,56%
Circulante			16.654.627			13.829.746
Não circulante			1.052.109			1.026.884

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 26).
(ii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.
(iii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS - CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**87.930**	**171.424**	**1.644.870**	**1.904.224**
Novas entradas	364.049	536.374	1.141.099	2.041.522
Melhora de estágio	19.484	30.989	(50.473)	–
Piora de estágio	(141.268)	(364.263)	505.531	–
Liquidações (total ou parcial)	(226.123)	(171.071)	(1.795.372)	(2.192.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**104.072**	**203.453**	**1.445.655**	**1.753.180**
Novas entradas	356.986	1.064.422	1.675.302	3.096.710
Melhora de estágio	9.339	37.669	(47.008)	–
Piora de estágio	(149.509)	(722.352)	871.861	–
Liquidações (total ou parcial)	(245.306)	(313.072)	(1.516.781)	(2.075.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**75.582**	**270.120**	**2.429.029**	**2.774.731**

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	81.958	45.272	539.550	149.616
CSLL	4.079	885	226.208	36.909
PIS e COFINS	–	–	110.955	55.312
Impostos Uruguai	–	–	40.177	29.219
INSS	9.015	–	38.768	23.738
Outros	–	–	3.654	2.272
	95.052	**46.157**	**959.312**	**297.066**
Circulante	95.052	46.157	959.312	295.594
Não circulante	–	–	–	1.472

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	51.050	14.263	245.709	131.196
IRPJ	–	–	460	70.787
INSS e FGTS	5.405	4.014	141.285	88.801
CSLL	–	–	2.261	59.496
IRRF	105	18.479	128.928	86.373
Uruguai	–	–	63.302	46.552
ISS	–	–	54.104	46.029
Outros	6	4	18.316	16.103
	56.566	**36.760**	**654.365**	**545.337**
Circulante	56.566	36.760	654.365	545.337

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:06:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	213.118	1.277.967	(919.244)	571.841
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	752.394	1.225.269	(1.302.862)	674.801
Provisão para obrigações legais	437.837	53.116	(339.140)	151.813
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	219.554	50.084	(118.138)	151.500
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	182.313	68.335	(35.279)	215.369
Provisão de participação de lucros	161.134	343.033	(259.998)	244.169
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	58.412	58.507	(49.822)	67.097
IR e CS sobre IFRS 17	18.375	–	–	18.375
Lei do Bem	–	59.313	(59.302)	11
Outras provisões	224.689	365.724	(265.073)	325.340
	2.267.826	**3.501.348**	**(3.348.858)**	**2.420.316**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(714.422)			(1.042.048)
	1.553.404			**1.378.268**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	1.074.057	451.701	220.599	149.150	91.077	80.694	88.609	264.429	**2.420.316**

11.3.3 PASSIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre diferido do CPC 47	410.508	1.696.521	(1.343.124)	763.905
IR e CS sobre combinação de negócios	349.986	–	(5.105)	344.881
IR e CS sobre o IFRS 17	149.209	22.254	(10.913)	160.550
PIS e COFINS Diferidos	90.633	130.277	(114.149)	106.761
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	74.501	26.153	(14.530)	86.124
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	70.186	440.371	(490.785)	19.772
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	5.308	–	(838)	4.470
Outros	24.211	45.909	(19.225)	50.895
	1.174.542	**2.361.485**	**(1.998.669)**	**1.537.358**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(640.123)			(845.029)
	534.419			**692.329**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	3.379.328	2.644.845
Alíquota vigente	34%	34%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(1.148.972)**	**(899.247)**
Equivalência patrimonial	1.115.388	878.923
Juros sobre capital próprio	99.565	139.584
Participação nos lucros - administradores	(10.258)	(10.979)
Outros	(54.167)	(108.281)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**1.150.528**	**899.247**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**1.556**	**–**
Taxa efetiva (D/-A)	**-0,05%**	**–%**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	4.639.515	3.944.566
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(1.855.806)**	**(1.577.826)**
Juros sobre capital próprio	493.420	347.210
Inovação tecnológica	49.102	66.280
Depósitos judiciais	36.965	25.167
Doações/incentivos	46.923	63.960
Participação nos lucros - administradores	(76.485)	(76.619)
Outros	90.444	(101.956)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**640.369**	**324.042**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(1.215.437)**	**(1.253.784)**
Taxa efetiva (D/-A)	**26,2%**	**31,8%**

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Salvados (i)	177.171	212.193
Veículos recuperados de financiamentos	5.880	5.371
Veículos desativados de locações (ii)	222	23.220
Provisão para redução ao valor recuperável	(42.963)	(50.741)
	140.310	**190.043**

(i) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.
(ii) Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. O saldo de bens a venda diminuiu expressivamente em decorrência do encerramento das operações de locação de veículos.

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO - CONSOLIDADO

O montante de R$ 2.807.015 refere-se principalmente a:
(i) R$2.690.299 da Porto Consórcio, sendo suas receitas de taxa de adesão dos grupos de consórcios e despesas com comissionamento, dos quais são reconhecidas com base na vigência de cada contrato;
(ii) R$ 59.300 da Portocap, referente às comissões sobre os títulos de capitalização emitidos;
(iii) R$ 47.217 da CDF, sendo principalmente os valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços; e
(iv) R$ 10.200 da Porto Saúde, referente às comissões de agenciamento, comissão vitalícia e comissões relacionadas às campanhas.
A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.542.387**	**1.007.400**
Constituição	1.801.997	1.047.245
Apropriação para despesa	(537.369)	(512.258)
Saldo final	**2.807.015**	**1.542.387**
Circulante	931.143	508.959
Não circulante	1.875.872	1.033.428

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

As controladas que possuem "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62), estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Portoseg		
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de "swap"	(1.576.654)	(2.142.434)
Passivo financeiro (objeto de hedge)	1.620.928	2.302.626
Total (A)	**44.274**	**160.192**
Parcela Inefetiva (B)	**(354)**	**(1.212)**
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(2.173.538)	(2.637.123)
Hedge de captações	2.233.111	2.625.839
Total (C)	**59.573**	**(11.284)**
Unigás		
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de "swap"	(10.849)	–
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	10.913	–
Total (A)	**64**	**–**
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(9.999)	(2.637.123)
"Hedge" de captações	10.208	2.625.839
Total (C)	**209**	**(11.284)**
Porto Serviço Negócios (i)		
Valor justo		
Contrato de "swap"	–	(255.047)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	–	254.792
Total (A)	**–**	**(255)**
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	–	(254.014)
"Hedge" de captações	–	253.551
Total (C)	**–**	**(463)**
Controladora		
Instrumentos financeiros - (ativos - passivos) (A+C)	**104.120**	**148.190**
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	**43.920**	**158.725**
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	**23.668**	**95.142**

(i) Os passivos financeiros (objeto de hedge) foram liquidados em fevereiro de 2025.

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Outros créditos a receber de cartão de crédito	–	–	345.944	247.471
Despesas antecipadas (ii)	393	394	290.603	369.923
Sinistros em processamento	–	–	156.352	87.257
Contas a receber - financeiro	170	11	133.720	34.757
Adiantamentos a funcionários	1.287	–	112.802	64.054
Adiantamentos administrativos	(1)	995	74.827	41.400
Valores a receber - seguro	–	–	51.693	50.401
Cosseguro	–	–	18.053	48.525
Almoxarifado	–	–	17.341	15.153
Comissões em processamento	–	–	12.822	13.280
Bloqueios judiciais	34	34	8.392	7.773
Cheques a depositar	–	–	2.254	10.915
Dividendos a receber (i)	–	109.150	–	–
Contas a receber - Oncoclínicas	–	–	–	34.134
Partes relacionadas (iii)	6.069	2.656	–	–
Outros	70.916	6.168	150.652	81.336
	78.868	**119.408**	**1.375.455**	**1.106.379**
Circulante	78.834	112.999	1.295.808	1.001.333
Não circulante	34	6.409	79.647	105.046

(i) Dividendos recebidos em 27 de fevereiro de 2025.
(ii) Valor refere-se principalmente, aos grupos de manutenção de sistemas, diferimento de comissão de parceiros comerciais e diferimento de despesas com pessoal da Porto Consócio, referente aos salários e benefícios pagos à equipe de vendas de cotas de consórcio.
(iii) O aumento refere-se ao repasse do Programa Porto em ação dos funcionários. Vide nota explicativa nº 38.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS (i)	–	–	884.851	891.963
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	–	–	536.751	548.589
Sinistros judiciais	–	–	37.598	37.375
Outros	88	296	52.071	41.615
	88	**296**	**1.511.271**	**1.519.542**

(i) Vide nota explicativa nº 24.1.

17. INVESTIMENTOS

17.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/ redução de capital	Ajustes instrumentos financeiros	Remuneração em ações	Transações de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Cia.	6.983.263	1.825.422	(1.634.181)	–	63.179	6.579	–	2.433	7.246.695
Porto Bank	1.799.613	496.516	(288.083)	251.660	(73.274)	11.332	–	5.261	2.203.025
Porto Saúde Participações (ii)	1.754.697	666.309	(240.922)	161.546	(1.384)	4.462	–	(2.703)	2.342.005
Porto Serviço (i)	1.083.297	220.607	(233.590)	–	(544)	4.264	(169.062)	59	905.031
Porto Serviços e Comércio (ii)	486.843	5.082	(1.207)	(44.796)	(3.546)	6.221	–	255	448.852
Porto Uruguay	214.187	80.791	(45.982)	–	–	–	–	12.601	261.597
Porto Asset Management	1.111	(524)	–	10.000	(177)	195	–	–	10.605
Porto Seguro Gestora de Recursos	17.217	33.990	(21.727)	–	22	219	–	–	29.721
	12.340.228	3.328.193	(2.465.692)	378.410	(15.724)	33.272	(169.062)	17.906	13.447.531

(i) Em abril de 2025, a Porto Assistência Participações realizou a recompra de ações de sua própria emissão. Tal evento gerou reflexos na controlada Porto Serviço - detentora de 81,6% de participação à época - resultando em um impacto no patrimônio líquido de R$ 130.690. Posteriormente, em outubro de 2025, mediante o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, a participação da Porto Serviço foi elevada para 87,4%, sendo reconhecido o respectivo ajuste de participação. Na mesma data, em decorrência da incorporação descrita na nota explicativa nº 1.1.2, a Companhia registrou uma diluição de 12,6% em sua participação na Porto Serviço.
(ii) Aumento/redução de capital referente ao acervo decorrente da reorganização societária do Grupo Porto, vide detalhes na NE 1.1.

17.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2025 Lucro líquido/ (prejuízo) do período
Porto Cia. (ii)	14.148.777	6.874.997	20.231.934	1.614.161
Porto Saúde	4.435.652	2.218.125	8.497.565	706.532
Porto Consórcio	3.102.346	2.377.387	1.190.175	273.909
Portoseg (ii)	23.189.086	22.096.002	4.763.292	222.084
CDF S.A. (ii) (iii)	–	–	1.734.945	205.939
Azul Seguros (ii)	1.182.534	414.209	2.925.472	139.841
Porto Uruguay	614.063	352.467	817.569	80.791
Porto Serviço (ii) (iii)	1.692.298	657.264	409.475	54.263
Porto Capitalização	2.514.311	2.221.898	340.619	49.409
Porto Vida e Previdência	6.681.544	6.089.246	1.702.057	13.131
Porto Serviços e Comércio (ii)	628.853	180.002	19.097	11.984
Itaú Auto e Residência	207.511	145.336	48.339	8.985
Serviços Médicos (ii)	57.072	10.038	73.394	8.720
Porto Atendimento	88.195	64.516	397.357	1.155
Porto Assistência Participações (ii) (iii)	–	–	144.022	800
Porto Asset Management	59.918	49.313	66.129	(524)
Portopar	32.442	3.160	20.229	(2.251)
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (iii)	35.356	7.184	14.618	(12.537)
Demais	9.665.865	396.102	669.539	(5.005)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(43.194)
	68.335.823	**44.157.246**	**44.065.827**	**3.328.193**

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia. (ii)	12.832.873	5.809.938	16.763.354	1.268.708
Porto Saúde	3.230.163	1.566.004	6.535.634	341.436
Azul Seguros (ii)	2.172.616	1.039.929	5.242.323	264.335
Porto Consórcio	1.663.831	1.141.265	1.127.768	258.695
CDF S.A. (ii) (iii)	909.167	447.125	2.124.946	227.375
Portoseg (ii)	19.277.705	18.174.505	3.752.081	181.288
Porto Serviços e Comércio (ii)	646.655	159.812	21.573	59.763
Porto Uruguay	511.694	297.508	654.958	53.981
Porto Capitalização	2.160.999	1.891.711	265.805	36.565
Porto Assistência Participações (ii) (iii)	556.513	42.363	105.516	22.282
Portopar	39.390	7.989	33.834	13.637
Serviços Médicos (ii)	92.175	7.943	72.466	11.339
Itaú Auto e Residência	230.087	153.601	136.329	10.977
Porto Atendimento	71.037	51.430	347.341	452
Porto Vida e Previdência	6.186.256	5.660.808	(2.822)	(6.226)
Porto Asset Management	38.561	37.450	53.607	(12.018)
Porto Serviço (ii) (iii)	1.086.192	2.893	5.086	(30.650)
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (iv)	244.296	268.887	98.132	(93.591)
Demais	7.440.147	277.200	328.372	44.611
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(45.937)
	59.390.357	**37.038.361**	**37.666.303**	**2.607.022**

(i) Considera-se receitas operacionais e financeiras.
(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.
(iii) Para os saldos de 2024, considera-se o resultado da Porto Assistência e da CDF Ltda., que foram incorporadas pela CDF S.A. respectivamente, em fevereiro e agosto de 2024. Para os saldos de 2025, considera-se o resultado da CDF S.A. e Porto Assistência Participações, que foram incorporadas pela Porto Serviço em outubro de 2025.
(iv) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2025
ConectCar (i)	**129.188**	20.321	–	**149.509**
Petlove (ii)	**58.910**	7.389	–	**66.299**
Onkos Oncologia (ii)	**38.753**	38.049	(41.471)	**35.331**
	226.851	**65.759**	**(41.471)**	**251.139**

(i) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar.
(ii) Corresponde às participações minoritárias, de 13,5% na Petlove Cayman Ltd. e 40,0% na Onkos Oncologia.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R$ 273.700 (Controladora) (R$ 322.390 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 241.962 (Consolidado) (R$ 273.535 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa abaixo.

18.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia., Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.
O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, considerando condições do mercado imobiliário à época, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches.
O Fundo busca oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 72 meses, da data da assinatura do referido acordo de compra e venda dos imóveis, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda.
Dos imóveis, 23 foram vendidos a terceiros até 31 de dezembro de 2025
Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, o valor será compartilhado conforme abaixo:

- Se o imóvel for vendido por até 90% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 30%;
- Se o imóvel for vendido entre 90% e 95% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 50%;
- Se o imóvel for vendido acima de 95% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 70%.

Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo, corrigido pelo IPCA.
A Porto S.A. também paga ao Fundo uma Indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.
Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas informações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa.
A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA, sendo a contrapartida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 36).

19. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

19.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações	2,0	532.826	(53.226)	**479.600**	518.800	(42.906)	**475.894**
Terrenos	–	131.679	–	**131.679**	122.775	–	**122.775**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	238.773	(96.665)	**142.108**	208.537	(80.047)	**128.490**
Informática	20,0 a 33,3	684.484	(514.354)	**170.130**	634.962	(471.594)	**163.368**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	68.261	(60.930)	**7.331**	68.936	(65.115)	**3.821**
Rastreadores	100,0	3.642	(2.279)	**1.363**	3.249	(1.813)	**1.436**
Equipamentos	10,0 a 14,3	31.984	(30.079)	**1.905**	35.409	(31.372)	**4.037**
Veículos	20,0 a 25,0	14.856	(13.405)	**1.451**	15.298	(12.856)	**2.442**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	2.263	(1.495)	**768**	32.154	(3.917)	**28.237**
		1.708.768	**(772.433)**	**936.335**	**1.640.120**	**(709.620)**	**930.500**

19.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	**475.894**	16.309	(2.534)	(10.432)	363	**479.600**
Terrenos	**122.775**	9.131	(850)	–	623	**131.679**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**128.490**	30.196	–	(16.585)	7	**142.108**
Informática	**163.368**	75.939	247	(66.474)	(2.950)	**170.130**
Móveis, máquinas e utensílios	**3.821**	1.588	(69)	(2.541)	4.532	**7.331**
Rastreadores	**1.436**	3.221	(106)	(3.188)	–	**1.363**
Equipamentos	**4.037**	126	(6)	(946)	(1.306)	**1.905**
Veículos	**2.442**	575	(62)	(1.262)	(242)	**1.451**
Veículos e equipamentos locados a terceiros (i)	**28.237**	40	(45.441)	(531)	18.463	**768**
	930.500	**137.125**	**(48.821)**	**(101.959)**	**19.490**	**936.335**

(i)Refere-se substancialmente às baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos, bem como às transferências de veículos no período, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens à venda.

20. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

20.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 20,0	3.217.178	(1.303.422)	**1.913.756**	2.815.315	(1.073.329)	**1.741.986**
Contratos "sign" bônus (*)		129.702	(126.559)	**3.143**	129.702	(105.739)	**23.963**
Outros Intangíveis	20,0	75.682	(51.358)	**24.324**	55.137	(43.590)	**11.539**
Intangíveis		**3.422.562**	**(1.481.339)**	**1.941.223**	**2.999.146**	**(1.222.658)**	**1.776.488**
Marca	2,2	246.000	–	**246.000**	246.000	–	**246.000**
Canal de distribuição		568.000	(203.007)	**364.993**	568.000	(190.385)	**377.615**
Ágio na aquisição de investimentos		346.800	–	**346.800**	346.800	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		**1.160.800**	**(203.007)**	**957.793**	**1.160.800**	**(190.385)**	**970.415**
Contratos de Parceria - Mais-Valia		100.491	(62.243)	**38.248**	100.491	(34.018)	**66.473**
"Software"	6,67 a 20,0	7.226	(3.468)	**3.758**	7.226	(2.023)	**5.203**
Ágio		538.327	–	**538.327**	538.327	–	**538.327**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		**646.044**	**(65.711)**	**580.333**	**646.044**	**(36.041)**	**610.003**
Marca		78.715	–	**78.715**	78.715	–	**78.715**
"Software"	13,3	15.975	(9.585)	**6.390**	15.975	(7.455)	**8.520**
Ágio		213.092	–	**213.092**	237.092	–	**237.092**
Demais	18,4	8.552	(8.149)	**403**	8.553	(7.377)	**1.176**
Combinações de negócios - Petlove		**316.334**	**(17.734)**	**298.600**	**340.335**	**(14.832)**	**325.503**
Marca		34.488	–	**34.488**	34.488	–	**34.488**
Parceria		1.900	–	**1.900**	1.900	–	**1.900**
Ágio		43.974	–	**43.974**	43.974	–	**43.974**
Combinações de negócios - ConectCar.		**80.362**	**–**	**80.362**	**80.362**	**–**	**80.362**
Ágio (Unigás)		3.776	–	**3.776**	3.776	–	**3.776**
Parceria		15.400	(3.033)	**12.367**	15.400	(1.633)	**13.767**
Combinações de negócios - Unigás		**19.176**	**(3.033)**	**16.143**	**19.176**	**(1.633)**	**17.543**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.981	–	**23.981**	23.981	–	**23.981**
Carteira Cliente Nido		4.494	(1.157)	**3.337**	4.494	(835)	**3.659**
Ágio Nido		9.979	–	**9.979**	9.979	–	**9.979**
Outras combinações de negócios		**38.454**	**(1.157)**	**37.297**	**38.454**	**(835)**	**37.619**
		5.683.732	**(1.771.981)**	**3.911.751**	**5.284.317**	**(1.466.384)**	**3.817.933**

(*) Os valores registrados como "Sign" Bônus referem-se aos pagamentos de bônus a parceiros comerciais, com o objetivo de assegurar o direito de exclusividade e de preferência das vendas dos serviços prestados pela Porto Serviço. O valor do bônus é pago a título de contraprestação destes direitos adquiridos, a ser amortizado conforme prazo médio contratual de exclusividade com os parceiros comerciais (entre 36 e 48 meses).

20.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações Aquisições	Baixas/ vendas	Despesa de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	**1.741.986**	405.442	(2.632)	(231.979)	939	**1.913.756**
Contratos "sign" bônus	**23.963**	–	–	(20.820)	–	**3.143**
Outros Intangíveis	**10.539**	–	–	(1.824)	15.609	**24.324**
	1.776.488	**405.442**	**(2.632)**	**(254.623)**	**16.548**	**1.941.223**
Marca	**246.000**	–	–	–	–	**246.000**
Canal de distribuição	**377.615**	–	–	(12.622)	–	**364.993**
Ágio na aquisição de investimentos	**346.800**	–	–	–	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	**970.415**	**–**	**–**	**(12.622)**	**–**	**957.793**
Parceria	**66.473**	–	–	(28.225)	–	**38.248**
"Software"	**5.203**	–	–	(1.445)	–	**3.758**
Ágio	**538.327**	–	–	–	–	**538.327**
Combinações de negócios - CDF	**610.003**	**–**	**–**	**(29.670)**	**–**	**580.333**
Marca	**78.715**	–	–	–	–	**78.715**
"Software"	**8.520**	–	–	(2.130)	–	**6.390**
Ágio	**237.092**	–	(24.000)	–	–	**213.092**
Demais	**1.176**	–	–	(773)	–	**403**
Combinações de negócios - Petlove	**325.503**	**–**	**(24.000)**	**(2.903)**	**–**	**298.600**
Marca	**34.488**	–	–	–	–	**34.488**
Parceria	**1.900**	–	–	–	–	**1.900**
Ágio	**43.974**	–	–	–	–	**43.974**
Combinações de negócios - Conectcar	**80.362**	**–**	**–**	**–**	**–**	**80.362**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	**23.981**	–	–	–	–	**23.981**
Carteira Cliente Nido	**3.659**	–	–	(322)	–	**3.337**
Ágio Nido	**9.979**	–	–	–	–	**9.979**
Outras combinações de negócios	**37.619**	**–**	**–**	**(322)**	**–**	**37.297**
Ágio	**3.776**	–	–	–	–	**3.776**
Parceria	**13.767**	–	–	(1.400)	–	**12.367**
Combinações de negócios - Unigás	**17.543**	**–**	**–**	**(1.400)**	**–**	**16.143**
	3.817.933	**405.442**	**(26.632)**	**(301.540)**	**16.548**	**3.911.751**

20.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

A Administração anualmente realiza o teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo marcas e os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.
Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método do valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.
Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.
A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

UGCs	Dezembro de 2025 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Dezembro de 2024 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	12,84%	3,63%	12,87%	3,60%
ConectCar	19,73%	3,58%	21,36%	3,60%
Petlove	12,33%	4,41%	12,42%	3,60%
Porto Seguro Saúde Ocupacional	11,72%	3,50%	11,75%	3,50%
CDF	12,79%	3,58%	13,28%	3,60%
Nido	15,17%	3,50%	13,10%	3,50%
Unigás	11,87%	3,50%	11,34%	3,50%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos, exceto na Petlove, gerando uma perda de R$ 24.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

21. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

21.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - COMPOSIÇÃO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2025 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	181.742	(100.875)	**80.867**	179.419	(92.222)	**87.197**

21.2 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Movimentações Constituições/ baixas de contratos	Despesas de amortização	Dezembro de 2025
Direito de uso	**87.197**	12.891	(19.221)	**80.867**

22. CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Os saldos de contratos de seguros e resseguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

Contratos de seguro e resseguro	PAA	BBA	VFA	Dezembro de 2025 Total
Saldo líquido de contratos de seguro	**4.868.850**	**1.242.616**	**4.895.649**	**11.007.115**
Passivos de contratos de seguro	4.868.850	1.242.616	4.895.649	11.007.115
Saldo líquido de contratos de resseguro	**99.394**	**–**	**–**	**99.394**
Ativos do contrato de resseguro	99.394	–	–	99.394

Contratos de seguro e resseguro	PAA	BBA	VFA	Dezembro de 2024 Total
Saldo líquido de contratos de seguro	**4.737.172**	**1.282.312**	**4.409.277**	**10.428.761**
Passivos de contratos de seguro	4.737.172	1.282.312	4.409.277	10.428.761
Saldo líquido de contratos de resseguro	**100.961**	**–**	**–**	**100.961**
Ativos do contrato de resseguro	100.961	–	–	100.961

a) CONTRATOS DE SEGURO - PAA - MOVIMENTAÇÃO

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por cobertura remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por sinistros incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros - nota nº 22 (b)	Dezembro de 2025 Total
Saldo inicial no exercício	**1.366.313**	**3.863.902**	**88.222**	**(581.265)**	**4.737.172**
Receita de seguro	**(30.233.551)**	–	–	–	**(30.233.551)**
Despesas de serviço de seguro	**5.095.219**	**18.221.900**	**(3.789)**	**–**	**23.313.330**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	42.814	18.221.900	(452.658)	–	17.812.056
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	5.052.405	–	–	–	5.052.405
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	448.869	–	448.869
Resultado do serviço de seguro	**(25.138.332)**	**18.221.900**	**(3.789)**	**–**	**(6.920.221)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	–	(76.522)	13.520	–	(63.002)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(25.138.332)**	**18.145.378**	**9.731**	**–**	**(6.983.223)**
Prêmios recebidos	30.098.576	–	–	–	30.098.576
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	(17.570.183)	–	–	(17.570.183)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.924.304)	–	–	(489.188)	(5.413.492)
Fluxos de caixa totais	**25.174.272**	**(17.570.183)**	**–**	**(489.188)**	**7.114.901**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(201.907)	–	–	201.907	–
Saldo final no exercício	**1.200.346**	**4.439.097**	**97.953**	**(868.546)**	**4.868.850**

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por cobertura remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por sinistros incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros - nota nº 22 (b)	Dezembro de 2024 Total
Saldo inicial no exercício	**1.889.702**	**3.471.718**	**76.983**	**(402.138)**	**5.036.265**
Receita de seguro	(27.657.852)	–	–	–	**(27.657.852)**
Despesas de serviço de seguro	**4.703.805**	**16.515.190**	**2.959**	**–**	**21.221.954**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(19.578)	16.515.190	(377.603)	–	16.118.009
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.723.383	–	–	–	4.723.383
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	380.562	–	380.562
Resultado do serviço de seguro	**(22.954.047)**	**16.515.190**	**2.959**	**–**	**(6.435.898)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	–	(32.718)	8.280	–	(24.438)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(22.954.047)**	**16.482.472**	**11.239**	**–**	**(6.460.336)**
Prêmios recebidos	27.289.461	–	–	–	27.289.461
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(91)	(16.090.288)	–	–	(16.090.379)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.587.255)	–	–	(450.584)	(5.037.839)
Fluxos de caixa totais	**22.702.115**	**(16.090.288)**	**–**	**(450.584)**	**6.161.243**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(271.457)	–	–	271.457	–
Saldo final no exercício	**1.366.313**	**3.863.902**	**88.222**	**(581.265)**	**4.737.172**

b) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2025	337.375	531.171	**868.546**
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024	130.681	450.584	**581.265**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) CONTRATOS DE SEGURO - BBA - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2025
Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	**Excluindo componente de perda**	**Componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**1.002.775**	**171.335**	**106.994**	**1.208**	**1.282.312**
Receita de seguro	**(1.030.592)**	**–**	**–**	**–**	**(1.030.592)**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(843.556)	–	–	–	(843.556)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(187.036)	–	–	–	(187.036)
Despesas de serviço de seguro	**4.835**	**–**	**709.373**	**59**	**714.267**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(189.343)	–	704.248	223	515.128
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	172.906	–	–	–	172.906
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	21.272	–	5.125	(164)	26.233
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	–	**(36.764)**	–	–	**(36.764)**
Resultado do serviço de seguro	**(1.025.757)**	**(36.764)**	**709.373**	**59**	**(353.089)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	29.921	12.194	3.313	149	45.577
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(995.836)**	**(24.570)**	**712.686**	**208**	**(307.512)**
Prêmios recebidos	1.090.926	43.941	–	–	1.134.867
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	(694.145)	–	(694.145)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(168.139)	(4.767)	–	–	(172.906)
Fluxos de caixa totais	**922.787**	**39.174**	**(694.145)**	**–**	**267.816**
Saldo final no exercício	**929.726**	**185.939**	**125.535**	**1.416**	**1.242.616**

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2024
Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	**Excluindo componente de perda**	**Componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**1.141.829**	**87.821**	**88.405**	**1.015**	**1.319.070**
Receita de seguro	**(880.325)**	**–**	**–**	**–**	**(880.325)**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(717.858)	–	–	–	(717.858)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(162.467)	–	–	–	(162.467)
Despesas de serviço de seguro	**(82.472)**	**–**	**620.502**	**77**	**538.107**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(254.274)	–	634.361	–	380.087
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	151.178	–	–	–	151.178
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	20.624	–	(13.859)	77	6.842
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**–**	**57.918**	**–**	**–**	**57.918**
Resultado do serviço de seguro	**(962.797)**	**57.918**	**620.502**	**77**	**(284.300)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	7.913	7.912	921	116	16.862
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(954.884)**	**65.830**	**621.423**	**193**	**(267.438)**
Prêmios recebidos	967.009	20.302	–	–	987.311
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	(602.834)	–	(602.834)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(151.179)	(2.618)	–	–	(153.797)
Fluxos de caixa totais	**815.830**	**17.684**	**(602.834)**	**–**	**230.680**
Saldo final no exercício	**1.002.775**	**171.335**	**106.994**	**1.208**	**1.282.312**

d) CONTRATOS DE SEGURO - VFA - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos por cobertura remanescente		Passivos por sinistros incorridos	Dezembro de 2025
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	**Excluindo componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**4.405.912**	**3.362**	**3**	**4.409.277**
Receita de seguro	**(1.377.647)**	**–**	**–**	**(1.377.647)**
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(1.377.647)	–	–	(1.377.647)
Despesas de serviço de seguro	**345.792**	**1.024.616**	**(3)**	**1.370.405**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	332.928	1.024.407	–	1.357.335
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	13.994	–	–	13.994
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(1.130)	209	(3)	(924)
Resultado do serviço de seguro	**(1.031.855)**	**1.024.616**	**(3)**	**(7.242)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	10.321	77	–	**10.398**
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(1.021.534)**	**1.024.693**	**(3)**	**3.156**
Prêmios recebidos	1.523.842	–	–	1.523.842
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	(1.026.632)	–	(1.026.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.994)	–	–	(13.994)
Fluxos de caixa totais	**1.509.848**	**(1.026.632)**	**–**	**483.216**
Saldo final no exercício	**4.894.226**	**1.423**	**–**	**4.895.649**

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos	Dezembro de 2024
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	**Excluindo componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**4.277.432**	**3.390**	**4**	**4.280.826**
Receita de seguro	**175.114**	**–**	**–**	**175.114**
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	175.114	–	–	175.114
Despesas de serviço de seguro	**(1.199.296)**	**995.710**	**(1)**	**(203.587)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(1.210.432)	991.037	5	(219.390)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	12.171	–	–	12.171
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(1.035)	4.673	(6)	3.632
Resultado do serviço de seguro	**(1.024.182)**	**995.710**	**(1)**	**(28.473)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	10.945	181	–	**11.126**
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(1.013.237)**	**995.891**	**(1)**	**(17.347)**
Prêmios recebidos	1.153.888	–	–	1.153.888
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	(995.919)	–	(995.919)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(12.171)	–	–	(12.171)
Fluxos de caixa totais	**1.141.717**	**(995.919)**	**–**	**145.798**
Saldo final no exercício	**4.405.912**	**3.362**	**3**	**4.409.277**

e) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - BBA

				Dezembro de 2025
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	**Estimativa de fluxo de caixa a valor presente**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Margem de serviço contratual - nota nº 22g)**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**973.158**	**53.542**	**255.612**	**1.282.312**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**(160.219)**	**(543)**	**(183.185)**	**(343.947)**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(183.185)	(183.185)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	(543)	–	(543)
Ajustes de experiência	(160.219)	–	–	(160.219)
Alterações relacionadas a serviços futuros	**(257.660)**	**16.955**	**205.330**	**(35.375)**
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	(25.323)	1.330	25.382	1.389
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(195.718)	15.770	179.948	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	(36.619)	(145)	–	(36.764)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**44.916**	**(18.683)**	**–**	**26.233**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	44.916	(18.683)	–	26.233
Resultado de serviço de seguro	**(372.963)**	**(2.271)**	**22.145**	**(353.089)**
Resultado Financeiro	**9.664**	**4.468**	**31.445**	**45.577**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	9.664	4.468	31.445	45.577
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**(363.299)**	**2.197**	**53.590**	**(307.512)**
Fluxos de caixa	**267.816**	**–**	**–**	**267.816**
Prêmios recebidos	1.134.867	–	–	1.134.867
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(694.145)	–	–	(694.145)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(172.906)	–	–	(172.906)
Saldo final no exercício	**877.675**	**55.739**	**309.202**	**1.242.616**

				Dezembro de 2024
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	**Estimativa de fluxo de caixa a valor presente**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Margem de serviço contratual - nota nº 22g)**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**1.202.793**	**54.839**	**61.438**	**1.319.070**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**(180.278)**	**211**	**(169.960)**	**(350.027)**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(169.960)	(169.960)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	211	–	211
Ajustes de experiência	(180.278)	–	–	(180.278)
Alterações relacionadas a serviços futuros	**(228.877)**	**13.989**	**273.773**	**58.885**
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	(16.590)	1.427	16.130	967
Contratos reconhecidos referentes à períodos anteriores	–	–	–	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(268.360)	10.717	257.643	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	56.073	1.845	–	57.918
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**26.471**	**(19.629)**	**–**	**6.842**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	26.471	(19.629)	–	6.842
Resultado de serviço de seguro	**(382.684)**	**(5.429)**	**103.813**	**(284.300)**
Resultado Financeiro	**(7.283)**	**4.132**	**20.013**	**16.862**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(7.283)	4.132	20.013	16.862
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	–	–	–	–
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**(389.967)**	**(1.297)**	**123.826**	**(267.438)**
Fluxos de caixa	**230.680**	**–**	**–**	**230.680**
Prêmios recebidos	987.311	–	–	987.311
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(602.834)	–	–	(602.834)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(153.797)	–	–	(153.797)
Saldo final no exercício	**1.043.506**	**53.542**	**185.264**	**1.282.312**

f) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - VFA

				Dezembro de 2025
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	**Estimativa de fluxo de caixa a valor presente**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Margem de serviço contratual (nota nº 22g)**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**4.181.107**	**15.013**	**213.157**	**4.409.277**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**(363.152)**	**1.290**	**355.544**	**(6.318)**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	355.544	355.544
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	1.290	–	1.290
Ajustes de experiência	(363.152)	–	–	(363.152)
Alterações relacionadas a serviços futuros	**130.220**	**(2.143)**	**(128.077)**	**–**
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	18.306	90	(18.396)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	111.914	(2.233)	(109.681)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**209**	**(1.133)**	**–**	**(924)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	209	(1.133)	–	(924)
Resultado de serviço de seguro	**(232.723)**	**(1.986)**	**227.467**	**(7.242)**
Resultado Financeiro	**217.820**	**757**	**(208.179)**	**10.398**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	217.820	757	(208.179)	10.398
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**(14.903)**	**(1.229)**	**19.288**	**3.156**
Fluxos de caixa	**483.216**	**–**	**–**	**483.216**
Prêmios recebidos	1.523.842	–	–	1.523.842
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(1.026.632)	–	–	(1.026.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.994)	–	–	(13.994)
Saldo final no exercício	**4.649.420**	**13.784**	**232.445**	**4.895.649**

				Dezembro de 2024
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	**Estimativa de fluxo de caixa a valor presente**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Margem de serviço contratual (nota nº 22g)**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**3.859.672**	**20.381**	**400.773**	**4.280.826**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**(70.665)**	**2.791**	**35.770**	**(32.104)**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	35.770	35.770
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	2.791	–	2.791
Ajustes de experiência	(70.665)	–	–	(70.665)
Alterações relacionadas a serviços futuros	**48.602**	**(8.401)**	**(40.202)**	**(1)**
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	31.908	115	(32.023)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	16.694	(8.516)	(8.179)	(1)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**4.673**	**(1.041)**	**–**	**3.632**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	4.673	(1.041)	–	3.632
Resultado de serviço de seguro	**(17.390)**	**(6.651)**	**(4.432)**	**(28.473)**
Resultado Financeiro	**193.027**	**1.283**	**(183.184)**	**11.126**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	193.027	1.283	(183.184)	11.126
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**175.637**	**(5.368)**	**(187.616)**	**(17.347)**
Fluxos de caixa	**145.798**	**–**	**–**	**145.798**
Prêmios recebidos	1.153.888	–	–	1.153.888
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(995.919)	–	–	(995.919)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(12.171)	–	–	(12.171)
Saldo final no exercício	**4.181.107**	**15.013**	**213.157**	**4.409.277**

g) REALIZAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL

Realização da Margem de Serviço Contratual	**de 0 até 1 ano**	**de 1 até 5 anos**	**de 5 até 10 anos**	**Acima de 10 anos**	**Total**
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2025	133.836	173.463	701	1.202	309.202
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2025	13.480	47.623	45.329	126.013	232.445
	147.316	**221.086**	**46.030**	**127.215**	**541.647**
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2024	80.223	103.091	735	1.215	185.264
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2024	25.768	80.143	52.297	54.949	213.157
	105.991	**183.234**	**53.032**	**56.164**	**398.421**

h) RENTABILIDADE DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA E VFA

	BBA		VFA	
Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	**Contratos rentáveis**	**Contratos onerosos**	**Contratos rentáveis**	**Total**
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**(26.641)**	**1.318**	**18.306**	**(7.017)**
Prêmios emitidos líquidos	(88.380)	534	(55.489)	(143.335)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	46.508	(257)	72.577	118.828
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	15.231	1.041	1.218	17.490
Ajuste de risco para risco não financeiro	**1.259**	**71**	**90**	**1.420**
CSM	**25.382**	**–**	**(18.396)**	**6.986**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2025	**–**	**1.389**	**–**	**1.389**

	BBA		VFA	
Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	**Contratos Rentáveis**	**Contratos Onerosos**	**Contratos Rentáveis**	**Total**
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**(17.553)**	**963**	**31.908**	**15.318**
Prêmios emitidos líquidos	(78.349)	(142)	(1.406.790)	(1.485.281)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	46.962	1.068	1.409.092	1.457.122
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	13.834	37	29.606	43.477
Ajuste de risco para risco não financeiro	**1.423**	**4**	**115**	**1.542**
CSM	**16.130**	**–**	**(32.023)**	**(15.893)**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2024	**–**	**967**	**–**	**967**

i) CONTRATOS DE RESSEGURO - PAA - MOVIMENTAÇÃO

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		Dezembro de 2025
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	**Excluindo componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**(29.154)**	**128.150**	**1.965**	**100.961**
Alocação de prêmios de resseguros	18.630	–	–	18.630
Valores recuperáveis da resseguradora	**(176.525)**	**85.075**	**(305)**	**(91.755)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(175.782)	85.075	(5.177)	(95.884)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	4.872	4.872
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(743)	–	–	(743)
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(157.895)**	**85.075**	**(305)**	**(73.125)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	–	(308)	246	(62)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(157.895)**	**84.767**	**(59)**	**(73.187)**
Prêmios pagos	185.100	–	–	185.100
Sinistros recebidos	–	(88.561)	–	(88.561)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(24.919)	–	–	(24.919)
Fluxos de caixa totais	**160.181**	**(88.561)**	**–**	**71.620**
Saldo final no exercício	**(26.868)**	**124.356**	**1.906**	**99.394**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		Dezembro de 2024
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	**Excluindo componente de perda**	**Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro**	**Ajuste de risco para risco não financeiro**	**Total**
Saldo inicial no exercício	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**
Alocação de prêmios de resseguros	29.523	–	–	29.523
Valores recuperáveis da resseguradora	**(166.465)**	**82.164**	**(1.266)**	**(85.567)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(166.306)	82.164	(7.438)	(91.580)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	6.172	6.172
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(159)	–	–	(159)
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(136.942)**	**82.164**	**(1.266)**	**(56.044)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	–	2.420	249	2.669
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(136.942)**	**84.584**	**(1.017)**	**(53.375)**
Prêmios pagos	185.212	–	–	185.212
Sinistros recebidos	–	(115.725)	–	(115.725)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30.630)	–	–	(30.630)
Fluxos de caixa totais	**154.582**	**(115.725)**	**–**	**38.857**
Saldo final no exercício	**(29.154)**	**128.150**	**1.965**	**100.961**

j) COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento posterior das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Montante de sinistros avisados até a data-base	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Dezembro de 2025 Total de sinistros avisados**
Até a data-base	7.284	7.226	7.232	8.023	6.920	9.093	12.053	11.987	14.451	18.334	18.334
Dois anos mais tarde	7.660	7.599	7.593	8.481	7.509	9.894	13.053	13.144	15.904	–	15.904
Três anos mais tarde	7.717	7.647	7.659	8.547	7.545	9.952	13.122	13.295	–	–	13.295
Quatro anos mais tarde	7.745	7.677	7.685	8.569	7.582	9.987	13.175	–	–	–	13.175
Cinco anos mais tarde	7.762	7.675	7.695	8.550	7.597	10.016	–	–	–	–	10.016
Seis anos mais tarde	7.775	7.681	7.700	8.563	7.608	–	–	–	–	–	7.608
Sete anos mais tarde	7.782	7.682	7.704	8.573	–	–	–	–	–	–	8.573
Oito anos mais tarde	7.776	7.686	7.715	–	–	–	–	–	–	–	7.715
Nove anos mais tarde	7.778	7.680	–	–	–	–	–	–	–	–	7.680
Dez anos mais tarde	7.775	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.775
Movimentações	**7.775**	**7.680**	**7.715**	**8.573**	**7.608**	**10.016**	**13.175**	**13.295**	**15.904**	**18.334**	**110.075**
Montante de sinistros pagos até a data-base	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total de sinistros pagos**
Até a data-base	6.556	6.425	6.414	7.153	6.059	7.845	10.693	10.298	12.640	14.215	14.215
Dois anos mais tarde	7.616	7.537	7.558	8.412	7.474	9.835	12.952	13.046	15.647	–	15.647
Três anos mais tarde	7.671	7.592	7.615	8.470	7.518	9.893	13.062	13.144	–	–	13.144
Quatro anos mais tarde	7.696	7.620	7.638	8.495	7.543	9.942	13.126	–	–	–	13.126
Cinco anos mais tarde	7.714	7.637	7.658	8.510	7.571	9.979	–	–	–	–	9.979
Seis anos mais tarde	7.727	7.645	7.670	8.529	7.583	–	–	–	–	–	7.583
Sete anos mais tarde	7.737	7.653	7.685	8.546	–	–	–	–	–	–	8.546
Oito anos mais tarde	7.746	7.665	7.694	–	–	–	–	–	–	–	7.694
Nove anos mais tarde	7.757	7.671	–	–	–	–	–	–	–	–	7.671
Dez anos mais tarde	7.762	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.762
Pagamentos	**7.762**	**7.671**	**7.694**	**8.546**	**7.583**	**9.979**	**13.126**	**13.144**	**15.647**	**14.215**	**105.367**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**13**	**9**	**21**	**27**	**25**	**37**	**49**	**151**	**257**	**4.119**	**4.708**
										PSL anos anteriores	**146**
										Demais estimativas	**(134)**
										Efeito do desconto	**(293)**
										Ajuste ao risco	**99**
										Passivo Uruguai	**139**
										Passivo total	**4.665**

23. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Operações com cartão de crédito (i)	12.193.754	10.684.587
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	5.322.171	4.002.289
Passivos de capitalização (iii)	2.192.106	1.867.790
Debêntures, empréstimos e nota comercial	588.580	437.026
Captação de recursos - Depósitos (iv)	933.847	227.632
Passivos de arrendamento (v)	735	4.854
	21.231.193	**17.224.178**
Circulante	15.630.658	13.664.214
Não circulante	5.600.535	3.559.964

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.
(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.
(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.
(iv) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.
(v) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.
Os passivos financeiros mensurados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

23.1 DEBÊNTURES

Debêntures	**Instituição**	**Empresa**	**Valor contratado**	**Contratação**	**Vencimento**	**Encargos**	**Dezembro de 2025**	**Dezembro de 2024**
2ª emissão	Itaú BBA e Safra	Mobitech	400.000	maio 2022	maio 2025	DI + 1,31%	–	253.553
							–	**253.553**

Os saldos foram liquidados em fevereiro de 2025, e a partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

23.2 EMPRÉSTIMOS E NOTA COMERCIAL

Empréstimos	**Empresa**	**Vencimento**	**Encargos**	**Dezembro de 2025**	**Dezembro de 2024**
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia.	jan e nov 2026/ mai 2027	taxa média de CDI + 2%	189.681	163.473
Nota Comercial	Porto Consórcio	dezembro de 2025	taxa média de 0,593% + 100% CDI	20.012	20.000
Empréstimo	Porto Consórcio	março de 2026	CDI + 0,98% ao ano	184.469	–
Nota Comercial	Porto Serviço	abril de 2027	CDI + 1,053% ao ano	183.567	–
Capital de giro garantido - EUR	Unigás	junho de 2026	CDI + 1,10% ao ano	10.851	–
				588.580	**183.473**

23.3 PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO - MOVIMENTAÇÃO

	Operações com cartão de crédito	**Recursos de aceites e emissão de títulos**	**Captação de recursos - Depósitos**	**Passivos de capitalização**	**Passivo de arrenda-mento**	**Empréstimos, debêntures e nota comercial**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.111.200**	**3.781.124**	**314.278**	**1.545.871**	**14.083**	**1.080.974**	**15.847.530**
Aquisição/constituição	49.876.873	1.885.300	2.641.436	1.354.896	2.048	307.000	**56.067.553**
Atualização monetária/juros	–	–	–	–	1.388	80.154	**81.542**
Juros	–	450.659	23.202	97.320	–	12.469	**583.650**
Liquidação/reversão	(48.303.486)	(2.114.794)	(2.751.284)	(1.130.297)	(12.665)	(1.043.571)	**(55.356.097)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.684.587**	**4.002.289**	**227.632**	**1.867.790**	**4.854**	**437.026**	**17.224.178**
Aquisição/constituição	43.239.409	1.711.157	7.590.992	1.682.478	–	365.045	**54.589.081**
Atualização monetária	–	648.226	114.655	35.612	–	810	**799.303**
Juros	–	–	–	99.312	618	62.238	**162.168**
Liquidação/reversão	(41.730.242)	(1.039.501)	(6.999.432)	(1.493.086)	(4.737)	(276.539)	**(51.543.537)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**12.193.754**	**5.322.171**	**933.847**	**2.192.106**	**735**	**588.580**	**21.231.193**

24. PROVISÕES JUDICIAIS

24.1 PROVÁVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	1.244.431	1.275.651
Cíveis (b)	122.043	105.179
Trabalhistas (c)	54.316	50.621
	1.420.790	**1.431.451**
Depósitos judiciais (*)	(1.474.029)	(1.263.490)
Provisão líquida	**(53.239)**	**167.961**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS	655.970	610.058
Processos com adesão ao REFIS	242.961	321.636
COFINS	238.952	238.758
Outros	106.548	105.199
	1.244.431	**1.275.651**
Depósitos judiciais (*)	(1.447.267)	(1.254.234)
Provisão líquida	**(202.836)**	**21.417**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS E COFINS SOBRE RECEITAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

Em março de 2024, houve encerramento da discussão na qual a Controladora discutia a legalidade e a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre capital próprio. O Em novembro de 2024, os valores depositados foram convertidos em renda para a União, tendo havido as respectivas baixas contábeis nas contas patrimoniais.

(ii) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros possuem ações judiciais relativas à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nestas ações foram apresentadas petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar possuem ações judiciais sobre o tema. Nestas ações foram apresentadas petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

As controladas possuíam ação judicial questionando a exigência de IRPJ e de CSLL sobre as receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho das ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho das ações é de 22 meses.

24.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

				Consolidado
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.275.651**	**50.621**	**105.179**	**1.431.451**
Constituições	2.774	26.025	85.229	114.028
Atualização monetária	69.381	1.200	1.267	71.848
Mudança de Estimativa	–	25.364	21.381	46.745
Pagamentos	–	(27.661)	(42.876)	(70.537)
Êxito/reversões	(103.375)	(21.233)	(48.137)	(172.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.244.431**	**54.316**	**122.043**	**1.420.790**
(–) Depósitos judiciais (*)	(1.447.267)	(3.707)	(23.055)	(1.474.029)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025	**(202.836)**	**50.609**	**98.988**	**(53.238)**
Quantidade de processos	68	690	7.405	8.163

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

24.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	1.714.844	1.429.824
Cíveis	283.906	296.426
Trabalhistas	21.963	19.593
	2.020.713	**1.745.843**

(a) PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 688.408 (R$ 493.106 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 499.351 (R$ 344.145 de possível impacto no lucro líquido).

25. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	**Juros a apropriar de contratos de arrendamento**	**Passivo de arrendamento líquido**
Saldo em em 31 de dezembro de 2024	**170.739**	**(36.225)**	**134.514**
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	12.891	–	12.891
Apropriação dos juros	–	15.341	15.341
Pagamentos	(32.144)	–	(32.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**151.486**	**(20.884)**	**130.602**
Circulante			20.060
Não circulante			110.542

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		**Consolidado**	
	Dezembro de 2025	**Dezembro de 2024**	**Dezembro de 2025**	**Dezembro de 2024**
Fornecedores	33.537	33.785	1.149.945	662.876
Receitas a diferir	–	–	624.005	372.682
Participações nos lucros	85.638	30.519	590.287	471.855
Comissões - Porto Consórcio	–	–	499.505	294.094
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (i)	219.819	251.488	219.819	251.488
Provisão de férias e encargos	–	–	199.062	188.263
Valores a pagar - cartão de crédito	–	–	183.268	160.106
Benefícios pós emprego	–	–	157.921	128.867
Cheques a depositar	11	–	145.832	25.979
Devolução a consorciados	–	–	8.714	8.111
Outros	–	–	337.043	286.621
	339.005	**315.792**	**4.115.401**	**2.850.942**
Circulante	119.186	64.304	3.436.548	2.230.949
Não circulante	219.819	251.488	678.853	619.993

(i) Vide nota explicativa nº 18.1

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado era de R$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025		**Dezembro de 2024**	
	Qtde. de ações ordinárias	**% participação**	**Qtde. de ações ordinárias**	**% participação**
PSIUPAR	457.883.778	70,8%	457.883.778	70,8%
Ações em circulação	182.476.231	28,2%	182.584.735	28,2%
Ações em tesouraria	6.226.051	1,0%	6.117.547	1,0%
	646.586.060	**100,0%**	**646.586.060**	**100,0%**

(b) RESERVAS DE CAPITAL

As reservas de capital representa acréscimos ao patrimônio líquido derivados de transações de capital com os sócios e não de resultados operacionais da Companhia.

É constituída, principalmente, pelo excedente do valor de subscrição de ações em relação ao seu valor nominal (ágio na emissão de ações), pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição, e, quando aplicável, pelo ganho na venda de ações em tesouraria. A reserva de capital somente poderá ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- Resgatar, reembolsar ou comprar ações da própria companhia;
- Resgatar partes beneficiárias;
- Pagar dividendos cumulativos a ações preferenciais, quando o lucro do exercício for insuficiente;
- Incorporação ao capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 769.960 (R$ 808.332 em 31 de dezembro de 2024).

(c) RESERVAS DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 592.019 (R$ 422.975 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 5.275.871 (R$ 3.900.668 em 31 de dezembro de 2024).

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações da Porto Seguro S.A. com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas, nos termos e nos limites permitidos pelas normas legais e regulatórias aplicáveis;
- Vigência do programa: início em 21 de fevereiro de 2025 a 20 de fevereiro de 2026;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 18.472.080 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R$ 301.092 (R$ 221.394 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das ações em tesouraria da Porto Seguro S.A. está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**155.607**	**6.118**	**26,42**	**605**
Alienadas	(208.286)	(5.531)	37,70	–
Recompradas	250.641	5.639	45,60	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**197.962**	**6.226**	**31,24**	**605**

Adicionalmente, o saldo apresentado no balanço, no montante de R$ 250.641, contempla R$ 130.690 de ações em tesouraria da controlada Porto Assistência Participações (vide nota explicativa 14.1).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2025 aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, mínimos obrigatórios e adicionais, aos acionistas, referente ao exercício de 2024, no valor líquido de R$ 569.020 e R$ 81.475, respectivamente, pagos em 10 de abril de 2025, e, no valor líquido de R$ 232.243 e 307.442, respectivamente, que foram pagos em 28 de novembro de 2025.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleias, a distribuição de dividendos e todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

JCP (lucro do exercício 2025)	Valor Bruto	Valor Líquido
25 de março de 2025	277.810	266.724
23 de junho de 2025	311.011	267.210
22 de setembro de 2025	342.850	294.064
19 de dezembro de 2025	344.260	295.105
Total	**1.275.931**	**1.123.103**

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	**3.380.884**	**2.644.845**
(–) Reserva legal -5%	(169.044)	(132.242)
Ajustes de IFRS	6.625	10.779
Lucro básico para determinação do dividendo	**3.218.465**	**2.523.382**
Dividendos mínimos obrigatórios -25%	**804.616**	**630.845**
Dividendos/JCP complementares propostos	885.826	559.335
Total de dividendos (B)	**1.690.442**	**1.190.180**
Total por ação (R$)	**2,60591**	**1,83510**
Distribuição total (B/A)	**50,00%**	**45,00%**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizações, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**211.721**	**184.981**
Diferimento do exercício	243.794	195.149
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(208.286)	(168.409)
Saldo final	**247.229**	**211.721**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**38,34**	**31,95**

	Quantidade	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**6.499**	**6.993**
Diferimento do exercício	5.041	5.392
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(5.531)	(5.886)
Saldo final	**6.009**	**6.499**

28. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

Resultado dos contratos de seguro - PAA	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Alocação de prêmio	30.233.551	27.657.852
Receita de seguro total	**30.233.551**	**27.657.852**
Despesas com seguro	**(18.260.925)**	**(16.498.571)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas (–) Recuperação de Salvados	(17.812.056)	(16.118.009)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(448.869)	(380.562)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(5.052.405)**	**(4.723.383)**
Despesas de aquisição	(5.052.405)	(4.723.383)
Despesas totais de serviço de seguro	**(23.313.330)**	**(21.221.954)**
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	**6.920.221**	**6.435.898**

b) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGUROS - BBA E VFA

	BBA	
Resultado dos contratos de seguro - BBA e VFA	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(183.185)	(169.960)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	(543)	211
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	62.014	76.975
Emissão de prêmios e outros recebimentos	1.134.869	984.692
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	17.437	(11.593)
Receita total	**1.030.592**	**880.325**
Despesas incorridas	**(541.361)**	**(386.929)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(515.128)	(380.087)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(26.233)	(6.842)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(172.906)**	**(151.178)**
Despesas de aquisição	(172.906)	(151.178)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**36.764**	**(57.918)**
Despesas totais de serviço de seguro	**(677.503)**	**(596.025)**
Resultado líquido	**353.089**	**284.300**

	VFA	
Resultado dos contratos de seguro - BBA e VFA	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	355.544	35.770
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	1.290	2.791
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	(526.977)	(1.388.822)
Emissão de prêmios e outros recebimentos	1.523.842	1.153.888
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	23.948	21.259
Receita total	**1.377.647**	**(175.114)**
Despesas incorridas	**(1.356.411)**	**215.758**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(1.357.335)	219.390
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	924	(3.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(13.994)**	**(12.171)**
Despesas de aquisição	(13.994)	(12.171)
Despesas totais de serviço de seguro	**(1.370.405)**	**203.587**
Resultado líquido	**7.242**	**28.473**

28.1 DESPESAS LÍQUIDAS COM CONTRATOS DE RESSEGUROS/RETROCESSÕES

Uma análise da alocação dos prêmios de resseguro pagos e valores recuperados das resseguradoras é apresentada nas tabelas abaixo:

Resultado dos contratos de resseguro - PAA	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor esperado recuperável para sinistros e outras despesas de serviços de resseguros incorridas no exercício	(96.627)	(84.301)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	4.872	(1.266)
Alocação de prêmio	18.630	29.523
Receita ou despesa líquida de contratos de resseguro mantidos	**(73.125)**	**(56.044)**

29. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cartão de crédito	2.875.164	2.187.679
"Interchange" (*)	1.019.378	860.733
Financiamentos	456.424	404.178
Empréstimos	304.959	183.711
Outras	46.129	64.717
	4.702.054	**3.701.018**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

30. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Consórcio (i)	1.161.612	1.118.950
CDF S.A. (ii)	740.426	506.073
Porto Atendimento	392.752	344.850
Crediporto	305.906	54.202
Porto Serviço	191.537	–
Porto Assistência Participações (ii)	141.348	103.646
Portopar e Porto Asset Management	80.151	84.010
Serviços Médicos	72.720	69.907
Porto Seguro Saúde Ocupacional	70.109	64.060
Unigás	63.949	64.154
Porto Serviços e Comércio	10.683	12.118
Proteção e Monitoramento	10.089	11.621
Porto Serviço Negócios S.A. (iii)	10.140	88.710
CDF Ltda. (ii)	–	322.258
Porto Assistência (ii)	–	113.213
Outras	172.816	126.344
	3.424.238	**3.084.116**

(i) Refere-se substancialmente às receitas com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento.
(ii) A CDF Ltda. e a Porto Assistência foram incorporadas pela CDF S.A. durante o exercício de 2024. A partir de outubro de 2025, as empresas Porto Assistência Participações e CDF S.A. foram incorporadas pela empresa Porto Serviço.
(iii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço e Negócios S.A..

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Outras receitas com cartão de crédito	147.666	68.064
Coparticipação	80.118	63.255
Consórcio	68.306	31.453
Imóveis e Investimentos	17.117	–
Venda de veículos	3.019	4.033
Investimentos - Onkos Oncologia (i)	–	75.000
Outras	39.816	39.925
	356.042	**281.730**

(i) Recebimento referente ao atingimento de metas em Acordo de Investimento firmado em dezembro de 2022, entre Porto e Oncoclínicas, sobre a venda de 60% da Onkos Oncologia.

32. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros	(78.272)	(43.914)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(7.454)	(13.325)
Serviços de terceiros	(7.004)	(9.126)
Localização e funcionamento	(1.796)	(2.156)
Publicidade	(1.290)	(1.592)
Despesas recuperadas (i)	(15)	–
Outras	(2.637)	(1.098)
	(98.468)	**(71.211)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.828.058)	(2.498.770)
Serviços de terceiros	(1.642.513)	(1.340.439)
Participação nos lucros	(855.766)	(790.594)
Localização e funcionamento	(687.468)	(622.902)
Publicidade	(151.299)	(151.529)
Donativos e contribuições	(67.102)	(62.198)
Despesas recuperadas (i)	371.329	248.703
Outras	(168.340)	(104.968)
	(6.029.217)	**(5.322.697)**

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

33. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(74.715)	(38.537)
PIS	(16.221)	(8.367)
Outras	(739)	(1.265)
	(91.675)	**(48.169)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(854.194)	(749.359)
PIS	(146.822)	(126.753)
Imposto sobre serviços	(111.290)	(91.215)
Outros Tributos - Uruguay	(79.804)	(66.643)
Outras	(31.449)	(34.943)
	(1.223.559)	**(1.068.913)**

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Provisão para riscos de créditos	(1.628.760)	(1.220.328)
Despesas operacionais - cartão de crédito	(1.470.344)	(1.130.866)
Captação de recursos	(706.753)	(496.983)
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(139.885)	(113.180)
Encargos sociais de operações com seguros	(47.285)	(48.599)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	(62.750)	(40.798)
Serviços de assistência	(28.164)	(36.107)
Outras	(357.031)	(295.412)
	(4.440.972)	**(3.382.273)**

35. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	248.760	158.892
Atualização monetária/juros sobre passivos financeiros	1.241	13.335
Outras (i)	18.228	(997)
	268.229	**171.230**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.545.488	976.654
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	188.772	216.808
Atualização monetária de depósitos judiciais	24.493	15.793
Receitas de contratos de seguros emitidos e de resseguro mantidos	12.947	–
Atualização monetária/juros sobre passivos financeiros	1.250	13.431
Outras (i)	249.907	210.819
	2.022.857	**1.433.505**

(i) O saldo de Outras refere-se substancialmente ao ajuste a valor presente dos juros sobre capital próprio.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(7.901)	(3.350)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	(5.640)	–
Despesas fundo imobiliário	(5.618)	(9.741)
Outras	(9.602)	(14.454)
	(28.761)	**(27.545)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atualização monetária - passivos capitalização	(134.925)	(97.320)
Despesas com empréstimos	(50.079)	(87.614)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(43.131)	(9.932)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(27.638)	(72.095)
Atualização monetária - demais	(26.490)	(2.407)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	(15.817)	(38.056)
Despesas fundo imobiliário	(5.618)	(9.741)
Despesas com contratos de seguros emitidos e de resseguro mantidos	–	(111.172)
Outras	(153.288)	(160.088)
	(456.986)	**(588.425)**

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

37.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 7.616 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 36.400 em 31 de dezembro de 2025.

37.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	128.867	108.283
Custo de juros	16.922	11.295
Ganho atuarial sobre a obrigação	15.746	(200)
Custo dos benefícios	6.209	6.337
Benefícios pagos	(22.169)	(19.471)
Outros	12.346	22.623
Saldo final do passivo	**157.921**	**128.867**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar no montante de R$ 731.346 que serão pagos aos acionistas das Porto S.A., as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;

(iii) Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;

(iv) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;

(vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(vii) Serviços de subscrição e aquisições de títulos de capitalização pela Porto Capitalização;

(viii) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Assistência Participações e CDF S.A.;

(ix) Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais;

(x) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes do cartão Porto;

(xi) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;

(xii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(xiii) Seguro Prestamista contratados da Porto Cia.;

(xiv) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;

(xv) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviços e Negócios S.A., com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados;

(xvi) Resultado financeiro com atualização do contrato mútuo entre as partes relacionadas Porto S.A. e Unigás.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Unigás	5.607	–	–	–
Porto Cia.	462	994	–	13
Porto Vida e Previdência	–	11	–	–
Porto Serviço	–	198	–	–
Porto Saúde	–	722	–	–
Porto Capitalização	–	6	–	–
Azul Seguros	–	725	–	–
	6.069	**2.656**	**–**	**13**

(i) No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R$ (49.661) (R$ 20.699 em 31 de dezembro de 2024) e R$ (29.313.207) no passivo da Portoseg (R$1.191.806 em 31 de dezembro de 2024) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

(ii) Houve emissão de Nota Comercial simples, em Série Única, para Colocação Privada, da Porto Assistência Participações S.A., adquirida pelo Porto Seguro Consolidador FIF Multimercado CP RL, cuja Porto S/A é cotista exclusiva, no valor de R$165.000 em 14 de abril de 2025, atualizado em 31 de dezembro de 2025 em 183.567, contida em Nota Comercial vide Nota 6.1.1.

(iii) Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg no valor de R$ 49.205.

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladora				
Porto S.A.	34.498	52.730	(3.336)	(4.291)
Controladas diretas e indiretas				
CDF S.A. (iii)	1.621.870	569.326	(158.452)	(76.706)
Porto Cia.	1.202.685	1.189.664	(2.064.531)	(1.693.415)
Porto Atendimento	434.702	385.476	(130.005)	(120.704)
Porto Saúde	270.445	238.879	(254.595)	(204.278)
Crediporto	333.255	46.728	(47.296)	(9.301)
Portoseg	103.862	70.227	(463.913)	(366.418)
Porto Consórcio	67.633	51.763	(455.073)	(171.754)
Porto Seguro Gestora de Recursos	35.034	12.946	(4.503)	(850)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	13.111	5.249	(10.459)	(9.281)
Porto Serviços e Comércio	10.040	5.495	(9.962)	(6.135)
Porto Capitalização	6.816	6.026	(28.899)	(23.958)
Porto Assistência Participações (iii)	976	13.124	(54.621)	(12.119)
Itaú Auto e Residência	1.474	1.189	(9.502)	(44.832)
Proteção e Monitoramento	95	79	(7.428)	(6.981)
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (i)	972	1.687	(3.139)	(22.148)
Porto Asset Management	–	5.160	(15.652)	(9.675)
Renova	216	649	(6.162)	(5.146)
Renova Peças Novas	–	4	(10)	(552)
Porto Conecta/Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A. (ii)	–	–	(4.319)	(8)
Porto Vida e Previdência	–	–	(35.899)	(27.871)
Azul Seguros	1	–	(527.904)	(820.094)
Portomed	8.166	–	(12.209)	(1.362)
Porto Odonto	4	–	(1)	(5)
Serviços Médicos	–	588	(41.362)	(39.102)
Porto Bank	2	–	(6)	(97)
Portopar	635	636	(12.358)	(6.229)
Porto Serviço (iii)	337.126	–	(56.747)	(2.803)
Unigás	–	–	(3.926)	–
Porto Assistência (iii)	–	261.876	(22)	(9.496)
CDF Ltda (iii)	–	941.858	–	(110.924)
Porto Saúde Participações	105	–	–	(284)
Outras Partes Relacionadas				
Itaú Corretora de Seguros	–	–	(61.425)	(54.370)
	4.483.723	**3.861.359**	**(4.483.723)**	**(3.861.359)**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

(ii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A..

(iii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em outubro de 2025, a CDF S.A. e a Porto Assistência Participações foram incorporadas na Porto Serviço.

38.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(78.272)	(43.914)
Honorários e encargos	(5.376)	(5.601)
	(83.648)	**(49.515)**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(294.561)	(256.510)
Honorários e encargos	(62.469)	(69.436)
	(357.030)	**(325.946)**

39. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.380.884	2.644.845
Média ponderada do número de ações durante o período	648.695	648.563
Resultado por ação básico e diluído	5,2118	4,0780

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente do Conselho de Administração

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Vice-Presidente do Conselho de Administração

LIE UEMA DO CARMO
Conselheira Independente

CÉLIA KOCHEN PARNES
Conselheira Independente

PAULA MAGALHÃES CARDOSO NEVES
Conselheira

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira Independente

DIRETORIA

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

PATRICIA CHACON JIMENEZ
Diretora Vice-Presidente - Seguros

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Serviços

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Seguro S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (consolidado) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:06:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensurados sob o *Premium Allocation Approach* (PAA). *Building Block Approach (BBA) e Variable Fee Approach (VFA)*

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.1 e 22, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativo de contratos de seguros referente a PAA no montante de R$ 99.394 mil e passivos de contratos de seguros no montante de R$ 11.007.115 mil em seu balanço consolidado, dos quais respectivamente, R$ 4.868.850 mil referem-se ao valor do PAA, R$ 1.242.616 mil do BBA e R$ 4.895.649 mil do VFA. Adicionalmente, o montante total do PAA já inclui R$ (868.546) mil em ativos relacionados a fluxos de caixa de aquisição de seguros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22 (a). Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esses montantes incluem tanto o passivo de cobertura remanescente (LRC - *Liability for Remaining Coverage*) quanto o passivo por sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Esses passivos são avaliados sob métodos PAA, BBA e VFA e refletem estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro. Para o passivo de cobertura remanescente, avaliado sob métodos BBA e VFA, as estimativas contemplam ainda a margem de serviço desses contratos de seguros.

No montante de passivo por sinistros incorridos (LIC) está contida a estimativa de IBNR (sinistros ocorridos e não avisados), um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria. Da mesma forma, essas técnicas também são aplicadas na estimativa dos fluxos de caixa relacionados ao passivo de cobertura remanescente (LRC) avaliados sob métodos BBA e VFA. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais. Este é especificamente o caso para linhas de negócios que são consideradas de longo prazo, como determinados tipos de seguros de vida e previdência e outras linhas especializadas onde certas suposições de longo prazo são necessárias como parte das técnicas de projeção. Essas técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação. Assim, identificamos os passivos por sinistros incorridos (LIC), os passivos por cobertura remanescente (LRC) avaliados pelos métodos de BBA e VFA e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros, em conjunto, como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros e resseguros, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros e resseguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos passivos dos contratos de seguros e resseguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*impairment)* de empréstimos e recebíveis

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, no montante de R$ 2.774.731 mil, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*impairment*). Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos – Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas nos. 1, 2.4 e 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R$ 13.447.531 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R$ 3.328.193 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2025

1. O COMITÊ DE AUDITORIA DA PORTO SEGURO S.A.: O Comitê de Auditoria ("CoAud" ou "Comitê") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Companhia" ou "Porto"), de caráter permanente, com autonomia operacional e dotação orçamentária própria, instituído em 16 de dezembro de 2005. O Comitê atua de forma única, supervisionando a Companhia e todas as suas controladas, incluindo as sociedades supervisionadas pela SUSEP. Sua composição segue os critérios de independência e expertise técnica exigidos pela Resolução CVM nº 23/21 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

2. COMPOSIÇÃO E MANDATO: Para cumprir sua missão, o Comitê é composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, selecionados sob rigorosos padrões de independência e competência técnica, em conformidade com o Novo Mercado e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A estrutura exige a presença de ao menos 1 conselheiro independente e 1 especialista em contabilidade e auditoria. O modelo de mandatos anuais permite ao Conselho de Administração avaliar continuamente a performance do grupo, garantindo oxigenação de perspectivas e alinhamento estratégico. Em estrita observância à rotatividade estatutária e legal, encerrou-se o mandato da Sra. Cynthia Nesanovis Catlett em 15 de dezembro de 2025, vacância formalizada pelo Conselho em 19 de dezembro de 2025. Após encerrar o exercício com 2 integrantes, o Comitê teve seu quórum plenamente recomposto para assegurar a continuidade da supervisão. Atualmente, o órgão conta com 3 membros eleitos, com mandatos vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2026, a saber: Sra. Lie Uema do Carmo, Coordenadora do Comitê e membro independente do Conselho de Administração da Porto, Sr. Eduardo Rogatto Luque, membro externo especialista em contabilidade e auditoria e o Sr. Lúcio Aparecido Alves Anacleto, que também conta com expertise na área de auditoria e gestão de riscos.

3. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA: O 2º semestre de 2025 consolidou a atuação do Comitê com a realização de 13 reuniões, que totalizaram 25 encontros ao longo do exercício. Os temas, formalizados em atas que refletem a profundidade dos debates, são reportadas regularmente ao Conselho de Administração pela Coordenadora, Sra. Lie Uema do Carmo, garantindo agilidade no compartilhamento de fatos relevantes. No período, o colegiado apresentou recomendações voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da governança, registrando que todas as proposições prioritárias foram acatadas ou estão em fase de implementação pela Administração. Para elevar o nível das discussões, o Comitê contou ainda com o intercâmbio do Sr. Paulo Sérgio Miron, Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A., que participou das reuniões como convidado especializado.

3.1. Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos: o Comitê acompanhou as áreas de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, fundamentando sua supervisão no conceito de *Combined Assurance* para integrar os planos de trabalho e garantir conformidade regulatória. No semestre, priorizou-se a resiliência digital com a adoção de análises preditivas para assegurar a disponibilidade dos canais de atendimento e a evolução das matrizes de riscos. O colegiado concluiu que a estrutura de controles é adequada à complexidade dos negócios, orientando a expansão do mapeamento para novas verticais. No âmbito regulatório, monitorou temas como reforma tributária e proteção de dados, além de planos de solvência e diretrizes de crédito. Destaca-se o fortalecimento da governança com a criação da posição de *Chief Risk Officer*, ocupada por Emílio Betancourt, e a transição de Adriana Pereira Carvalho Simões para a Diretoria Jurídica e de Prevenção a Fraudes. O Comitê avalia positivamente os esforços da Porto, reiterando a eficácia dos processos e o rigor na gestão de riscos e segurança institucional.

3.2. Gestão Jurídica e Regulatória – Temas de Interesse: o Comitê de Auditoria também teve acesso a gestão do contencioso e das contingências, observando indicadores de eficiência econômica. A agenda estratégica focou na preparação para a Reforma Tributária, com monitoramento do mapeamento de impactos e adequação sistêmica para garantir segurança jurídica e neutralidade tributária. Adicionalmente, acompanhou-se proativamente o cenário legislativo, com destaque para a Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025). O Comitê também validou as estratégias de governança voltadas ao cumprimento de normas setoriais da SUSEP e ANS, incluindo o tratamento de incidentes e o aprimoramento de modelos fiscalizatórios. Essa atuação, conduzida por grupos multidisciplinares, assegura a prontidão do Conglomerado frente às mudanças normativas, reforçando a resiliência institucional e a proteção do patrimônio em um ambiente dinâmico.

3.3. Estratégia de Negócios e Visão das Verticais: o Comitê acompanhou a execução da estratégia de longo prazo das verticais de negócio, equilibrando crescimento acelerado e rentabilidade sob uma governança robusta. A supervisão focou na modernização tecnológica e migração de sistemas, priorizando processos modulares que assegurem a continuidade operacional e a experiência do cliente. Foram monitoradas parcerias estratégicas e sinergias internas para otimizar recursos e capturar ganhos de escala no ecossistema Porto. No âmbito institucional, o colegiado manteve vigilância sobre mudanças legislativas e riscos de conformidade, garantindo postura proativa perante o setor. Por fim, a evolução da maturidade da governança foi validada pelo acompanhamento de planos de ação e auditorias, consolidando um ambiente de risco seguro para a transformação dos modelos de negócio.

3.4. Tecnologia, Segurança da Informação e Inovação: foi mantido um acompanhamento sobre a arquitetura tecnológica e os protocolos de cibersegurança, supervisionando iniciativas que elevam a maturidade de proteção frente ao cenário global de ameaças. No campo da inovação, focou-se na adoção responsável da Inteligência Artificial ("IA"), com o estabelecimento de barreiras de segurança, diretrizes éticas e frameworks de governança para garantir a auditabilidade das novas tecnologias. A diligência incluiu visitas presenciais dos membros à estrutura de *data center* do Grupo Porto. Essas ações asseguram que a evolução digital do Grupo Porto ocorra com transparência, resiliência e plena confiança para clientes e parceiros.

3.5. Auditoria Independente: a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") é a responsável pela auditora externa das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, das sociedades que integram o Grupo Porto, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis. O Comitê realizou reuniões trimestrais com os auditores para discutir o planejamento anual, os riscos identificados e a estratégia de mitigação adotada. Esses encontros permitiram uma análise das informações financeiras e das Notas Explicativas apresentadas ao mercado, assegurando a integridade e a precisão dos relatórios do Grupo Porto. Neste ciclo, o Comitê acompanhou a evolução para uma abordagem de auditoria baseada na confiança no ambiente de controles internos. Ao final do período, o Comitê de Auditoria confirmou que a EY manteve sua independência e objetividade, conduzindo os trabalhos com a diligência esperada.

3.6. Auditoria Interna: foi supervisionado o cumprimento integral do plano de trabalho da Auditoria Interna para 2025, com foco em segurança tecnológica e conformidade financeira. A independência da área foi reforçada pela avaliação formal anual realizada pelo CoAUd, garantindo autonomia e rigor técnico. Pelo terceiro ano consecutivo, a Auditoria foi reconhecida com a premiação "*IIA May*", refletindo o compromisso com o padrão "*Best In Class*" e fóruns globais de melhores práticas. A excelência operacional foi potencializada pela consolidação do sistema *TeamMate* e pelo lançamento do plano estratégico *Visioning* 2025-2030. Essas iniciativas, somadas aos investimentos em capacitação, asseguram que a Auditoria Interna permaneça resiliente, integrada as demais esferas de monitoramento e protagonista na proteção do valor e da governança do Grupo Porto.

3.7. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: em suas comunicações ao Comitê, as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento significativo de legislação, regulamentação ou normas internas.

3.8. Governança e Sustentabilidade: foi intensificada a supervisão da agenda ambiental do Grupo Porto, com a validação de diagnósticos que incluíram visitas técnicas e auditorias documentais. Esse escopo permitiu avaliar a conformidade das estruturas operacionais frente às normas legais vigentes, assegurando que o crescimento operacional das verticais de negócio esteja em harmonia com a preservação e a responsabilidade ambiental. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o Comitê teve a oportunidade de recomendar a transversalidade das análises de conformidade ambiental entre as diferentes linhas de defesa da organização, abordagem esta que fortalece a dedicação à agenda ESG, unindo a expansão das verticais de negócio ao cumprimento dos requisitos de sustentabilidade, gerando valor de longo prazo para a sociedade.

3.9. Ouvidoria e Canais Éticos: foram avaliadas as atividades da Ouvidoria, focando na integração de todas as verticais de negócio e na eficácia da resolução de conflitos como ferramenta de governança. O monitoramento de indicadores e de plataformas externas confirmou a sólida reputação do Grupo Porto e a alta satisfação em produtos de crédito e serviços digitais. No âmbito da integridade, a governança dos Canais Éticos foi fortalecida com novos protocolos de segurança, mitigando riscos de conduta e protegendo a cultura organizacional. Adicionalmente, acompanhou-se o uso de inovações tecnológicas para segurança operacional e proteção do patrimônio. Essa atuação conjunta assegura que as demandas dos clientes e os reportes éticos sejam transformados em insumos estratégicos para a gestão de riscos e sustentabilidade da marca.

3.10. Demonstrações Financeiras: o Comitê reuniu-se com a Controladoria em 03 de fevereiro de 2026, que apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras das empresas do Grupo Porto individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. O Comitê também se reuniu com o Auditor Independente em 04 de fevereiro de 2026 e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras das empresas do Grupo Porto no período. Nesse contexto, o Comitê avaliou a qualidade das demonstrações financeiras referentes ao exercício, com foco na aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao estrito cumprimento das normas vigentes, especialmente no que diz respeito ao BACEN, CNSP e SUSEP. O colegiado concluiu que os relatórios refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira, não tendo sido identificadas deficiências de divulgação ou inconsistências na aplicação das diretrizes normativas vigentes. Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

3.11. Outras Atividades: o Comitê manteve uma agenda ativa de diálogos estratégicos em 2025, destacando-se os encontros periódicos com o Diretor Presidente, Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, e com o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Bruno Campos Garfinkel, da Porto Seguro S.A., além do CEO da Vertical Financeira, Sr. Marcos Roberto Loução. Essas agendas permitiram o alinhamento sobre desafios de negócio e visões setoriais. A diligência incluiu verificações *in loco*, como a visita à Porto Uruguai, com interação com o regulador local e validação da maturidade de controles. Os membros inspecionaram o *Data Center* e as estruturas de Segurança de TI para atestar a robustez do patrimônio tecnológico. Visitas a bases de treinamento e áreas operacionais completaram a agenda, reforçando a conexão entre a supervisão do Comitê e a realidade estratégica do Grupo Porto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO COMITÊ DE AUDITORIA: O Comitê de Auditoria se reuniu trimestralmente com a Controladoria para apreciar as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, inclusive do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as análises gerenciais realizadas pela Administração sobre as mesmas. Concomitantemente, recebeu as referidas demonstrações financeiras e as discutiu com os auditores independentes. Ao final do processo, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento, debateu o relatório dos auditores independentes, e constatou a inexistência de divergência entre a administração, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da companhia. Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

LIE UEMA DO CARMO
LÚCIO APARECIDO ALVES ANACLETO
EDUARDO ROGATTO LUQUE

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:15 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto

Nos palcos e na vida,
a gente tá sempre junto.

A Porto patrocina vozes, palcos e festivais em todo o Brasil.
Estamos presentes onde a música pulsa e os encontros ganham
vida, transformando o cuidado em uma experiência coletiva.
Porque, para nós, cuidar é vibrar junto com você.

Todo cuidado é Porto.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422204772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto a emissão de novas apólices, quanto as renovações da marca Azul, além das novas emissões e renovações de seguros residenciais da controlada Itaú Auto e Residência.

Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Azul e Itaú perante o consumidor final, uma vez que ambas as marcas permanecerão nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentam um aumento substancial em suas rubricas.

Adicionalmente, a Companhia informa que, após a solicitação submetida à SUSEP em outubro de 2025, obteve, em 05 de janeiro de 2026, a autorização para a incorporação de sua controlada Itaú Auto e Residência. A conclusão da operação está prevista para os próximos 90 dias. Esta etapa reitera o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e com a captura de sinergias para maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R$ 22.244,1 milhões, um aumento de R$ 5.295,2 milhões, 31,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal motivo está relacionado às novas emissões e renovações da marca Azul e Itaú.

• Despesas administrativas

No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,7%, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento ocorreu principalmente nas despesas relacionadas a pessoal próprio, em virtude da transferência de colaboradores das controladas Azul e Itaú.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R$ 714,6 milhões, um aumento de R$ 299,2 milhões, 72,0% em relação mesmo período do ano anterior. O aumento está substancialmente relacionado ao melhor rendimento das aplicações financeiras.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 90,8%, um aumento de 2,2 p.p. em relação aos 88,6% do exercício anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício foi de 87,6%, com um aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo exercício anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício R$ 1.781,3 milhões, um aumento de R$ 214,4 milhões, 13,7% em relação ao ano anterior. Essa variação decorreu substancialmente do aumento expressivo dos prêmios emitidos e resultado financeiro. O resultado por ação, por sua vez, apresentou variação positiva em decorrência desse aumento, sendo R$ 2,48 no exercício e R$ 2,24 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos-base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**14.786.711**	**10.809.765**
Disponível	7	74.380	95.613
Caixa e bancos		74.380	95.613
Equivalentes de caixa	7	412.856	317.176
Aplicações financeiras	8	1.321.571	726.157
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.459.051	7.081.287
Prêmios a receber	9.1	9.361.610	7.017.067
Operações com seguradoras		65.788	31.890
Operações com resseguradoras	5.1	31.653	32.330
Outros créditos operacionais	9.2	107.158	79.974
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	144.010	149.990
Títulos e créditos a receber		592.409	330.687
Títulos e créditos a receber	10	145.695	71.684
Créditos tributários e previdenciários	11	240.730	98.328
Outros créditos	10.2	205.984	160.675
Outros valores e bens	12	115.153	103.913
Bens à venda		6.907	3.016
Outros valores		108.246	100.897
Despesas antecipadas		169.522	92.816
Custos de aquisição diferidos	13	2.390.601	1.832.152
Seguros		2.390.601	1.832.152
Não Circulante		**12.012.938**	**11.676.180**
Realizável a longo prazo		7.502.617	6.972.912
Aplicações financeiras	8	4.580.744	3.972.860
Créditos das operações com seguros e resseguros		693.605	608.166
Prêmios a receber	9.1	693.605	608.166
Outros créditos operacionais		35.306	30.977
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	18.029	14.834
Títulos e créditos a receber		1.841.853	1.989.850
Títulos e créditos a receber	10	4.969	185
Créditos tributários e previdenciários	11	694.226	867.331
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.138.699	1.119.449
Outros créditos	10.2	3.959	2.885
Outros valores e bens	12	187.155	217.471
Despesas antecipadas		12.046	11.681
Custos de aquisição diferidos	13	133.879	127.073
Seguros		133.879	127.073
Investimentos		2.540.147	2.825.529
Participações societárias	15	2.540.147	2.825.529
Imobilizado	16	320.845	305.794
Imóveis de uso próprio		11.669	11.881
Bens móveis		174.917	166.185
Outras imobilizações		134.259	127.728
Intangível	17	1.649.329	1.571.945
Outros intangíveis		1.649.329	1.571.945
Total do ativo		**26.799.649**	**22.485.945**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**16.702.536**	**12.936.844**
Contas a pagar		1.787.529	1.358.420
Obrigações a pagar	18.1	737.684	542.750
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	733.640	543.363
Encargos trabalhistas		124.492	121.017
Empréstimos e financiamentos	19	40.407	99.777
Impostos e contribuições		44.265	36.448
Outras contas a pagar		107.041	15.065
Débitos das operações com seguros e resseguros	21	962.546	821.430
Prêmios a restituir		–	21.780
Operações com seguradoras		38.218	21.768
Operações com resseguradoras		88.779	90.843
Corretores de seguros e resseguros	21.1	763.900	631.192
Outros débitos operacionais		71.649	55.847
Depósitos de terceiros	20	25.008	50.500
Provisões técnicas - seguros	22	13.912.437	10.692.524
Danos		13.039.113	9.882.344
Pessoas		467.965	423.278
Vida individual		405.359	386.902
Outros débitos		15.016	13.970
Débitos diversos	24	15.016	13.970
Não Circulante		**3.111.487**	**2.792.549**
Contas a pagar		622.241	507.538
Obrigações a pagar	18.1	167.008	140.727
Tributos diferidos	11.1.3	305.960	299.618
Empréstimos e financiamentos	19	149.273	67.193
Provisões técnicas - seguros	22	1.385.213	1.194.581
Danos		1.235.704	1.068.716
Pessoas		105.851	90.551
Vida individual		43.658	35.314
Outros débitos		1.104.033	1.090.430
Provisões judiciais	23.1	996.487	976.112
Débitos diversos	24	107.546	114.318
Patrimônio líquido	25	**6.985.626**	**6.756.552**
Capital social		3.810.299	3.634.799
Aumento de capital - em aprovação		–	175.500
Reservas de reavaliação		(1.475)	(223)
Reservas de lucros		3.382.323	3.226.723
Ajustes de avaliação patrimonial		(205.521)	(280.247)
Total do passivo e patrimônio líquido		**26.799.649**	**22.485.945**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos	26	22.244.134	16.948.941
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	(2.780.184)	(690.278)
Prêmios ganhos	**26**	**19.463.950**	**16.258.663**
Sinistros ocorridos	**28**	**(9.830.916)**	**(7.923.977)**
Custos de aquisição	**29**	**(4.631.593)**	**(3.787.225)**
Outras receitas e despesas operacionais	**30**	**(262.547)**	**(217.357)**
Resultado com resseguro		**(73.830)**	**(64.340)**
Receitas com resseguro		77.418	70.515
Despesas com resseguro		(151.248)	(134.855)
Despesas administrativas	**31**	**(2.467.643)**	**(2.037.060)**
Despesas com tributos	**32**	**(474.729)**	**(437.998)**
Resultado financeiro	**33**	**714.586**	**415.352**
Resultado patrimonial		**220.749**	**288.475**
Resultado operacional		**2.658.027**	**2.494.533**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**140**	**(1.761)**
Resultado antes dos impostos e participações		**2.658.167**	**2.492.772**
Imposto de renda	**11.2**	**(303.388)**	**(287.259)**
Contribuição social	**11.2**	**(183.076)**	**(164.320)**
Participações sobre o resultado		**(390.426)**	**(474.276)**
Resultado do exercício		**1.781.277**	**1.566.917**
Quantidade de ações		717.468	699.236
Resultado por ação básico e diluído	36	2,4827	2,2409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**1.781.277**	**1.566.917**
Outros resultados abrangentes	**74.726**	**(176.847)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	35.200	(188.787)
Efeitos tributários	(14.080)	75.515
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	86.618	(86.574)
Efeitos tributários - controladas	(34.647)	34.630
Ajuste de provisão complementar de cobertura - controladas	19.247	(20.733)
Efeitos tributários sobre ajuste de provisão	(7.699)	8.293
Ganhos e perdas atuariais	(16.521)	1.348
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	6.608	(539)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**1.856.003**	**1.390.070**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:00 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.210.885**	**1.423.914**	**1.650**	**3.021.679**	**(103.400)**	**–**	**6.554.728**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(822.000)	–	–	(822.000)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.082		1.611.064	(1.611.064)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.094		(187.150)	187.150	–	–	–	–	–
AGE de 31 de outubro de 2024		–	35.000	–	–	–	–	35.000
AGE de 27 de dezembro de 2024		–	140.500	–	–	–	–	140.500
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(2.963)	–	–	2.963	–
Outros		–	–	1.090	–	–	–	1.090
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		–	–	–	133.270	–	–	133.270
Ações alienadas controladora/controladas		–	–	–	(116.571)	–	–	(116.571)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(176.847)	–	(176.847)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	1.566.917	1.566.917
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	78.346	–	(78.346)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	931.999	–	(931.999)	–
JCP intercalares (0,21 por ação)		–	–	–	–	–	(459.535)	(459.535)
Dividendos mínimos e complementares (0,42 por ação)		–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**3.634.799**	**175.500**	**(223)**	**3.226.723**	**(280.247)**	**–**	**6.756.552**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 (e)	–	–	–	(927.500)	–	–	(927.500)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.474	25 (a)	35.000	(35.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.500	25 (a)	140.500	(140.500)	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 (c)	–	–	(1.924)	–	–	1.924	–
Outros		–	–	671	–	–	–	671
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 (f)	–	–	–	175.047	–	–	175.047
Ações alienadas controladora/controladas	25 (f)	–	–	–	(168.467)	–	–	(168.467)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 (b)	–	–	–	–	74.726	–	74.726
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	1.781.277	1.781.277
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	89.064	–	(89.064)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	987.456	–	(987.456)	–
JCP intercalares (0,85 por ação)	25 (e)	–	–	–	–	–	(606.681)	(606.681)
Dividendos mínimos e complementares (0,14 por ação)	25 (e)	–	–	–	–	–	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**3.810.299**	**–**	**(1.475)**	**3.382.323**	**(205.521)**	**–**	**6.985.626**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.781.277	1.566.917
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	307.889	243.569
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(41.544)	(12.348)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(140)	1.761
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.033.262	774.424
Resultado de equivalência patrimonial	(233.373)	(301.098)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(1.203.298)	357.311
Créditos das operações com seguros	(2.446.092)	(1.044.474)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	2.785	26.072
Créditos tributários e previdenciários	(142.402)	(54.870)
Ativo fiscal diferido	173.105	(156.777)
Despesas antecipadas	(77.071)	5.635
Depósitos judiciais e fiscais	(19.250)	(46.559)
Custos de aquisição diferidos	565.255	(193.235)
Outros ativos	(177.647)	240.298
Impostos e contribuições	466.119	535.888
Outras contas a pagar	566.809	148.674
Débitos das operações com seguros e resseguros	141.116	141.176
Depósitos de terceiros	(25.492)	(4.032)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	377.283	53.686
Provisões judiciais	20.375	47.709
Passivos de arrendamento	(5.726)	(8.757)
Outros passivos	(9.024)	(52.488)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	294.923	400.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	(458.302)	(550.348)
Juros sobre captação de recursos pagos	(26.762)	(42.926)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**1.733.565**	**2.075.208**
Atividades de investimento		
Aumento/(redução) de capital - controladas	272.000	(147.158)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	1.536	842
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(102.401)	(99.870)
Intangível	(283.022)	(227.081)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(111.887)**	**(473.267)**
Atividades de financiamento		
Captação de recursos	–	120.000
Distribuição de dividendos e JCP	(1.543.179)	(1.312.605)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(4.052)	(107.202)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(1.547.231)**	**(1.299.807)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**74.447**	**302.134**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	412.789	110.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	487.236	412.789

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	**Participação**
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S/A	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida"), Itaú Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência") e Porto Seguro Capitalização S.A. (Porto Capitalização"), avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 (IFRS 17) - CONTRATOS DE SEGUROS

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

Lei 15.040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS - ESTIMADOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos, as taxas estão divulgadas na nota nº 12.3.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 50,2% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 50%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2025 Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.525.631	529.542	481.106	136.472	37.770	14.110	4.530	11.588	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	10.034	21.437	–	–

Dezembro de 2024 Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.287	451.606	373.841	155.112	47.889	7.558	4.141	9.463	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	19.708	23.477	–	–

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 98,4% (95,2% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	brAAA	719	2.470
	A-	3.612	6.056
Local	AA	6.145	7.409
	A+	8.053	8.641
	AA-	6.559	3.553
	A+	811	1.132
Admitida	AA+	682	34
	AA-	4.656	3.035
Eventual	A+	412	–
	AA-	4	–
Total de recebíveis de resseguro		31.653	32.330

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	580.629	–	650.062	–
Fluxo de 1 a 30 dias	2.225.557	850.318	1.694.126	666.200
Fluxo de 2 a 6 meses	5.639.163	4.704.662	3.949.490	3.650.883
Fluxo de 7 a 12 meses	2.755.981	3.084.441	1.489.455	2.346.335
Fluxo acima de 1 ano	5.570.763	1.922.749	5.473.973	1.432.571
Total	**16.772.093**	**10.562.170**	**13.257.106**	**8.095.989**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	62,2%	54,2%
Prefixados	34,6%	34,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	2,9%	7,5%
Ações	–	0,4%
Outros	0,3%	3,3%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixado	+ 50 b.p.	(97.893)
	+ 25 b.p.	(50.499)
	+ 10 b.p.	(20.572)
	- 10 b.p.	20.572
	- 25 b.p.	50.499
	- 50 b.p.	97.893
Índices de preço	- 50 b.p.	(456.084)
	+ 25 b.p.	(247.170)
	+ 10 b.p.	(104.243)
	- 10 b.p.	104.243
	- 25 b.p.	247.170
	- 50 b.p.	456.084
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.985)
	+ 25 b.p.	(1.654)
	+ 10 b.p.	(1.324)
	- 10 b.p.	1.324
	- 25 b.p.	1.654
	- 50 b.p.	1.985

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Bruto de Resseguro (*) — Dezembro de 2025

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	11.187.940	71,6 %	2.447.842	77,5 %	660.406	69,8 %	907.245	78,3 %	1.121.691	81,6 %	16.325.124	73,4 %
Sul	1.924.663	12,3 %	412.599	13,1 %	149.696	15,8 %	194.209	16,8 %	133.974	9,7 %	2.815.141	12,6 %
Nordeste	1.337.017	8,6 %	137.151	4,3 %	61.512	6,5 %	19.439	1,7 %	44.945	3,3 %	1.600.064	7,2 %
Centro Oeste	945.269	6,1 %	119.485	3,8 %	55.606	5,9 %	36.855	3,2 %	53.220	3,9 %	1.210.435	5,4 %
Norte	222.665	1,4 %	40.104	1,3 %	19.131	2,0 %	836	0,1 %	21.278	1,5 %	304.014	1,4 %
Total Geral	**15.617.554**	**100,0 %**	**3.157.181**	**100,0 %**	**946.351**	**100,0 %**	**1.158.584**	**100,0 %**	**1.375.108**	**100,0 %**	**22.254.778**	**100,0 %**

(*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos/cedidos nos montantes líquidos de R$ (10.644) (R$ (39.198) em 31 de dezembro de 2024).

Líquido de Resseguro — Dezembro de 2025

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	11.163.664	71,7 %	2.425.884	77,6 %	643.484	69,7 %	905.512	78,4 %	1.050.026	81,6 %	16.188.570	73,4 %
Sul	1.912.641	12,3 %	405.714	13,0 %	146.912	15,9 %	193.785	16,8 %	124.576	9,7 %	2.783.628	12,6 %
Nordeste	1.332.869	8,6 %	135.359	4,3 %	59.869	6,5 %	18.864	1,6 %	42.432	3,3 %	1.589.393	7,2 %
Centro Oeste	940.782	6,0 %	117.789	3,8 %	54.163	5,9 %	36.766	3,2 %	49.665	3,9 %	1.199.165	5,4 %
Norte	221.730	1,4 %	39.475	1,3 %	18.643	2,0 %	795	0,1 %	20.650	1,6 %	301.293	1,4 %
Total Geral	**15.571.686**	**100,0 %**	**3.124.221**	**100,0 %**	**923.071**	**100,0 %**	**1.155.722**	**100,0 %**	**1.287.349**	**100,0 %**	**22.062.049**	**100,0 %**

Bruto de Resseguro (*) — Dezembro de 2024

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.975.574	72,3 %	2.117.444	77,4 %	625.350	70,6 %	855.991	80,6 %	1.017.256	79,5 %	12.591.615	74,1 %
Sul	1.363.134	12,4 %	359.293	13,1 %	135.359	15,3 %	156.105	14,7 %	140.102	11,0 %	2.153.993	12,7 %
Nordeste	796.383	7,2 %	117.958	4,3 %	57.250	6,5 %	17.109	1,6 %	47.045	3,7 %	1.035.745	6,1 %
Centro Oeste	711.209	6,5 %	107.432	3,9 %	49.896	5,6 %	31.394	3,0 %	54.648	4,3 %	954.579	5,6 %
Norte	177.828	1,6 %	34.828	1,3 %	18.315	2,1 %	1.364	0,1 %	19.872	1,6 %	252.207	1,5 %
Total Geral	**11.024.128**	**100,0 %**	**2.736.955**	**100,0 %**	**886.170**	**100,0 %**	**1.061.963**	**100,0 %**	**1.278.923**	**100,0 %**	**16.988.139**	**100,0 %**

Líquido de Resseguro — Dezembro de 2024

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.969.100	72,5 %	2.096.728	77,5 %	608.044	70,5 %	853.801	80,6 %	948.859	79,4 %	12.476.532	74,2 %
Sul	1.351.780	12,3 %	352.274	13,0 %	132.568	15,4 %	155.593	14,7 %	130.546	10,9 %	2.122.761	12,6 %
Nordeste	792.479	7,2 %	116.205	4,3 %	55.487	6,4 %	16.962	1,6 %	44.713	3,7 %	1.025.846	6,1 %
Centro Oeste	707.331	6,4 %	105.781	3,9 %	48.374	5,6 %	31.276	3,0 %	51.811	4,3 %	944.573	5,6 %
Norte	176.805	1,6 %	34.206	1,3 %	17.797	2,1 %	1.308	0,1 %	19.217	1,6 %	249.333	1,5 %
Total Geral	**10.997.495**	**100,0 %**	**2.705.194**	**100,0 %**	**862.270**	**100,0 %**	**1.058.940**	**100,0 %**	**1.195.146**	**100,0 %**	**16.819.045**	**100,0 %**

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro", "Azul" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(827.430)	(562.253)
Sinistros - aumento de 50,0%	(569.973)	(353.298)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	136.502	70.615
Sinistros - aumento de 50,0%	557.529	415.719

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(16.848)	4.178
Sinistros - aumento de 50,0%	47.788	76.670

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022) e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	**6.985.626**	**6.756.552**
(+/–) Ajustes contábeis	**(4.341.511)**	**(4.638.739)**
Participações societárias	(2.295.750)	(2.576.083)
Despesas antecipadas	(181.568)	(104.497)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(146.814)	(329.483)
Ativos intangíveis	(1.649.329)	(1.571.945)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(68.050)	(56.731)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(34.464)**	**(70.406)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(34.464)	(70.406)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(559.080)**	**(437.579)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(547.411)	(425.698)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(11.669)	(11.881)
PLA de nível 1	**2.050.571**	**1.609.828**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.638.147	1.297.102
PLA de nível 2	**1.638.147**	**1.297.102**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	547.411	425.698
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.669	11.881
PLA de nível 3	**559.080**	**437.579**
Excesso de Nível 2 (–)	(360.854)	(303.808)
Excesso de Nível 3 (–)	(11.669)	(11.881)
Excesso de níveis 2 e 3	**(372.523)**	**(315.689)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**3.875.275**	**3.028.820**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**3.649.410**	**2.837.984**
Capital de risco de subscrição	3.372.570	2.587.188
Capital de risco de mercado	211.153	209.226
Capital de risco de crédito	161.521	166.553
Capital de risco operacional	133.338	102.287
Benefício da correlação entre riscos	(229.172)	(227.270)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**3.649.410**	**2.837.984**
Suficiência de capital	**225.865**	**190.836**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	412.856	317.176
Depósitos bancários	74.380	95.613
	487.236	**412.789**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	38.939	–	38.939	1.557	–	1.557
Outros	2.685	–	2.685	2.349	–	2.349
	41.624	**–**	**41.624**	**3.906**	**–**	**3.906**
Fundos exclusivos						
LFTs	115.430	–	115.430	357.395	–	357.395
Cotas de fundos de investimentos	53.804	–	53.804	212.171	–	212.171
LTNs	–	–	–	77.589	–	77.589
Ações de companhias abertas	–	–	–	23.522	–	23.522
Letras Financeiras - privadas	–	611	611	–	5.329	5.329
Outros	–	1.189	1.189	–	48.594	48.594
	169.234	1.800	171.034	670.677	53.923	724.600
Total	**210.858**	**1.800**	**212.658**	**674.583**	**53.923**	**728.506**
Circulante			209.973			726.157
Não circulante			2.685			2.349
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**3%**			**15%**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Carteira própria (*)		
NTNs - B	1.111.396	1.076.218
Debêntures	82.827	–
Total	**1.194.223**	**1.076.218**
Não circulante	1.194.223	1.076.218
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**20%**	**23%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.534.703 (R$ 1.451.898 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTNs - B	2.604.181	1.469.687
LTNs	1.891.231	1.424.606
Debêntures	22	–
Total	**4.495.434**	**2.894.293**
Circulante	1.111.599	–
Não circulante	3.383.835	2.894.293
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**77%**	**62%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 4.437.995 (R$ 2.776.950 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**5.016.193**	**5.107.499**
Aplicações	11.568.147	5.042.844
Resgates	(10.931.545)	(5.327.264)
Rendimentos	627.176	381.901
Ajuste a valor de mercado	35.200	(188.787)
Saldo final	**6.315.171**	**5.016.193**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	19.364.769	14.780.276
Passivo circulante	16.702.536	12.936.844
Índice de liquidez corrente	**1,16**	**1,14**

(*) Os fundos bloqueados que estão alocados nos fundos abertos (VJR), foram desconsiderados deste cálculo.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTN	13,65	14,04
NTNs B - IPCA	6,91	5,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,06	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	4,09	4,07
Debêntures - IPCA	8,22	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER - POR RAMO

			Dezembro de 2025			Dezembro de 2024
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	6.514.349	(6.059)	6.508.290	4.505.880	(2.303)	4.503.577
Riscos financeiros	1.463.286	(4.541)	1.458.745	1.258.776	(5.054)	1.253.722
Patrimonial	1.331.747	(7.555)	1.324.192	1.144.444	(3.528)	1.140.916
Pessoas	667.357	(18.900)	648.457	635.698	(10.725)	624.973
Transportes	48.985	(2.225)	46.760	44.086	(614)	43.472
Responsabilidade	44.672	(754)	43.918	41.669	(356)	41.313
Rural	24.925	(72)	24.853	17.674	(414)	17.260
	10.095.321	**(40.106)**	**10.055.215**	**7.648.227**	**(22.994)**	**7.625.233**
Circulante			9.361.610			7.017.067
Não circulante			693.605			608.166

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

			Dezembro de 2025			Dezembro de 2024
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	9.784.064	(7.474)	9.776.590	7.450.620	(5.146)	7.445.474
Vencidos até 30 dias	205.627	(2.234)	203.393	135.254	(1.450)	133.804
Vencidos 31 a 60 dias	35.439	(1.842)	33.597	22.480	(1.039)	21.441
Vencidos 61 a 90 dias	17.091	(1.610)	15.481	10.404	(1.120)	9.284
Vencidos 91 a 120 dias	11.213	(1.440)	9.773	5.478	(652)	4.826
Vencidos 121 a 180 dias	9.451	(3.325)	6.126	5.109	(1.729)	3.380
Vencidos 181 a 365 dias	12.040	(8.095)	3.945	5.396	(4.066)	1.330
Vencidos acima de 365 dias	20.396	(14.086)	6.310	13.486	(7.792)	5.694
	10.095.321	**(40.106)**	**10.055.215**	**7.648.227**	**(22.994)**	**7.625.233**

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**7.625.233**	**6.514.690**
(+) Prêmios emitidos	24.682.768	18.931.162
(+) IOF	1.381.859	1.055.280
(+) Adicional de fracionamento	133.388	114.633
(–) Recebimentos	(21.472.901)	(17.142.348)
(–) Prêmios cancelados	(2.278.020)	(1.852.550)
(Constituição)/reversão redução ao valor recuperável	(17.112)	4.366
Saldo final	**10.055.215**	**7.625.233**

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**(22.994)**	**(27.360)**
Provisões constituídas	(23.132)	(9.752)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	3.814	1.267
Provisões revertidas	2.206	12.851
Saldo final	**(40.106)**	**(22.994)**

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	30,0%	33,5%
Automóvel	6 a 11	51,1%	51,0%
	12	18,8%	15,5%
	1 a 5	24,4%	27,0%
Ramos Elementares	6 a 11	33,0%	33,6%
	12	42,6%	39,5%
	1 a 5	51,0%	47,7%
Vida	6 a 11	11,5%	11,1%
	12	37,5%	41,2%

9.2 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais referem-se, principalmente, a valores relacionados ao processamento de sinistros com compensação bancária ocorrido no mês subsequente ao encerramento do período.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contas a receber - diversos	104.630	31.460
Direito a ressarcimento - estimados (i)	39.311	37.436
Dividendos e JCP	1.917	2.684
Ressarcimento a receber	4.806	289
	150.664	**71.869**
Circulante	145.695	71.684
Não circulante	4.969	185

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

		Dezembro de 2025		Dezembro de 2024
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	8.866	43,3%	3.668	56,1%
2º mês	5.389	22,6%	2.581	13,7%
3º mês	3.745	10,0%	2.107	7,3%
4º mês	2.922	5,2%	1.846	4,1%
5º mês	2.406	3,4%	1.692	2,4%
6º mês	2.095	1,9%	1.562	1,5%
7º mês	1.846	1,8%	1.526	1,1%
8º mês	1.686	1,2%	1.453	0,7%
9º mês	1.548	0,9%	1.408	0,6%
10º mês	1.410	1,0%	1.342	0,8%
11º mês	1.271	0,7%	1.337	0,8%
12º mês	1.157	0,7%	1.258	0,6%
13º ao 18º mês	1.888	0,5%	6.298	0,6%
19º ao 24º mês	1.268	1,9%	4.501	2,%
25º ao 30º mês	783	1,3%	2.909	2,3%
Após o 30º mês	1.031	3,7%	1.948	4,8%
	39.311	**100,0%**	**37.436**	**100,0%**
Circulante	34.342		21.780	
Não circulante	4.969		15.656	

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**37.436**	**35.822**
Constituições	1.875	1.614
Saldo final	**39.311**	**37.436**

10.2 OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Partes relacionadas (i)	132.774	117.743
Adiantamento para funcionários	73.115	42.486
Outros	4.054	3.331
	209.943	**163.560**
Circulante	205.984	160.675
Não circulante	3.959	2.885

(i) Vide nota explicativa nº 35.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	694.226	867.331
IRPJ	121.123	45.321
CSLL	72.194	16.790
PIS e COFINS	32.149	22.293
INSS e outros	15.264	13.924
	934.956	**965.659**
Circulante	240.730	98.328
Não circulante	694.226	867.331

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	20.130	(20.130)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (i)	325.657	27.229	(237.043)	115.843
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	150.274	14.517	(28.597)	136.194
Provisão de participação de lucros	129.960	169.024	(176.046)	122.938
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	101.552	34.394	(6.084)	129.862
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	26.435	4.627	(1.161)	29.901
Provisão para riscos de créditos	8.606	6.374	(5.252)	9.728
Lei do Bem	–	50.950	(50.950)	–
Outras provisões	124.847	69.631	(44.718)	149.760
	867.331	**396.876**	**(569.981)**	**694.226**

(i) Principais variações referem-se a reversão da provisão de processos de PIS/COFINS conforme menção na NE 23.1 (a) (i) e a incidência de IR/CS sobre juros moratórios conforme menção na NE 23.1 (a) (iii).

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	338.542	166.138	49.794	34.842	4.822	4.010	13.433	82.645	**694.226**

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre combinação de negócios	249.446	–	(5.049)	244.397
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	40.620	12.981	(1.657)	51.944
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.826	–	(719)	3.107
Outros	5.726	2.158	(1.372)	6.512
	299.618	**15.139**	**(8.797)**	**305.960**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	2.267.741	2.018.496
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(907.096)**	**(807.398)**
Juros sobre capital próprio	242.672	183.814
Equivalência patrimonial	93.349	120.439
Inovação tecnológica	47.028	56.926
Depósitos judiciais	27.386	18.439
Doações/incentivos	22.855	33.763
Participação nos lucros - administradores	(21.575)	(41.146)
Outros	8.917	(16.416)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**420.632**	**355.819**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(486.464)**	**(451.579)**
Taxa efetiva (D/-A)	**21,5%**	**22,4%**

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Direito a salvados - estimados (ii)	115.983	104.981
Bens à venda - salvados (i)	112.854	132.661
Ativo de direito de uso (iii)	73.471	81.990
Outros	–	1.752
	302.308	**321.384**
Circulante	115.153	103.913
Não circulante	187.155	217.471

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Até 30 dias	42.930	62.120
De 31 a 60 dias	33.529	32.980
De 61 a 120 dias	15.507	25.265
De 121 a 365 dias	33.897	27.387
Acima de 365 dias	27.819	19.309
	153.682	**167.061**
Redução ao valor recuperável	(40.828)	(34.400)
	112.854	**132.661**

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	36.361	8,8%	27.138	18,6%
2º mês	21.146	38,8%	14.559	43,1%
3º mês	12.408	20,6%	9.065	17,8%
4º mês	8.531	8,7%	6.947	4,9%
5º mês	6.266	5,2%	5.735	3,2%
6º mês	5.150	2,7%	4.764	2,2%
7º mês	4.268	2,2%	3.983	1,4%
8º mês	3.644	1,6%	3.519	0,9%
9º mês	3.127	1,4%	3.091	0,8%
10º mês	2.746	1,1%	2.711	0,6%
11º mês	2.420	0,9%	2.488	0,8%
12º mês	2.181	0,8%	2.333	0,5%
13º ao 18º mês	3.859	0,7%	9.604	0,4%
19º ao 24º mês	2.128	2,6%	5.655	1,8%
25º ao 30º mês	1.317	1,3%	2.778	0,8%
Após o 30º mês	431	2,8%	611	2,2%
Total	**115.983**	**100,0%**	**104.981**	**100%**
Circulante	108.247		86.333	
Não circulante	7.735		18.648	

12.2.1 DIREITO A SALVADOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**104.981**	**102.380**
Constituições	11.002	6.317
Reversões	–	(3.716)
Saldo final	**115.983**	**104.981**

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

		Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	166.753	(93.282)	73.471	158.976	(76.986)	81.990

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Direito de uso	81.990	7.778	(16.297)	73.471

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Automóvel	1.620.632	1.143.599
Patrimonial	449.965	396.534
Riscos financeiros	275.165	236.293
Pessoas	159.659	158.697
Outros	19.059	24.102
	2.524.480	**1.959.225**
Circulante	2.390.601	1.832.152
Não circulante	133.879	127.073

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

13.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.959.225**	**1.765.990**
Constituição	4.453.582	3.404.419
Apropriação para despesa	(3.888.327)	(3.211.184)
Saldo final	**2.524.480**	**1.959.225**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (*)	644.860	611.748
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	445.475	424.208
Sinistros	31.431	33.389
INSS	2.556	2.368
Outros	14.377	47.736
	1.138.699	**1.119.449**

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/ redução de capital (iii)	Ajuste TVM controladas	Amortização	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Vida	**395.664**	31.511	–	28.000	2.753	–	(63)	11.642	**469.507**
Azul Seguros	**1.117.834**	144.381	(244.589)	(280.000)	27.820	–	(3.938)	326	**761.834**
Porto Capitalização	**269.288**	49.409	(47.650)	–	21.398	–	(31)	–	**292.414**
Itaú Auto e Residência	**72.328**	8.072	(1.917)	(20.000)	–	–	(97)	215	**58.601**
Combinação de negócios (i)	**970.415**	–	–	–	–	(12.624)	–	–	**957.791**
	2.825.529	**233.373**	**(294.156)**	**(272.000)**	**51.971**	**(12.624)**	**(4.129)**	**12.183**	**2.540.147**

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Em 2023 a Porto Seguro S.A. transferiu a participação societária para essa Companhia.
(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC e Ganhos e Perdas Atuariais de Benefícios Pós Emprego.
(iii) Com relação à Itaú Auto e Residência ocorreu aumento de capital no montante de R$ 11.500, no qual foi utilizado saldo de reserva legal, transacionando saldos dentro do patrimônio líquido, aumentando capital social e reduzindo reserva legal.

15.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2025 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Vida	6.731.339	6.261.832	1.247.099	31.511	(15.099)
Azul Seguros	1.259.972	498.138	695.078	144.381	267.629
Porto Capitalização	2.514.311	2.221.897	340.619	49.409	36.565
Itaú Auto e Residência	209.166	150.565	29.452	8.072	12.002
	10.714.788	**9.132.432**	**2.312.248**	**233.373**	**301.097**

(i) Considera-se receitas operacionais e financeiras.

15.2 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS

A Companhia anualmente realiza o teste de recuperabilidade de ativos referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.
Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.
A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	12,84%	3,63%	12,87%	3,60%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável do ativo é maior do que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(637)	9.988	10.625	(425)	10.200
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	226.900	(92.641)	134.259	203.715	(75.987)	127.728
Terrenos	–	1.682	–	1.682	1.682	–	1.682
Informática	20,0 a 33,3	656.242	(490.165)	166.077	607.923	(449.305)	158.618
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	61.128	(55.905)	5.223	62.506	(60.228)	2.278
Rastreadores	100,0	3.642	(2.279)	1.363	3.249	(1.813)	1.436
Equipamentos	10 a 14,3	30.568	(29.174)	1.394	31.638	(28.436)	3.202
Veículos	20 a 25,0	7.656	(6.797)	859	8.255	(7.605)	650
		998.443	**(677.598)**	**320.845**	**929.593**	**(623.799)**	**305.794**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	10.200	–	–	(212)	–	9.988
Benefícios em imóveis de terceiros	127.728	23.185	–	(16.654)	–	134.259
Terrenos	1.682	–	–	–	–	1.682
Informática	158.618	74.562	247	(64.237)	(3.113)	166.077
Móveis, máquinas e utensílios	2.278	965	(69)	(2.073)	4.122	5.223
Rastreadores	1.436	3.221	(106)	(3.188)	–	1.363
Equipamentos	3.202	–	(6)	(793)	(1.009)	1.394
Veículos	650	468	(50)	(209)	–	859
	305.794	**102.401**	**16**	**(87.366)**	**–**	**320.845**

17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 25,0	2.787.465	(1.147.477)	1.639.988	2.505.869	(945.089)	1.560.780
Outros intangíveis	20	54.755	(45.414)	9.341	54.755	(43.590)	11.165
		2.842.220	**(1.192.891)**	**1.649.329**	**2.560.624**	**(988.679)**	**1.571.945**

17.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	1.560.780	283.022	(1.412)	(202.402)	1.639.988
Outros intangíveis	11.165	–	–	(1.824)	9.341
	1.571.945	**283.022**	**(1.412)**	**(204.226)**	**1.649.329**

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fornecedores	501.964	250.714
Participação nos lucros a pagar (i)	160.956	238.064
Provisão de benefícios a empregados	120.933	100.928
IOF a recolher	46.074	39.801
Honorários a pagar	4.629	2.522
Outros	70.136	51.448
	904.692	**683.477**
Circulante	737.684	542.750
Não circulante	167.008	140.727

(i) Os pagamentos da PLR são efetuados em fevereiro e abril do ano subsequente.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IOF	576.575	432.780
IRRF	53.416	44.628
INSS e FGTS	86.790	53.579
ISS	9.667	6.845
Outros	7.192	5.531
Total	**733.640**	**543.363**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Empréstimos bancários (i)	189.680	163.473
Passivos de arrendamentos (ii)	–	3.497
	189.680	**166.970**
Circulante	40.407	99.777
Não circulante	149.273	67.193

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.
(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração (a.a.)	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
120.000 (*)	ITAÚ	2024	2027	100% CDI + 1,37%	149.273	128.825
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	13.858	11.869
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	12.593	10.785
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	13.956	11.994
				Total	**189.680**	**163.473**

(*) A Companhia recontratou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R$ 2,04% do CDI.

19.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos bancários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.497**	**163.473**	**166.970**
Juros	555	26.207	26.762
Liquidação/reversão	(4.052)	–	(4.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**189.680**	**189.680**

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Dezembro de 2025 1 a 30 dias	Total	Dezembro de 2024 1 a 30 dias	Total
Outros depósitos	25.008	**25.008**	50.500	**50.500**
Total	**25.008**	**25.008**	**50.500**	**50.500**

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião em virtude às emissões das apólices.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Corretores de seguros e resseguros (i)	763.900	631.192
Operações com resseguradoras	88.779	90.843
Operações com seguradoras	38.218	21.768
Prêmios a restituir (ii)	–	21.780
Outros débitos operacionais	71.649	55.847
	962.546	**821.430**

(i) A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada na nota 21.1.
(ii) Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como "Prêmios a Restituir" passaram a ser classificados como parte integrante da "Provisão de Valores a Regularizar (PVR)", conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
A vencer	737.896	614.884
Vencidos até 30 dias	16.384	11.162
Vencidos 31 a 60 dias	2.781	1.855
Vencidos 61 a 120 dias	2.226	1.280
Vencidos acima de 120 dias	4.613	2.011
	763.900	**631.192**

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2025 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2024 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	12.243.490	12.179.578	9.463.312	9.401.308
Sinistros e benefícios a liquidar	2.431.260	2.368.756	1.897.654	1.830.785
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	455.511	419.888	384.483	348.532
Demais provisões	167.389	167.389	141.656	141.656
Total	**15.297.650**	**15.135.611**	**11.887.105**	**11.722.281**
Circulante	13.912.437		10.692.524	
Não circulante	1.385.213		1.194.581	

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:42 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.058.995**	**190.896**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.941	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.663)	(134.618)
Aviso de sinistros	8.360.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.286.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	5.815
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**11.887.105**	**164.824**
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	22.244.134	153.149
Diferimento pelo risco decorrido	(19.463.950)	(151.248)
Aviso de sinistros	10.422.669	78.489
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.817.513)	(87.953)
Atualização monetária e juros	25.205	4.778
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**15.297.650**	**162.039**

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	**15.297.650**	**11.887.105**
Direitos creditórios (i)	8.656.415	6.465.603
Custos de aquisição diferidos pagos	1.849.415	1.426.852
Operações com resseguradoras	124.809	131.072
Depósitos judiciais de PSL	7.829	7.596
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**10.640.019**	**8.032.674**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**4.657.631**	**3.854.431**
Títulos de renda fixa - públicos	1.111.395	1.076.218
Quotas de fundos de investimento	4.405.536	3.585.527
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**5.516.931**	**4.661.745**
Excedente (D - C)	**859.300**	**807.314**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de salvados e ressarcimento (R$ 106 milhões), contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

Bruto de resseguro Administrativo - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.350	3.900	4.049	4.568	3.860	4.924	6.561	6.197	7.051	9.960	
Dois anos mais tarde	3.494	4.060	4.205	4.786	4.167	5.327	7.082	6.713	7.659	–	
Três anos mais tarde	3.505	4.075	4.228	4.811	4.176	5.355	7.109	6.757	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.509	4.081	4.235	4.817	4.205	5.364	7.126	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.512	4.072	4.237	4.794	4.208	5.370	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.513	4.073	4.239	4.794	4.213	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.514	4.073	4.240	4.797	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.514	4.075	4.240	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.514	4.076	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.514	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**3.514**	**4.076**	**4.240**	**4.797**	**4.213**	**5.370**	**7.126**	**6.757**	**7.659**	**9.960**	**57.712**

Bruto de resseguro Administrativo - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros pagos até a data-base	3.009	3.430	3.590	4.055	3.353	4.203	5.745	5.208	6.049	7.811	
Dois anos mais tarde	3.485	4.035	4.199	4.748	4.173	5.300	7.020	6.680	7.560	–	
Três anos mais tarde	3.504	4.059	4.226	4.782	4.193	5.324	7.081	6.725	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.508	4.067	4.234	4.789	4.200	5.343	7.115	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.511	4.071	4.236	4.792	4.205	5.359	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.513	4.072	4.238	4.793	4.209	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.513	4.073	4.239	4.795	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.514	4.074	4.239	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.514	4.075	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.514	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**3.514**	**4.075**	**4.239**	**4.795**	**4.209**	**5.359**	**7.115**	**6.725**	**7.560**	**7.811**	**55.402**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**1**	**1**	**2**	**4**	**11**	**11**	**32**	**99**	**2.149**	**2.310**
										PSL anos anteriores	**1**
										Provisão de sinistros	**2.311**

Bruto de resseguro Judicial - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	14	21	16	21	24	38	27	26	29	432	
Dois anos mais tarde	35	55	48	55	67	80	64	79	150	–	
Três anos mais tarde	59	70	70	83	84	96	82	154	–	–	
Quatro anos mais tarde	72	87	82	93	90	111	102	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	80	87	87	97	99	123	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	88	89	91	105	99	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	90	88	94	101	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	83	88	94	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	82	84	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**81**	**84**	**94**	**101**	**99**	**123**	**102**	**154**	**150**	**432**	**1.420**

Bruto de resseguro Judicial - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros pagos até a data-base	7	9	10	13	17	27	9	10	15	24	
Dois anos mais tarde	18	33	29	39	42	63	45	46	45	–	
Três anos mais tarde	34	46	44	51	56	82	67	73	–	–	
Quatro anos mais tarde	45	59	53	61	69	99	88	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	54	65	67	71	85	114	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	61	70	75	83	92	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	68	74	86	96	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	74	79	92	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	79	83	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**81**	**83**	**92**	**96**	**92**	**114**	**88**	**73**	**45**	**24**	**788**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**1**	**2**	**5**	**7**	**9**	**14**	**81**	**105**	**408**	**632**
										PSL anos anteriores	**69**
										Provisão de sinistros	**701**

Líquido de resseguro Administrativo - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.281	3.853	4.020	4.529	3.764	4.854	6.514	6.116	7.016	9.870	
Dois anos mais tarde	3.422	4.006	4.172	4.742	4.064	5.251	7.029	6.626	7.615	–	
Três anos mais tarde	3.433	4.020	4.196	4.766	4.071	5.279	7.055	6.668	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.437	4.027	4.202	4.771	4.099	5.287	7.072	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.439	4.018	4.204	4.748	4.102	5.293	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.440	4.018	4.206	4.748	4.106	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.439	4.019	4.207	4.750	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.439	4.021	4.207	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.440	4.021	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.440	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**3.440**	**4.021**	**4.207**	**4.750**	**4.106**	**5.293**	**7.072**	**6.668**	**7.615**	**9.870**	**57.042**

Líquido de resseguro Administrativo - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.948	3.415	3.568	4.027	3.290	4.141	5.710	5.177	6.023	7.767	
Dois anos mais tarde	3.415	3.982	4.168	4.703	4.070	5.227	6.968	6.594	7.520	–	
Três anos mais tarde	3.433	4.005	4.193	4.735	4.087	5.249	7.027	6.638	–	–	
Quatro anos mais tarde	3.438	4.013	4.201	4.743	4.093	5.267	7.061	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	3.439	4.017	4.202	4.745	4.099	5.283	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	3.440	4.017	4.204	4.747	4.102	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	3.439	4.018	4.206	4.749	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	3.439	4.020	4.206	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	3.439	4.020	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	3.439	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**3.439**	**4.020**	**4.206**	**4.749**	**4.102**	**5.283**	**7.061**	**6.638**	**7.520**	**7.767**	**54.785**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**1**	**1**	**1**	**1**	**4**	**10**	**11**	**30**	**95**	**2.103**	**2.257**
										PSL anos anteriores	**1**
										Provisão de sinistros	**2.258**

Líquido de resseguro Judicial - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	8	20	15	21	22	37	24	24	28	423	
Dois anos mais tarde	28	54	48	53	65	76	59	73	144	–	
Três anos mais tarde	50	69	64	80	81	91	76	143	–	–	
Quatro anos mais tarde	62	85	74	89	86	102	94	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	69	85	79	94	95	115	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	76	87	84	103	95	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	79	87	86	99	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	78	85	86	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	77	81	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	77	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**77**	**81**	**86**	**99**	**95**	**115**	**94**	**143**	**144**	**423**	**1.357**

Líquido de resseguro Judicial - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros pagos até a data-base	4	8	10	13	17	27	9	10	16	23	
Dois anos mais tarde	15	32	29	39	42	62	43	45	46	–	
Três anos mais tarde	29	45	44	51	55	81	66	71	–	–	
Quatro anos mais tarde	39	57	53	60	68	98	85	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	47	64	64	69	84	112	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	55	69	72	81	90	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	64	73	80	95	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	70	77	86	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	74	81	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	77	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**77**	**81**	**86**	**95**	**90**	**112**	**85**	**71**	**46**	**23**	**766**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**	**4**	**5**	**3**	**9**	**72**	**98**	**400**	**591**
										PSL anos anteriores	**69**
										Provisão de sinistros	**660**

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**487.369**	**451.979**	**439.992**	**402.151**
Novas constituições no exercício	181.444	141.931	221.311	203.606
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	27.145	21.733	58.926	52.538
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	27.620	15.686	35.659	32.806
Pagamentos no exercício	(145.647)	(141.745)	(141.660)	(122.412)
Baixas da provisão por êxito	(79.761)	(31.911)	(126.859)	(116.710)
Saldo final	**498.170**	**457.673**	**487.369**	**451.979**
Quantidade de processos	12.172		10.546	

(*) Correção monetária atualizada com o índice do IPCA e juros pela taxa legal.

23. PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	921.758	910.021
Cíveis	49.029	40.925
Trabalhistas	25.700	25.166
	996.487	**976.112**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (i)	602.126	570.215
Processos com adesão ao REFIS (ii)	302.512	305.120
Outros/Juros Morários (iii)	17.120	34.686
	921.758	**910.021**

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questionava a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à Companhia.

23.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**910.021**	**25.166**	**40.925**	**976.112**
Constituições	–	12.930	29.877	42.807
Êxito/reversões/mudança de estimativa	(38.000)	3.763	(13.552)	(47.789)
Pagamentos	–	(16.573)	(10.494)	(27.067)
Atualização monetária	49.737	414	2.273	52.424
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**921.758**	**25.700**	**49.029**	**996.487**
Quantidade de processos	15	327	1.202	1.544

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais e previdenciárias (a)	1.136.442	930.698
Cíveis	224.563	249.258
Trabalhistas	4.268	3.760
	1.365.273	**1.183.716**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 468.013 (R$ 323.958 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 323.404 (R$ 232.186 de possível impacto no lucro líquido).

24. DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**165.379**	**(37.091)**	**128.288**
Novos contratos	7.779	–	7.779
Apropriação dos juros	–	14.935	14.935
Pagamentos	(28.440)	–	(28.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**144.718**	**(22.156)**	**122.562**
Circulante			15.016
Não circulante			107.546

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 3.810.299 divididos em 717.468.149 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, e foram aprovadas pela SUSEP conforme as portarias elencadas.

	Capital Social	Quantidade de Ações
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2474 DE 25/03/2025	35.000	3.745.775
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2500 DE 22/04/2025	140.500	15.015.148
Total	**175.500**	**18.760.923**

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R$ 1.924 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.963 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 609.587 (R$ 520.523 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 2.611.319 (R$ 2.551.363 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (reservas de lucros 2024)	**Valor Aprovado**
27 de fevereiro de 2025	159.000
28 de março de 2025	54.000
29 de abril de 2025	23.000
30 de junho de 2025	48.000
31 de julho de 2025	37.000
29 de agosto de 2025	119.000
30 de setembro de 2025	312.000
31 de outubro de 2025	47.500
28 de novembro de 2025	128.000
Total	**927.500**
Dividendos (destinação lucro 2025)	**Valor Aprovado**
29 de dezembro de 2025	100.000
Total	**100.000**
JCP (destinação lucro 2025)	**Valor Aprovado**
28 de março de 2025	129.420
27 de junho de 2025	153.664
30 de setembro de 2025	167.139
29 de dezembro de 2025	156.458
Total	**606.681**

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**1.781.277**	**1.566.917**
(–) Reserva legal - 5%	(89.064)	(78.346)
Realização da reserva de reavaliação	1.924	2.963
Resultado básico para determinação do dividendo	**1.694.137**	**1.491.534**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**423.534**	**372.884**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	515.679	390.605
Dividendos distribuídos (b)	100.000	100.000
Total de dividendos e JCP distribuídos (a + b)	**615.679**	**490.605**
Total por ação (R$)	**0,8581**	**0,7016**
Quantidade de ações	717.468	699.236

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**156.604**	**139.905**
Diferimento do exercício	175.047	133.270
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(168.467)	(116.571)
Saldo final	**163.183**	**156.604**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**37,18**	**30,93**

		Quantidade
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**3.989**	**4.314**
Diferimento do exercício	3.620	3.682
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(3.887)	(4.007)
Saldo final	**3.722**	**3.989**

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

				Dezembro de 2025
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	10.108.381	8.689.909	57,8	24,0
Resp. civil facultativa veículos	3.067.613	2.558.422	65,0	19,6
Demais - automóveis	2.421.112	1.982.327	51,5	20,0
Compreensivo empresarial	1.269.486	1.168.318	30,4	27,3
Fiança locatícia	1.124.800	936.385	38,1	20,1
Vida individual e grupo	851.837	845.022	43,4	27,5
Demais - vida	758.708	748.096	32,4	31,0
Compreensivo residencial	1.371.538	1.264.232	34,5	32,9
Demais - patrimonial	515.600	486.813	26,7	18,7
Demais - transportes	274.086	273.455	29,3	23,6
Demais - rural	62.546	58.784	51,3	13,0
Demais ramos	418.427	452.187	27,5	22,3
	22.244.134	**19.463.950**	**50,5**	**23,8**

				Dezembro de 2024
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	7.351.860	7.357.790	57,5%	22,9%
Resp. civil facultativa veículos	2.093.540	2.050.990	55,4%	19,1%
Demais - automóveis	1.547.080	1.369.524	46,3%	19,0%
Compreensivo residencial	1.180.789	1.026.723	38,6%	32,9%
Fiança locatícia	1.017.521	808.007	38,3%	19,7%
Compreensivo empresarial	1.088.628	1.021.211	33,4%	27,4%
Vida individual e grupo	788.512	783.652	44,0%	28,9%
Demais - vida	637.744	631.920	31,6%	30,5%
Demais - patrimonial	436.920	420.198	29,0%	19,0%
Demais - transportes	263.117	263.192	35,0%	23,1%
Demais - rural	67.296	63.361	34,9%	12,1%
Demais ramos	475.934	462.095	21,8%	23,1%
	16.948.941	**16.258.663**	**48,7%**	**23,3%**

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(2.770.504)	(2.768.087)	(734.715)	(728.423)
Provisão de riscos não expirados	(13.311)	(13.311)	(8.634)	(8.634)
Outras provisões	3.631	3.631	53.071	53.071
	(2.780.184)	**(2.777.767)**	**(690.278)**	**(683.986)**

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros avisados - administrativo	(8.707.200)	(6.893.931)
Porto Socorro	(1.785.193)	(1.506.033)
Sinistros avisados - judicial	(192.439)	(140.648)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(84.747)	(46.037)
Ressarcimentos	321.553	287.004
Salvados	1.030.837	791.921
Outras despesas com sinistros (i)	(413.727)	(416.253)
	(9.830.916)	**(7.923.977)**

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Comissões sobre prêmios retidos	(5.025.758)	(3.841.878)
Variação das despesas de comercialização diferidas	565.255	194.949
Outras despesas de comercialização (**)	(171.090)	(140.296)
	(4.631.593)	**(3.787.225)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(**) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobrança	(117.600)	(89.370)
Provisão para redução ao valor recuperável	(15.402)	(9.544)
Encargos sociais	(37.706)	(33.076)
Assistência	(26.325)	(19.932)
Provisões cíveis	(14.833)	(15.191)
Dispositivo anti-furto	(11.074)	(10.936)
Honorários advocatícios	(11.076)	(9.405)
Benefícios concedidos a segurados	(6.269)	(18.129)
Outras	(22.262)	(11.774)
	(262.547)	**(217.357)**

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas recuperadas	1.258.211	1.177.738
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.809.625)	(1.649.797)
Serviços de terceiros	(1.139.143)	(975.634)
Localização e funcionamento	(492.508)	(418.569)
Publicidade e propaganda	(141.495)	(133.403)
Donativos e contribuições	(31.439)	(37.090)
Despesa com publicações	(243)	–
Outras	(111.401)	(305)
	(2.467.643)	**(2.037.060)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota explicativa nº 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(395.849)	(360.516)
PIS	(64.326)	(58.584)
Outras	(14.554)	(18.898)
	(474.729)	**(437.998)**

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	515.238	308.065
Operações de seguros	133.388	114.633
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	121.060	129.955
Variações monetárias dos depósitos judiciais	54.082	46.512
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	7.325	–
Outras	92.442	84.409
Total de receitas financeiras	**923.535**	**683.574**
Operações de seguros	(70.707)	(63.565)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(49.737)	(69.412)
Despesas com empréstimos bancários	(28.878)	(22.647)
Juros de arrendamento	(14.935)	(15.271)
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	(10.012)	
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(9.128)	(51.703)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	6	(4.416)
Outras	(25.558)	(41.208)
Total de despesas financeiras	**(208.949)**	**(268.222)**
Resultado financeiro	**714.586**	**415.352**

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 5.010 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 25.779 em 31 de dezembro de 2025.

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	100.926	90.578
Custo dos benefícios	4.790	5.109
Custo de juros	13.337	9.483
Benefícios pagos	(13.893)	(14.706)
Ganho atuarial sobre a obrigação	9.806	(2.050)
Outros	5.967	12.514
Saldo final do passivo	**120.933**	**100.928**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;

(iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;

(v) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(vii) Seguro prestamista efetuado pela Portoseg e Consórcio;

(viii) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;

(ix) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;

(x) Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais;

(xi) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;

(xii) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(xiii) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviço e Negócios, com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados; e

(xiv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (iii).

Os saldos a receber por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo		
Portoseg	45.676	26.545
Porto Saúde	24.055	15.309
Porto Consórcio	17.135	10.234
Porto Serviço	10.640	394
Porto Atendimento	8.712	7.234
Azul Seguros	8.155	38.834
Porto Vida e Previdência	5.326	2.267
Crediporto	2.896	200
Porto Capitalização	1.769	1.758
Itaú Auto e Residência	332	2.079
CDF S.A.	–	6.697
Demais	8.078	6.192
	132.774	**117.743**
Passivo	**Dezembro de 2025**	**Dezembro de 2024**
Porto Seguro S.A.	462	994
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	401	–
Porto Saúde Participações	105	–
Renova	17	–
Renova Peças Novas	–	1
Proteção e Monitoramento	2	–
	987	995

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Portoseg	311.451	239.823	(58.531)	(36.604)
Porto Saúde	219.254	171.818	(151.074)	(146.516)
Azul Seguros	181.448	348.993	–	–
Porto Consórcio	152.528	120.331	(64.720)	(51.281)
Porto Atendimento	89.240	84.572	(105.596)	(100.335)
CDF S.A (iii)	67.048	31.620	(1.316.848)	(417.139)
Porto Serviço (iii)	32.170	394	(304.786)	–
Porto Vida e Previdência	30.681	24.506	–	–
Itaú Auto e Residência	5.908	26.470	(444)	–
Porto Capitalização	19.584	18.471	(5.990)	(5.962)
Crediporto	16.757	1.726	(27.892)	(8.872)
Porto Assistência Participações (iii)	12.588	7.982	(109)	(169)
Portopar	10.222	4.261	(635)	–
Porto Serviços e Comércio	9.360	4.914	(2.453)	(2.688)
Serviços Médicos	8.088	9.269	–	–
Proteção e Monitoramento	7.256	6.449	(95)	(80)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	6.894	6.602	(10.562)	(3.491)
Porto Asset Management	5.918	6.151	–	(1.511)
Renova	4.966	4.011	(17)	(495)
Porto Seguro Gestora de Recursos	3.630	569	(7.112)	(3.368)
Unigás	2.869	–	–	–
Porto Conecta/Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios (ii)	2.618	8	–	–
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	1.712	2.368	(960)	(1.455)
Portomed	383	95	–	–
Porto S.A.	101	2.851	(6.596)	(15.994)
Porto Negócios Financeiros	5	97	–	–
Renova Peças Novas	4	1	–	(4)
Porto Saúde Operações	2	73	–	–
Porto Odonto	–	5	(4)	–
Porto Assistência (iii)	–	–	–	(219.722)
CDF Ltda (iii)	–	64.853	–	(677.730)
Porto Bank	–	97	(2)	–
Porto Saúde Participações	–	284	(105)	–
	1.202.685	**1.189.664**	**(2.064.531)**	**(1.693.416)**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

(ii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A..

(iii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(84.949)	(129.400)
Honorários de diretoria e encargos	(39.264)	(39.587)
	(124.213)	**(168.987)**

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	1.781.277	1.566.917
Média ponderada do número de ações durante o exercício	717.468	699.236
Resultado por ação básico e diluído	2,4827	2,2409

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
Diretora Presidente

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
CEO Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia, Dados e Atendimento

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor Executivo

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

IZAK RAFAEL BENADERET
Diretor Executivo de Investimentos

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo - Produto Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretora Executiva de Gente e Cultura

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13.1 e 22, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 15.297.650 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

azul seguros
itaú

Seguro Auto

Do básico ao mais completo.

OPERADO PELA

Porto Seguro

Baixe o app e fale com seu Corretor.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:06:19 BRT

O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto a emissão de novas apólices quanto as renovações da marca Azul na sua controladora direta, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Azul perante o consumidor final, uma vez que a marca Azul permanecerá nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentarão uma redução substancial em suas rubricas.

É importante ressaltar que os números reportados, refletem agora, primordialmente, o esgotamento dos riscos vigentes e a decorrer das apólices emitidas em data anterior à mudança, bem como a liquidação de seus respectivos sinistros e despesas remanescentes.
Esta etapa consolida o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e a busca por maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R$ 530,3 milhões, com uma diminuição de R$ 4.242,9 milhões, 88,9% em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas
No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 8,5%, com uma diminuição de (0,7) p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro no exercício totalizou R$ 89,2 milhões, uma diminuição de R$ 39,0 milhões, 30,4% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 93,6%, apresentando uma diminuição de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2025 foi de 90,6%, uma diminuição de 0,8 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado por ação
O resultado no exercício foi de R$ 144,4 milhões, uma diminuição de R$ 123,2 milhões em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R$ 72,04 em 2025, uma redução comparada ao exercício de R$ 122,75.

• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos
Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.
O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.
A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera
Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social
Metas:
- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade
Metas:
- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis
Meta:
- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor
Metas:
- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.
Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.
A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.
Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.
Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.
No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.
Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.
A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.
Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**371.675**	**2.671.144**
Disponível		6.196	57.272
Caixa e bancos	7	6.196	57.272
Equivalentes de caixa	7	61.637	124.932
Aplicações financeiras	8	183.225	185.711
Créditos das operações com seguros e resseguros		38.912	1.765.156
Prêmios a receber	9	38.912	1.765.156
Outros créditos operacionais		12.612	29.363
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19	1.206	1.107
Títulos e créditos a receber		10.852	4.071
Títulos e créditos a receber		47	47
Créditos tributários e previdenciários	10	5.312	1.824
Outros créditos		5.493	2.200
Outros valores e bens		44.627	71.677
Bens à venda	12	16.472	39.739
Outros valores	12	28.155	31.938
Despesas antecipadas		2.705	5.825
Custos de aquisição diferidos	13	9.703	426.030
Seguros		9.703	426.030
Não circulante		**888.297**	**1.724.432**
Realizável a longo prazo		800.156	1.618.624
Aplicações financeiras	8	655.476	1.426.764
Títulos e créditos a receber		138.782	186.252
Créditos tributários e previdenciários	10	48.902	96.679
Depósitos judiciais e fiscais	11	88.811	88.554
Outros créditos		1.069	1.019
Outros valores e bens	12	5.105	4.813
Despesas antecipadas		792	792
Custos de aquisição diferidos	13	1	3
Seguros		1	3
Investimentos		80	184
Participações societárias		80	184
Imobilizado	14	50.960	52.729
Imóveis de uso próprio		50.500	51.428
Bens móveis		460	1.301
Intangível	15	37.101	52.895
Outros intangíveis		37.101	52.895
Total ativo		**1.259.972**	**4.395.576**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**328.981**	**3.077.946**
Contas a pagar		57.511	211.809
Obrigações a pagar	16	41.404	58.292
Impostos e encargos sociais a recolher	16	8.389	134.841
Encargos trabalhistas		2.894	5.619
Impostos e contribuições		4.155	11.915
Outras contas a pagar		669	1.142
Débitos das operações com seguros e resseguros	17	15.417	72.644
Prêmios a restituir		–	725
Operações com resseguradoras		687	–
Corretores de seguros e resseguros		946	55.782
Outros débitos operacionais		13.784	16.137
Depósitos de terceiros	18	2.658	27.272
Provisões técnicas - seguros	19	253.395	2.766.221
Danos		253.118	2.765.929
Pessoas		277	292
Não circulante		**169.157**	**199.796**
Contas a pagar		11.867	23.607
Obrigações a pagar	16	4.541	4.820
Tributos diferidos	10.1.3	7.326	18.787
Provisões técnicas - seguros	19	72.834	94.986
Danos		71.974	94.070
Pessoas		860	916
Outros débitos		84.456	81.203
Provisões judiciais	20	84.456	81.203
Patrimônio líquido		**761.834**	**1.117.834**
Capital social	21 (a)	582.489	862.489
Aumento de capital em aprovação		129.740	–
Reservas de reavaliação	21 (c)	171	200
Reservas de lucros	21 (d)	49.974	283.831
Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	(540)	(28.686)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.259.972**	**4.395.576**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos	22	530.296	4.773.155
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	2.221.147	288.002
Prêmios ganhos	**22**	**2.751.443**	**5.061.157**
Sinistros ocorridos	**24**	**(1.672.076)**	**(3.068.954)**
Custos de aquisição	**25**	**(582.309)**	**(1.049.414)**
Outras receitas e despesas operacionais	**26**	**(21.513)**	**(51.102)**
Resultado com resseguro		**(2.771)**	**(1.162)**
Receitas com resseguro		(114)	–
Despesas com resseguro		(2.657)	(1.162)
Despesas administrativas	**27**	**(232.676)**	**(461.450)**
Despesas com tributos	**28**	**(65.440)**	**(114.753)**
Resultado financeiro	**29**	**89.211**	**128.228**
Resultado patrimonial		**(104)**	**(98)**
Resultado operacional		**263.765**	**442.452**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**–**	**6.350**
Resultado antes dos impostos e participações		**263.765**	**448.802**
Imposto de renda	**10.2**	**(62.780)**	**(100.171)**
Contribuição social	**10.2**	**(39.725)**	**(63.892)**
Participações sobre o resultado		**(16.879)**	**(17.110)**
Resultado do exercício		**144.381**	**267.629**
Quantidade de ações	32	2.004	2.180
Resultado por ação básico e diluído	32	72,0374	122,7468

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**144.381**	**267.629**
Outros resultados abrangentes	**28.146**	**(5.900)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	46.367	(9.283)
Efeitos tributários	(18.547)	3.713
Ganhos e perdas atuariais	544	(551)
Efeitos tributários	(218)	220
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**172.527**	**261.729**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**922.331**	**–**	**242**	**356.775**	**(22.786)**	**–**	**1.256.562**
Dividendos pagos exercícios anteriores		–	–	–	(231.000)	–	–	**(231.000)**
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.493	–	–	**3.493**
Ações alienadas		–	–	–	(6.108)	–	–	**(6.108)**
Redução de capital - AGE de 18 de outubro de 2024		(59.842)	–	–	–	–	–	**(59.842)**
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		–	–	(42)	–	–	42	**–**
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(5.900)	–	**(5.900)**
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	267.629	**267.629**
Destinação do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	13.382	–	(13.382)	**–**
Reservas estatuárias		–	–	–	147.289	–	(147.289)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	–	–	(107.000)	**(107.000)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**862.489**	**–**	**200**	**283.831**	**(28.686)**	**–**	**1.117.834**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	21 (e)	–	–	–	(147.000)	–	–	**(147.000)**
Redução de capital	21 (a)	(280.000)	–	–	–	–	–	**(280.000)**
Aumento de capital	21 (a)	–	129.740	–	(129.740)	–	–	**–**
Reconhecimento pagamento em ações	21 (f)	–	–	–	2.059	–	–	**2.059**
Ações alienadas	21 (f)	–	–	–	(5.997)	–	–	**(5.997)**
Reserva de reavaliação	21 (c)							
Realização		–	–	(29)	–	–	29	**–**
Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	–	–	–	–	28.146	–	**28.146**
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	144.381	**144.381**
Destinação do resultado:								
Reserva legal	21 (d)	–	–	–	7.219	–	(7.219)	**–**
Reservas estatuárias	21 (d)	–	–	–	39.602	–	(39.602)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares	21 (e)	–	–	–	–	–	(97.589)	**(97.589)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**582.489**	**129.740**	**171**	**49.974**	**(540)**	**–**	**761.834**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:22 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	144.381	267.629
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	16.343	16.953
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(6.249)	(10.342)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	(6.350)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(2.290.688)	(42.609)
Equivalência patrimonial	104	98
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	773.774	429.076
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.726.957	55.560
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(99)	(34)
Créditos tributários e previdenciários	(3.488)	(1.197)
Ativo fiscal diferido	47.777	(10.638)
Depósitos judiciais e fiscais	(257)	1.630
Despesas antecipadas	3.120	(1.213)
Custos de aquisição diferidos	416.329	25.437
Outros ativos	45.702	15.508
Impostos e contribuições	106.322	137.737
Outras contas a pagar	(158.278)	(11.375)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(57.227)	(3.443)
Depósitos de terceiros	(24.614)	18.128
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(244.290)	(232.907)
Provisões judiciais	3.253	6.588
Outros passivos	24.208	(8.515)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	**523.080**	**645.721**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(114.082)	(159.193)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**408.998**	**486.528**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado e intangível	1.220	10.592
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	–	(3)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**1.220**	**10.589**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(280.000)	(59.842)
Dividendos pagos	(244.589)	(338.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(524.589)**	**(397.842)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(114.371)**	**99.275**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	182.204	82.929
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	67.833	182.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	**Participação**
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Embora seja apresentada uma redução no resultado, ela está relacionada à etapa que consolida o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e a busca por maior agilidade na prestação de serviços, passou a se concentrar tanto a emissão de novas apólices quanto as renovações da marca Azul na sua controladora direta, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

O objetivo é gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Azul. Dessa forma, a Administração concluiu que isso não afetará a continuidade dos negócios.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

Lei 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS - ESTIMADOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do exercício.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 45422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A874BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado o princípio de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 60,733% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 60,727%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2025		
Grupo de Contratos	**Automóvel**	**PCC Final**
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.954	–
Dezembro de 2024		
Grupo de Contratos	**Automóvel**	**PCC Final**
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	357.716	–

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(i) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 97,1% (96,2% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA"e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(ii) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(iii) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção dos seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	**Fluxo de passivos (iii)**	**Fluxo de ativos (ii)**	**Fluxo de passivos (iii)**
À vista/sem vencimento	83.833	–	236.401	–
Fluxo de 1 a 30 dias	81.191	117.168	467.603	219.652
Fluxo de 2 a 6 meses	58.152	226.822	992.902	1.259.112
Fluxo de 7 a 12 meses	125.284	31.414	277.914	569.791
Fluxo acima de 1 ano	656.159	98.172	1.606.299	177.367
Total	**1.004.619**	**473.576**	**3.581.119**	**2.225.922**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	56,0%	53,6%
Prefixados	40,7%	38,8%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	2,8%	4,5%
Outros	0,5%	2,7%
Ações	–%	0,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:08:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(43.527)
	+ 25 b.p.	(22.535)
	+ 10 b.p.	(9.208)
	- 10 b.p.	9.208
	- 25 b.p.	22.535
	- 50 b.p.	43.527
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(17.529)
	+ 25 b.p.	(9.047)
	+ 10 b.p.	(3.687)
	- 10 b.p.	3.687
	- 25 b.p.	9.047
	- 50 b.p.	17.529
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(285)
	+ 25 b.p.	(237)
	+ 10 b.p.	(190)
	- 10 b.p.	190
	- 25 b.p.	237
	- 50 b.p.	285
Ações	± 34%	7
	± 17%	4
	± 9%	2

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e no segmento Automóvel baseado no prêmio emitido bruto de resseguro:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
Região	**Automóvel**	**%**	**Automóvel**	**%**
Região Sudeste	499.467	88,5%	3.439.691	72,0%
Região Sul	51.695	9,2%	595.201	12,5%
Região Nordeste	10.466	1,9%	449.908	9,4%
Região Centro-Oeste	1.502	0,3%	250.242	5,2%
Região Norte	285	0,1%	41.419	0,9%
Total Geral (*)	**563.415**	**100%**	**4.776.461**	**100%**

(*) Não incluem os valores de RVNEs no montante líquido de R$ 33.119 (R$ 3.306 em 31 e dezembro de 2024).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(10.821)	(291.232)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(10.345)	(270.836)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental – incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	**761.834**	**1.117.834**
(+/–) Ajustes contábeis	**(40.678)**	**(59.696)**
Participações societárias	(80)	(184)
Despesas antecipadas	(3.497)	(6.617)
Ativos intangíveis	(37.101)	(52.895)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(4.943)**	**(25.745)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(4.943)	(25.745)
(+/–) Ajustes do PLA de nível 1	**(99.402)**	**(117.517)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(48.902)	(66.089)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(50.500)	(51.428)
PLA de nível 1	**616.811**	**914.876**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	2.371	214.630
PLA de nível 2	**2.371**	**214.630**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	48.902	66.089
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	50.500	51.428
Excesso de Nível 3 (–)	(43.326)	–
PLA de nível 3	**56.076**	**117.517**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**675.258**	**1.247.023**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**373.839**	**1.061.665**
Capital de risco de subscrição	342.874	998.537
Capital de risco de mercado	25.132	47.605
Capital de risco de crédito	10.412	31.476
Capital de risco operacional	18.435	33.910
Benefício da correlação entre riscos	(23.014)	(49.863)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**373.839**	**1.061.665**
Suficiência de capital	**301.419**	**185.358**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	61.637	124.932
Depósitos bancários	6.196	57.272
	67.833	**182.204**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	10.840	–	10.840	–	–	–
Outros	235	–	235	207	–	207
	11.075	**–**	**11.075**	**207**	**–**	**207**
Fundos exclusivos						
LFTs	14.169	–	14.169	77.592	–	77.592
Cotas de fundos de investimentos	4.963	–	4.963	47.727	–	47.727
Debêntures	–	240	240	–	12.053	12.053
Letras Financeiras - privadas	–	123	123	–	1.252	1.252
Ações de companhias abertas	16	–	16	6.470	–	6.470
LTNs	–	–	–	40.508	–	40.508
Outros	–	–	–	–	109	109
	19.148	**363**	**19.511**	**172.297**	**13.414**	**185.711**
Carteira própria						
Debêntures	–	20.250	20.250	–	–	–
	–	**20.250**	**20.250**	**–**	**–**	**–**
Total	**30.223**	**363**	**30.586**	**172.504**	**13.414**	**185.918**
Circulante			30.351			185.711
Não circulante			235			207
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**4%**			**12%**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	134.320	379.046
Debêntures	20.707	–
Não circulante	**155.027**	**379.046**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**18%**	**24%**

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 155.006 (R$ 438.155 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTNs - B	348.984	524.642
LTNs	304.100	522.869
Debêntures	4	–
Total	**653.088**	**1.047.511**
Circulante	152.874	–
Não circulante	500.214	1.047.511
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**78%**	**65%**

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 644.850 (R$ 1.004.602 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.737.407**	**2.058.769**
Aplicações	1.157.344	1.953.486
Resgates	(2.152.668)	(2.404.091)
Rendimentos	111.888	138.526
Ajuste a valor de mercado	46.367	(9.283)
Saldo final	**900.338**	**1.737.407**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	1.026.916	4.097.701
Passivo circulante	328.981	3.077.946
Índice de liquidez corrente	**3,12**	**1,33**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTNs	13,60	14,07
NTNs - B - IPCA	6,85	5,73
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,05	0,08
Carteira própria		
NTNs - B - IPCA	7,84	3,37
Debêntures	8,22	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber - líquido**	**Prêmios a receber de segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber - líquido**
Automóveis	39.612	(984)	38.628	1.124.303	(1.478)	1.122.825
Resp. Civil facultativa - RCF	355	(194)	161	418.549	(374)	418.175
Assistência e outras coberturas - Auto	124	(1)	123	224.196	(40)	224.156
	40.091	**(1.179)**	**38.912**	**1.767.048**	**(1.892)**	**1.765.156**

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber - líquido**	**Prêmios a receber de segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber - líquido**
A vencer	25.635	(8)	25.627	1.587.580	(76)	1.587.504
Vencidos até 30 dias	10.818	(10)	10.808	153.528	(257)	153.271
Vencidos 31 a 60 dias	2.129	(11)	2.118	23.358	(434)	22.924
Vencidos 61 a 90 dias	203	(14)	189	1.192	(74)	1.118
Vencidos 91 a 120 dias	59	(12)	47	214	(28)	186
Vencidos 121 a 180 dias	67	(29)	38	88	(29)	59
Vencidos 181 a 365 dias	104	(92)	12	113	(87)	26
Vencidos acima de 365 dias	1.076	(1.003)	73	975	(907)	68
	40.091	**(1.179)**	**38.912**	**1.767.048**	**(1.892)**	**1.765.156**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.765.156**	**1.820.690**
(+) Prêmios emitidos	651.674	5.093.828
(+) IOF	41.840	354.949
(+) Adicional de fracionamento	3.982	23.283
(–) Prêmios cancelados	(112.395)	(296.652)
(–) Recebimentos	(2.312.058)	(5.230.967)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	713	25
Saldo final	**38.912**	**1.765.156**

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**(1.892)**	**(1.919)**
(+) Provisões constituídas	(17.951)	(19.101)
(–) Reversão	18.664	19.128
Saldo final	**(1.179)**	**(1.892)**

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Automóvel	1 a 5	45%	30%
	6 a 11	36%	48%
	12	19%	22%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	48.902	96.679
CSLL	1.198	1.190
IRPJ	4.113	634
	54.213	**98.503**
Circulante	5.312	1.824
Não circulante	48.902	96.679

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:09:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	37.893	29.052	(66.945)	–
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	24.281	6.770	(18.797)	12.254
Provisão para obrigações legais	7.230	1.604	(324)	8.510
Provisão de participação de lucros	1.733	6.612	(1.652)	6.693
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	2.600	3.876	(3.696)	2.780
Provisão para riscos de créditos	579	115	(694)	–
Outras provisões	22.363	7.383	(11.081)	18.665
	96.679	**55.412**	**(103.189)**	**48.902**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	21.639	9.976	866	264	237	197	175	15.548	**48.902**

A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	11.290	1.008	(7.396)	4.902
IR e CS sobre ajustes de instrumentos	6.594	1.980	(8.566)	8
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	903	–	(17)	886
Outros	–	2.264	(734)	1.530
	18.787	**5.252**	**(16.713)**	**7.326**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participações nos resultados, antes do IRPJ e da CSLL (A)	246.886	431.692
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(98.754)**	**(172.677)**
Doações/incentivos	5.148	7.146
Depósitos judiciais	1.758	1.144
Equivalência patrimonial	(42)	(36)
Participação nos lucros - administradores	(2.260)	(689)
Outros	(8.355)	1.049
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(3.751)**	**8.614**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(102.505)**	**(164.063)**
Taxa efetiva (D/-A)	**41,5%**	**38,0%**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (i)	36.816	35.232
PIS (i)	15.190	14.605
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	9.609	16.365
IRPJ	8.919	7.637
ICMS	8.240	7.534
INSS - autônomos (i)	2.956	2.798
Outros	7.081	4.383
	88.811	**88.554**

(i) Vide nota explicativa nº 20.1(a)

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Bens à venda - salvados (i)	21.577	44.552
Direito a salvados - estimado (ii)	28.155	31.938
	49.732	**76.490**
Circulante	44.627	71.677
Não circulante	5.105	4.813

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Até 30 dias	4.287	11.502
De 31 a 60 dias	5.804	19.537
De 61 a 120 dias	7.004	13.456
De 121 a 365 dias	6.598	6.062
Acima de 365 dias	8.150	9.798
	31.843	**60.355**
Redução ao valor recuperável (*)	(10.266)	(15.803)
	21.577	**44.552**
Circulante	16.472	39.739
Não circulante	5.105	4.813

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.769	10,5%	9.206	8,3%
2º mês	4.956	49,1%	4.638	54,7%
3º mês	2.673	25,4%	2.515	24,8%
4º mês	1.963	7,5%	1.821	6,2%
5º mês	1.595	3,1%	1.457	3,0%
6º mês	1.403	1,6%	1.270	1,4%
7º mês	1.216	1,3%	1.112	0,8%
8º mês	1.083	0,7%	987	0,4%
9º mês	999	0,5%	891	0,3%
10º mês	901	0,2%	830	0,1%
11º mês	827	0,1%	765	–%
12º mês	770	–%	682	–%
13º ao 18º mês	–	–%	2.952	–%
19º ao 24º mês	–	–%	1.637	–%
25º ao 30º mês	–	–%	939	–%
31º ao 36º mês	–	–%	236	–%
	28.155	**100,0%**	**31.938**	**100,0%**

12.2.1 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**31.938**	**28.090**
(+) Constituições	1.421	5.197
(–) Reversões	(5.204)	(1.349)
Saldo final	**28.155**	**31.938**

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se integralmente ao ramo automóvel. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

13.1 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**426.033**	**451.470**
(+) Constituição	122.859	922.582
(–) Apropriação para despesa	(539.188)	(948.019)
Saldo final	**9.704**	**426.033**

14. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Dezembro de 2025 Depreciação acumulada	Dezembro de 2025 Saldo Líquido	Dezembro de 2024 Custo	Dezembro de 2024 Depreciação acumulada	Dezembro de 2024 Saldo Líquido
Edificações (*)	2,1 a 3,33	45.269	(12.332)	**32.937**	45.269	(11.405)	**33.864**
Terrenos	–	17.564	–	**17.564**	17.564	–	**17.564**
Informática	25,0	12.937	(12.733)	**204**	13.081	(12.196)	**885**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0	2.272	(2.033)	**239**	2.272	(1.897)	**375**
Equipamentos	10,0	368	(352)	**16**	366	(325)	**41**
		78.410	**(27.450)**	**50.960**	**78.552**	**(25.823)**	**52.729**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	**33.864**	(927)	–	**32.937**
Terrenos	**17.564**	–	–	**17.564**
Informática	**885**	(714)	33	**204**
Móveis, máquinas e utensílios	**375**	(135)	(1)	**239**
Equipamentos	**41**	(28)	3	**16**
	52.729	**(1.804)**	**35**	**50.960**

15. INTANGÍVEL

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Dezembro de 2025 Amortização acumulada	Dezembro de 2025 Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Dezembro de 2024 Amortização acumulada	Dezembro de 2024 Saldo líquido
"Software"	6,67 a 25,0	94.910	(58.189)	**36.721**	95.989	(43.474)	**52.515**
Outros Intangíveis		380	–	**380**	380	–	**380**
		95.290	**(58.189)**	**37.101**	**96.369**	**(43.474)**	**52.895**

15.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Baixas/ vendas	Movimentações: Despesa de amortização	Movimentações: Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	**52.515**	(1.220)	(14.539)	(35)	**36.721**
Outros Intangíveis	**380**	–	–	–	**380**
	52.895	**(1.220)**	**(14.539)**	**(35)**	**37.101**

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros a pagar	18.226	17.481
Transações com partes relacionadas (i)	8.155	39.559
Provisão de benefícios a empregados	4.542	4.820
Outras obrigações	15.022	1.252
	45.945	**63.112**
Circulante	41.404	58.292
Não circulante	4.541	4.820

(i) Vide nota explicativa nº 31.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
ISS retidos	3.321	4.760
IOF	2.415	119.058
INSS e FGTS	1.851	3.519
IRRF	710	1.665
Outros	92	5.839
	8.389	**134.841**

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a alguns débitos relacionados às apólices emitidas na Companhia que possuem riscos a decorrer

Anteriormente continha, também, saldo das recuperações relativas aos prêmios restituídos, que em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como "Prêmios a Restituir" passaram a ser classificados como parte integrante da "Provisão de Valores a Regularizar (PVR)", conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Refere-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	Dezembro de 2025: De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	Total	Dezembro de 2024: De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	8	2	10	90	5	95
Prêmios e emolumentos recebidos	2.648	–	2.648	27.177	–	27.177
Total	**2.656**	**2**	**2.658**	**27.267**	**5**	**27.272**

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2025 Bruto de resseguro	Dezembro de 2025 Líquido de resseguro	Dezembro de 2024 Bruto de resseguro	Dezembro de 2024 Líquido de resseguro
Sinistros e benefícios a liquidar	241.606	240.400	520.424	519.317
Provisão de prêmios não ganhos	51.475	51.475	2.272.621	2.272.621
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	17.101	17.101	49.336	49.336
Demais provisões	16.047	16.047	18.826	18.826
	326.229	**325.023**	**2.861.207**	**2.860.100**
Circulante	253.395		2.766.221	
Não circulante	72.834		94.986	

19.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.136.723**	**1.073**
Constituições decorrentes de prêmios	4.773.155	–
Diferimento pelo risco decorrido	(5.054.975)	–
Aviso de sinistros	3.249.320	(1.162)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.258.597)	121
Atualização monetária e juros	15.581	1.075
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.861.207**	**1.107**
Constituições decorrentes de prêmios	530.296	–
Diferimento pelo risco decorrido	(2.751.443)	–
Aviso de sinistros	1.863.573	99
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.190.751)	–
Atualização monetária e juros	13.347	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**326.229**	**1.206**

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	**326.229**	**2.861.207**
Direitos creditórios (*)	15.758	1.446.873
Custos de aquisição diferidos pagos	8.826	374.293
Operações com resseguradoras	1.176	1.107
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**25.760**	**1.822.273**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**300.469**	**1.038.934**
Quotas de fundos de investimento	541.431	1.174.290
Títulos de renda fixa - públicos	134.320	379.046
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**696.458**	**1.553.336**
Excedente (D - C)	**395.989**	**514.402**

(*) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas de estimativa de salvados e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

Administrativo - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.750	1.719	1.843	2.114	1.826	2.447	3.097	2.686	3.075	1.790	
Dois anos mais tarde	1.785	1.750	1.888	2.180	1.902	2.568	3.236	2.817	3.247	–	
Três anos mais tarde	1.789	1.752	1.892	2.184	1.907	2.576	3.242	2.827	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.789	1.753	1.893	2.186	1.908	2.579	3.247	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.790	1.754	1.893	2.187	1.909	2.581	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.790	1.754	1.893	2.187	1.910	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.790	1.754	1.894	2.188	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.790	1.754	1.894	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.790	1.754	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.790	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**1.790**	**1.754**	**1.894**	**2.188**	**1.910**	**2.581**	**3.247**	**2.827**	**3.247**	**1.790**	**23.228**
Administrativo - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.553	1.518	1.618	1.869	1.595	2.098	2.794	2.360	2.759	1.673	
Dois anos mais tarde	1.784	1.749	1.888	2.179	1.901	2.567	3.234	2.815	3.232	–	
Três anos mais tarde	1.788	1.752	1.891	2.183	1.906	2.576	3.242	2.822	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.789	1.753	1.892	2.185	1.908	2.579	3.245	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.790	1.754	1.893	2.186	1.909	2.580	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.790	1.754	1.893	2.187	1.909	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.790	1.754	1.894	2.187	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.790	1.754	1.894	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.790	1.754	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.790	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**1.790**	**1.754**	**1.894**	**2.187**	**1.909**	**2.580**	**3.245**	**2.822**	**3.232**	**1.673**	**23.086**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**	**1**	**1**	**1**	**2**	**5**	**15**	**117**	**142**
										Provisão de sinistros	**142**

Judicial - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Dezembro 2024	Dezembro 2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	5	5	4	4	6	9	13	11	13	13	
Dois anos mais tarde	16	15	13	17	18	23	28	29	42	–	
Três anos mais tarde	21	20	19	22	22	27	33	38	–	–	
Quatro anos mais tarde	24	24	21	25	23	30	35	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	26	26	23	26	25	33	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	28	27	22	26	26	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	29	27	22	28	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	31	27	22	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	30	27	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	29	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**29**	**27**	**22**	**28**	**26**	**33**	**35**	**38**	**42**	**13**	**293**
Judicial - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2	2	2	2	1	2	4	4	3	2	
Dois anos mais tarde	6	9	8	8	6	9	13	13	10	–	
Três anos mais tarde	12	13	11	12	10	13	18	18	–	–	
Quatro anos mais tarde	15	16	13	16	13	17	22	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	18	19	15	18	16	23	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	20	20	15	19	18	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	21	22	16	21	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	23	22	17	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	24	23	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**25**	**23**	**17**	**21**	**18**	**23**	**22**	**18**	**10**	**2**	**179**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**4**	**4**	**5**	**7**	**8**	**10**	**13**	**20**	**32**	**11**	**114**
										PSL anos anteriores	**13**
										Provisão de sinistros	**127**

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:10:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**111.276**	**110.169**	**104.243**	**103.170**
Pagamentos no período	(33.582)	(33.771)	(33.575)	(36.078)
Novas constituições no período	399	399	1.100	1.100
Baixas da provisão por êxito	(3.440)	(3.440)	(6.976)	(6.976)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	13.198	13.306	31.091	33.560
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	13.713	13.896	15.393	15.393
Saldo final	**101.564**	**100.559**	**111.276**	**110.169**
Quantidade de processos	3.899		3.683	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	76.543	73.397
Cíveis	7.631	7.352
Trabalhistas	282	454
	84.456	**81.203**

(a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (i)	36.815	35.506
PIS (ii)	15.227	14.641
REFIS (iii)	13.305	12.918
INSS - autônomos (iv)	2.956	2.799
Outras	8.240	7.533
	76.543	**73.397**

(i) COFINS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(iv) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

20.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**73.397**	**454**	**7.352**	**81.203**
Atualização monetária	3.146	(34)	199	3.311
Êxito/reversões	–	(245)	2.330	2.085
Constituições	–	280	1.785	2.065
Pagamentos	–	(173)	(4.035)	(4.208)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**76.543**	**282**	**7.631**	**84.456**
Quantidade de processos	14	5	133	152

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	197.864	177.140
Cíveis	11.398	11.191
Trabalhistas	19	2
	209.281	**188.333**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS/COFINS R$ 135.908 (R$ 97.624 de possível impacto); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado R$ 31.338 (R$ 20.186 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 712.229 divididos em 1.771 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 862.489 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 2.082 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social	Quantidade de Ações
29 de setembro de 2025 - redução	(280.000)	(579)
30 de setembro de 2025 - aumento	129.740	268
Total	**(150.260)**	**(311)**

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 29 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 42 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 7.219 (R$ 129.740 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 39.926 (R$ 147.324 em 31 de dezembro de 2024).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R$ 147.000 em 27 de fevereiro de 2025. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 31 de outubro de 2025, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R$ 97.589 à conta de lucro do exercício social de 2025.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**144.381**	**267.629**
(–) Reserva legal - 5%	(7.219)	(13.382)
Realização da reserva de reavaliação	29	42
Lucro básico para determinação do dividendo	**137.191**	**254.289**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**34.298**	**63.572**
Dividendos distribuídos	63.291	43.428
Total de dividendos distribuídos	**97.589**	**107.000**
Total por ação (R$)	48,6971	49,0826
Quantidade de ações	2.004	2.180

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações têm como beneficiários os diretores estatutários e não estatutários da Companhia e/ou de suas controladas, direta ou indiretamente. Os programas Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os diretores não estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretamente.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia. mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**6.766**	**9.381**
Diferimento do exercício	2.059	3.493
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(5.997)	(6.108)
Saldo final	**2.828**	**6.766**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**29,17**	**27,04**

	Quantidade	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**177**	**363**
Diferimento do exercício	43	97
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(145)	(283)
Saldo final	**75**	**177**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

				Dezembro de 2025
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	363.042	1.779.473	47,6%	22,0%
Resp. civil facultativa	106.563	638.265	60,8%	19,5%
Assistência e outras coberturas auto	60.691	333.705	130,8%	20,0%
	530.296	**2.751.443**	**60,8%**	**21,2%**

				Dezembro de 2024
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.075.940	3.327.591	51,3%	21,7%
Resp. civil facultativa	1.130.197	1.151.626	60,5%	18,7%
Assistência e outras coberturas auto	567.018	581.940	114,4%	19,3%
	4.773.155	**5.061.157**	**60,6%**	**20,7%**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Provisão de prêmios não ganhos	2.188.485	284.742
Provisão de riscos não expirados	32.662	3.260
	2.221.147	**288.002**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros avisados - ADM	(1.545.312)	(3.080.205)
Porto Socorro	(429.525)	(386.653)
Sinistros avisados - JUD	(12.334)	(25.257)
Salvados	297.831	456.008
Ressarcimentos	59.399	55.189
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	35.492	(5.120)
Outras despesas com sinistros (*)	(77.627)	(82.916)
	(1.672.076)	**(3.068.954)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Variação das despesas de comercialização diferidas	(416.329)	(25.437)
Comissões sobre prêmios retidos	(117.207)	(922.018)
Outras despesas de comercialização (i)	(48.773)	(101.959)
	(582.309)	**(1.049.414)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas com operações de seguros	7.103	6.026
Total de outras receitas	**7.103**	**6.026**
Despesas com cobrança	(20.993)	(40.646)
Despesas com sistema de riscos	(7.064)	(13.386)
Despesas com serviços de assistência	(4.803)	(3.031)
Despesas com encargos sociais	(2.061)	(8.060)
Provisão de desvalorização de salvados	5.536	10.316
Outras	769	(2.321)
Total de outras despesas	**(28.616)**	**(57.128)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(21.513)**	**(51.102)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal e benefícios pós-emprego	(43.771)	(77.290)
Localização e funcionamento	(30.658)	(34.815)
Serviços de terceiros	(25.050)	(37.791)
Donativos e contribuições	(4.411)	(5.181)
Publicidade	(334)	(374)
Despesas administrativas diversas	(128.452)	(305.999)
	(232.676)	**(461.450)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 31.

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(50.904)	(93.410)
PIS	(8.272)	(15.179)
Outras	(6.264)	(6.164)
	(65.440)	**(114.753)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	127.050	106.581
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	30.516	51.777
Operações de seguros	3.982	23.177
Outras	9.290	1.166
Total de receitas financeiras	**170.838**	**182.701**
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(43.125)	(5.517)
Operações de seguros	(13.937)	(16.582)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(4.221)	–
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.553)	(14.315)
Outras	(17.791)	(18.059)
Total de despesas financeiras	**(81.627)**	**(54.473)**
Resultado financeiro	**89.211**	**128.228**

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.820	3.616
Custo dos benefícios	175	274
Custo de juros	393	379
Benefícios pagos	(2.252)	–
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.367	551
Outros	39	–
Saldo final do passivo	**4.542**	**4.820**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente, e em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(ii) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;

(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;

(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e

(vii) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A (i)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

		Passivo
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	8.155	38.833
Porto Seguro S.A.	–	725
Itaú Auto e Residência	–	1
	8.155	**39.559**

		Despesas
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto S.A.	(4.320)	(11.602)
Porto Cia	(181.448)	(348.993)
Porto Serviço (i)	(31.643)	–
Portoseg	(7.454)	(10.279)
Porto Atendimento	(5.310)	(9.592)
Porto Saúde	(3.960)	(2.510)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(1.816)	(862)
Itaú Auto e Residência	(4)	(8)
CDF Ltda. (i)	–	(252.502)
Porto Assistência (i)	–	(37.052)
Porto Asset Management	–	(567)
	(527.904)	**(820.094)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(5.713)	(1.637)
Honorários de diretoria e encargos	(329)	(1.550)
	(6.042)	**(3.187)**

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	144.381	267.629
Média ponderada do número de ações durante o exercício	2.004	2.180
Resultado por ação básico e diluído	72,0374	122,7656

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:07:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andar - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
Diretora Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo - Produto Automóvel

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Azul Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que descreve os efeitos do processo de reorganização societária do Grupo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia diminuiu significativamente suas emissões de apólices, com foco na concentração de negócios similares em verticais, repassando novas emissões e renovações de apólices existentes para a controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12.1 e 19, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro no montante de R$ 326.229 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

EY Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

azul seguros

Deu trabalho conquistar seu carro? Segura que é seu.

UMA EMPRESA

Porto Seguro

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422204772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:34 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto à emissão de novas apólices de seguros residenciais, bem como a renovação de apólices existentes da marca Itaú na sua controladora direta, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Itaú perante o consumidor final, uma vez que a marca Itaú permanecerá nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentarão uma redução substancial em suas rubricas.

É importante ressaltar que os números reportados, refletem agora, primordialmente, o esgotamento dos riscos vigentes e a decorrer das apólices emitidas em data anterior à mudança, bem como a liquidação de seus respectivos sinistros e despesas remanescentes.
Em outubro de 2025, foi solicitado junto à SUSEP a autorização para incorporação da Companhia na sua controladora direta, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e no dia 05 de janeiro de 2026 a autorização foi concedida, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias. Esta etapa consolida o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e a busca por maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R$ 6,0 milhões, com redução de R$ 61,0 milhões, 91% em relação ao exercício anterior.

• Sinistralidade
O índice de sinistralidade da Companhia no exercício foi de 80,5%, um aumento de 45,4 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas
No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 21,1%, com redução de 8,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou no exercício R$ 26,8 milhões, com redução de R$ 1,2 milhões, 4% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 152,7%, com aumento de 46,9 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro no exercício foi de 73,1%, com redução de 13,5 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado de exercício e por ação
O resultado totalizou no exercício R$ 8,1 milhões, com redução de 33% em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R$ 0,14 no exercício e R$ 0,20 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos
Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.
O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.
A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social
Metas:
- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade
Metas:
- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis
Meta:
- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor
Metas:
- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.
Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.
A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.
Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.
Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.
No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.
Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.
A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.
A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.
Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.
Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**111.886**	**121.102**
Disponível		4.549	2.611
Caixa e bancos	7	4.549	2.611
Equivalentes de caixa	7	9.314	23.928
Aplicações financeiras	8	69.242	43.888
Créditos das operações com seguros e resseguros		988	18.063
Prêmios a receber	9.1	988	18.063
Outros créditos operacionais		3	465
Títulos e créditos a receber		26.757	25.637
Créditos tributários e previdenciários	10	26.604	25.445
Outros créditos		153	192
Despesas antecipadas		893	834
Custos de aquisição diferidos		140	5.676
Seguros	11	140	5.676
Não circulante		**97.280**	**133.157**
Realizável a longo prazo		97.280	133.157
Aplicações financeiras	8	71.947	106.495
Títulos e créditos a receber		25.333	26.662
Créditos tributários e previdenciários	10	9.084	9.686
Depósitos judiciais e fiscais	12	13.226	12.775
Outros créditos		3.023	4.201
Total do ativo		**209.166**	**254.259**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**71.761**	**82.553**
Contas a pagar		20.281	17.362
Obrigações a pagar	13.1	7.418	11.285
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	117	1.577
Encargos trabalhistas		–	221
Impostos e contribuições		3.276	200
Outras contas a pagar		9.470	4.079
Débitos das operações com seguros e resseguros	14	1.329	4.245
Prêmios a restituir		–	527
Operações com resseguradoras		792	230
Corretores de seguros e resseguros		537	2.961
Outros débitos operacionais		–	527
Depósitos de terceiros	15	19	507
Provisões técnicas - seguros	16	47.975	58.284
Danos		47.975	58.284
Outros débitos		2.157	2.155
Débitos diversos		2.157	2.155
Não circulante		**78.804**	**99.378**
Contas a pagar		5.235	5.519
Obrigações a pagar	13.1	925	1.202
Tributos diferidos	10.1.3	4.310	4.317
Provisões técnicas - seguros	16	68.815	89.273
Danos		68.815	89.273
Outros débitos		4.754	4.586
Provisões judiciais	17.1	4.754	4.586
Patrimônio líquido		**58.601**	**72.328**
Capital social	18 (a)	49.000	57.500
Reservas de lucros	18 (c)	6.506	11.948
Ajustes de avaliação patrimonial	18 (b)	3.095	2.880
Total do passivo e patrimônio líquido		**209.166**	**254.259**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos	19	5.979	67.004
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	18.659	59.475
Prêmios ganhos	**19**	**24.638**	**126.479**
Sinistros ocorridos	**21**	**(19.845)**	**(44.477)**
Custos de aquisição	**22**	**(7.373)**	**(39.960)**
Outras receitas e despesas operacionais	**23**	**(2.741)**	**(5.168)**
Resultado com resseguro		**(126)**	**47**
Despesa com resseguro		(126)	47
Despesas administrativas	**24**	**(5.196)**	**(36.967)**
Despesas com tributos		**(2.459)**	**(7.175)**
Resultado financeiro	**25**	**26.833**	**27.983**
Resultado operacional		**13.731**	**20.762**
Resultado antes dos impostos e participações		**13.731**	**20.762**
Imposto de renda	**10.2**	**(3.135)**	**(4.889)**
Contribuição social	**10.2**	**(2.016)**	**(2.980)**
Participações sobre o resultado		**(508)**	**(891)**
Resultado do exercício		**8.072**	**12.002**
Quantidade de ações		57.854	60.160
Resultado por ação - básico e diluído	27	0,1395	0,1995

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**8.072**	**12.002**
Outros resultados abrangentes	**215**	**(80)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	358	(133)
Efeitos tributários	(143)	53
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**8.287**	**11.922**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**57.500**	**39.082**	**2.960**	**–**	**99.542**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	(27.000)	–	–	(27.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	656	–	–	656
Ações alienadas		–	(792)	–	–	(792)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	(80)	–	(80)
Resultado do exercício		–	–	–	12.002	12.002
Destinação do resultado:						
Reservas estatutárias		–	2	–	(2)	–
Dividendos mínimos e intermediários		–	–	–	(12.000)	(12.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**57.500**	**11.948**	**2.880**	**–**	**72.328**
Aumento/(redução) de capital:						
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.812	18 (a)	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.819	18 (a)	11.500	(11.500)			–
Reconhecimento pagamento em ações		–	(1)	–	–	(1)
Ações alienadas		–	(96)	–	–	(96)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	215	–	215
Resultado do exercício		–	–	–	8.072	8.072
Destinação do resultado:						
Reserva legal	18 (c) (i)	–	404	–	(404)	–
Reservas estatutárias	18 (c) (ii)	–	5.751	–	(5.751)	–
Dividendos mínimos e intermediários	18 (d)	–	–	–	(1.917)	(1.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**49.000**	**6.506**	**3.095**	**–**	**58.601**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	8.072	12.002
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	26	1.102
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(17.954)	(198.474)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	9.194	109.090
Créditos das operações com seguros e resseguros	17.049	51.717
Ativos de resseguro - provisões técnicas	–	3
Créditos tributários e previdenciários	(1.159)	(2.190)
Ativo fiscal diferido	602	1.418
Depósitos judiciais e fiscais	(451)	1.471
Despesas antecipadas	(59)	387
Custos de aquisição diferidos	5.536	17.262
Outros ativos	1.679	17.089
Impostos e contribuições	5.212	(2.032)
Outras contas a pagar	(441)	(35.640)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(2.916)	(27.333)
Depósitos de terceiros	(488)	366
Provisões judiciais	168	(374)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(12.813)	93.197
Outros passivos	(1.797)	1.939
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.136)	(11.350)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**7.324**	**29.650**
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	–	(39.000)
Aumento/(redução) de capital	(20.000)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(20.000)**	**(39.000)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(12.676)**	**(9.350)**
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	26.539	35.889
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	13.863	26.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de julho de 2006, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo - SP e tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.
Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0 %
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	**Participação**
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Conforme carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP, de 05 de janeiro de 2026, foi concedido à Companhia a sua incorporação total em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias.

O objetivo da incorporação será de gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Itaú. Dessa forma, a Administração concluiu que isso não afetará a continuidade dos negócios, uma vez que os saldos apresentados nessa demonstração financeira será migrado em sua totalidade para a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia . Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação.

A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

LEI 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.6 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 23,5%, e o impacto do resseguro foi imaterial.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:14:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2025

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	81	–

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.708	–

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1 (a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 87,5% (95,4% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme o produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há saldos a receber com os resseguradores.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	33.331	–	33.469	–
Fluxo de 1 a 30 dias	6.136	33.214	20.516	29.567
Fluxo de 2 a 6 meses	13.926	44.971	22.496	53.135
Fluxo de 7 a 12 meses	15.870	8.548	10.486	18.847
Fluxo acima de 1 ano	107.480	33.871	145.978	45.411
Total	**176.743**	**120.604**	**232.945**	**146.960**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	46,7 %	27,1 %
Pós-fixados (SELIC/CDI)	20,8 %	22,4 %
Prefixados	20,0 %	46,5 %
Ações	6,8 %	0,5 %
Outros	5,7 %	3,5 %

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(13.107)
	+ 25 b.p.	(6.739)
	+ 10 b.p.	(2.740)
	- 10 b.p.	2.740
	- 25 b.p.	6.739
	- 50 b.p.	13.107
Índices de preços	+ 50 b.p.	(7.349)
	+ 25 b.p.	(3.839)
	+ 10 b.p.	(1.577)
	- 10 b.p.	1.577
	- 25 b.p.	3.839
	- 50 b.p.	7.349
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(141)
	+ 25 b.p.	(118)
	+ 10 b.p.	(94)
	- 10 b.p.	94
	- 25 b.p.	118
	- 50 b.p.	141
Ações	± 34%	4.706
	± 17%	2.353
	± 9%	1.177

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por riscos aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024	
Região	Residencial	%	Região	Residencial	%
Sudeste	5.740	95,1 %	Sudeste	46.797	65,3 %
Sul	293	4,9 %	Sul	11.177	15,6 %
Centro Oeste	–	– %	Centro Oeste	4.390	6,1 %
Nordeste	–	– %	Nordeste	8.023	11,2 %
Norte	–	– %	Norte	1.233	1,7 %
Total Geral	**6.033**	**100,0 %**	**Total Geral**	**71.620**	**100,0 %**

(*) Não incluem os valores de RVNEs no montante de R$ 54 (R$ 4.616 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	(71)	(1.795)
Sinistros - aumento de 50,0%	25	1.132

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:16:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	**58.601**	**72.328**
(+/–) Ajustes contábeis	**(7.728)**	**(6.804)**
Despesas antecipadas	(893)	(834)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(6.835)	(5.970)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(610)**	**(2.398)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(610)	(2.398)
(+/–) Ajustes do PLA de nível 1	**(2.250)**	**(3.716)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(2.250)	(3.716)
PLA de nível 1	**48.013**	**59.410**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	–	2.225
PLA de nível 2	**–**	**2.225**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	2.250	3.716
PLA de nível 3	**2.250**	**3.716**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**50.263**	**65.351**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**14.940**	**24.775**
Capital de risco de subscrição	3.804	16.826
Capital de risco de mercado	7.741	6.030
Capital de risco de crédito	7.770	7.422
Capital de risco operacional	479	847
Benefício da correlação entre riscos	(4.854)	(6.350)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**15.000**	**24.775**
Suficiência de capital	**35.263**	**40.576**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	9.314	23.928
Depósitos bancários	4.549	2.611
	13.863	**26.539**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024		
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2	Total
LFTs	27.858	27.858	30.035	–	30.035
Ações de companhias abertas	10.281	10.281	962	–	962
Cotas de fundos de investimentos	9.186	9.186	5.968	–	5.968
Debêntures	–	–	–	1.033	1.033
LTNs	–	–	5.840	–	5.840
Fundos exclusivos					
Outros	–	–	–	50	50
Total - circulante	**47.325**	**47.325**	**42.805**	**1.083**	**43.888**
% das aplicações classificadas nesta categoria:		**34%**			**29%**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Fundos exclusivos		
NTNs - B	70.210	47.249
LTNs	23.654	59.246
Total (*)	**93.864**	**106.495**
Circulante	21.917	–
Não circulante	71.947	106.495
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**66%**	**71%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 92.847 (R$ 102.498 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**174.311**	**277.216**
Aplicações	35.050	134.980
Rendimentos	19.832	14.145
Resgates	(78.690)	(252.030)
Saldo final	**150.503**	**174.311**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTN	13,86	14,41
NTNs - B - IPCA	7,16	5,71
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,05	0,08

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Patrimonial	2.474	(1.488)	986	19.523	(1.462)	18.061
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	2.484	**(1.496)**	**988**	**19.533**	**(1.470)**	**18.063**

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	533	–	533	17.597	–	17.597
Vencidos até 30 dias	211	(15)	196	370	–	370
Vencidos 31 a 60 dias.	216	–	216	52	–	52
Vencidos 61 a 180 dias	5	(3)	2	–	–	–
Vencidos 181 a 365 dias	10	(10)	–	2	(1)	1
Vencidos acima de 365 dias	1.509	(1.468)	41	1.512	(1.469)	43
Total	**2.484**	**(1.496)**	**988**	**19.533**	**(1.470)**	**18.063**

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**18.063**	**70.882**
(+) Prêmios emitidos	9.133	94.862
(+) Adicional de fracionamento	406	16.489
(+) IOF	46	1.386
(Constituição)/reversão redução valor recuperável	(26)	1.102
(–) Prêmios cancelados	(2.459)	(25.878)
(–) Recebimentos	(24.175)	(140.780)
Saldo final	**988**	**18.063**

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**(1.470)**	**(368)**
Reversões	5	53
Provisões constituídas	(31)	(1.155)
Saldo final	**(1.496)**	**(1.470)**

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas (*)	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	100,0%	5,8%
Patrimonial	6 a 11	– %	0,4%
	12	– %	93,8%

(*) Para o período de Dezembro de 2025, emissões referem-se apenas à endossos de apólices vigentes, resultando em um menor prazo de parcelamento.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de2024
IRPJ	15.503	14.453
CSLL	9.149	9.149
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	9.084	9.686
INSS	1.952	1.843
	35.688	**35.131**
Circulante	26.604	25.445
Não circulante	9.084	9.686

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	148	(148)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.	5.793	310	(875)	5.228
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.612	537	(446)	1.703
Provisão para riscos de créditos	292	98	(133)	257
Provisão de participação de lucros	129	396	(270)	255
Provisão para obrigações legais	197	28	(225)	–
Outras provisões	1.663	240	(262)	1.641
	9.686	**1.757**	**(2.359)**	**9.084**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	6.318	736	640	40	36	30	27	1.257	**9.084**

A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IRPJ e CSLL sobre benefício a empregados	2.000	281	(62)	2.219
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	2.317	124	(350)	2.091
	4.317	**405**	**(412)**	**4.310**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participações, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	13.223	19.871
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(5.289)**	**(7.948)**
Depósitos judiciais	44	–
Doações/incentivos	136	203
Participação nos lucros - administradores	(102)	(131)
Outros	60	7
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**138**	**79**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(5.151)**	**(7.869)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,0%**	**39,6%**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se integralmente ao ramo patrimonial. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

11.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**5.676**	**22.938**
Constituição	1.532	19.831
Apropriação para despesa	(7.068)	(37.093)
Saldo final	**140**	**5.676**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros	12.821	11.560
Cíveis	351	1.121
Trabalhistas	54	94
	13.226	**12.775**

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fornecedores	2.211	395
Provisão de "profit sharing"	2.083	8.424
Dividendos	1.917	–
Provisão de benefícios a empregados	926	1.202
Participação nos lucros	874	387
Transações com partes relacionadas (*)	332	2.079
	8.343	**12.487**
Circulante	7.418	11.285
Não circulante	925	1.202

(*) Vide nota explicativa nº 26.

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
INSS e FGTS	51	42
IOF	46	1.386
IRRF	6	92
ISS	–	34
Outros	14	23
	117	**1.577**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos.

Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como "Prêmios a Restituir" passaram a ser classificados como parte integrante da "Provisão de Valores a Regularizar (PVR)", conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a recebimentos de prêmios de seguros em processamento:

	Dezembro de 2025 Prêmios e emolumentos recebidos	Dezembro de 2024 Prêmios e emolumentos recebidos
Acima de 60 dias a 365 dias	–	382
Acima de 365 dias	19	125
	19	**507**

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	109.279	109.279	120.921	120.921
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.169	3.169	3.677	3.677
Provisão de prêmios não ganhos	532	532	19.191	19.191
Demais provisões	3.810	3.810	3.768	3.768
	116.790	**116.790**	**147.557**	**147.557**
Circulante	47.975		58.284	
Não circulante	68.815		89.273	

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:16:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**252.834**	**3**
Constituições decorrentes de prêmios	67.004	50
Diferimento pelo risco decorrido	(126.479)	(53)
Aviso de sinistros	32.869	–
Pagamento de sinistros	(77.385)	–
Atualização monetária e juros	(1.286)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**147.557**	**–**
Constituições decorrentes de prêmios	5.979	–
Diferimento pelo risco decorrido	(24.638)	–
Aviso de sinistros	16.471	–
Pagamento de sinistros	(21.428)	–
Atualização monetária e juros	(7.151)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**116.790**	**–**

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	**116.790**	**147.557**
Depósitos judiciais de PSL	2.602	2.610
Direitos creditórios (i)	345	15.722
Custos de aquisição diferidos pagos	–	933
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**2.947**	**19.265**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**113.843**	**128.292**
Cotas de fundos de investimento	125.424	148.087
Garantias das provisões técnicas (D)	**125.424**	**148.087**
Excedente (D - C)	**11.581**	**19.795**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

									Dezembro		
Administrativo - avisados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.387	732	339	189	75	77	83	71	17	3	
Dois anos mais tarde	1.452	749	358	194	81	83	89	78	18	–	
Três anos mais tarde	1.455	750	360	195	81	83	90	79	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	83	90	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	84	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.457	752	362	195	81	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.458	752	362	195	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.458	752	362	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.458	752	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.458	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**1.458**	**752**	**362**	**195**	**81**	**84**	**90**	**79**	**18**	**3**	**3.122**

									Dezembro		
Administrativo - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.265	684	287	182	70	74	79	69	16	2	
Dois anos mais tarde	1.451	747	357	194	81	84	89	78	17	–	
Três anos mais tarde	1.455	750	360	194	81	83	90	78	–	–	
Quatro anos mais tarde	1.456	750	360	194	81	83	90	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	194	81	83	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1.457	752	362	195	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1.457	752	362	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1.458	752	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1.458	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**1.458**	**752**	**362**	**195**	**81**	**83**	**90**	**78**	**17**	**2**	**3.118**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**–**	**1**	**1**	**1**	**4**
										Provisão de sinistros	**4**

									Dezembro		
Judicial - avisados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3	4	1	2	–	–	–	1	–	1	
Dois anos mais tarde	12	11	6	5	1	–	2	2	1	–	
Três anos mais tarde	20	16	10	8	1	1	2	12	–	–	
Quatro anos mais tarde	25	18	14	9	1	1	6	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	28	21	14	6	1	2	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	29	23	13	8	2	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	32	22	14	14	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	32	25	21	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	34	21	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	33	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**33**	**21**	**21**	**14**	**2**	**2**	**6**	**12**	**1**	**1**	**113**

									Dezembro		
Judicial - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	1	1	–	–	–	–	2	–	–	–	
Dois anos mais tarde	5	5	2	2	–	–	2	–	–	–	
Três anos mais tarde	9	9	4	3	–	–	2	1	–	–	
Quatro anos mais tarde	12	11	6	4	–	–	2	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	16	14	7	4	1	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	17	15	7	6	1	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	18	15	9	6	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	19	18	10	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	23	20	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**25**	**20**	**10**	**6**	**1**	**–**	**2**	**1**	**–**	**–**	**65**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**8**	**1**	**11**	**8**	**1**	**2**	**4**	**11**	**1**	**1**	**48**
										PSL anos anteriores	**62**
										Provisão de sinistros	**110**

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**97.330**	**123.988**
Pagamentos no período	(17.564)	(43.684)
Novas constituições no período	1.798	626
Baixas da provisão por êxito	(5.346)	(2.916)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	15.970	20.460
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	(7.151)	(1.144)
Saldo final	**85.037**	**97.330**
Quantidade de processos	896	2.768

(*) Correção monetária atualizada com o índice do IPCA e juros pela taxa legal.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	2.988	2.839
Trabalhistas	1.254	1.191
Fiscais	512	556
	4.754	**4.586**

17.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**556**	**1.191**	**2.839**	**4.586**
Constituições	–	–	335	335
Êxito/reversões	(86)	557	(169)	302
Pagamentos	–	(573)	(128)	(701)
Atualização monetária	42	79	111	232
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**512**	**1.254**	**2.988**	**4.754**
Quantidade de processos	2	2	39	43

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	94.917	90.602
Cíveis	11.625	11.072
Trabalhistas	1.829	1.671
	108.371	**103.345**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 75.901 (R$ 51.686 de possível impacto no lucro líquido).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 49.000 (R$ 57.500 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 69.521.423 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, e foram aprovadas pela SUSEP conforme as portarias elencadas.

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2025 - Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.812	(20.000)	(16.280.534)
05 de novembro de 2025 - Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.819	11.500	9.361.307
Total	**(8.500)**	**9.361.307**

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 6.102 (R$ 351 em 31 de dezembro de 2024).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**8.072**	**12.002**
(–) Reserva legal - 5% (i)	(404)	–
Lucro básico para determinação do dividendo	**7.668**	**12.002**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**1.917**	**3.000**
Dividendos distribuídos	–	9.000
Total de dividendos distribuídos	**1.917**	**12.000**
Total por ação (R$)	**0,0331**	**1,1995**
Quantidade de ações	57.854	60.160

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2024 a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

19. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

				Dezembro de 2025
	Prêmios emitidos	**Prêmios ganhos**	**Índice de sinistralidade (%)**	**Índice de comissionamento (%)**
Compreensivo residencial	5.979	24.638	80,5%	29,9%
	5.979	**24.638**	**80,5%**	**29,9%**

				Dezembro de 2024
	Prêmios emitidos	**Prêmios ganhos**	**Índice de sinistralidade (%)**	**Índice de comissionamento (%)**
Compreensivo residencial	67.004	126.479	35,2%	31,6%
	67.004	**126.479**	**35,2%**	**31,6%**

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Provisão de prêmios não ganhos	18.659	18.659	59.475	59.472
	18.659	**18.659**	**59.475**	**59.472**

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros avisados - judicial	(12.422)	(18.170)
Sinistros avisados - administrativo	(4.520)	(12.637)
Assistências	(2.173)	(18.921)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	393	5.701
Salvados e ressarcimentos	5.158	7.313
Despesa com regulação de sinistro	(3.094)	(5.637)
Despesa com contencioso	(3.187)	(2.126)
	(19.845)	**(44.477)**

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.536)	(17.262)
Comissões sobre prêmios retidos	(1.674)	(20.353)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(163)	(2.345)
	(7.373)	**(39.960)**

Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contingências	(1.776)	(1.373)
Cobrança	(190)	(1.427)
Benefícios e cortesias para clientes	(64)	(421)
Provisão para risco de crédito	(21)	(1.176)
Outras	(690)	(771)
	(2.741)	**(5.168)**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Serviços de terceiros	(2.827)	(6.531)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.336)	(2.849)
Localização e funcionamento	(1.488)	(1.768)
Donativos e contribuições	(218)	(278)
Despesa com publicações	(162)	(188)
Despesas recuperadas (i)	2.368	(24.183)
Outras	(533)	(1.170)
Total	**(5.196)**	**(36.967)**

(i) Contempla rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota explicativa nº 26.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	20.998	17.245
Variações monetárias e juros da provisão de sinistros judiciais	7.151	–
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	1.607	–
Variações monetárias dos depósitos judiciais	504	460
Adicional de fracionamento de prêmios	406	16.489
Outras	127	321
Total de receitas financeiras	**30.793**	**34.515**
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(1.797)	–
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.166)	(3.100)
Operações de seguros	(762)	(2.997)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(42)	(30)
Outras	(193)	(405)
Total de despesas financeiras	**(3.960)**	**(6.532)**
Resultado financeiro	**26.833**	**27.983**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:16:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e

(iv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (i)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento	44	88	–	–
Porto Cia	–	–	332	2.079
Azul Seguros	–	1	–	–
	44	**89**	**332**	**2079**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento	1.026	1.182	–	–
Porto Cia	444	–	(5.909)	(26.470)
Azul Seguros	5	8	(1)	–
Porto Asset Management	–	–	–	(63)
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	–	(205)	(514)
Porto Saúde	–	–	(659)	(692)
Porto Serviço (i)	–	–	(189)	–
Porto Assistência (i)	–	–	–	(3.893)
CDF S.A. (i)	–	–	(2.541)	(3.290)
CDF Ltda. (i)	–	–	–	(9.911)
	1.475	**1.190**	**(9.504)**	**(44.833)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas pela Porto Serviço S.A..

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não houve transações em 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores	(239)
	(239)

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	8.072	12.002
Média ponderada do número de ações durante o exercício	57.854	60.160
Resultado por ação básico e diluído	0,1395	0,1995

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
Diretora Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor Executivo - Produto Residência

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo - Produto Automóvel

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2. às demonstrações financeiras, que descreve o processo de incorporação da Companhia em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, aprovado pela SUSEP através da carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP em 5 de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.7.1 e 16, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro no montante de R$ 116.790 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.7.2 A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 08.816.067/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:17:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram no exercício R$ 433,9 milhões, com redução de R$ (7,9) milhões, (1,8)% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram no exercício R$ 40,0 milhões, com aumento de R$ 3,1 milhões, 8,5% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R$ 38,5 milhões, com aumento de R$ 84,0 milhões ou 184,8% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado do exercício foi de R$ 31,5 milhões, aumento de R$ 46,6 milhões, 308,7% comparado ao mesmo exercício anterior. O resultado por ação foi de R$ 1,53 no exercício, comparado a R$ (0,78) no exercício anterior. O resultado positivo da Companhia em 2025 decorreu, substancial, através do resultado financeiro.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**5.121.218**	**4.753.159**
Disponível		4.917	4.554
Caixa e bancos	7	4.917	4.554
Equivalentes de caixa	7	391.466	749.017
Aplicações financeiras	8	4.647.765	3.945.810
Créditos das operações com seguros e resseguros		33.542	28.537
Prêmios a receber	9.1	33.158	28.537
Operações com resseguradoras		384	–
Créditos das operações com previdência complementar		6.593	4.675
Valores a receber		4.963	4.675
Créditos de Resseguro		1.630	–
Outros créditos operacionais		11.632	5.564
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.142	1.891
Títulos e créditos a receber		17.040	8.886
Títulos e créditos a receber		14.047	8.733
Créditos tributários e previdenciários	10	2.993	147
Outros créditos		–	6
Despesas antecipadas		882	3
Custos de aquisição diferidos	11	6.239	4.222
Seguros		5.258	3.504
Previdência		981	718
Não circulante		**1.610.121**	**1.480.886**
Realizável a longo prazo		1.610.121	1.480.886
Aplicações financeiras	8	1.467.336	1.332.074
Títulos e créditos a receber		126.800	139.710
Créditos tributários e previdenciários	10	112.780	124.662
Depósitos judiciais e fiscais	12	14.020	15.048
Custos de aquisição diferidos	11	12.839	9.102
Seguros		10.370	7.212
Previdência		2.469	1.890
Intangível		3.146	–
Total do ativo		**6.731.339**	**6.234.045**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**1.270.317**	**1.282.569**
Contas a pagar		21.801	14.827
Obrigações a pagar		13.180	3.163
Impostos e encargos sociais a recolher		5.002	9.810
Encargos trabalhistas		306	597
Impostos e contribuições		878	265
Outras contas a pagar		2.435	992
Débitos das operações com seguros e resseguros		7.599	6.314
Prêmios a restituir		–	13
Operações com resseguradoras		1.940	1.622
Corretores de seguros e resseguros		5.659	4.679
Depósitos de terceiros	15	4.510	1.191
Provisões técnicas - seguros	13	680.292	630.599
Danos		69	69
Pessoas		6.814	3.470
Vida individual		20.786	15.977
Vida com cobertura por sobrevivência		652.623	611.083
Provisões técnicas - previdência complementar	14	556.115	629.638
Planos não bloqueados		147.112	220.768
PGBL/PRGP		409.003	408.870
Não circulante		**4.991.515**	**4.555.812**
Contas a pagar		22.084	2.579
Obrigações a pagar		289	457
Tributos diferidos	10.1.3	21.795	2.122
Provisões técnicas - seguros	13	2.387.739	2.094.886
Pessoas		2.008	–
Vida individual		32.625	32.887
Vida com cobertura por sobrevivência		2.353.106	2.061.999
Provisões técnicas - previdência complementar	14	2.571.056	2.446.220
Planos não bloqueados		911.687	908.259
PGBL/PRGP		1.659.369	1.537.961
Outros débitos		10.636	12.127
Provisões judiciais	16.1	10.636	12.127
Patrimônio líquido	17	**469.507**	**395.664**
Capital social		493.808	366.308
Aumento de capital - em aprovação		–	99.500
Reservas de lucros		300	362
Ajustes de avaliação patrimonial		(9.777)	(24.171)
Prejuízos acumulados		(14.824)	(46.335)
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.731.339**	**6.234.045**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Rendas de contribuições e prêmios	18	433.903	441.754
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(433.147)	(440.921)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**756**	**833**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	19	**56.387**	**53.078**
Variação de outras provisões técnicas		**(2.539)**	**(2.891)**
Benefícios retidos		**(4.166)**	**(3.025)**
Custos de aquisição		**(5.654)**	**(5.908)**
Prêmios ganhos	20	**53.322**	**50.179**
Prêmios emitidos		49.204	35.427
Contribuições para cobertura de riscos		13.115	14.252
Variações das provisões técnicas de prêmios		(8.997)	500
Sinistros ocorridos	21	**(2.407)**	**(3.989)**
Custos de aquisição		**(19.878)**	**(16.664)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(5.749)**	**(3.445)**
Resultado com operações de resseguro (–) VGBL		**(2.000)**	**2.541**
Receitas com resseguro		1.254	5.570
Despesas com resseguro		(3.254)	(3.029)
Despesas administrativas	22	**(40.022)**	**(36.896)**
Despesas com tributos		**(10.237)**	**(12.809)**
Resultado financeiro	23	**38.523**	**(45.440)**
Resultado operacional		**56.336**	**(24.436)**
Resultado antes dos impostos e participações		**56.336**	**(24.436)**
Imposto de renda	10.2	(13.193)	6.654
Contribuição social	10.2	(8.026)	3.993
Participações sobre o resultado		**(3.606)**	**(1.310)**
Resultado do exercício		**31.511**	**(15.099)**
Quantidade de ações		20.577	19.343
Resultado por ação - básico e diluído	25	1,5314	(0,7806)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**366.308**	**–**	**297**	**13.082**	**(31.236)**	**348.451**
Aumento de capital:							
AGE 27 de dezembro de 2024		–	99.500	–	–	–	99.500
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	342	–	–	342
Ações alienadas		–	–	(277)	–	–	(277)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(37.253)	–	(37.253)
Resultado do exercício		–	–	–	–	(15.099)	(15.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**17 (a)**	**366.308**	**99.500**	**362**	**(24.171)**	**(46.335)**	**395.664**
Aumento de capital:							
Portaria CGRAJ-SUSEP nº 2482		99.500	(99.500)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ-SUSEP nº 2645		23.000	–	–	–	–	23.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2664		5.000	–	–	–	–	5.000
Reconhecimento pagamento em ações	17 (c)	–	–	276	–	–	276
Ações alienadas	17 (c)	–	–	(338)	–	–	(338)
Ajustes de avaliação patrimonial	17 (b)	–	–	–	14.394	–	14.394
Resultado do período		–	–	–	–	31.511	31.511
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**493.808**	**–**	**300**	**(9.777)**	**(14.824)**	**469.507**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	31.511	(15.099)
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	78	11
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	391.580	198.683
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(837.217)	333.772
Créditos das operações com seguros e resseguros	(5.030)	(10.247)
Créditos das operações com previdência complementar	(1.971)	(1.827)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	749	(539)
Créditos tributários e previdenciários	(2.846)	(7)
Ativo fiscal diferido	11.882	(18.445)
Depósitos judiciais e fiscais	1.028	(747)
Despesas antecipadas	(879)	(1)
Custos de aquisição diferidos	(5.754)	(5.468)
Outros ativos	(11.375)	7.888
Impostos e contribuições	613	(178)
Outras contas a pagar	25.866	(25.693)
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.285	2.004
Depósitos de terceiros	3.319	82
Provisões judiciais	(1.491)	418
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	2.279	619
Outros passivos	14.332	(37.188)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(382.042)**	**428.038**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(3.146)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(3.146)**	**–**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	28.000	99.500
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**28.000**	**99.500**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(357.188)**	**527.538**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	753.571	226.033
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	396.383	753.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**31.511**	**(15.099)**
Outros resultados abrangentes	**14.394**	**(37.253)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	4.590	(41.330)
Efeitos tributários	(1.835)	16.532
Ajustes acumulados de conversão/outros	11.546	(12.440)
Ganhos e perdas atuariais	155	(25)
Efeitos tributários	(62)	10
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**45.905**	**(52.352)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:18:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3° andar, Lado A, Campos Elíseos, São Paulo - SP, e tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	**Participação**
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S/A	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Jaime Brasil Garfinkel	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

Lei 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(iii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES/TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.6 CONTRATOS DE SEGURO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022.

Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de
risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 21%, e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 18,4%.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o resultado do TAP apresentou necessidade de constituição de PCC no montante de R$ 63.265 (R$ 78.899 em 31 de dezembro de 2024) após aplicada a compensação parcial dentro das segregações definidas na política contábil da Companhia e no artigo 43, §3º da Circular SUSEP nº 648/2021, e este valor foi reconhecido como despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:17:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Dezembro de 2025
Grupo de Contratos	**Previdência**	**Tradicional**	**Dotal**	**Riscos**	**PCC Final**
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	7.289	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	15.760	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados	369.053	39.369	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	61.118	(2.774)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	1.525	40.776	–
PMBC	12.879	(42.088)	–	(24.037)	(53.246)

					Dezembro de 2024
Grupo de Contratos	**Previdência**	**Tradicional**	**Dotal**	**Riscos**	**PCC Final**
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	–	–	–	5.625	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	12.264	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Registrados	255.104	(7.414)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC CV - Não Registrados	60.765	(3.921)	–	–	–
Prêmios e Contribuições de PMBaC BD	–	–	157	29.868	–
PMBC	–	(58.000)	–	(20.899)	(78.899)

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1(b).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) das provisões e contingências para processos judiciais;
(v) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(vi) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 77,6% (78,8% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA"e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	**Fluxo de passivos (iii)**	**Fluxo de ativos (ii)**	**Fluxo de passivos (iii)**
À vista/sem vencimento	701.998	1.068	982.119	6.314
Fluxo de 1 a 30 dias	405.506	67.918	775.468	57.471
Fluxo de 2 a 6 meses	244.563	390.098	195.700	402.980
Fluxo de 7 a 12 meses	277.578	385.927	254.228	389.039
Fluxo acima de 1 ano	5.388.733	8.519.095	4.973.413	7.577.372
Total	**7.018.378**	**9.364.106**	**7.180.928**	**8.433.176**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	37,1%	39,0%
Prefixados	24,8%	29,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	33,4%	28,1%
Ações	2,0%	2,0%
Outros	2,7%	1,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	**Cenário (i)**	**Impacto (ii)**
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(100.539)
	+ 25 b.p.	(52.186)
	+ 10 b.p.	(21.335)
	- 10 b.p.	21.335
	- 25 b.p.	52.186
	- 50 b.p.	100.539
Índices de preços	+ 50 b.p.	(512.475)
	+ 25 b.p.	(291.290)
	+ 10 b.p.	(126.626)
	- 10 b.p.	126.626
	- 25 b.p.	291.290
	- 50 b.p.	512.475
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(8.231)
	+ 25 b.p.	(6.969)
	+ 10 b.p.	(5.575)
	- 10 b.p.	5.575
	- 25 b.p.	6.969
	- 50 b.p.	8.231
Ações	± 34%	(36.696)
	± 17%	(18.348)
	± 9%	(9.174)

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 2.971 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2025, de R$ 665.376, apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:18:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A8748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0 %	35.151.903	12.695.306
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(94.368)	(80.674)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	**469.507**	**395.664**
(+/–) Ajustes contábeis	**(125.061)**	**(123.015)**
Despesas antecipadas	(882)	(3)
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (–)	(103.821)	(111.505)
Ativos intangíveis	(3.146)	–
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(17.212)	(11.507)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(55.479)**	**(77.302)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(55.479)	(77.302)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(8.959)**	**(13.157)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(8.959)	(13.157)
PLA de nível 1	**280.008**	**182.190**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	76.638	51.331
PLA de nível 2	**76.638**	**51.331**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	8.959	13.157
PLA de nível 3	**8.959**	**13.157**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**365.605**	**246.678**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**275.783**	**230.521**
Capital de risco de subscrição	144.908	152.106
Capital de risco de mercado	193.014	130.968
Capital de risco de crédito	4.527	3.498
Capital de risco operacional	4.949	4.639
Benefício da correlação entre riscos	(71.615)	(60.690)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**275.783**	**230.521**
Suficiência de capital	**89.822**	**16.157**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	391.466	749.017
Depósitos bancários	4.917	4.554
	396.383	**753.571**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	22.236	–	22.236	22.505	–	22.505
	22.236	**–**	**22.236**	**22.505**	**–**	**22.505**
Fundos exclusivos						
LFTs	1.849.081	–	1.849.081	1.426.545	–	1.426.545
NTNs - B	634.592	–	634.592	734.400	–	734.400
Cotas de fundos de investimentos	921.286	–	921.286	696.886	–	696.886
Letras Financeiras - privadas	–	440.140	440.140	–	446.323	446.323
Debêntures	–	495.619	495.619	–	433.627	433.627
Ações de companhias abertas	113.176	–	113.176	109.806	–	109.806
LTNs	83.940	–	83.940	–	–	–
CDBs	–	55.357	55.357	–	65.020	65.020
Nota Comercial	–	27.069	27.069	–	10.698	10.698
DPGE	–	5.269	5.269	–	–	–
	3.602.075	**1.023.454**	**4.625.529**	**2.967.637**	**955.668**	**3.923.305**
Total - circulante	**3.624.311**	**1.023.454**	**4.647.765**	**2.990.142**	**955.668**	**3.945.810**
% das aplicações classificadas nesta categoria:			**76%**			**75%**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	178.254	165.332
Não circulante	**178.254**	**165.332**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**3%**	**3%**

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 193.134 (R$ 184.802 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTN - B	1.289.082	988.066
NTN - C	–	178.676
Não circulante	**1.289.082**	**1.166.742**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**21%**	**22%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.186.706 (R$ 1.026.100 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**6.026.901**	**5.831.977**
Aplicações	1.026.430	1.160.912
Resgates	(1.294.491)	(1.228.892)
Rendimentos	743.137	304.234
Ajuste a valor de mercado	4.590	(41.330)
Saldo final	**6.506.567**	**6.026.901**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,87	12,12
Fundos exclusivos		
LTN	13,98	–
NTNs C - IGPM	–	6,26
NTNs B - IPCA	–	6,43
Debêntures DI+	1,06	–
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,05	0,10
Carteira própria		
NTNs B - IPCA+	6,44	6,44

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER - POR RAMO

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Pessoas	33.226	(68)	33.158	28.580	(43)	28.537
	33.226	**(68)**	**33.158**	**28.580**	**(43)**	**28.537**
Circulante	–	–	33.158	–	–	28.537

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	32.754	(25)	32.729	28.222	(1)	28.221
Vencidos até 30 dias	249	(1)	248	148	(1)	147
Vencidos 31 a 60 dias	109	(1)	108	81	(1)	80
Vencidos 61 a 90 dias	51	(1)	50	54	(1)	53
Vencidos 91 a 120 dias	7	(1)	6	20	(2)	18
Vencidos 121 a 180 dias	3	(1)	2	4	(1)	3
Vencidos 181 a 365 dias	3	(2)	1	4	(2)	2
Vencidos acima de 365 dias	50	(36)	14	47	(34)	13
	33.226	**(68)**	**33.158**	**28.580**	**(43)**	**28.537**

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**28.537**	**17.857**
(+) Prêmios emitidos	369.763	352.382
(+) IOF	73	70
(–) Prêmios cancelados	(5.278)	(2.324)
(–) Recebimentos	(359.912)	(339.441)
(Constituição)/reversão redução ao valor recuperável	(25)	(7)
Saldo final	**33.158**	**28.537**

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**(43)**	**(36)**
Provisões constituídas	(34)	(46)
Reversões e baixas	9	39
Saldo final	**(68)**	**(43)**

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	112.780	124.662
INSS	2.993	147
	115.773	**124.809**
Circulante	2.993	147
Não circulante	112.780	124.662

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	111.506	81.607	(89.292)	103.821
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	5	13	(18)	–
Provisão para obrigações legais (ii)	4.402	2.135	(5.376)	1.161
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	7.787	4.441	(6.277)	5.951
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	28	14	(12)	30
Provisão de participação de lucros	460	1.382	(431)	1.411
Outras provisões	474	43	(111)	406
	124.662	**89.635**	**(101.517)**	**112.780**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

(ii) Principais variações referem-se a reversão da provisão de processos de PIS/Cofins conforme menção na NE 16.1 (a) (i) e a incidência de IR/CS sobre juros moratórios conforme menção na NE 23.1 (a) (ii).

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	6.392	8.037	10.079	14.538	19.736	19.734	19.733	14.531	**112.780**

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	1.178	(1.178)	–
IR e CS sobre provisão complementar de cobertura	2.103	30.635	(11.023)	21.715
Outros	19	133	(72)	80
	2.122	**31.946**	**(12.273)**	**21.795**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	52.730	(25.746)
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(21.092)**	**10.298**
Depósitos judiciais	700	302
Doações/incentivos	246	–
Participação nos lucros - administradores	(426)	–
Outros	(647)	47
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(127)**	**349**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(21.219)**	**10.647**
Taxa efetiva (D/-A)	**40,2%**	**41,4%**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoas	19.078	13.324
	19.078	**13.324**
Circulante	6.239	4.222
Não circulante	12.839	9.102

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 68 meses para os produtos de sobrevivência, 56 meses para os produtos mistos e 25 meses para os produtos de riscos.

11.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Constituição	Amortização	Dezembro de 2025
Comissões seguros	10.716	34.491	(29.579)	15.628
Comissões previdência	2.608	3.448	(2.606)	3.450
	13.324	**37.939**	**(32.185)**	**19.078**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (i)	8.625	8.154
CSLL	3.694	3.460
Juros Moratórios	–	1.814
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	1.701	1.620
	14.020	**15.048**

(i) Vide nota explicativa nº 16.1 (a).

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	3.045.449	3.045.449	2.708.698	2.708.698
Provisão de prêmios não ganhos	6.062	5.611	2.679	2.220
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.834	1.834	1.357	1.357
Sinistros e benefícios a liquidar	2.905	2.214	1.956	524
Provisão complementar de cobertura	321	321	671	671
Provisão de excedente financeiro	152	152	19	19
Outras provisões	11.307	11.307	10.105	10.105
	3.068.030	**3.066.888**	**2.725.485**	**2.723.594**
Circulante	680.292		630.599	
Não circulante	2.387.739		2.094.886	

13.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**2.725.485**	**2.580.649**
Atualização monetária e juros	369.727	122.926
Constituições decorrentes de prêmios	364.446	350.044
Aviso de sinistros	2.837	4.924
Reversão/constituição de provisão complementar	(351)	220
Pagamento de sinistros	(5.913)	(4.779)
Diferimento pelo risco decorrido	(55.743)	(47.995)
Portabilidades líquidas	(67.383)	(18.764)
Resgates	(265.924)	(265.581)
Outras (constituição/reversão)	849	3.841
Saldo final	**3.068.030**	**2.725.485**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:08 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros (seguros e previdência) da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

									Dezembro		
Administrativo - avisados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	4	2	1	2	2	3	1	2	1	10	
Dois anos mais tarde	4	4	3	4	4	4	4	2	3	–	
Três anos mais tarde	4	4	3	4	3	4	3	2	–	–	
Quatro anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	3	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	4	4	3	5	3	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	4	4	3	5	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	4	4	3	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	4	4	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**4**	**4**	**3**	**5**	**3**	**4**	**3**	**2**	**3**	**10**	**41**

									Dezembro		
Administrativo - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	3	2	1	2	1	3	1	2	1	3	
Dois anos mais tarde	4	4	3	3	3	4	3	2	3	–	
Três anos mais tarde	4	4	3	4	3	4	3	2	–	–	
Quatro anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	3	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	4	4	3	5	3	4	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	4	4	3	5	3	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	4	4	3	5	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	4	4	3	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	4	4	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**4**	**4**	**3**	**5**	**3**	**4**	**3**	**2**	**3**	**3**	**34**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**7**	**7**
										Provisão de sinistros	**7**

									Dezembro		
Judicial - avisados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	–	1	–	1	1	–	1	1	–	–	
Dois anos mais tarde	1	1	–	1	1	–	2	1	–	–	
Três anos mais tarde	1	2	–	1	1	–	2	2	–	–	
Quatro anos mais tarde	1	2	–	1	1	–	3	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1	2	–	1	1	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1	2	–	1	1	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1	3	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1	3	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Movimentações	**1**	**3**	**–**	**1**	**1**	**–**	**3**	**2**	**–**	**–**	**11**

									Dezembro		
Judicial - pagos	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros pagos até a data-base	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	
Dois anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	1	2	–	–	
Três anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	2	2	–	–	
Quatro anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	2	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	1	2	–	1	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	1	3	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	1	3	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**Total**
Pagamentos	**1**	**3**	**–**	**1**	**–**	**–**	**2**	**2**	**–**	**–**	**9**
Passivo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**1**	**–**	**1**	**–**	**–**	**–**	**2**
										Provisão de sinistros	**2**

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	2.062.963	1.944.752
PMBC e PMBaC - previdência	982.975	1.025.091
Provisão complementar de cobertura	52.926	78.228
Sinistros e benefícios a liquidar	3.585	2.265
Provisão de despesas relacionadas	2.123	1.826
Provisão de excedente financeiro	1.512	845
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	661	781
Outras Provisões	20.426	22.070
	3.127.171	**3.075.858**
Circulante	556.115	629.638
Não circulante	2.571.056	2.446.220

14.1 PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**3.075.858**	**3.021.392**
Atualização monetária e juros	323.308	213.791
Constituições	131.775	141.389
Constituição/reversão de provisão complementar	(25.302)	34.439
Aviso de sinistros/benefícios	12.335	5.469
Resgates	(204.133)	(176.883)
Portabilidades líquidas	(101.835)	(88.552)
Pagamento de benefícios	(53.814)	(42.397)
Diferimento pelo risco decorrido	(30.724)	(29.428)
Outras (constituição/reversão)	(297)	(3.362)
	3.127.171	**3.075.858**

14.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.800**	**2.413**
Novas constituições no período	25	–
Baixas por pagamentos	–	(937)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros	130	324
Saldo final	**1.487**	**1.800**
Quantidade de processos	5	6

14.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos (seguros e previdência):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	**6.195.202**	**5.801.343**
(–) Operações com resseguradoras	691	1.432
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**691**	**1.432**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**6.194.511**	**5.799.911**
Cotas de fundos especialmente constituídos	5.071.423	4.628.370
Cotas de fundos de investimento	1.157.972	1.209.855
Títulos de renda fixa - públicos	178.254	165.331
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**6.407.649**	**6.003.556**
Excedente (D - C)	**213.138**	**203.645**

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

							Dezembro de 2025
	1 a 30 dias	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Prêmios e emolumentos recebidos	2	2	3	3	7	6	**23**
Outros depósitos	3.578	421	191	10	287	–	**4.487**
Total	**3.580**	**423**	**194**	**13**	**294**	**6**	**4.510**

							Dezembro de 2024
	1 a 30 dias	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Cobrança antecipada de prêmios	–	–	–	–	1	–	**1**
Prêmios e emolumentos recebidos	2	1	2	1	–	–	**6**
Outros depósitos	858	9	65	131	121	–	**1.184**
Total	**860**	**10**	**67**	**132**	**122**	**–**	**1.191**

16. PROVISÕES JUDICIAIS

16.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	10.560	12.058
Cíveis	76	69
	10.636	**12.127**

(a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (i)	9.653	9.148
Juros moratórios (ii)	–	2.048
Processos com adesão ao REFIS (iii)	907	862
	10.560	**12.058**

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) JUROS MORATÓRIOS

A Companhia questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

(iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

16.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.058**	**69**	**12.127**
Constituições	89	81	170
Êxito/reversões	(2.279)	(64)	(365)
Atualização monetária	692	6	698
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**10.560**	**76**	**10.636**
Quantidade de processos	14	2	16

16.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	52.440	67.080
Cíveis	1.652	1.358
	54.092	**68.438**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil questionando a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 49.468 (R$ 41.550 possível impacto no lucro líquido).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 493.808 divididos em 20.711.526 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 465.808 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 19.342.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e aguardando a aprovação da SUSEP, ocorridas no período foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de janeiro de 2025	23.000	1.124.393
28 de fevereiro de 2025	5.000	244.433
	28.000	**1.368.826**

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos diretores não estatutários e empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**364**	**299**
Diferimento do exercício	276	342
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(338)	(277)
Saldo final	**301**	**364**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**35,46**	**30,98**
		Quantidade
Saldo inicial	**5**	**12**
Diferimento do exercício	6	9
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(8)	(16)
Saldo final	**3**	**5**

18. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
VGBL e VRGP	315.243	314.616
PGBL	105.174	112.366
Tradicional	13.486	14.772
	433.903	**441.754**

19. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa de gestão	56.274	52.913
Outras taxas	113	165
	56.387	**53.078**

20. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios diretos	49.204	35.427
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	13.115	14.252
Variações das provisões técnicas	(8.997)	500
	53.322	**50.179**

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Sinistros ocorridos	**Índice de sinistralidade (%)**	**Sinistros ocorridos**	**Índice de sinistralidade (%)**
Pessoas	(2.407)	4,5	(3.989)	7,9
	(2.407)	**4,5**	**(3.989)**	**7,9**

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas diversas	(24.113)	(21.211)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(7.683)	(8.081)
Localização e funcionamento	(5.254)	(5.451)
Serviços de terceiros	(5.408)	(1.682)
Publicações	(190)	(41)
Donativos e contribuições	(273)	(225)
Outras	2.899	(205)
	(40.022)	**(36.896)**

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 23.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Operações de PGBL e VGBL - fundos de investimentos	625.616	271.068
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	105.499	96.320
Juros de títulos disponíveis para a venda	19.917	19.948
Outras	1.686	2.086
Total de receitas financeiras	**752.718**	**389.422**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(323.308)	(213.791)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(369.727)	(122.926)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(7.895)	(83.102)
Outras	(13.265)	(15.043)
Total de despesas financeiras	**(714.195)**	**(434.862)**
Resultado financeiro	**38.523**	**(45.440)**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
(ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
(iii) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
(iv) Serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar, Porto Asset Management e Porto Gestora;
(v) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (i), e
(vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento.

		Passivo
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia.	5.326	2.267
Portoseg	257	–
Porto Consórcio	29	–
Porto Seguro S.A.	–	11
	5.612	**2.278**

		Despesas
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia.	(30.680)	(24.506)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(1.740)	(669)
Porto Atendimento	(1.302)	(557)
Portoseg	(929)	–
Porto Saúde	(771)	(966)
Porto Consórcio	(403)	–
Porto S.A.	(68)	(164)
Porto Serviço (i)	(1)	–
CDF S.A.	(3)	–
Porto Asset Management	–	(374)
Portopar	–	(636)
	(35.897)	**(27.872)**

(i) Em outubro de 2025 a Porto Assistência junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não existiram transações para 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores	(993)
	(993)

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	31.511	(15.099)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	20.577	19.343
Resultado por ação básico e diluído	1,5314	(0,7806)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ
Diretora Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor Executivo - Produto Vida

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Previdência

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.7.1, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro e de previdência complementar no montante de R$ 3.068.030 mil e R$ 3.127.171 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:17:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Capitalização S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com títulos de capitalização

A receita com títulos de capitalização totalizou no exercício em R$ 1.774 milhões, com aumento de R$ 315 milhões, 21,6% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R$ 88 milhões, com aumento de R$ 16 milhões, 22,2% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício R$ 49 milhões, com aumento de 32,4% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. O resultado por ação foi reduzido, comparado ao mesmo exercício do ano anterior, sendo R$ 0,50 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 0,60 em 31 de dezembro de 2024.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar – indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**159.673**	**296.973**
Disponível		424	1.397
Caixa e bancos	7	424	1.397
Equivalentes de caixa	7	63.417	90.688
Aplicações financeiras	8	45.118	163.314
Outros créditos operacionais		327	685
Títulos e créditos a receber		6	20
Créditos tributários e previdenciários		6	20
Despesas antecipadas		441	77
Custos de aquisição diferidos	9	49.940	40.792
Capitalização		49.940	40.792
Não circulante		**2.354.638**	**1.864.026**
Realizável a longo prazo		2.354.638	1.864.026
Aplicações financeiras	8	2.334.187	1.831.925
Títulos e créditos a receber		11.093	24.000
Créditos tributários e previdenciários	10	11.089	23.978
Depósitos judiciais e fiscais		4	22
Custos de aquisição diferidos	9	9.358	8.101
Capitalização		9.358	8.101
Total do ativo		**2.514.311**	**2.160.999**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**1.749.772**	**1.457.466**
Contas a pagar		13.230	8.932
Obrigações a pagar		9.959	6.662
Impostos e encargos sociais a recolher		593	267
Encargos trabalhistas		29	78
Impostos e contribuições		2.608	1.885
Outras contas a pagar		41	40
Débitos das operações com capitalização		8.533	13.683
Agentes e correspondentes		431	2.078
Outros débitos operacionais		8.102	11.605
Depósitos de terceiros	12	7.122	504
Provisões técnicas - capitalização	11	1.720.887	1.434.347
Provisão para resgates		1.640.374	1.366.458
Provisão para sorteio		7.923	6.944
Provisão para receitas diferidas		72.590	60.945
Não circulante		**472.125**	**434.245**
Contas a pagar		46	39
Obrigações a pagar		36	29
Tributos diferidos		10	10
Provisões técnicas - capitalização	11	471.219	433.444
Provisão para resgates		459.193	422.613
Provisão para receitas diferidas		12.026	10.831
Outros débitos		860	762
Provisões judiciais	13	860	762
Patrimônio líquido		**292.414**	**269.288**
Capital social	14 (a)	267.500	160.000
Aumento de capital (em aprovação)	14 (a)	–	107.500
Reservas de lucros	14 (b)	38.921	37.192
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.007)	(35.404)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.514.311**	**2.160.999**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**160.000**	**–**	**26.295**	**(13.827)**	**–**	**172.468**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(17.000)	–	–	(17.000)
Aumento de capital:							
AGE de 31 de outubro de 2024		–	5.000	–	–	–	5.000
AGE de 29 de novembro de 2024		–	37.500	–	–	–	37.500
AGE de 27 de dezembro de 2024		–	65.000	–	–	–	65.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	52	–	–	52
Ações alienadas		–	–	(36)	–	–	(36)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(21.577)	–	(21.577)
Resultado do exercício		–	–	–	–	36.565	36.565
Destinação do resultado:							
Reserva legal		–	–	1.828	–	(1.828)	–
Reservas estatutárias		–	–	26.053	–	(26.053)	–
Dividendos mínimos e complementares (0,14 por ação)		–	–	–	–	(8.684)	(8.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**160.000**	**107.500**	**37.192**	**(35.404)**	**–**	**269.288**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(26.900)	–	–	(26.900)
Aumento de capital:							
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2732, de 24 de setembro de 2025	14 (a)	5.000	(5.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2774, de 15 de outubro de 2025	14 (a)	65.000	(65.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2758, de 09 de outubro de 2025	14 (a)	37.500	(37.500)	–	–	–	–
Reconhecimento pagamento em ações	14 (d)	–	–	21	–	–	21
Ações alienadas	14 (d)	–	–	(51)	–	–	(51)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	21.397	–	21.397
Resultado do exercício		–	–	–	–	49.409	49.409
Destinação do resultado:							
Reserva legal	14 b (i)	–	–	2.470	–	(2.470)	–
Reservas estatutárias	14 b (ii)	–	–	26.189	–	(26.189)	–
Dividendos mínimos e complementares (0,21 por ação)	14 (c)	–	–	–	–	(20.750)	(20.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**267.500**	**–**	**38.921**	**(14.007)**	**–**	**292.414**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receita com títulos de capitalização		**1.773.904**	**1.459.157**
Contribuição com títulos de capitalização		**1.773.904**	**1.459.157**
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	15	1.647.883	1.354.896
Contribuição - quotas de carregamento		126.021	104.261
Variação da provisão para receita diferida		**(12.840)**	**(11.400)**
Variação das provisões de resgates		**(1.646.005)**	**(1.352.488)**
Variação da provisão de sorteios		**(2.531)**	**(2.634)**
Custos de aquisição	16	**(79.658)**	**(63.895)**
Outras receitas e despesas operacionais		**4.449**	**(4.368)**
Outras receitas operacionais		9.396	11
Outras despesas operacionais		(4.947)	(4.379)
Despesas administrativas		**(31.615)**	**(29.274)**
Pessoal próprio		(1.999)	(816)
Serviços de terceiros		(6.219)	(7.616)
Localização e funcionamento		(555)	(468)
Publicações		(145)	(174)
Donativos e contribuições		(1.310)	(785)
Despesas administrativas diversas	17	(21.387)	(19.415)
Despesas com tributos		**(7.585)**	**(6.162)**
Resultado financeiro	18	**87.674**	**71.657**
Receitas financeiras		225.554	170.539
Despesas financeiras		(137.880)	(98.882)
Resultado operacional		**85.793**	**60.593**
Resultado antes dos impostos e participações		**85.793**	**60.593**
Imposto de renda	10.2	**(20.389)**	**(14.688)**
Contribuição social	10.2	**(12.397)**	**(9.130)**
Participações sobre o resultado		**(3.597)**	**(210)**
Resultado do exercício		**49.410**	**36.565**
Quantidade de ações		97.992	61.235
Resultado por ação - básico e diluído	20	0,5042	0,5971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**49.410**	**36.565**
Outros resultados abrangentes	**21.397**	**(21.577)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	35.663	(35.961)
Efeitos tributários	(14.266)	14.384
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**70.807**	**14.988**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	49.410	36.565
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(384.066)	(313.208)
Créditos tributários e previdenciários	14	(15)
Ativo fiscal diferido	12.889	(14.355)
Despesas antecipadas	(9.148)	(77)
Custos de aquisição diferidos	(1.621)	(7.580)
Impostos e contribuições	32.820	22.083
Outros ativos	376	(131)
Outras contas a pagar	(1.568)	2.893
Depósitos de terceiros	6.618	232
Provisões técnicas - capitalização	324.315	321.920
Provisões judiciais	98	(97)
Outros passivos	24.050	(24.245)
Caixa consumido pelas operações:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.097)	(22.315)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**22.090**	**1.670**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	107.500
Distribuição de dividendos	(50.334)	(23.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(50.334)**	**(84.500)**
Aumento/ (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	**(28.244)**	**86.170**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92.085	5.915
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	63.841	92.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar, em São Paulo - SP, e tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente.

A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	99,9%
Porto Seguro S.A.	0,1%
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	**Participação**
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Destacamos o cronograma de majoração da alíquota da CSLL. Durante o exercício de 2025, a alíquota permanece fixada em 15%. No entanto, conforme a nova política de ajuste fiscal, está prevista uma elevação gradual: a alíquota passará para 17,5% em 2026, atingindo o patamar definitivo de 20% a partir de 2028. Esse escalonamento visa equilibrar a carga tributária do setor à medida que as novas regras de apuração de perdas e arrendamento mercantil entram em vigor.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos títulos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, títulos de capitalização, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contratos, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre emissão dos títulos de capitalização e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das títulos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de títulos, também são diferidos com o mesmo critério.

3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

(b) Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

(c) Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

(d) Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

(e) Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para o diferimento da receita das cotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados, disponibilizados no site da SUSEP:

Processo SUSEP	**Tipo PU**	**Taxa Carregamento**
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%
15414.628604/2023-25	PU	6,37%
15414.628614/2023-61	PU	9,92%
15414.628612/2023-71	PU	6,08%
15414.628605/2023-70	PU	7,90%
15414.628613/2023-16	PU	8,02%
15414.900182/2019-44	PU	20,05%
15414.900327/2019-15	PU	15,67%
15414.900184/2019-33	PU	20,05%
15414.900185/2019-88	PU	20,05%
15414.629717/2025-18	PU	7,22%

3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

As receitas com títulos de capitalização estão registradas de forma segregada em receitas das cotas de capitalização e de sorteio das cotas de carregamento, tendo como fato gerador: (i) o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as cotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e (ii) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a cota de carregamento.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:14:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S. SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 100,0% (100,0% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção dos seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/Sem vencimento	63.840	2.315	92.085	5.231
Fluxo de 1 a 30 dias	104.693	205.364	133.593	193.905
Fluxo de 2 a 6 meses	–	656.717	–	557.723
Fluxo de 7 a 12 meses	38.041	841.559	38.913	702.972
Fluxo acima de 1 ano	2.343.286	623.559	2.059.499	542.126
	2.549.859	**2.329.514**	**2.324.090**	**2.001.957**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados	98,2%	92,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	1,8%	7,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(165.074)
	+ 25 b.p.	(85.681)
	+ 10 b.p.	(35.027)
	– 10 b.p.	35.027
	– 25 b.p.	85.681
	– 50 b.p.	165.074
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(405)
	+ 25 b.p.	(337)
	+ 10 b.p.	(270)
	– 10 b.p.	270
	– 25 b.p.	337
	– 50 b.p.	405

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	**292.414**	**269.288**
(+/–) Ajustes contábeis	**(62.173)**	**(62.185)**
Despesas antecipadas	(441)	(77)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(2.434)	(13.215)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(59.298)	(48.893)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(26.654)**	**(87.156)**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(26.654)	(87.156)
(+/–) Ajustes do PLA de nível 1	**(8.655)**	**(10.763)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(8.655)	(10.763)
PLA de nível 1	**194.932**	**109.184**
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	1.225	3.097
PLA de nível 2	**1.225**	**3.097**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	8.655	10.763
PLA de nível 3	**8.655**	**10.763**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**204.812**	**123.044**
Capital-base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco (II)	**57.701**	**71.756**
Capital de risco de subscrição	11.103	9.416
Capital de risco de crédito	884	1.049
Capital de risco de mercado	41.578	58.725
Capital de risco operacional	11.747	9.663
Benefício da correlação entre riscos	(7.611)	(7.097)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**57.701**	**71.756**
Suficiência de capital	**147.111**	**51.288**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	63.417	90.688
Depósitos bancários	424	1.397
	63.841	**92.085**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
LFTs	45.118	45.118	163.314	163.314
Total - circulante	**45.118**	**45.118**	**163.314**	**163.314**
% das aplicações classificadas nesta categoria:		**2%**		**8%**

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - F	356.165	334.792
LTNs	83.043	69.232
Total - Não circulante	**439.208**	**404.024**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**18%**	**20%**

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 462.551 (R$ 463.030 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
LTNs	1.429.049	994.057
NTNs - F	465.930	433.844
Total - não circulante	**1.894.979**	**1.427.901**
% das aplicações classificadas nesta categoria:	**80%**	**72%**

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.850.555 (R$ 1.282.641 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**2.085.927**	**1.684.165**
Aplicações	239.850	355.083
Resgates	(144.205)	(87.889)
Rendimentos	225.487	170.529
Ajuste a valor de mercado	35.663	(35.961)
Saldo final	**2.442.722**	**2.085.927**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,85	12,10
Fundos exclusivos		
NTNs F	8,44	7,98
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,08	0,07
LTN	12,02	11,42
Carteira própria		
LTN	11,02	11,02
NTNs F	6,99	6,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo de diferimento dos custos de aquisição segue a vigência dos contratos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025 mantivemos a prática adotada em 31 de dezembro de 2024, respeitando o período contratual de cada proposta para o conhecimento dos custos diferidos, cujo prazo médio é de 18 meses.

9.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**48.893**	**41.313**
Constituição	89.974	71.280
Apropriação para despesa	(79.569)	(63.700)
Saldo final	**59.298**	**48.893**
Circulante	49.940	40.792
Não circulante	9.358	8.101

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	23.602	–	(14.265)	9.337
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	287	100	(57)	330
Provisão de participação de lucros	65	1.802	(470)	1.397
Provisão para obrigações legais	2	2	(4)	–
Outras provisões	22	3	–	25
	23.978	**1.907**	**(14.796)**	**11.089**

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	1.546	8.640	682	212	2	2	1	4	**11.089**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	82.195	60.383
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(32.878)**	**(24.153)**
Doações/incentivos	970	519
Depósitos judiciais	1	–
Participação nos lucros - administradores	(550)	–
Outros	(329)	(184)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**92**	**335**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(32.786)**	**(23.818)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,9%**	**39,4%**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:18:04 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 PROVISÕES TÉCNICAS - MOVIMENTAÇÃO

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2024..	**1.731.150**	**57.921**	**1.084**	**5.860**	**71.776**	**1.867.791**
Constituição de provisão	1.663.422	–	3.172	3.044	–	1.669.638
Atualização monetária e juros	134.080	432	402	11	–	134.925
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(1.792)	–	(1.792)
Pagamento de resgates	–	(1.460.616)	–	–	–	(1.460.616)
Títulos cancelados	(17.426)	–	–	–	–	(17.426)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	12.840	12.840
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.858)	–	–	(3.858)
Transferência PRA	(331.604)	331.604	–	–	–	–
Transferência PRV	(1.133.686)	1.133.686	–	–	–	–
Receita com penalidades	(5)	–	–	–	–	(5)
Prescrição de Exigibilidade	–	(9.391)	–	–	–	(9.391)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025..	**2.045.931**	**53.636**	**800**	**7.123**	**84.616**	**2.192.106**
Circulante	–	–	–	–	–	1.720.887
Não circulante	–	–	–	–	–	471.219

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023..	**1.428.514**	**50.729**	**1.168**	**5.085**	**60.375**	**1.545.871**
Constituição de provisão	1.369.891	–	2.847	2.659	–	1.375.397
Atualização monetária e juros	96.521	611	178	10	–	97.320
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(1.894)	–	(1.894)
Pagamento de resgates	–	(1.140.000)	–	–	–	(1.140.000)
Títulos cancelados	(17.420)	–	–	–	–	(17.420)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	71.776	71.776
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(60.375)	(60.375)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.109)	–	–	(3.109)
Transferência PRA	(263.394)	263.631	–	–	–	237
Transferência PRV	(882.950)	882.950	–	–	–	–
Receita com penalidades	(12)	–	–	–	–	(12)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024..	**1.731.150**	**57.921**	**1.084**	**5.860**	**71.776**	**1.867.791**
Circulante						1.434.347
Não circulante						433.444

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A) ..	**2.192.106**	**1.867.791**
Cotas de fundos de investimento	1.910.584	1.590.554
Títulos de renda fixa - públicos	439.208	404.024
Total de ativos oferecidos em garantia (B)	**2.349.792**	**1.994.578**
Excedente (B - A)	**157.686**	**126.787**

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalização que estão em processamento, abaixo apresentamos o tempo de permanência dos saldos:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
0 a 30 dias	7.122	504
	7.122	**504**

13. PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	826	716
Fiscais	–	46
Trabalhistas	34	–
	860	**762**

13.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**46**	**716**	**–**	**762**
Constituições	8	912	34	954
Êxito/reversões	(49)	(737)	–	(786)
Pagamentos	–	(115)	–	(115)
Atualização monetária	(5)	50	–	45
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**826**	**34**	**860**
Quantidade de processos	–	20	1	21

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza cíveis e fiscais que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais	61.911	49.488
Cíveis	938	658
	62.849	**50.146**

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessa provisão refere-se integralmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 61.911 (R$ 42.833 de possível impacto no lucro líquido).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 267.500 dividido em 61.234.692 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias foram aprovadas pela SUSEP durante o exercício.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 12.631 (R$ 10.161 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 26.267 (R$ 26.978 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações. Abaixo o detalhamento dos valores pagos:

Dividendos (reservas de lucros de 2024)	
27 de fevereiro de 2025	10.000
28 de março de 2025	16.900
Total	**26.900**
Dividendos (DMO de 2024)	
27 de fevereiro de 2025	2.684
Total	**2.684**
Dividendos (destinação lucro de 2025)	
29 de agosto de 2025	20.750
Total	**20.750**

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	49.410	36.565
(–) Reserva legal - 5%	(2.471)	(1.828)
Lucro básico para determinação do dividendo	**46.940**	**34.737**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**11.735**	**8.684**
Dividendos distribuídos	20.750	–
Total de dividendos distribuídos	**20.750**	**8.684**
Total por ação	**0,2118**	**0,1418**
Quantidade de ações	97.992	61.235

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos diretores não estatutários e empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação do programa de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**52**	**36**
Diferimento do exercício	21	52
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(51)	(36)
Saldo final	**22**	**52**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**35,23**	**32,29**

	Quantidade	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1**	**1**
Diferimento do exercício	1	1
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(1)	(1)
Saldo final	**1**	**1**

15. CONTRIBUIÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Instrumento de garantia	1.641.851	1.350.027
Incentivo	6.032	4.869
	1.647.883	**1.354.896**

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas de comercialização	(90.063)	(71.475)
Variação das despesas diferidas	10.405	7.580
	(79.658)	**(63.895)**

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

As despesas administrativas diversas referem-se aos custos repassados pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	191.800	136.967
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	33.687	33.562
Outras receitas financeiras	67	10
Total de receitas financeiras	**225.554**	**170.539**
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(134.925)	(97.320)
Outras despesas financeiras	(2.955)	(1.562)
Total de despesas financeiras	**(137.880)**	**(98.882)**
Resultado financeiro	**87.674**	**71.657**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Comercialização de títulos de capitalização da Companhia para as empresas do Grupo Porto;

(ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Asset Management;

(iv) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;

(v) Serviços de assistência automotiva e residencial contratados da CDF S.A. decorrente de cobertura assistencial;

(vi) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento; e

(vii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	1.769	1.758
Portoseg	653	225
Porto Consórcio	45	21
Crediporto	36	–
Porto Seguro S.A.	–	6
	2.503	**2.010**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	5.990	5.963	(19.584)	(18.470)
Portoseg	795	53	(2.788)	(2.950)
Porto Consórcio	11	10	(445)	(328)
Porto Assistência Participações (i)	20	–	–	–
Porto Asset Management	–	–	–	(523)
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	–	(2.768)	(986)
Porto Atendimento	–	–	(231)	–
Porto Saúde	–	–	(65)	(58)
Crediporto	–	–	(2.256)	–
Porto Serviço (i)	–	–	(123)	–
Porto Assistência (i)	–	–	–	(107)
CDF Ltda (i)	–	–	–	(304)
	6.816	**6.026**	**(28.899)**	**(23.958)**

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

19.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir (não existiram transações para 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores	(1.283)
	(1.283)

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício..

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	49.410	36.565
Média ponderada do número de ações durante o exercício	97.992	61.235
Resultado por ação básico e diluído	0,5042	0,5971

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:48 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Capitalização S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 2.192.106 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de capitalização, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

Shape the future with confidence

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043

Shape the future with confidence

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde
Linha Porto Bairros

Portomed™

O porto seguro para a saúde da sua empresa e do seu bairro.

Plano de saúde para empresas de 3 a 99 vidas com hospitais e laboratórios de referência perto de casa ou do trabalho.

São Paulo

Personalize seu plano com até 3 opções, entre **16 bairros.**

Alphaville, Centro de São Paulo, Centro de Osasco, Centro de Santo André, São Caetano do Sul, Ipiranga, Itaquera, Lapa, Moema, Morumbi, Paulista, Pirituba, Pompeia, Santana, Tatuapé e Vila Maria.

A partir de
R$ 116 /mês*

Rio de Janeiro

Personalize seu plano com até 4 opções, entre **12 bairros.**

Humaitá, Centro Rio, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Tijuca, Barra da Tijuca, Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Teresópolis e Ilha do Governador.

ANS - nº 00058-2 ANS - nº 41749-1

Fale com seu Corretor e contrate agora.

*Preço referente a 1 vida no plano de saúde com 30% de copar (sem IOF), no plano Portomed Moema Copar Q, porte 3 a 29 vidas, de 0 a 18 anos (malha K154). Válido até 28/02/2026.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde Participações S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

No ano de 2025, a Companhia obteve resultados consistentes, com crescimento relevante de prêmios, número de beneficiários e lucro.

A Companhia apresentou crescimento em seu faturamento em comparação ao ano de 2024, impulsionado pelo aumento de vidas, eficiência operacional e ajustes de preços no seguro saúde comercializado pela controlada Porto Saúde. O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto de seguro saúde, de investimentos em tecnologia, do fortalecimento do ecossistema (Time Médico Porto), da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca.

Beneficiários

No quarto trimestre de 2025, atingimos 831 mil vidas em saúde, um aumento de 156 mil em relação ao mesmo período de 2024.

Já no seguro Odonto, alcançamos 1,184 milhões de vidas, crescendo 189 mil em comparação a 2024 e 47 mil em relação ao 3T25.

Destaca-se ainda o fortalecimento dos produtos regionais e microrregionais, com a expansão do produto PRO para o ABCDM (Grande São Paulo) e Vale do Paraíba (Interior de São Paulo), além do lançamento do Porto Bairros no Rio de Janeiro. Também implementamos uma nova linha de produtos para o segmento Empresarial, acompanhada de reposicionamento comercial e ajustes de precificação.

Receitas

As receitas seguem com crescimento expressivo, atingindo R$ 8,5 bilhões no ano, sendo o seguro saúde o principal responsável.

Resultado

Vendas novas bem precificadas, combate a fraudes, resultado e fortalecimento das novas famílias de produtos e avanço na verticalização virtual (Time Médico Porto Saúde e Parcerias), continuam sendo principais contribuidores para uma forte performance.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**8.792**	**84.065**	**2.022.496**	**1.189.160**
Caixa e equivalentes de caixa	8	19	60	400.668	299.627
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1	4.799	–	961.468	729.411
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	3.869	–	258.637	–
Recebíveis de prestação de serviços	10	–	–	17.760	16.532
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	143.866	13.124
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	5.074	4.996
Outros ativos	13	105	84.005	235.023	125.470
Não circulante		**2.362.134**	**1.754.856**	**2.427.263**	**2.128.197**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	20.445	–	655.310	674.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	–	–	153.582	157.914
Ativos de contratos de seguros	18	–	–	699.169	450.230
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	5.127	10.259
Depósitos judiciais	14	31	–	244.958	227.340
Outros ativos	13	–	28	1.338	616
Investimentos					
Participações em controladas	15.1	2.341.658	1.754.828	–	–
Participações em coligadas	15.3	–	–	35.331	–
Imobilizado	16	–	–	528.311	515.316
Intangível	17	–	–	104.137	92.201
Total do Ativo		**2.370.926**	**1.838.921**	**4.449.759**	**3.317.357**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**28.921**	**84.221**	**1.828.953**	**1.304.354**
Passivos do contrato de seguros	18	–	–	1.409.842	1.059.713
Impostos e contribuições a recolher	12.2	28.921	–	166.537	68.173
Dividendos a pagar		–	83.937	–	83.937
Outros passivos	20	–	284	252.574	92.531
Não circulante		**–**	**–**	**278.801**	**258.303**
Provisões judiciais	19	–	–	264.012	248.314
Outros passivos	20	–	–	14.789	9.989
Patrimônio líquido		**2.342.005**	**1.754.700**	**2.342.005**	**1.754.700**
Capital social	21 (a)	1.750.814	1.409.557	1.750.814	1.409.557
Reservas de lucros	21 (b)	592.875	342.740	592.875	342.740
Outros resultados abrangentes		(1.684)	2.403	(1.684)	2.403
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**2.370.926**	**1.838.921**	**4.449.759**	**3.317.357**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Receitas					
Receita de contrato de seguro	22	–	–	8.202.759	6.398.196
Receita de prestação de serviços	23	–	–	142.829	133.967
Outras receitas operacionais		–	–	89.651	76.031
Equivalência patrimonial	15	693.019	353.702	7.926	–
Total das receitas		**693.019**	**353.702**	**8.443.165**	**6.608.194**
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	22	–	–	(6.901.357)	(5.485.963)
Custos de aquisição - outros		–	–	(755)	(1.467)
Despesas administrativas	24	(904)	(285)	(617.790)	(466.020)
Despesas com tributos	25	(25.822)	–	(149.227)	(72.435)
Custo dos serviços prestados	26	–	–	(53.033)	(45.088)
Outras despesas operacionais	27	–	–	(91.769)	(86.517)
Total das despesas		**(26.726)**	**(285)**	**(7.813.931)**	**(6.157.490)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**666.293**	**353.417**	**629.234**	**450.704**
Receitas financeiras	28	13	–	329.773	151.079
Despesas financeiras	29	–	–	(26.182)	(18.381)
Lucro operacional		**666.306**	**353.417**	**932.825**	**583.402**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**666.306**	**353.417**	**932.825**	**583.402**
Imposto de renda e contribuição social	**12.4**	**–**	**–**	**(266.519)**	**(229.985)**
Corrente		–	–	(241.301)	(225.591)
Diferido		–	–	(25.218)	(4.394)
Lucro líquido do exercício		**666.306**	**353.417**	**666.306**	**353.417**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		666.306	353.417	666.306	353.417
Resultado por ação:					
- Básico e diluído	32	0,5187	0,3165	0,5187	0,3165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.176.557**	**67.307**	**(2.562)**	**–**	**1.241.302**
Aumento de capital		233.000	–	–	–	233.000
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	15.014	–	–	15.014
Ações alienadas - controladas		–	(9.061)	–	–	(9.061)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	4.250	–	4.250
Ganhos e perdas atuariais - controladas (resultado abrangente)		–	–	715	–	715
Lucro líquido do exercício		–	–	–	353.417	353.417
Destinações:						
Reserva legal		–	17.671	–	(17.671)	–
Reservas estatutárias		–	251.809	–	(251.809)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(83.937)	(83.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.409.557**	**342.740**	**2.403**	**–**	**1.754.700**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	(41.562)	–	–	**(41.562)**
JCP anos anteriores	21. (c)	–	(149.883)	–	–	**(149.883)**
Aumento de capital	21. (a)	341.257	–	–	–	**341.257**
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	21. (d)	–	21.393	–	–	**21.393**
Ações alienadas - controladas	21. (d)	–	(16.931)	–	–	**(16.931)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	(2.703)	–	**(2.703)**
Ganhos e perdas atuariais - controladas (resultado abrangente)		–	–	(1.384)	–	**(1.384)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	666.306	**666.306**
Destinações:						
Reserva legal	21. (b) (i)	–	33.315	–	(33.315)	**–**
Reservas estatutárias	21. (b) (ii)	–	403.803	–	(403.803)	**–**
JCP intercalares (0,12)	21. (c)	–	–	–	(149.824)	**(149.824)**
Dividendos mínimos obrigatórios (0,06)	21. (c)	–	–	–	(79.364)	**(79.364)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**1.750.814**	**592.875**	**(1.684)**	**–**	**2.342.005**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**666.306**	**353.417**	**666.306**	**353.417**
Outros resultados abrangentes	**(4.087)**	**4.965**	**(4.087)**	**4.965**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas	(1.384)	4.250	(1.384)	4.250
Ganhos e perdas atuariais - controladas	(2.703)	715	(2.703)	715
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**662.219**	**358.382**	**662.219**	**358.382**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	662.219	358.382	662.219	358.382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

Porto Saúde

→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	**(30.420)**	**(42.462)**	**302.611**	**10.059**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(26.713)**	**(285)**	**702.273**	**366.436**
Lucro líquido do exercício	666.306	353.417	666.306	353.417
Depreciações	–	–	9.058	9.122
Amortizações	–	–	4.429	4.429
Equivalência patrimonial	(693.019)	(353.702)	(7.926)	–
Provisões judiciais	–	–	30.406	(532)
Variações nos ativos e passivos	**(3.707)**	**(42.177)**	**(29.028)**	**(157.675)**
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(4.799)	–	(232.057)	(63.656)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	(24.314)	–	(239.626)	(427.095)
Ativos de contratos de seguros	–	–	(248.939)	(327.281)
Recebíveis de prestação de serviços	–	–	(1.228)	2.296
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	(130.742)	(101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	4.332	(10.561)
Custos de aquisição diferidos	–	–	5.054	2.871
Depósitos judiciais	(31)	–	(17.618)	(11.413)
Outros ativos	83.928	(84.033)	(110.275)	(57.990)
Passivo do contrato de seguro	–	–	350.129	518.185
Impostos e contribuições a recolher	28.921	–	464.911	241.641
Provisões judiciais	–	–	(14.708)	(1.541)
Outros passivos	(87.412)	41.856	141.739	(23.030)
Outros	**–**	**–**	**(370.634)**	**(198.702)**
Outros resultados abrangentes	–	–	(4.087)	4.965
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(366.547)	(203.667)
Caixa líquido atividades de investimento	**193.531**	**(232.940)**	**(38.418)**	**(11.321)**
Alienação de imobilizado	–	–	3.384	6.025
Aquisição de imobilizado	–	–	(25.437)	–
Aquisição de intangível	–	–	(16.365)	(17.346)
Dividendos e JCP recebidos	282.117	7.630	–	–
Aumento/redução de capital em controladas	(88.586)	(240.570)	–	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**(163.152)**	**275.433**	**(163.152)**	**275.433**
Aumento de capital	116.750	275.433	116.750	275.433
Dividendos e JCP pagos	(279.902)	–	(279.902)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(41)**	**31**	**101.041**	**274.171**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	60	29	299.627	25.456
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	19	60	400.668	299.627

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	**–**	**–**	**8.360.933**	**6.547.291**
Receita de contrato de seguro	–	–	8.202.759	6.398.196
Receita de prestação de serviços	–	–	154.408	144.766
Outras	–	–	3.766	4.329
Receita operacional	**–**	**–**	**8.360.933**	**6.547.291**
Despesas de seguros	**–**	**–**	**(6.901.357)**	**(5.485.963)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(903)**	**(285)**	**(357.069)**	**(297.710)**
Materiais, energia e outros	–	(1)	(222.716)	(168.600)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(53.033)	(45.088)
Serviços de terceiros e comissões	(903)	(284)	(87.048)	(92.001)
Recuperação de valores ativos	–	–	5.728	7.979
Valor adicionado bruto	**(903)**	**(285)**	**1.102.507**	**763.618**
Depreciação e amortização	**–**	**–**	**(13.487)**	**(13.551)**
Valor adicionado líquido produzido	**(903)**	**(285)**	**1.089.020**	**750.067**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**693.032**	**353.702**	**311.893**	**132.971**
Resultado financeiro	13	–	303.967	132.971
Equivalência patrimonial	693.019	353.702	7.926	–
Valor adicionado total a distribuir	**692.129**	**353.417**	**1.400.913**	**883.038**
Distribuição do valor adicionado	**692.129**	**353.417**	**1.400.913**	**883.038**
Pessoal	**–**	**–**	**262.581**	**187.655**
Remuneração direta	–	–	115.986	92.511
Benefícios	–	–	139.407	88.437
F.G.T.S	–	–	7.188	6.707
Impostos, taxas e contribuições	**25.823**	**–**	**466.830**	**337.888**
Federais	25.823	–	462.028	334.053
Municipais	–	–	4.802	3.835
Remuneração de capitais de terceiros	**–**	**–**	**5.196**	**4.078**
Juros	–	–	97	89
Aluguéis	–	–	5.099	3.989
Remuneração de capitais próprios	**666.306**	**353.417**	**666.306**	**353.417**
Dividendos e JCP	206.714	83.937	206.714	83.937
Lucros retidos do exercício	459.592	269.480	459.592	269.480

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia:) é uma companhia aberta, mas sem ações em circulação no mercado, com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 1, Campos Elíseos, São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A. integra o Grupo Porto que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Financeira, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical de saúde, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

A Companhia possui as seguintes participações:

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
		Participação			Participação	
	Consolidação	Direta	Indireta	Consolidação	Direta	Indireta
Porto Saúde Operações	Integral	100,0	–	Integral	100,0	–
Porto Saúde	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Portomed	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Odonto	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Saúde Serviços	Integral	100,0	–	Integral	100,0	–
Serviços Médicos	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Integral	–	100,0	Integral	–	100,0
Onkos Oncologia e Participações Ltda. (*)	Equiv. Patrimonial	–	40,0	–	–	–

(*) Vide nota explicativa nº 1.1.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
2. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
3. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
4. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
5. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo não reguladas no mercado de saúde.
6. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
7. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
8. Onkos Oncologia e Participações Ltda. ("Onkos Oncologia"), tem por atividade (i) prestação de consultoria em serviços médicos oncológicos ambulatoriais relacionados à oncologia clínica, (ii) serviços de consultoria na área de gestão e orientação de procedimentos médicos, a participação em outras sociedades, na qualidade de controladora ou minoritária, ou ainda a título de participação em sociedade em conta de participação.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

O grupo Porto, do qual a Companhia faz parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais, de forma a possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal.

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a cisão parcial da Porto Serviços e Comércio, relacionado ao investimento na coligada Onkos Oncologia, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços. A cisão parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto.

O acervo cindido implicou em uma redução de capital, mediante cancelamento de ações, no montante de R$ 44.796 na Porto Serviços e Comércio, e em um aumento de capital no mesmo montante na Porto Saúde Serviços, mediante emissão de ações.

Esse movimento também refletiu em um aumento de capital na Companhia, no mesmo montante de R$ 44.796, para transferência das ações emitidas na Porto Saúde Serviços em titularidade da Porto S.A., vide nota explicativa nº 21 (a).

O acervo recebido pela Porto Saúde Serviços, de R$ 44.796, está dividido entre: (a) R$ 27.405 alocado em investimento com coligada Onkos Oncologia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.3; (b) R$ 17.392 alocado em outros ativos, que diz respeito ao preço variável da operação realizada com a Oncoclínicas conforme acordo de investimento assinado em dezembro de 2022, e passado os direitos a esse recebimento para a Porto Saúde Serviços, através desta cisão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas informações trimestrais apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra, em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas informações trimestrais individuais (Controladora) e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADAS

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base em uma única linha de operação, no setor de saúde. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados a um único segmento, sendo este de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA COMPANHIA

2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.

ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2026 - CBPS Nºs 01 e 02/IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:14:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("OCI - Other Comprehensive Income"), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para contratos de seguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC (Liability for Incurred Claims) como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros da LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

	Taxa Anual				
Curva	**1 Ano**	**5 Anos**	**10 Anos**	**20 Anos**	**30 Anos**
Prefixada	13,57%	12,90%	13,44%	13,93%	13,88%
IGPM	7,41%	7,92%	7,36%	6,92%	6,77%
IPCA	6,17%	4,71%	4,32%	4,05%	3,95%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço. (vide nota explicativa nº 3.2.3).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado

e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:17:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros, a determinação: do valor justo de ativos e passivos financeiros, da realização dos tributos diferidos, das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais e perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3 .

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos : (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(1) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Risco soberano - Brasil	100,0%	99,9%
Outros	–	0,1%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	438.483	12.144	347.626	40
Fluxo de 1 a 30 dias	844.382	171.294	645.044	295.794
Fluxo de 2 a 6 meses	21.791	1.322.166	21.315	891.507
Fluxo de 7 a 12 meses	266.748	108.106	14.583	26.434
Fluxo acima de 1 ano	1.578.028	92.569	1.759.167	18.712
Total	**3.149.432**	**1.706.279**	**2.787.736**	**1.232.488**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera equivalentes de caixa e ativos financeiros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados	69,8%	29,2%
Inflação (IPCA/IGPM)	25,2%	27,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	5,0%	43,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(50.316)
	+ 25 b.p.	(26.160)
	+ 10 b.p.	(10.719)
	- 10 b.p.	10.719
	- 25 b.p.	26.160
	- 50 b.p.	50.316
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(13.250)
	+ 25 b.p.	(6.820)
	+ 10 b.p.	(2.775)
	- 10 b.p.	2.775
	- 25 b.p.	6.820
	- 50 b.p.	13.250
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.774)
	+ 25 b.p.	(1.478)
	+ 10 b.p.	(1.183)
	- 10 b.p.	1.774
	- 25 b.p.	1.478
	- 50 b.p.	1.183

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente das controladas reguladas pela ANS, estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	2.257.576	1.690.933
Despesas diferidas	(1.074.721)	(700.089)
Intangível	(80.157)	(68.221)
Despesas antecipadas	(1.389)	(1.666)
Patrimônio líquido ajustado	**1.101.309**	**920.957**
Capital base (I)	398	3.398
Capital baseado em risco (II)	1.066.481	850.367
Capital regulatório (I + II)	**1.066.879**	**853.765**
Suficiência de capital	**34.430**	**67.192**

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Depósitos bancários	19	60	37.618	37.448
Equivalentes de caixa (*)	–	–	363.050	262.179
	19	**60**	**400.668**	**299.627**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Letras do Financeiras do Nacional (LFTs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR) - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
LTNs	840.671	–
LFTs	109.131	727.717
Cotas de fundos de investimentos	11.529	938
Debêntures - privadas	89	630
Letras financeiras - privadas	48	113
CDBs	–	13
Total - circulante	**961.468**	**729.411**

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

			Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	961.331	137	961.468	729.411
Total - circulante	**961.331**	**137**	**961.468**	**729.411**

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTNs - B	561.875	451.274
LTNs	352.070	223.047
Debêntures	2	–
Total	**913.947**	**674.321**
Circulante	258.637	–
Não circulante	655.310	674.321

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 889.849 (R$ 637.170 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDADO - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.403.732**	**918.880**
Aplicações	4.207.378	2.764.097
Rendimentos	261.426	132.964
Resgates	(3.997.121)	(2.412.209)
Saldo final	**1.875.415**	**1.403.732**
Circulante	1.220.105	729.411
Não circulante	655.310	674.321

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTNs	13,13	12,81
NTNs - B - IPCA +	6,18	5,94
Debêntures (DI+)	1,77	1,92
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,06	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prestação de serviços médicos	19.803	18.531
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(2.043)	(1.999)
	17.760	**16.532**

10.1 RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prestação de serviços médicos	Redução ao valor recuperável	Prestação de serviços médicos - líquido	Prestação de serviços médicos	Redução ao valor recuperável	Prestação de serviços médicos - líquido
A vencer	14.741	–	14.741	13.367	–	13.367
De 1 a 30	2.434	–	2.434	2.328	–	2.328
De 31 a 60	331	–	331	664	–	664
De 61 a 90	211	–	211	246	(137)	109
De 91 a 120	126	(106)	20	147	(83)	64
De 121 a 180	650	(637)	13	476	(476)	–
De 181 a 365	1.310	(1.300)	10	1.303	(1.303)	–
	19.803	**(2.043)**	**17.760**	**18.531**	**(1.999)**	**16.532**

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**15.255**	**18.126**
Constituição	–	5.580
Apropriação para despesa	(5.054)	(8.451)
Saldo final	**10.201**	**15.255**
Circulante	5.074	4.996
Não circulante	5.127	10.259

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	80.904	2.334
CSLL	46.943	795
INSS a recuperar	7.584	4.829
PIS e COFINS	3.748	4.709
Outros	4.687	457
	143.866	**13.124**

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	69.756	18.835
ISS	15.944	11.605
IRRF	56.048	6.357
INSS e FGTS	16.913	9.100
IRPJ	780	13.108
CSLL	346	6.943
Outros	6.750	2.225
	166.537	**68.173**

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.668	24.994	(25.789)	1.873
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	91.326	9.999	(75.558)	25.767
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	50.685	26.861	(9.523)	68.023
Provisão de participação de lucros	1.646	64.795	(27.453)	38.988
cíveis e trabalhistas	9.942	12.036	(8.947)	13.031
Provisão para riscos de créditos	6.208	21.615	(14.311)	13.512
IR e CS sobre IFRS 17	10.591	–	–	10.591
Lei do Bem	–	8.352	(8.352)	–
Outras provisões	4.013	10.126	(6.631)	7.508
	177.079	**178.778**	**(176.564)**	**179.293**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(19.165)			(25.711)
	157.914			**153.582**

(i) O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	126.948	34.463	4.230	436	391	325	289	12.211	**179.293**

12.3.3 PASSIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	20.273	12.040	(5.126)	27.187
IR e CS sobre combinação de negócios	56	–	(56)	–
IR e CS sobre o IFRS 17	(1.984)	354	(870)	(2.500)
Outros	820	257	(53)	1.024
	19.165	**12.651**	**(6.105)**	**25.711**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(19.165)			(25.711)
	–			**–**

(i) O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	666.306	353.417
Alíquota vigente	34 %	34 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(226.544)**	**(120.162)**
Equivalência patrimonial	235.626	122.714
Juros sobre capital próprio	7.079	–
Outros	(16.161)	(2.552)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**226.544**	**120.162**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**–**	**–**
Taxa efetiva (D/-A)	**- %**	**- %**

	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	932.825	583.402
Alíquota vigente	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(373.130)**	**(233.361)**
Juros sobre capital próprio	120.500	–
Doações/incentivos	12.357	9.534
Depósitos judiciais	4.789	3.847
Inovação tecnológica	1.954	2.692
Participação nos lucros - administradores	(15.683)	(7.951)
Outros	(17.306)	(4.746)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**106.611**	**3.376**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(266.519)**	**(229.985)**
Taxa efetiva (D/-A)	**28,6 %**	**39,4 %**

13. OUTROS ATIVOS

	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Adiantamentos e outros créditos (i)	153.268	85.563
Contas a receber - Fundação Itaú (ii)	39.526	37.192
Contas a receber - Financeiro	25.985	1.675
Partes relacionadas	16.792	–
Apropriação de despesas	790	1.656
	236.361	**126.086**
Circulante	235.023	125.470
Não circulante	1.338	616

(i) Refere-se substancialmente a coparticipação saúde e sinistros a liquidar.

(ii) Refere-se ao montante a receber da Fundação Itaú decorrente das liquidações de sinistros realizadas pela Porto Saúde.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	181.683	222.542
IRPJ e CSLL	54.154	1.152
Outros	9.121	3.646
	244.958	**227.340**

15. INVESTIMENTOS

As investidas indiretas, Porto Saúde e Portomed foram contabilizadas individualmente conforme as exigências regulatórias específicas da ANS. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nas informações trimestrais foram preparados de acordo com os padrões internacionais, especificamente a IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Aumento/ redução de capital	Dividendos	Remuneração em ações	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Saúde Operações	**1.673.674**	673.717	117.950	(222.653)	3.488	(3.623)	**2.242.553**
Porto Saúde Serviços (i)	**81.154**	19.302	15.432	(17.293)	974	(464)	**99.105**
	1.754.828	**693.019**	**133.382**	**(239.946)**	**4.462**	**(4.087)**	**2.341.658**

(i) Aumento de capital referente ao acervo recebido decorrente da reorganização societária do Grupo Porto, vide detalhes na NE 1.1.

15.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2025 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período
Porto Saúde	4.435.652	2.218.125	8.497.565	706.530
Portomed	32.812	13.112	32.523	(3.258)
Porto Odonto	504	–	46	(29)
Porto Saúde Operações (ii)	2.271.972	29.419	13	(29.526)
Serviços Médicos (ii)	57.072	10.038	73.394	8.720
Porto Saúde Serviços (ii)	99.105	–	61	7.217
Porto Seguro Saúde Ocupacional	29.818	11.208	74.394	3.365
	6.926.935	**2.281.902**	**8.677.996**	**693.019**

	Dezembro de 2024 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período
Porto Saúde	3.360.844	1.696.685	6.535.634	341.435
Porto Saúde Operações (ii)	1.754.613	80.940	–	(74)
Serviços Médicos (ii)	92.175	7.943	72.466	11.339
Porto Saúde Serviços (ii)	84.291	3.138	–	(1)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	36.392	8.133	65.461	1.874
Portomed	8.320	1.294	2.094	(584)
Porto Odonto	533	–	67	(287)
	5.337.168	**1.798.133**	**6.675.722**	**353.702**

(i) Considera-se as receitas operacionais e financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

15.3 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

	Dezembro de 2024	Reorganização societária	Equivalência patrimonial	Dezembro de 2025
Oncoclínicas	–	27.405	7.926	**35.331**
	–	27.405	7.926	**35.331**

Corresponde a participação minoritária de 40,0% na Onkos Oncologia, em linha a reorganização societária do Grupo Porto, vide detalhes na nota 1.1.

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações	2,0	464.352	(35.337)	429.015	450.928	(26.701)	424.227
Terrenos	–	99.184	–	99.184	90.903	–	90.903
Veículos	20,0 a 25,0	370	(259)	111	370	(185)	185
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	5	(4)	1	5	(4)	1
Equipamentos	10,0 a 14,3	–	–	–	49	(49)	–
		563.911	**(35.600)**	**528.311**	**542.255**	**(26.939)**	**515.316**

16.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações Aquisição	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	**424.227**	16.306	(2.534)	(8.984)	**429.015**
Terrenos	**90.903**	9.131	(850)	–	**99.184**
Veículos	**185**	–	–	(74)	**111**
Móveis, máquinas e utensílios	**1**	–	–	–	**1**
	515.316	**25.437**	**(3.384)**	**(9.058)**	**528.311**

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 20,0	135.299	(55.142)	**80.157**	118.934	(50.713)	**68.221**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.980	–	**23.980**	23.980	–	**23.980**
		159.279	**(55.142)**	**104.137**	**142.914**	**(50.713)**	**92.201**

17.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações Aquisições	Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	**68.221**	16.365	(4.429)	**80.157**
Ágio na aquisição de investimentos	**23.980**	–	–	**23.980**
	92.201	**16.365**	**(4.429)**	**104.137**

17.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

UGCs	Dezembro de 2025 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Dezembro de 2024 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Porto Seguro Saúde Ocupacional	11,72%	3,50%	11,75%	3,50%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

18. CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contratos de seguro		**PAA**
Saldo líquido de contratos de seguro	**710.674**	**609.483**
Ativos de contratos de seguro	699.169	450.230
Passivos de contratos de seguro	1.409.842	1.059.713

a) CONTRATOS DE SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por cobertura remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por sinistros incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18b)	Dezembro de 2025 Total
Saldo inicial no exercício	**77.006**	**1.066.669**	**47.073**	**(581.265)**	**609.483**
Receita de seguro	**(8.202.759)**	**–**	**–**	**–**	**(8.202.759)**
Despesas de serviço de seguro	**588.943**	**6.304.401**	**8.013**	**–**	**6.901.357**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	33.822	6.304.401	(264.770)	–	6.073.453
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	555.121	–	–	–	555.121
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	272.783	–	272.783
Resultado do serviço de seguro	**(7.613.816)**	**6.304.401**	**8.013**	**–**	**(1.301.402)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	–	(13.737)	6.617	–	(7.120)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(7.613.816)**	**6.290.664**	**14.630**	**–**	**(1.308.522)**
Prêmios recebidos	8.242.017	–	–	–	8.242.017
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	(5.931.519)	–	–	(5.931.519)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(411.598)	–	–	(489.188)	(900.786)
Fluxos de caixa totais	**7.830.419**	**(5.931.519)**	**–**	**(489.188)**	**1.409.712**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(201.907)	–	–	201.907	–
Saldo final no exercício	**91.702**	**1.425.814**	**61.703**	**(868.546)**	**710.673**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por Cobertura Remanescente: Excluindo componente de perda	Passivos por Sinistros Incorridos: Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Passivos por Sinistros Incorridos: Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18b)	Dezembro de 2024: Total
Saldo inicial no exercício	**67.874**	**740.164**	**33.331**	**(402.138)**	**439.231**
Receita de seguro	**(6.398.196)**	**–**	**–**	**–**	**(6.398.196)**
Despesas de serviço de seguro	**496.575**	**4.979.309**	**10.079**	**–**	**5.485.963**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	4.896	4.979.309	(184.281)	–	4.799.924
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	491.679	–	–	–	491.679
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	194.360	–	194.360
Resultado do serviço de seguro	**(5.901.621)**	**4.979.309**	**10.079**	**–**	**(912.233)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	–	(8.650)	3.663	–	(4.987)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(5.901.621)**	**4.970.659**	**13.742**	**–**	**(917.220)**
Prêmios recebidos	6.438.818	–	–	–	6.438.818
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(91)	(4.644.154)	–	–	(4.644.245)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(256.517)	–	–	(450.584)	(707.101)
Fluxos de caixa totais	**6.182.210**	**(4.644.154)**	**–**	**(450.584)**	**1.087.472**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(271.457)	–	–	271.457	–
Saldo final no exercício	**77.006**	**1.066.669**	**47.073**	**(581.265)**	**609.483**

b) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2025	337.375	531.171	**868.546**
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024	130.681	450.584	**581.265**

c) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento posteriores das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Montante de sinistros avisados até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Dezembro 2024	Dezembro 2025	Total de sinistros avisados
Até a data-base	770	843	978	1.122	1.127	1.596	2.270	2.992	4.263	6.131	6.131
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.240	1.269	1.809	2.546	3.423	4.799	–	4.799
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.558	3.425	–	–	3.425
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	2.558
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	1.816
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	1.270
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	1.241
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	1.076
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	958
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	865
Movimentações	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.425	4.799	6.131	24.139

Montante de sinistros pagos até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total de sinistros pagos
Até a data-base	716	779	905	1.030	1.022	1.439	2.058	2.645	3.798	4.701	4.701
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.239	1.267	1.808	2.545	3.410	4.778	–	4.778
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.557	3.421	–	–	3.421
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	2.558
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	1.816
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	1.270
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	1.241
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	1.076
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	958
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	865
Pagamentos	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.421	4.778	4.701	22.684
Passivo em 31 de dezembro de 2025	–	–	–	–	–	–	–	4	21	1.430	1.455
Demais estimativas											8
Efeito do desconto											(37)
Ajuste ao risco											62
Passivo total											1.488

19. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	231.297	223.329
Cíveis	30.840	23.699
Trabalhistas	1.875	1.286
	264.012	**248.314**
Depósitos judiciais (*)	(237.433)	(220.973)
Provisão líquida	**26.579**	**27.341**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	200.534	190.276
PIS	29.506	28.027
Outros	1.257	5.026
	231.297	**223.329**

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda da parcela relativa à prêmio, bem como levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) COFINS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda da parcela relativa à prêmio, bem como levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela sociedade Porto Saúde.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 22 meses.

19.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**223.329**	**1.286**	**23.699**	**248.314**
Constituições	1.684	412	28.082	30.178
Êxito/reversões	(5.087)	(360)	(8.255)	(13.702)
Mudança de Estimativa	–	978	1.967	2.945
Pagamentos	–	(510)	(14.198)	(14.708)
Atualização monetária	11.371	69	(455)	10.985
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**231.297**	**1.875**	**30.840**	**264.012**
(–) Depósitos judiciais (*)	(235.836)	(92)	(1.505)	(237.433)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025	**(4.539)**	**1.783**	**29.335**	**26.579**
Quantidade de processos	9	18	2.507	2.534

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	47.341	36.398
Cíveis	19.299	9.033
Trabalhistas	182	161
	66.822	**45.592**

(a) PROCESSOS FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 41.815 (R$ 27.225 de possível impacto no lucro líquido).

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora: Dezembro de 2025	Controladora: Dezembro de 2024	Consolidado: Dezembro de 2025	Consolidado: Dezembro de 2024
Participações nos lucros	–	–	106.709	40.206
Débitos a pagar	–	–	94.744	–
Transações com partes relacionadas (i)	–	284	25.364	18.101
Encargos trabalhistas	–	–	14.476	13.189
Depósitos de terceiros	–	–	5.185	10.315
Benefícios pós-emprego (ii)	–	–	9.417	6.420
Outros	–	–	11.468	14.289
	–	**284**	**267.363**	**102.520**
Circulante	–	284	252.574	92.531
Não circulante	–	–	14.789	9.989

(i) Vide nota explicativa nº 30.

(ii) Vide nota explicativa nº 31.2.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito era de R$ 1.755.814, sendo R$ 1.750.814 integralizados e R$ 5.000 a integralizar (R$ 1.409.557 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.450.056.509 ações (1.246.832.885 ações em 31 de dezembro de 2024) ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas no exercício foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de junho de 2025	81.000	50.678.466
31 de julho de 2025	5.000	3.118.240
29 de agosto de 2025	18.500	11.145.817
30 de setembro de 2025	4.000	2.360.983
30 de setembro de 2025 (i)	44.796	26.440.752
31 de outubro de 2025	1.000	581.430
19 de novembro de 2025	350	198.444
28 de novembro de 2025	900	510.285
31 de dezembro de 2025 (ii)	190.711	108.189.207
Total	**346.257**	**203.223.624**

(i) Aumento de capital realizado para aporte das ações emitidas na Porto Saúde Serviços, em decorrência da cisão ocorrida entre as empresas do Grupo Porto, vide detalhes na nota 1.1.

(ii) Origem do aumento de capital:

JCP*	179.711
Caixa	6.000
A integralizar	5.000
	190.711

(*) Para o montante integralizado via JCP, vide nota explicativa nº 21 (c).

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 55.425 (R$ 22.110 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 516.394 (R$ 304.036 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleias, a distribuição de dividendos e todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (reserva estatutária)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025	28.971
10 de outubro de 2025	12.591
Total	**41.562**
JCP (reserva estatutária)	**Valor Aprovado**
28 de dezembro de 2025	149.883
JCP (lucro do exercício 2025)	**Valor Aprovado**
29 de dezembro de 2025	149.824
Dividendos (lucro do exercício 2025)	**Valor Aprovado**
28 de novembro de 2025	50.000
29 de dezembro de 2025	29.364
Total	**79.364**

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**666.306**	**353.417**
(–) Reserva legal -5%	(33.315)	(17.671)
Lucro básico para determinação de dividendo	**632.991**	**335.746**
Dividendos mínimos obrigatórios -25%	**158.248**	**83.937**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	127.350	–
Dividendos distribuídos (b)	79.364	–
Total de dividendos e JCP distribuídos (a) + (b)	**206.714**	**83.937**
Total por ação (R$)	**0,1609**	**0,0752**
Quantidade de ações	1.284.543	1.116.527

(*) Valores líquidos de impostos.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Embora a Companhia não possua atualmente plano de remuneração em ações de sua própria emissão, os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas são elegíveis ao plano de remuneração em ações ("Plano") aprovado no âmbito da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), que é a controladora da Companhia. O Plano estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações de emissão da PSSA a administradores e empregados da Porto e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento das empresas do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data de atribuição aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**16.593**	**10.640**
Diferimento do período	21.393	15.014
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(16.931)	(9.061)
Saldo final	**21.055**	**16.593**
Valor de mercado médio ponderado	**40,71**	**33,09**

	Quantidade: Dezembro de 2025	Quantidade: Dezembro de 2024
Saldo inicial	**523**	**453**
Diferimento do período	429	415
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(485)	(345)
Saldo final	**467**	**523**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

Resultado dos contratos de seguro - PAA	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Alocação de prêmio	8.202.759	6.398.196
Receita de seguro	**8.202.759**	**6.398.196**
Despesas com seguro	**(6.346.236)**	**(4.994.284)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(6.073.453)	(4.799.924)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(272.783)	(194.360)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(555.121)**	**(491.679)**
Despesas de aquisição	(555.121)	(491.679)
Despesas totais de serviço de seguro	**(6.901.357)**	**(5.485.963)**
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	**1.301.402**	**912.233**

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receita de serviços	154.408	144.767
PIS/COFINS	(7.406)	(6.989)
ISS	(4.173)	(3.811)
	142.829	**133.967**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal e benefícios pós-emprego	(196.050)	(155.135)
Despesas recuperadas (i)	(179.052)	(143.044)
Participação nos lucros	(105.227)	(56.552)
Serviços de terceiros	(86.823)	(72.181)
Localização e funcionamento	(29.162)	(25.498)
Donativos e contribuições	(13.445)	(7.259)
Publicidade	(267)	(252)
Outras	(7.764)	(6.099)
	(617.790)	**(466.020)**

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

25. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(125.375)	(60.965)
PIS	(22.817)	(9.921)
ISS	(625)	(19)
Outros	(410)	(1.530)
	(149.227)	**(72.435)**

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Serviços de terceiros	(23.372)	(21.113)
Salários e encargos	(21.081)	(16.057)
Outros	(8.580)	(7.918)
	(53.033)	**(45.088)**

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(60.851)	(7.713)
Encargos sociais de operações com seguros	(30.752)	(63.255)
Provisão para contingências	(7.697)	(6.933)
Provisão para devedores duvidosos (i)	7.578	(7.263)
Outras	(47)	(1.353)
	(91.769)	**(86.517)**

(i) Refere-se, principalmente, à reversão de provisão para devedores duvidosos decorrente do cancelamento de faturas antigas.

28. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Apropriação e ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	261.977	133.907
Atualização monetária e juros	21.035	–
Descontos obtidos	15.416	–
Receitas de contrato de seguros emitidos	11.618	–
Outras	19.727	17.172
	329.773	**151.079**

29. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas com atualização monetária e juros	(11.867)	(943)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	(551)	(89)
Despesas com contratos de seguros emitidos	(1)	(2.096)
Outras	(13.763)	(15.253)
	(26.182)	**(18.381)**

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Serviços do seguro saúde e serviços de apoio a gestão de saúde prestados pela ligada Porto Saúde, Portomed e Porto Seguro Saúde Ocupacional;

(ii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;

(iii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas; e

(v) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A..

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Serviços e Comércio	16.687	–	–	–
Porto Cia	105	–	25.364	17.379
Porto Seguro S.A.	–	–	–	722
	16.792	**–**	**25.364**	**18.101**

	Receitas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	161.745	150.007
Porto Atendimento	39.689	34.928
Crediporto	10.773	691
CDF S.A. (ii)	8.740	2.046
Portoseg	7.790	5.792
Porto Serviço	5.060	–
Azul Seguros	3.960	2.510
Porto Consórcio	2.422	10.239
Renova	1.083	320
Porto Seguro Gestora de Recursos	873	281
Porto Vida e Previdência	771	966
Porto Asset Management	745	1.176
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	737	1.088
Itaú Auto e Residência	659	690
Porto Assistência Participações (ii)	541	160
Portopar	370	287
Porto Serviços e Comércio	313	228
Porto Capitalização	65	58
CDF Ltda. (ii)	–	2.438
Porto Assistência (ii)	–	588
Renova Peças Novas	–	528
	246.336	**215.021**

	Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladora		
Porto Saúde Participações	–	(284)
Controladas diretas e indiretas		
Porto Cia	(234.622)	(187.862)
Porto Atendimento	(31.637)	(23.687)
Porto S.A.	(4.304)	(11.923)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(2.570)	(595)
Azul Seguros	(1)	–
Porto Asset Management	–	(338)
	(273.134)	**(224.689)**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A..

(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg no valor de R$ 49.205.

30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos a diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(40.431)	(25.713)
Honorários e encargos	(6.276)	(6.711)
	(46.707)	**(32.424)**

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

31.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 422 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 2.206 em 31 de dezembro de 2025.

31.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	6.421	7.124
Custo dos benefícios	371	430
Custo de juros	937	718
Benefícios pagos	(546)	(1.411)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.884	(1.207)
Outros	350	766
Saldo final do passivo	**9.417**	**6.420**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação média (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

32. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	666.306	353.417
Média ponderada do número de ações durante o período	1.284.543	1.116.527
Resultado por ação básico e diluído	0,5187	0,3165

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

CELSO DAMADI
Conselheiro

SAMI FOGUEL
Conselheiro

BRUNO LEMOS FERRARI
Conselheiro

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor Executivo de Relações com Investidores

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Saúde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Saúde Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensuradas sob o *Premium Allocation Approach* (PAA)

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 3.1 e 18, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativos e passivos de contratos de seguros no montante no montante de, respectivamente, R$ 699.169 mil e R$ 1.409.842 mil. Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esse montante inclui tanto o passivo por sinistros incorridos (LIC), que reflete estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro, quanto o passivo de cobertura remanescente (LRC). O montante do passivo de cobertura remanescente é composto pelo cálculo do método PAA, bem como pelo ativo para fluxo de caixa de aquisição de seguros.

O passivo por contratos de seguros inclui a estimativa dos sinistros ocorridos e não avisados - PEONA, sendo um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais que podem estar configuradas incorretamente, e para as quais dados de entrada imprecisos ou incompletos podem ser utilizados. As técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação.

Como parte do processo de determinação dos valores relativos a esses contratos de seguros, é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: classificação dos contratos, taxas de retenção, custo de aquisição e manutenção, sinistralidade esperada e glosas, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, entre outros. Em decorrência da subjetividade e alto grau de julgamento profissional da administração, classificamos os contratos de seguros como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros quanto da sua existência e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos ativos e passivos dos contratos de seguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos passivos por sinistros incorridos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos - Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R$ 2.341.658 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R$ 693.019 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia e (v) avaliação da

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422204772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:17:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidados ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

· Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

EY Shape the future with confidence

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – 8º andar – sala 2 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos a vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

No ano de 2025, as controladas da Companhia obtiveram resultados consistentes, com crescimento relevante de prêmios, número de beneficiários e lucro.

Esse crescimento está refletido no resultado da Companhia.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**13.495**	**82.895**
Caixa e equivalentes de caixa		32	88
Aplicações financeiras			
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	5.1.1	4.870	–
Avaliadas ao custo amortizado	5.2	3.926	–
Impostos e contribuições a recuperar		4.667	–
Títulos e créditos a receber		–	82.807
Não circulante		**2.258.477**	**1.671.718**
Realizável a longo prazo		20.747	–
Aplicações			
Avaliadas ao custo amortizado	5	20.747	–
Investimentos	6	2.237.730	1.671.718
Total do ativo		**2.271.972**	**1.754.613**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**29.417**	**80.940**
Obrigações a pagar		–	80.940
Impostos e contribuições a recolher		29.417	–
Patrimônio líquido	7	**2.242.555**	**1.673.673**
Capital social		1.608.875	1.357.851
Reservas de lucros		634.996	313.515
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.316)	2.307
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.271.972**	**1.754.613**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.117.281**	**48.046**	**(2.568)**	**–**	**1.162.759**
Aumento de capital	7 (a)	240.570	–	–	–	240.570
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	13.574	–	–	13.574
Ações alienadas		–	(7.729)	–	–	(7.729)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	625	–	625
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	4.250	–	4.250
Lucro líquido do exercício		–	–	–	340.491	340.491
Destinações:						
Reserva legal		–	17.025	–	(17.025)	–
Reservas estatutárias		–	242.599	–	(242.599)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(80.867)	(80.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.357.851**	**313.515**	**2.307**	**–**	**1.673.673**
Juros sobre capital próprio - exercícios anteriores	**7 (c)**	–	(136.746)	–	–	(136.746)
Dividendos - exercícios anteriores	**7 (c)**	–	(26.840)	–	–	(26.840)
Aumento de capital	**7 (a)**	251.024	–	–	–	251.024
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	18.834	–	–	18.834
Ações alienadas		–	(15.346)	–	–	(15.346)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(921)	–	(921)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	(2.702)	–	(2.702)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	673.719	673.719
Destinações:						
Reserva legal	**7 (b) (i)**	–	33.686	–	(33.686)	–
Reservas estatutárias	**7 (b) (ii)**	–	447.893	–	(447.893)	–
Juros sobre capital próprio	**7 (c)**	–	–	–	(142.140)	(142.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	**7 (c)**	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.608.875**	**634.996**	**(1.316)**	**–**	**2.242.555**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas			
Equivalência patrimonial	6	703.246	340.565
Total das receitas		**703.246**	**340.565**
Despesas			
Despesas administrativas		(78)	(74)
Despesas com tributos		(28.719)	–
Total das despesas		**(28.797)**	**(74)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**674.449**	**340.491**
Receitas financeiras		13	–
Despesas financeiras		(1)	–
Lucro operacional		**674.461**	**340.491**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**674.461**	**340.491**
Imposto de renda e contribuição social		(742)	–
Lucro líquido do exercício		**673.719**	**340.491**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		673.719	340.491
Resultado por ação:			
- Básico e diluído	8	0,5183	0,3026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**673.719**	**340.491**
Outros resultados abrangentes	**(3.623)**	**4.875**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas	(2.702)	4.250
Ganhos e perdas atuariais em controladas	(1.396)	1.041
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais em controladas	475	(416)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**670.096**	**345.366**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	670.096	345.366

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	**(29.724)**	**–**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(29.527)**	**(74)**
Lucro líquido do exercício	673.719	340.491
Equivalência patrimonial	(703.246)	(340.565)
Variações nos ativos e passivos	**(197)**	**74**
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	(4.870)	–
Avaliadas ao custo amortizado	(24.673)	–
Impostos e contribuições a recuperar	(4.667)	–
Impostos e contribuições a recolher	29.417	–
Outro passivos	4.596	74
Caixa líquido atividades de investimento	**173.405**	**(240.490)**
Aumento de capital em controladas	(117.900)	(240.490)
Dividendos e JCP recebidos	291.305	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**(143.737)**	**240.570**
Aumento de capital	117.950	240.570
Dividendos e JCP pagos	(261.687)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(56)**	**80**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	88	8
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	32	88

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 13 de junho de 2022, localizada na Avenida Rio Branco, 1.475, Edifício Guaianases, 8º andar, sala 02, Campos Elíseos, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades correlatas ou complementares ao mercado de saúde. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de saúde, a Companhia é uma controlada direta da Porto Saúde Participações S.A., e indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Participação direta (%)	Dezembro de 2024 Participação direta (%)
Porto Saúde	Controlada	Integral	100,0	100,0
Portomed	Controlada	Integral	100,0	100,0
Porto Odonto	Controlada	Integral	100,0	100,0

(i) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro de saúde.
(ii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
(iii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de equivalência patrimonial, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

2.5 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

O detalhamento dos riscos associados à suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. APLICAÇÕES

5.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

5.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025
Fundos exclusivos	
Cotas de fundos de investimento	4.870
Total - circulante	**4.870**

5.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025
Fundos exclusivos	
LTN	17.796
NTN - B	6.877
Total	**24.673**
Circulante	3.926
Não Circulante	20.747

5.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025
Saldo inicial	**–**
Aplicações	29.530
Rendimentos	13
Saldo final	**29.543**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

5.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Dezembro de 2025
Fundos exclusivos	
LTN	13,42
NTNs B - IPCA	6,23

6. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Remuneração em ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Portomed	**7.027**	(3.258)	–	15.900	–	31	**19.700**
Porto Odonto	**533**	(29)	–	–	–	–	**504**
Porto Saúde	**1.664.158**	706.533	(254.999)	102.000	3.488	(3.654)	**2.217.526**
	1.671.718	**703.246**	**(254.999)**	**117.900**	**3.488**	**(3.623)**	**2.237.730**

6.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2025 Lucro líquido do exercício	Dezembro de 2024 Lucro líquido do exercício
Porto Saúde	4.435.652	2.218.125	8.497.565	706.533	341.436
Portomed	32.812	13.112	32.523	(3.258)	(584)
Porto Odonto	504	–	46	(29)	(287)
	4.468.968	**2.231.237**	**8.530.134**	**703.246**	**340.565**

(i) Incluem receitas operacionais e financeiras.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social era de R$ 1.613.875, sendo 1.608.875 integralizados e R$ 5.000 a integralizar, divididos em 1.426.279.201 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.357.851 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 1.266.558.931 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, ocorridas no exercício de 2025 foram as seguintes:

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:16:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – 8º andar – sala 2 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de junho de 2025	81.000	53.777.966
31 de julho de 2025	5.000	3.309.967
29 de agosto de 2025	20.000	12.780.730
30 de setembro de 2025	4.000	2.503.854
31 de outubro de 2025	1.000	616.177
19 de novembro de 2025	50	29.837
28 de novembro de 2025	900	537.065
29 de dezembro de 2025	139.074	86.164.674
Total	**251.024**	**159.720.270**

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 54.351 (R$ 20.665 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 563.938 (R$ 279.631 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**673.719**	**340.491**
(–) Reserva legal - 5%	(33.686)	(17.025)
Lucro básico para determinação do dividendo	**640.033**	**323.466**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**160.008**	**80.867**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	120.819	–
Dividendos distribuídos (b)	50.000	–
Total de dividendos e JCP distribuídos (a + b)	**170.819**	**80.867**
Total por ação	**0,1314**	**0,0719**
Quantidade de ações	1.299.863	1.125.146

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

8. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	673.719	340.491
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.299.863	1.125.146
Resultado por ação básico e diluído	0,5183	0,3026

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Produto

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

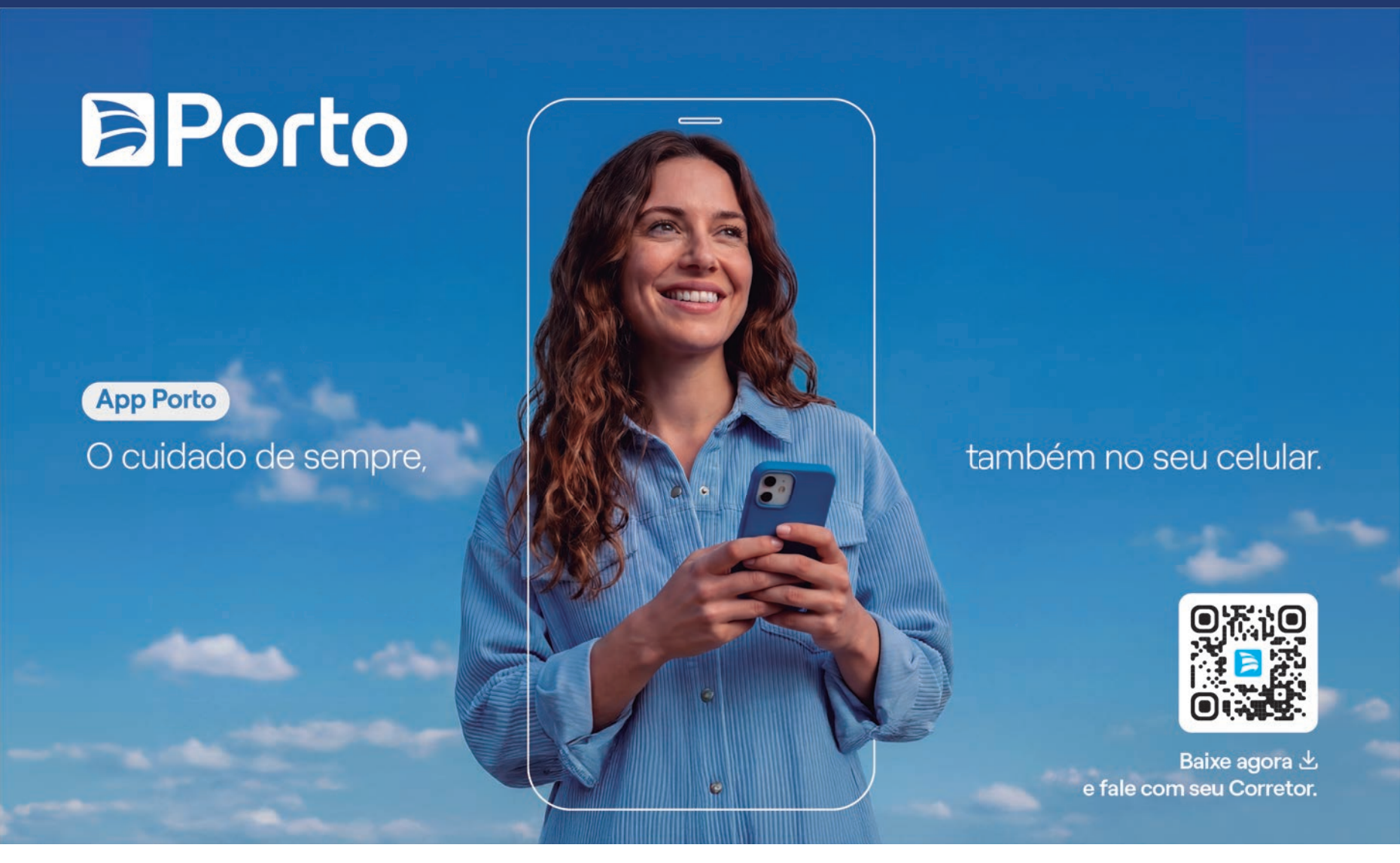
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O



DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com operações de assistência à saúde
Os prêmios da Operadora totalizaram em 2025 R$ 8.171,5 milhões, um aumento de R$ 1.772,6 milhões ou 27,7% em relação ao exercício anterior.
• Despesas administrativas
Em 2025, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 5,5%, um aumento de 0,06 ponto percentual em relação exercício anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2025 R$ 286,1 milhões, um aumento de R$ 156,7 milhões, ou 121,1% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.
• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2025 foi de 90,5%, uma diminuição de (1,78) ponto percentual em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de uma diminuição de (1,37) pontos percentuais no índice de sinistralidade.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2025 foi de 87,4%, uma diminuição de (3,02) ponto percentual em relação ao exercício anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.
• Resultado líquido e por ação
Em 2025, o resultado líquido totalizou, R$ 705,0 milhões, registrando um aumento de R$ 356,0 milhões ou 102,0% em relação ao exercício anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera
Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social
Metas:
- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade
Metas:
- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis
Meta:
- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor
Metas:
- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.
Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.
A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.
Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.
Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.
No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.
Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.
A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.
Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**2.365.904**	**1.408.472**
Disponível	7	392.097	293.798
Realizável		1.973.807	1.114.674
Aplicações financeiras	8	1.185.316	724.507
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.067.665	463.645
Aplicações livres		117.651	260.862
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		82.777	94.480
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	9.1	71.108	86.263
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		10.203	6.473
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.466	1.744
Despesas diferidas	10	360.359	166.570
Créditos tributários e previdenciários	12.1	126.711	2.270
Bens e títulos a receber	11	217.255	125.181
Despesas antecipadas		1.389	1.666
Não circulante		**2.322.232**	**2.138.024**
Realizável a longo prazo		1.713.764	1.554.488
Aplicações financeiras	8	602.240	633.184
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		602.240	633.184
Créditos tributários e previdenciários	12.1	162.354	160.795
Despesas diferidas	10	704.296	532.645
Depósitos judiciais e fiscais	13	243.538	227.279
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		1.336	585
Imobilizado	14	528.311	515.315
Imóveis de uso próprio		528.200	515.130
Imóveis - não hospitalares		528.200	515.130
Imobilizado de uso próprio		111	185
Imobilizado - hospitalares		111	185
Intangível	15	80.157	68.221
Total do ativo		**4.688.136**	**3.546.496**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**2.147.134**	**1.585.196**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	1.736.253	1.329.133
Provisão de prêmios/contraprestações		281.710	239.692
Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		278.564	236.504
Provisão para remissão		3.146	3.188
Provisão de eventos a liquidar para SUS		2.225	1.895
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		643.239	538.665
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		809.079	548.881
Débitos de operações de assistência à saúde		70.964	26.477
Prêmios a restituir		205	363
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		29.263	12.020
Comercialização sobre operações		41.496	14.094
Provisões		–	19.541
Provisão para IR e CSLL		–	19.541
Tributos e encargos sociais a recolher		103.785	47.055
Débitos diversos	17	236.132	162.990
Não circulante		**302.934**	**277.926**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	5.373	3.861
Provisão para remissão		5.373	3.568
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		–	293
Provisões		289.754	268.421
Provisões para tributos diferidos	12.2.3	27.910	20.967
Provisões para ações judiciais	18.1	261.844	247.454
Débitos diversos	17	7.807	5.644
Patrimônio líquido		**2.238.068**	**1.683.374**
Capital social	19 (a)	1.514.243	1.282.243
Reservas		725.050	401.435
Reservas de lucros	19 (b)	725.050	401.435
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.225)	(304)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.688.136**	**3.546.496**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**8.078.001**	**6.327.971**
Receitas com operações de assistência à saúde		8.171.450	6.398.825
Prêmios retidos	20	8.173.214	6.396.901
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.764)	1.924
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(93.449)	(70.854)
Sinistros retidos		**(6.130.975)**	**(4.889.691)**
Sinistros conhecidos ou avisados	21	(5.870.776)	(4.715.192)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(260.199)	(174.499)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**1.947.026**	**1.438.280**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**3.806**	**4.793**
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		**(138.777)**	**(94.393)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(112.563)	(81.757)
Provisão para perdas sobre créditos		(26.214)	(12.635)
Resultado bruto		**1.812.055**	**1.348.681**
Despesa de comercialização		**(598.967)**	**(514.371)**
Despesa administrativa	22	**(442.090)**	**(342.772)**
Resultado financeiro líquido	23	**286.054**	**129.379**
Receitas financeiras		320.686	155.592
Despesas financeiras		(34.632)	(26.213)
Resultado patrimonial		**5.728**	**7.979**
Receitas patrimoniais		5.728	7.979
Resultado antes dos impostos e participações		**1.062.780**	**628.896**
Imposto de renda	12.3	(140.923)	(138.840)
Contribuição social	12.3	(93.563)	(82.049)
Impostos diferidos	12.3	(24.300)	(7.347)
Participações sobre o lucro		(98.869)	(52.000)
Resultado líquido do exercício		**705.125**	**348.660**
Quantidade de ações	26	37.199	32.220
Resultado líquido por ação básico e diluído	26	18,9555	10,8212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.041.753**	**129.736**	**(928)**	**–**	**1.170.561**
Aumento de capital		240.490	–	–	–	240.490
Reconhecimento pagamento em ações		–	13.574	–	–	13.574
Ações alienadas		–	(7.728)	–	–	(7.728)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	624	–	624
Resultado líquido do exercício		–	–	–	348.660	348.660
Destinação do lucro:						
Reserva legal		–	17.433	–	(17.433)	–
Reservas estatutárias		–	248.420	–	(248.420)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(82.807)	(82.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.282.243**	**401.435**	**(304)**	**–**	**1.683.374**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	–	(25.000)	–	–	(25.000)
JCP intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	–	(166.987)	–	–	(166.987)
Aumento de capital	19 (a)	232.000	–	–	–	232.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	18.834	–	–	18.834
Ações alienadas		–	(15.346)	–	–	(15.346)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	(921)	–	(921)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	705.125	705.125
Destinação do lucro:						
Reserva legal	19 (b) (i)	–	35.256	–	(35.256)	–
Reservas estatutárias	19 (b) (ii)	–	476.858	–	(476.858)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (c)	–	–	–	(50.000)	(50.000)
JCP intercalares (3,84 por ação)	19 (c)	–	–	–	(143.011)	(143.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.514.243**	**725.050**	**(1.225)**	**–**	**2.238.068**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	**705.125**	**348.660**
Outros resultados abrangentes	**(921)**	**624**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	(1.535)	1.041
Efeitos tributários	614	(417)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**704.204**	**349.284**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de plano de saúde	8.302.103	6.546.216
(+) Resgates de aplicações financeiras	3.533.025	2.555.633
(–) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(5.701.131)	(4.590.709)
(–) Pagamentos de comissões	(889.116)	(709.006)
(–) Pagamentos de pessoal	(124.449)	(108.112)
(–) Pagamentos de serviços de terceiros	(82.403)	(66.407)
(–) Pagamentos de tributos	(769.184)	(491.169)
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(14)	(26)
(–) Aplicações financeiras	(3.805.680)	(2.927.122)
(–) Outros pagamentos operacionais	(233.308)	(422.168)
Caixa líquido das atividades operacionais	**229.843**	**(212.870)**
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de venda de ativo imobilizado - outros	9.231	–
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos	1.302.922	269.445
(–) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros	(16.432)	–
(–) Pagamentos relativos ao ativo intangível	(8.079)	(6.978)
(–) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(1.204.167)	(41.123)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**83.475**	**221.344**
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	102.000	240.490
(+/–) Recebimento/pagamentos das atividades de financiamento	(317.019)	20.769
Caixa líquido das atividades de financiamento	(215.019)	261.259
Variação de caixa e equivalente de caixa	98.299	269.733
Caixa - saldo inicial	**293.798**	**24.065**
Caixa - saldo final	**392.097**	**293.798**
Ativos livres no início do exercício	**554.660**	**95.090**
Ativos livres no final do exercício	**509.748**	**554.660**
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	**(44.912)**	**459.570**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, Torre B, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Operadora foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001.
A Operadora é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.
Inserida na vertical de saúde, a Operadora é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa da ANS nº 528/2022 e alterações posteriores, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.
Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia Operadora. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela ANS.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, contraprestações a receber de segurados, títulos e créditos a receber que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre contraprestações/prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVOS IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.5 CONTRATOS DE SEGUROS E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), salvo as provisões que seguem as regras básicas dispostas na Resolução Normativa nº 574/2023 da ANS, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nas contraprestações/prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de contraprestações/prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/2023. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos. O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Operadora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 75,6%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
(ii) da realização dos tributos diferidos;
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
(iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
(v) das provisões técnicas.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo contraprestações a receber. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dados os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 100,0% (100,0% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

(b) Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Operadora possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	429.762	12.087	327.845	33
Fluxo de 1 a 30 dias	834.220	170.263	638.674	295.554
Fluxo de 2 a 6 meses	21.492	1.322.144	18.883	891.499
Fluxo de 7 a 12 meses	262.418	108.106	12.474	26.434
Fluxo acima de 1 ano	1.552.804	92.569	1.713.646	18.712
	3.100.696	**1.705.169**	**2.711.522**	**1.232.232**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados	69,8%	28,9%
Inflação (IPCA/IGPM)	25,2%	26,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	5,0%	44,8%

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:16:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(49.534)
	+ 25 b.p.	(25.754)
	+10 b.p.	(10.552)
	- 10 b.p.	10.552
	- 25 b.p.	25.754
	- 50 b.p.	49.534
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(12.838)
	+ 25 b.p.	(6.607)
	+10 b.p.	(2.688)
	- 10 b.p.	2.688
	- 25 b.p.	6.607
	- 50 b.p.	12.838
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.747)
	+ 25 b.p.	(1.456)
	+ 10 b.p.	(1.165)
	- 10 b.p.	1.165
	- 25 b.p.	1.456
	- 50 b.p.	1.747

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(49.289)	(22.593)
Sinistros - aumento de 50,0%	(67.637)	(39.116)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios , Resolução Normativa ANS nº 569/22, e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	2.238.068	1.683.374
Despesas diferidas	(1.064.655)	(699.215)
Intangível	(80.157)	(68.221)
Despesas antecipadas	(1.389)	(1.666)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.091.867**	**914.272**
Capital base (I)	12.328	11.702
Capital baseado em risco (II) (*)	1.058.839	850.367
Capital regulatório (maior entre I e II)	**1.058.839**	**850.367**
Suficiência de capital (**)	**33.028**	**63.905**

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.

(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. DISPONÍVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	357.572	258.817
Depósitos bancários	34.525	34.981
	392.097	**293.798**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024	
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Total
Fundos exclusivos					
LFTs	107.444	–	107.444	724.507	724.507
LTNs	829.228	–	829.228	–	–
Cotas de fundos	1.752	–	1.752	–	–
Outros	–	129	129	–	–
Total - circulante	**938.424**	**129**	**938.553**	**724.507**	**724.507**
Aplicações financeiras em garantia			**820.949**		**463.645**
Aplicações financeiras livres			**117.604**		**260.862**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025 Nível 1	Dezembro de 2024 Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN-B	539.593	425.168
LTNs	309.408	208.016
Debêntures	2	–
Total	**849.003**	**633.184**
Circulante	**246.763**	**–**
Não circulante	**602.240**	**633.184**
Aplicações financeiras em garantia	**848.956**	**633.184**
Aplicações financeiras livres	**47**	**–**

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 825.846 (R$ 598.056 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**1.651.489**	**896.334**
Aplicações	4.107.169	2.930.439
Resgates	(3.834.969)	(2.303.738)
Rendimentos	255.964	128.454
Saldo final	**2.179.653**	**1.651.489**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como disponível.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

A Operadora possui saldo de aplicações financeiras classificados no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para garantia das provisões técnicas, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	2.968.144	2.041.656
Passivo circulante	2.147.134	1.585.196
Índice de liquidez corrente	1,38	1,29

(*) Total do ativo circulante, somando aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados no longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

9.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber	Provisão para perdas	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber	Provisão para perdas	Prêmios a receber - líquido
A vencer	31.391	(298)	31.093	45.176	(42)	45.134
Vencidos de 1 a 30 dias	42.454	(9.337)	33.117	32.223	(991)	31.232
Vencidos de 31 a 60 dias	12.637	(8.202)	4.435	6.374	(629)	5.745
Vencidos de 61 a 90 dias	9.639	(8.186)	1.453	2.460	(573)	1.887
Vencidos de 91 a 120 dias	8.796	(8.019)	777	2.159	(840)	1.319
Vencidos de 121 a 180 dias	8.524	(8.327)	197	2.422	(1.594)	828
Vencidos de 181 a 365 dias	1.450	(1.414)	36	2.860	(2.742)	118
	114.891	**(43.783)**	**71.108**	**93.674**	**(7.411)**	**86.263**

10. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**699.215**	**483.667**
Constituição	788.466	578.952
Apropriação para despesa	(423.026)	(363.404)
Saldo final	**1.064.655**	**699.215**
Circulante	360.359	166.570
Não circulante	704.296	532.645

O prazo médio de amortização é de 53 meses para saúde e 33 meses para odonto.

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Indenização de sinistros	132.714	41.112
Contas a receber - Fundação Itaú	39.525	37.191
Adiantamentos para despesas e outros créditos	37.036	44.196
Transações com partes relacionadas (*)	7.980	2.682
	217.255	**125.181**

(*) Vide nota explicativa nº 25.

12. TRIBUTOS

12.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos (*)	162.354	160.795
IRPJ	79.268	1.295
CSLL	46.328	22
Outros	1.115	953
	289.065	**163.065**
Circulante	126.711	2.270
Não circulante	162.354	160.795

(*) Vide nota explicativa nº 12.2.1.

12.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

12.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	50.673	26.392	(9.429)	67.636
Provisão de participação de lucros	326	58.267	(21.615)	36.978
Provisão para obrigações legais	91.326	8.882	(74.441)	25.767
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	9.650	11.805	(8.734)	12.721
Provisão para riscos de créditos	4.688	20.346	(12.890)	12.144
Lei do Bem	–	8.352	(8.352)	–
Outras provisões	4.132	9.282	(6.306)	7.108
	160.795	**143.326**	**(141.767)**	**162.354**

12.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em..	121.975	34.254	3.507	371	333	277	246	1.391	**162.354**

12.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	20.268	11.908	(5.122)	27.054
Outros	699	257	(100)	856
	20.967	**12.165**	**(5.222)**	**27.910**

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	963.911	576.896
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(385.564)**	**(230.758)**
Juros sobre capital próprio	123.999	–
Doações/incentivos	11.927	9.183
Depósitos judiciais	4.752	3.826
Inovação tecnológica	1.954	2.692
Participação nos lucros - administradores	(15.628)	(7.951)
Outros	(226)	(5.228)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**126.778**	**2.522**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(258.786)**	**(228.236)**
Taxa efetiva (D/-A)	**26,8%**	**39,6%**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (*)	205.074	194.515
PIS (*)	29.506	28.027
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	7.423	1.152
Sinistros	–	293
Outros	1.535	3.292
	243.538	**227.279**

(*) Vide nota explicativa nº 18.1(a).

14. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Dezembro de 2024 Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Edificações (*)	2%	464.353	(35.337)	429.016	450.928	(26.701)	424.227
Terrenos	–	99.184	–	99.184	90.903	–	90.903
Veículos	10%	370	(259)	111	370	(185)	185
		563.907	**(35.596)**	**528.311**	**542.201**	**(26.886)**	**515.315**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisições	Despesas de depreciação	Baixas/ vendas	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	424.227	16.307	(8.984)	(2.534)	429.016
Terrenos	90.903	9.131	–	(850)	99.184
Veículos	185	–	(74)	–	111
	515.315	**25.438**	**(9.058)**	**(3.384)**	**528.311**

15. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Dezembro de 2024 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,57 a 20,0	135.299	(55.142)	80.157	118.934	(50.713)	68.221
		135.299	**(55.142)**	**80.157**	**118.934**	**(50.713)**	**68.221**

15.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	68.221	16.365	(4.429)	80.157
	68.221	**16.365**	**(4.429)**	**80.157**

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas	Provisão para Remissão	Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar	Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo Inicial	**236.504**	**6.756**	**540.853**	**548.881**	**1.332.994**	**930.878**
Constituições decorrentes de prêmios/contraprestações	8.173.214	14.656	–	–	8.187.870	6.397.942
Amortização pela vigência decorrida	(8.131.154)	(12.893)	–	–	(8.144.047)	(6.331.065)
Aviso de sinistros/eventos	–	–	5.950.050	–	5.950.050	4.778.458
Atualização monetária e juros	–	–	1.070	–	1.070	583
Pagamento de sinistros/eventos	–	–	(5.846.509)	–	(5.846.509)	(4.618.402)
Constituições de provisões	–	–	–	471.492	471.492	300.044
Reversões de provisões	–	–	–	(211.294)	(211.294)	(125.544)
	278.564	**8.519**	**645.464**	**809.079**	**1.741.626**	**1.332.894**
Circulante					1.736.253	1.329.133
Não circulante					5.373	3.861

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2025, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6)

16.1 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

Bruto de resseguro Administrativo e Judicial - avisados										Dezembro
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Montante de sinistros avisados até a data-base	770	843	978	1.122	1.127	1.596	2.270	2.992	4.263	6.131
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.240	1.269	1.809	2.546	3.423	4.799	–
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.558	3.425	–	–
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–
										Total
Movimentações	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.425	4.799	6.131	24.139

Bruto de resseguro Administrativo e Judicial - pagos										Dezembro
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Montante de sinistros pagos até a data-base	716	779	905	1.030	1.022	1.439	2.058	2.645	3.798	4.700
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.239	1.267	1.808	2.545	3.410	4.779	–
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.557	3.421	–	–
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–
										Total
Pagamentos	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.421	4.779	4.700	22.684
Passivo em 31 de dezembro de 2025	–	–	–	–	–	–	–	4	20	1.431	1.455
										Provisão de sinistros	1.455

17. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros a pagar	102.795	37.909
Débitos a pagar	97.346	16.132
Transações com partes relacionadas (i)	24.385	16.031
Encargos trabalhistas	11.523	10.074
Benefícios pós emprego (ii)	7.807	5.643
Dividendos	–	82.807
Outros	83	38
	243.939	**168.634**
Circulante	236.132	162.990
Não circulante	7.807	5.644

(i) Vide nota explicativa nº 25.
(ii) Vide nota explicativa nº 24.2.

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

A Operadora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	230.040	223.329
Cíveis	30.807	23.650
Trabalhistas	997	475
	261.844	**247.454**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (i)	200.534	190.276
PIS (ii)	29.506	28.027
Outros (iii)	–	5.026
	230.040	**223.329**

(i) COFINS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário 609.096.

(ii) PIS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 609.096.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

18.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**223.329**	**475**	**23.650**	**247.454**
Constituições	1.684	168	28.033	29.885
Êxito/reversões	(6.344)	710	(6.255)	(11.889)
Pagamentos	–	(418)	(14.168)	(14.586)
Atualização monetária	11.371	62	(453)	10.980
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**230.040**	**997**	**30.807**	**261.844**
Quantidade de processos	7	9	2.502	2.518

18.2 POSSÍVEIS

A Operadora é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (i)	45.533	36.398
Cíveis	19.236	8.926
Trabalhistas	25	15
	64.794	**45.339**

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 41.592 (R$ 27.017 de possível impacto no lucro líquido).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.514.243, divididos em 40.457.054 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.282.243 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 36.287.351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas no exercício de 2025 foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de junho de 2025	81.000	1.547.449
31 de julho de 2025	5.000	95.248
29 de agosto de 2025	16.000	294.076
29 de dezembro de 2025 (i)	130.000	2.232.930
Total	**232.000**	**4.169.703**

(i) Aumento de capital realizado com integralização de JCP.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 98.958 (R$ 63.702 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS E OUTRAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 626.092 (R$ 337.733 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	705.125	348.660
(–) Reserva legal - 5%	(35.256)	(17.433)
Lucro básico para determinação do dividendo	**669.869**	**331.227**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**167.467**	**82.807**
JCP distribuído - líquido (*) (a)	121.559	–
Dividendos distribuídos (b)	50.000	–
Total de dividendos e JCP distribuídos (a) + (b)	**171.559**	**82.807**
Total por ação (R$)	**4,6119**	**2,5701**
Quantidade de ações	37.199	32.220

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

20. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saúde	7.931.883	6.197.348
Odonto	241.331	199.553
	8.173.214	**6.396.901**

21. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos / demais despesas	Procedimentos odontológicos	Dezembro de 2025
Rede contratada	(583.544)	(965.953)	(222.856)	(2.540.909)	(1.098.054)	(73.616)	(5.484.932)
Reembolso	(149.130)	(13.127)	(3.750)	(91.142)	(128.472)	(223)	(385.844)
	(732.674)	**(979.080)**	**(226.606)**	**(2.632.051)**	**(1.226.526)**	**(73.839)**	**(5.870.776)**

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos / demais despesas	Procedimentos odontológicos	Dezembro de 2024
Rede contratada	(470.449)	(756.007)	(148.698)	(1.988.086)	(854.640)	(64.549)	(4.282.429)
Reembolso	(159.717)	(20.973)	(3.253)	(91.186)	(157.455)	(179)	(432.763)
	(630.166)	**(776.980)**	**(151.951)**	**(2.079.272)**	**(1.012.095)**	**(64.728)**	**(4.715.192)**

21.1 SINISTROS - TIPO DE COBERTURA

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobertura assistencial com preço preestabelecido	5.773.894	4.629.715
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	90.087	77.243
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	4.911	6.257
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.884	1.977
	5.870.776	**4.715.192**

22. DESPESA ADMINISTRATIVA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal	(182.694)	(140.505)
Despesas compartilhadas (*)	(133.836)	(113.211)
Serviços de terceiros	(73.943)	(58.312)
Localização e funcionamento	(27.982)	(22.738)
Outros	(23.637)	(8.006)
	(442.090)	**(342.772)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do Grupo Porto, o detalhamento está demonstrado na NE 25.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros	255.966	129.398
Descontos obtidos	15.416	–
Variações monetárias dos depósitos judiciais	14.995	9.503
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	7.294	1.287
Outras	27.015	15.404
Total de receitas financeiras	**320.686**	**155.592**
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(11.523)	(9.582)
Indenizações por vacância - Fundo de Investimento	(9.498)	(12.642)
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(9.070)	(1.252)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(2)	(944)
Outras	(4.539)	(1.793)
Total de despesas financeiras	**(34.632)**	**(26.213)**
Resultado financeiro	**286.054**	**129.379**

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 386 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 2.092 em 31 de dezembro de 2025.

24.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	5.643	6.350
Custo dos benefícios	311	364
Custo de juros	808	641
Benefícios pagos	(488)	(1.315)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.409	(1.070)
Outros	124	673
Saldo final do passivo	**7.807**	**5.643**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Operadora e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Serviços de seguro saúde;
(ii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Gestora e Porto Asset Management;
(iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
(v) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Portomed	5.220	65	–	–
Serviços Médicos	2.639	2.473	330	–
Porto Seguro Saúde Ocupacional	121	144	–	–
Porto Cia	–	–	24.055	15.309
Porto Seguro S.A.	–	–	–	722
	7.980	**2.682**	**24.385**	**16.031**

Em dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg no valor de R$ 49.205.

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	151.074	146.516	(219.254)	(171.818)
Porto Atendimento	39.689	34.923	(25.983)	(17.885)
Serviços Médicos	27.581	24.322	–	–
Portomed	11.814	362	–	–
Crediporto	10.773	691	–	–
Portoseg	7.790	5.792	–	–
CDF S.A. (ii)	4.569	2.046	–	–
Azul Seguros	3.960	2.510	(1)	–
Porto Seguro Saúde Ocupacional	3.550	2.288	(2.550)	(1.754)
Porto Consórcio	2.422	10.239	–	–
Renova	1.084	320	–	–
Porto Serviço (ii)	1.065	–	–	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	873	281	(2.506)	(572)
Porto Vida e Previdência	771	966	–	–
Porto Asset Management	745	1.176	–	(325)
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (i)	737	1.088	–	–
Itaú Auto e Residência	659	690	–	–
Porto Assistência Participações (ii)	541	160	–	–
Portopar	370	287	–	–
Porto Serviços e Comércio	313	611	–	–
Porto Capitalização	65	58	–	–
Renova Peças Novas	–	528	–	–
Porto S.A.	–	–	(4.304)	(11.923)
Porto Assistência (ii)	–	588	–	–
CDF Ltda. (ii)	–	2.438	–	–
	270.445	**238.880**	**(254.598)**	**(204.277)**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A..
(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:13:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(39.987)	(25.713)
Honorários de diretoria e encargos	(6.276)	(6.711)
	(46.263)	**(32.424)**

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Operadora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Operadora não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado aos acionistas da Operadora	705.125	348.660
Média ponderada do número de ações durante o exercício	37.199	32.220
Resultado por ação básico e diluído	18,9555	10,8212

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Produto

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretora de Gente e Cultura

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas..

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:14:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PortoServiço

Consertos e manutenções

Notificação

Quebrou ou precisa instalar algo em casa?
20% OFF

Consertos

É pra quem precisa.
É pra **todo mundo.**

Baixe o app e fale com seu Corretor.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:11:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Serviço encerrou 2025 com uma receita de R$ 2,6 bilhões (+2,1% vs. 2024). Ao longo do ano, observou-se uma redução no volume de atendimentos derivados da Parceria Porto, reflexo de uma menor severidade e de mudanças no mix da operação de Seguros. Por outro lado, o segmento de produtos digitais consolidou um crescimento de 72,7% no faturamento anual, impulsionado por um portfólio de serviços mais amplo quando comparado aos benefícios tradicionais das apólices de seguro, pelo lançamento de novos combos de serviços e pela intensificação das campanhas de mídia no final do ano.

Em 2025, atingimos lucro líquido de R$ 220,6 milhões (+7,8% vs. 2024), EBITDA de R$ 414,2 milhões (+0,8% vs. 2024), margem EBITDA de 16,2% (-0,2 p.p. vs. 2024) e o ROAE de 23,8% (+1,4 p.p.). A incorporação das empresas Porto Assistência e CDF pela Porto Serviço gerou um benefício fiscal de R$ 30,0 milhões.

Mantemos o foco em estruturação e ampliação das parcerias e vendas de produtos digitais, buscando estender a prestação de serviços de reconhecida qualidade também a usuários que não somente os segurados da Companhia.

A Porto Serviço opera em três segmentos: Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e Produtos Digitais, contando com um amplo portfólio de serviços de mobilidade (como guincho, troca de pneus e outros) e para residências e empresas (como instalação e manutenção de eletrodomésticos e assistência de hidráulica e elétrica, dentre outros).

A Porto Serviço, através da Parceria Porto Seguro, oferta serviços para os clientes Porto, inclusos nas apólices de seguros. Enquanto a linha de Parcerias Estratégicas conta com serviços ofertados no modelo B2B2C, como por exemplo, assistência automotiva para clientes de montadoras, locadoras e seguradoras e serviços de instalação de eletrodomésticos, TVs e helpdesk para clientes de grandes varejistas do país, além de serviços para empresas de utilities, telecom e meio de pagamentos.

A Vertical tem ampliado a quantidade de parcerias estratégicas com clientes fora da Parceria Porto Seguro, com o objetivo de promover o aumento da diversificação dos ramos de atuação.

Já a linha de Produtos Digitais conta com serviços de assistência ofertados até para quem não é cliente Porto, no modelo B2C. Estamos intensificando as ações no segmento, visando expandir esta linha de negócio através de iniciativas com corretores e ofertas digitais em condomínios.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**725.336**	**17.071**	**757.146**	**640.752**
Caixa e equivalentes de caixa	8	41.324	2.226	41.361	36.557
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	19.497	1.540	19.626	11.292
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	44.539	–	44.643	–
Recebíveis de prestação de serviços	10	471.374	–	493.716	449.740
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	30.577	401	35.377	25.704
Custos de aquisição diferidos	12	43.117	–	43.117	36.832
Outros ativos	13	74.908	12.904	79.306	80.627
Não circulante		**959.003**	**1.069.121**	**953.657**	**1.017.967**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	–	53
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	235.388	34.859	235.935	257.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	48.340	–	48.666	42.621
Custos de aquisição diferidos	12	4.100	–	4.100	6.600
Depósitos judiciais		771	–	771	626
Outros ativos	13	23.110	–	23.110	47.447
Investimentos					
Participações em controladas	14	23.451	1.034.262	–	–
Imobilizado	15	2.129	–	2.906	4.540
Intangível	16	619.230	–	635.373	656.047
Ativo de direito de uso		2.484	–	2.796	2.690
Total do ativo		**1.684.339**	**1.086.192**	**1.710.803**	**1.658.719**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Circulante		**423.381**	**709**	**449.079**	**432.869**
Obrigações a pagar	17	219.141	594	222.798	226.589
Passivos financeiros	18	84	–	16.541	222
Impostos e contribuições a recolher	11.2	45.535	115	48.559	36.099
Dividendos		–	–	–	2.910
Receitas diferidas	19	85.797	–	85.797	76.733
Passivo de arrendamento		2.509	–	2.813	2.868
Outros passivos	20	70.315	–	72.571	87.448
Não circulante		**225.925**	**2.184**	**226.691**	**47.947**
Receitas diferidas	19	9.217	–	9.217	13.578
Provisões judiciais	21	24.412	–	24.637	25.500
Passivos financeiros	18	184.219	–	184.219	1.134
Outros passivos	20	8.077	2.184	8.618	7.735
Patrimônio líquido		**1.035.033**	**1.083.299**	**1.035.033**	**1.177.903**
Capital social	22 (a)	894.279	978.570	894.279	978.570
Reservas de capital		(548)	–	(548)	–
Reservas de lucros	22 (b)	141.987	104.895	141.987	104.895
Outros resultados abrangentes		(685)	(166)	(685)	(166)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	94.604
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**1.684.339**	**1.086.192**	**1.710.803**	**1.658.719**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		**978.570**	**–**	**–**	**10.396**	**(246)**	**–**	**988.720**	**82.553**	**1.071.273**
Dividendos intermediários - exercício anterior		–	–	–	(8.000)	–	–	**(8.000)**	–	**(8.000)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	–	–	4.199	–	–	**4.199**	–	**4.199**
Ações alienadas - controladas		–	–	–	(1.581)	–	–	**(1.581)**	–	**(1.581)**
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	–	–	80	–	**80**	–	**80**
Outros - controladas		–	–	–	(382)	–	–	**(382)**	–	**(382)**
Redução na participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	**–**	(33.886)	**(33.886)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	175.263	**175.263**	45.937	**221.200**
Destinações:										
Reserva legal		–	–	–	8.763	–	(8.763)	**–**	**–**	**–**
Reservas estatutárias		–	–	–	91.500	–	(91.500)	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares		–	–	–	–	–	(75.000)	(75.000)	–	(75.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		**978.570**	**–**	**–**	**104.895**	**(166)**	**–**	**1.083.299**	**94.604**	**1.177.903**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	22 (c)	–	–	–	(91.500)	–	–	**(91.500)**	–	**(91.500)**
Recompra de ações de própria emissão - controladas	22 (e)	–	(130.690)	–		–	–	**(130.690)**	–	**(130.690)**
Transações de capital	1.1.1	46.399	–	(20.411)	38.134	–	–	**64.122**	–	**64.122**
Redução de capital	22 (e)	(130.690)	130.690	19.863	–	–	–	**19.863**	–	**19.863**
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	22 (d)	–	–	–	11.488	–	–	**11.488**	–	**11.488**
Ações alienadas - controladas	22 (d)	–	–	–	(5.443)	–	–	**(5.443)**	–	**(5.443)**
Ganhos e perdas atuariais		–	–	–	–	(604)	–	**(604)**	–	**(604)**
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(37)	85	–	**48**	–	**48**
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	**–**	(94.604)	**(94.604)**
Lucro líquido do período		–	–	–	–	–	226.540	**226.540**	–	**226.540**
Destinações:										
Reserva legal		–	–	–	11.327	–	(11.327)	**–**	–	**–**
Reservas estatutárias		–	–	–	73.123	–	(73.123)	**–**	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios e complementares	22 (c)	–	–	–	–	–	(142.090)	**(142.090)**	–	**(142.090)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2025		**894.279**	**–**	**(548)**	**141.987**	**(685)**	**–**	**1.035.033**	**–**	**1.035.033**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Receitas					
Receita de prestação de serviços	23	397.017	–	2.312.941	2.265.091
Equivalência patrimonial	14	172.277	205.913	–	–
Total das receitas		**569.294**	**205.913**	**2.312.941**	**2.265.091**
Despesas					
Custos de aquisição	24	(33.658)	–	(208.272)	(239.119)
Despesa administrativa	25	(50.385)	(453)	(300.301)	(330.719)
Despesa com tributos		(49)	–	(201)	(692)
Custo dos serviços prestados	26	(236.118)	–	(1.395.760)	(1.268.294)
Outras despesas operacionais	27	(27.842)	(32.525)	(34.885)	(54.355)
Total das despesas		**(348.052)**	**(32.978)**	**(1.939.419)**	**(1.893.179)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**221.242**	**172.935**	**373.522**	**371.912**
Receita financeira	28	12.458	5.086	39.776	34.804
Despesa financeira	29	(9.835)	(1.828)	(32.602)	(38.871)
Lucro operacional		**223.865**	**176.193**	**380.696**	**367.845**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**223.865**	**176.193**	**380.696**	**367.845**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**2.675**	**(930)**	**(116.895)**	**(146.645)**
Corrente		(15.897)	(930)	(121.797)	(123.862)
Diferido		18.572	–	4.902	(22.783)
Lucro líquido do exercício		**226.540**	**175.263**	**263.801**	**221.200**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		226.540	175.263	226.540	175.263
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	37.261	45.937
Resultado por ação					
- Básico e diluído	32	0,2261	0,1791	0,2633	0,2260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2025	Controladora Dezembro de 2024	Consolidado Dezembro de 2025	Consolidado Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**226.540**	**175.263**	**263.801**	**221.200**
Outros resultados abrangentes	**(519)**	**80**	**(519)**	**80**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ganhos e perdas atuariais	(1.007)	133	(1.007)	133
Efeitos tributários	403	(53)	403	(53)
Ajustes de avaliação patrimonial	142	–	142	–
Efeitos tributários	(57)	–	(57)	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**226.021**	**175.343**	**263.282**	**221.280**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	226.021	175.343	226.021	175.343
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	37.261	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:12:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido das atividades operacionais	**788.923**	**(5.071)**	**109.824**	**219.721**
Caixa gerado nas operações	**110.966**	**1.875**	**328.070**	**333.755**
Lucro líquido do exercício	226.540	175.263	263.801	221.200
Equivalência patrimonial	(172.277)	(205.913)	–	–
Perda por redução ao valor recuperável	(191)	–	872	17.869
Depreciações e amortizações	32.482	32.525	58.415	85.978
Provisões judiciais	24.412	–	4.982	8.708
Variação nos ativos e passivos	**683.975**	**(4.798)**	**(35.963)**	**71.122**
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(17.957)	(1.540)	(8.281)	102.441
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	(245.068)	(34.859)	(23.235)	(201.613)
Recebíveis de prestação de serviços	(471.183)	–	(44.848)	(96.275)
Impostos e contribuições a recuperar	(30.176)	(401)	(9.673)	(9.588)
Custos de aquisição diferidos	(47.217)	–	(3.785)	(10.740)
Outros ativos	932.278	29.193	25.658	35.661
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.340)	–	(6.045)	22.500
Depósitos judiciais	(771)	–	(145)	103
Ativo de direito de uso	(2.484)	–	(106)	(704)
Obrigações a pagar	218.547	(1.770)	(3.791)	50.003
Passivos financeiros	184.303	1.828	6.637	17.895
Impostos e contribuições a recolher	51.438	435	99.970	87.701
Receitas diferidas	95.014	–	4.703	23.130
Passivo de arrendamento	2.509	–	(55)	708
Provisões judiciais	–	–	(5.845)	(1.997)
Outros passivos	63.082	2.316	(64.212)	51.897
Outros	**(6.018)**	**(2.148)**	**(182.283)**	**(185.156)**
Juros sobre capitação de recursos pagos	–	(1.828)	–	(67.044)
Outros resultados abrangentes	–	–	37.092	80
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(131.865)	(33.886)
Imposto de renda e contribuição pagos	(6.018)	(320)	(87.510)	(84.306)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(488.145)**	**107.468**	**(36.107)**	**(21.394)**
Dividendos recebidos	165.696	139.993	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.948)	–	(17.948)	(19.634)
Alienação/Incorporação de imobilizado e intangível	(635.893)	(32.525)	(18.159)	(1.760)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(261.680)**	**(100.171)**	**(68.913)**	**(218.933)**
Dividendos pagos	(261.680)	(85.671)	(261.680)	(85.671)
Captação de empréstimos e arrendamentos	–	–	196.206	167.000
Pagamento de empréstimos arrendamentos (exceto juros)	–	(14.500)	(3.439)	(300.262)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**39.098**	**2.226**	**4.804**	**(20.606)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.226	–	36.557	57.163
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	41.324	2.226	41.361	36.557

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	**438.505**	**–**	**2.561.723**	**2.491.820**
Receita de prestação de serviços	438.314	–	2.562.595	2.509.689
Perda por redução ao valor recuperável	191	–	(872)	(17.869)
Receita operacional	**438.505**	**–**	**2.561.723**	**2.491.820**
Insumos adquiridos de terceiros	**(286.271)**	**(453)**	**(1.725.438)**	**(1.637.248)**
Materiais, energia e outros	(2.207)	–	(131.636)	(177.366)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	(236.118)	–	(1.395.760)	(1.268.294)
Serviços de terceiros e comissões	(47.946)	(453)	(198.029)	(191.809)
(Perda)/recuperação de valores ativos	–	–	(12)	221
Valor adicionado bruto	**152.235**	**(453)**	**836.285**	**854.572**
Depreciação e amortização	**(32.482)**	**(32.525)**	**(58.415)**	**(85.978)**
Valor adicionado líquido produzido	**119.752**	**(32.978)**	**777.870**	**768.594**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**175.521**	**209.419**	**9.272**	**(2.298)**
Resultado financeiro	13.066	5.334	41.800	36.520
Equivalência patrimonial	172.277	205.913	–	–
Outras	(9.822)	(1.828)	(32.528)	(38.818)
Valor adicionado total a distribuir	**295.273**	**176.441**	**787.143**	**766.296**
Distribuição do valor adicionado	**295.273**	**176.441**	**787.143**	**766.296**
Pessoal	**25.782**	**–**	**135.495**	**136.005**
Remuneração direta	10.438	–	52.487	55.862
Benefícios	14.724	–	79.772	75.528
F.G.T.S	620	–	3.235	4.615
Impostos, taxas e contribuições	**42.838**	**1.178**	**387.474**	**408.599**
Federais	38.011	1.178	358.292	379.410
Estaduais	–	–	36	158
Municipais	4.827	–	29.145	29.031
Remuneração de capitais de terceiros	**113**	**–**	**374**	**492**
Juros	13	–	74	54
Aluguéis	100	–	300	438
Remuneração de capitais próprios	**226.540**	**175.263**	**263.801**	**221.200**
Lucros retidos do exercício	226.540	100.263	226.540	100.263
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	37.261	45.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, mas sem ações em circulação no mercado, sediada na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, conjuntos 501 a 516, Edifício West Tower, Torre 1, Barueri/SP. Tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades ou entidades; (ii) a compra e venda de participações societárias em entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior; e (iii) a prestação de serviços de assistências e outros serviços, de qualquer natureza, bem como atividades relacionadas, acessórias e/ou complementares a qualquer das atividades descritas em seu objeto social; (IV) entre outras.

A Porto Serviço S.A., constituída em 12 de julho de 2023, integra o Grupo Porto que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Financeira, Serviços e Outros Negócios. A Companhia está inserida na vertical Serviços. Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria "A".

A Companhia possui as seguintes participações:

			Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Classificação	Consolidação	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta
Porto Assistência Participações (i)	Controlada	Integral	–	–	81,6	–
Unigás	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
CDF (i)	Controlada	Integral	–	–	0,0	81,6

(i) Vide nota explicativa 1.1

As características da empresa está demonstradas abaixo:

1. Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

1.1.1 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA - INCORPORAÇÃO CONTROLADAS

Em 31 de outubro de 2025, conforme informado nos fatos relevantes de 09 de outubro de 2025 e de 31 de outubro de 2025, a Porto Serviço incorporou suas controladas CDF e Porto Assistência Participações. O objetivo foi simplificar a estrutura e integrar as atividades de assistência.

A operação resultou em um aumento de capital de R$ 46.399 para a Porto Serviço e na emissão de 140.531.050 de novas ações e em um impacto de R$ 17.723 em reservas (capital e lucros) decorrente da absorção da participação (18,4%) em que a Companhia não detinha o controle anterior à transação.

As novas ações emitidas pela Companhia foram atribuídas aos acionistas da Porto Assistência Participações em substituição às ações da Porto Assistência Participações, que foram extintas em decorrência dessa incorporação, observada a relação de substituição e demais regras previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação enviado à CVM em 09 de outubro de 2025. As novas ações emitidas pela Companhia foram integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas.

Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência Participações

Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	**38.830**	**Circulante**	**24.122**
Caixa e equivalentes de caixa	465	Obrigações a pagar	14.749
Aplicações financeiras		Impostos e contribuições a recolher	2.851
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	180	Receitas diferidas	4.902
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	1.026	Outros passivos	1.620
Recebíveis de prestação de serviços	33.791		
Impostos e contribuições a recuperar	3.235	**Não circulante**	**179.665**
Outros ativos	133	Passivos financeiros	179.160
		Outros passivos	505
Não circulante	**539.295**		
Realizável a longo prazo		**Patrimônio líquido**	**374.338**
Aplicações financeiras		Capital social	87.430
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	4.337	Reservas de capital	33.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888	Reservas de lucros	48.841
Outros ativos	28	Outros resultados abrangentes	(1.998)
Investimentos		Lucros acumulados	206.739
Participações em controladas	534.042		
Total do ativo	**578.125**	**Total do Passivo e patrimônio líquido**	**578.125**

CDF

Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	**579.760**	**Circulante**	**327.888**
Caixa e equivalentes de caixa	13.760	Obrigações a pagar	171.042
Aplicações financeiras		Passivos financeiros	84
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	10.189	Impostos e contribuições a recolher	43.514
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	57.446	Receitas diferidas	78.627
Recebíveis de prestação de serviços	373.763	Outros passivos	34.621
Impostos e contribuições a recuperar	25.889		
Custos de aquisição diferidos	40.958	**Não circulante**	**46.597**
Outros ativos	57.755	Receitas diferidas	8.785
		Provisões judiciais	30.628
Não circulante	**328.767**	Passivos financeiros	643
Realizável a longo prazo		Outros passivos	6.541
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	242.846	**Patrimônio líquido**	**534.042**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.624	Capital social	338.451
Custos de aquisição diferidos	4.221	Reservas de capital	8.601
Depósitos judiciais	7.858	Reservas de lucros	21.184
Outros ativos	18.836	Outros resultados abrangentes	(133)
Imobilizado	2.212	Lucros acumulados	165.939
Intangível	22.170		
		Total do Passivo e patrimônio líquido	**908.527**
Total do ativo	**908.527**		

Os saldos relacionados à participações em controladas e patrimônio líquido não foram incorporados em suas respectivas rubricas, uma vez que já estavam registrados pelo método de equivalência patrimonial na Porto Serviço.

Os saldos das empresas adquiridas foram integrados aos da controladora. Por esse motivo, algumas notas explicativas não apresentam base comparativa em relação ao exercício anterior.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas atuam em um único segmento operacional de prestação de serviços, com foco na prestação de serviços de assistência automotiva e residencial, bem como na prestação de serviços de suporte tecnológico.

Os serviços de assistência automotiva incluem a prestação de serviços de guincho/remoção, carga de bateria, chaveiro automotivo, carro reserva, troca de pneu, assistência passageiro, entre outros.

Os serviços de assistência residencial, por sua vez, incluem serviços emergenciais de reparo e manutenção domiciliar, como encanador, eletricista, chaveiro, telhadista, dentre outros. Além disso, também estão compreendidos como serviços de assistência residencial os serviços não emergenciais prestados na instalação de produtos eletroeletrônicos, como aparelhos de áudio e vídeo, instalação de produtos de linha branca, impermeabilização de estofados, instalação e assistência técnica relacionadas a sistemas de aquecimento a gás (principalmente em função da aquisição da Unigás), entre outros.

Por fim, os serviços de suporte tecnológico estão relacionados à manutenção, configuração, instalação e outros serviços de tecnologia da informação, em computadores, celulares, tablets, periféricos, equipamentos de comunicação e equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico. Os serviços englobam todo tipo de suporte relacionado a tecnologia para consumidores finais, incluindo tanto suporte com questões de "software" (por exemplo, dúvidas com programas de computador, aplicativos de celular, serviços na nuvem, etc.) como "hardware" (como computadores, notebooks, roteadores, smartphones, etc.).

2.6 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.

ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2026 - CBPS nºs 01 e 02/IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:14:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;

(ii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

(iii) da realização dos tributos diferidos; e

(iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 98,0% (95,8% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impared".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental – incluindo o uso excessivo de recursos naturais – e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade – reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à vertical de serviços. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (i)	35.861	2.014	35.861	14.868
Depósitos bancários	5.463	212	5.500	21.689
	41.324	**2.226**	**41.361**	**36.557**

(i) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos				
Cotas de fundos de investimentos	5.577	852	5.706	6.263
Debêntures - privadas	265	572	265	4.226
Letras financeiras - privadas	136	104	136	766
LFTs	13.519	–	13.519	–
CDBs	–	12	–	90
Total	**19.497**	**1.540**	**19.626**	**11.345**
Circulante	19.497	1.540	19.626	11.292
Não circulante	–	–	–	53

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2025 Total	Dezembro de 2024 Total
Fundos exclusivos	19.225	401	19.626	11.345
Total	**19.225**	**401**	**19.626**	**11.345**
Circulante			19.626	11.292
Não circulante			–	53

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos				
LTNs	201.903	12.830	202.372	94.720
NTNs - B	78.019	22.029	78.201	162.623
Debêntures	5	–	5	–
Total	**279.927**	**34.859**	**280.578**	**257.343**
Circulante	44.539	–	44.643	–
Não circulante	235.388	34.859	235.935	257.343

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 277.299 (R$ 244.811 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**36.399**	**–**	**268.688**	**169.515**
Incorporação	325.381	–	–	–
Aplicações	287.463	89.236	1.740.718	2.372.641
Resgates	(356.517)	(58.171)	(1.740.883)	(2.302.963)
Rendimentos	6.698	5.334	31.681	29.495
Saldo final	**299.424**	**36.399**	**300.204**	**268.688**

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTN	13,42	12,77
NTNs B - IPCA	6,23	5,76
Debêntures (DI+)	1,77	1,92

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Notas fiscais de prestação de serviço	408.695	409.033	356.554
Valores a receber de parceiros varejistas	109.529	109.529	118.629
	518.224	**540.904**	**484.842**
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(46.850)	(47.188)	(35.102)
	471.374	**493.716**	**449.740**

10.1 RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
A vencer	452.285	473.481	345.147
Vencidos de 1 a 30 dias	15.752	15.864	60.139
Vencidos de 31 a 60 dias	3.157	3.509	28.922
Vencidos de 61 a 90 dias	180	862	15.153
Vencidos de 91 a 120 dias	–	–	166
Vencidos 121 a 180 dias	–	–	70
Vencidos 181 a 365 dias	–	–	143
	471.374	**493.716**	**449.740**

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	15.035	401	15.664	11.551
PIS e COFINS	9.400	–	11.037	6.734
CSLL	1.960	–	2.203	3.237
ISS	1.272	–	1.617	1.272
Outros	2.910	–	4.856	2.910
Total	**30.577**	**401**	**35.377**	**25.704**

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	22.452	17	22.752	19.341
INSS e FGTS	6.805	–	8.124	4.202
ISS	5.608	–	7.364	5.109
IRPJ	6.816	72	6.816	4.424
CSLL	2.661	26	2.661	1.918
IRRF	1.092	–	723	–
Outros	101	–	119	1.105
	45.535	**115**	**48.559**	**36.099**
Circulante	45.535	115	48.559	36.099

11.3 IMPOSTO DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.882	2.622	(18.504)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	8.323	11.512	(18.701)	1.134
Provisão de participação de lucros	7.005	33.624	(25.545)	15.084
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	7.297	14.276	(13.852)	7.721
Provisão para obrigações legais	358	1.965	(1.913)	410
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	2.075	(2.053)	22
IRPJ e CSLL sobre amortização de mais valia	–	32.928	(4.249)	28.679
Outras provisões	8.439	11.680	(16.544)	3.575
	47.304	**110.682**	**(101.361)**	**56.625**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(4.683)			(7.959)
	42.621			**48.666**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em..	20.029	3.725	2.855	169	152	126	112	29.457	**56.625**

11.4 CONCILIAÇÃO DE DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	223.865	176.193
Alíquota vigente	34 %	34 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(76.114)**	**(59.906)**
Equivalência patrimonial	58.574	70.011
Despesas permanentes sobre amortização de mais valia	23.327	–
Doações/incentivos	438	–
Participação nos lucros - administradores	(2.866)	–
Outros	(684)	(11.035)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**78.789**	**58.976**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**2.675**	**(930)**
Taxa efetiva (D/-A)	**-1,2 %**	**0,5 %**

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	380.696	367.845
Alíquota vigente	34 %	34 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**(129.437)**	**(125.067)**
Despesas permanentes sobre amortização de mais valia	23.327	–
Doações/incentivos	3.869	1.496
Participação nos lucros - administradores	(12.074)	(9.116)
Outros	(2.580)	(13.958)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**12.542**	**(21.578)**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**(116.895)**	**(146.645)**
Taxa efetiva (D/-A)	**30,7 %**	**39,9 %**

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

Refere-se principalmente à valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização. A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**43.432**	**32.691**
Constituição	223.978	93.483
Apropriação para despesa	(220.193)	(82.742)
Saldo final	**47.217**	**43.432**
Circulante	43.117	36.832
Não Circulante	4.100	6.600

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas antecipadas (i)	57.339	–	57.401	85.053
Comissão	21.261	–	21.261	21.672
Adiantamentos administrativos	9.670	–	9.701	4.048
Estoque	107	–	3.809	–
Adiantamentos a fornecedores	86	–	416	10.506
Dividendos a receber (ii)	–	12.904	–	–
Outros	9.555	–	9.828	6.795
	98.018	**12.904**	**102.416**	**128.074**
Circulante	74.908	12.904	79.306	80.627
Não circulante	23.110	–	23.110	47.447

(i) Refere-se aos contratos de "upfront" com os parceiros varejistas da controlada CDF S.A. em R$ 47.567 em 31 de Dezembro de 2025 (R$ 84.942 em 31 de dezembro de 2024).
(ii) Dividendos a receber da controlada Porto Assistência Participações.

14. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Incorporação Porto Assistência	Dividendos	Amortização	Remuneração/ Recompra de ações (i)	Outros (ii)	Dezembro de 2025
Porto Assistência Participações	402.061	169.478	(309.835)	(152.792)	–	(129.866)	20.954	–
Combinação de negócios - Porto Assistência Participações	610.003	–	(585.050)	–	(24.953)	–	–	–
Unigás	4.655	2.799	–	–	–	–	(146)	**7.308**
Combinação de negócios - Unigás	17.543	–	–	–	(1.400)	–	–	**16.143**
	1.034.262	**172.277**	**(894.885)**	**(152.792)**	**(26.353)**	**(129.866)**	**20.808**	**23.451**

(i) Desse montante R$130.690 refere-se a recompra de ações (vide nota explicativa nº 22 (e).
(ii) Refere-se, principalmente, á alteração na participação societária na Porto Assistência Participações, após o cancelamento das ações em tesouraria (vide nota explicativa nº 22 (e)).

14.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2025			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
CDF S.A.	–	–	1.734.945	205.939
Porto Assistência Participações (iii)	–	–	144.022	800
Unigás	33.772	26.464	64.275	2.799
Participação de não controladores	–	–	–	(37.261)
	33.772	**26.464**	**1.943.242**	**172.277**

	Dezembro de 2024			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período
CDF Ltda (ii)	–	–	906.670	123.139
CDF S.A.	909.167	447.125	898.170	61.022
Porto Assistência (ii)	–	–	320.106	43.214
Porto Assistência Participações (iii)	556.513	42.363	105.516	22.282
Unigás	13.356	8.738	64.346	2.193
Participação de não controladores	–	–	–	(45.937)
	1.479.036	**498.226**	**2.294.808**	**205.913**

(i) Considera as receitas operacionais e financeiras.
(ii) Resultado da controlada até 29 de fevereiro de 2024, antes da incorporação relativo a Porto Assistência e 31 de agosto de 2024 relativo CDF Ltda.
(iii) Desconsidera o resultado de equivalência patrimonial.

15. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

15.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Informática	20,0 a 33,3	5.531	(4.623)	**908**	5.974	(4.478)	**1.496**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	1.516	(884)	**632**	1.519	(1.127)	**392**
Veículos	20,0 a 25,0	6.440	(6.071)	**369**	6.488	(5.063)	**1.425**
Equipamentos	10,0 a 14,3	755	(458)	**297**	3.161	(2.479)	**682**
Outras Imobilizações		2.088	(1.388)	**700**	2.089	(1.544)	**545**
		16.330	**(13.424)**	**2.906**	**19.231**	**(14.691)**	**4.540**

15.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Informática	**1.496**	–	(599)	11	**908**
Móveis, máquinas e utensílios	**392**	–	(148)	388	**632**
Veículos	**1.425**	(12)	(953)	(91)	**369**
Equipamentos	**682**	–	(77)	(308)	**297**
Outras Imobilizações	**545**	–	(1)	156	**700**
	4.540	**(12)**	**(1.778)**	**156**	**2.906**

16. INTANGÍVEL

16.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

		Controladora		
		Dezembro de 2025		
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 20,0	42.860	(17.951)	**24.909**
Contratos "sign" bônus - CDF		129.702	(126.559)	**3.143**
Contratos de parceria - Mais valia		100.491	(62.243)	**38.248**
Ágio		538.327	–	**538.327**
Outros Intangíveis		20.547	(5.944)	**14.603**
		831.927	**(212.697)**	**619.230**

		Consolidado					
		Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 20,0	35.634	(14.483)	**21.151**	17.686	(13.148)	**4.538**
Contratos "sign" bônus		129.702	(126.559)	**3.143**	129.702	(105.739)	**23.963**
Outros Intangíveis		20.547	(5.944)	**14.603**	–	–	**–**
Intangíveis		**185.883**	**(146.986)**	**38.897**	**147.388**	**(118.887)**	**28.501**
Contratos de parceria - Mais valia		100.491	(62.243)	**38.248**	100.491	(34.018)	**66.473**
"Software"		7.226	(3.468)	**3.758**	7.226	(2.023)	**5.203**
Ágio		538.327	–	**538.327**	538.327	–	**538.327**
Combinações de negócios - CDF (*)		**646.044**	**(65.711)**	**580.333**	**646.044**	**(36.041)**	**610.003**
Ágio		3.776	–	**3.776**	3.776	–	**3.776**
Contratos de Parceria - Mais Valia		15.400	(3.033)	**12.367**	15.400	(1.633)	**13.767**
Combinações de negócios - Unigás		**19.176**	**(3.033)**	**16.143**	**19.176**	**(1.633)**	**17.543**
		851.103	**(215.730)**	**635.373**	**812.608**	**(156.561)**	**656.047**

(*) Refere-se ao saldo do PPA (Purchase Price Allocation) da combinação de negócios realizada em setembro de 2022 entre Porto e CDF.

16.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisição	Incorporação	Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
"Software"	–	17.948	7.582	(621)	**24.909**
Contratos "sign" bônus - CDF	–	–	3.429	(286)	**3.143**
Contratos de parceria - Mais valia	–	–	42.821	(4.573)	**38.248**
Ágio	–	–	538.327	–	**538.327**
Outros Intangíveis	–	–	**14.916**	**(313)**	**14.603**
	–	**17.948**	**607.075**	**(5.793)**	**619.230**

	Consolidado				
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações: Aquisição	Despesa de amortização	Incorporação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Contratos "sign" bônus	**23.963**	–	(20.820)	–	**3.143**
"Software"	**4.538**	17.948	(2.340)	1.005	**21.151**
Outros Intangíveis	**–**	–	–	14.603	**14.603**
Intangíveis	**28.501**	**17.948**	**(23.160)**	**15.608**	**38.897**
Ágio	**538.327**	–	–	–	**538.327**
Contratos de parceria - Mais valia	**66.473**	–	(28.225)	–	**38.248**
"Software"	**5.203**	–	(1.445)	–	**3.758**
Combinações de negócios - CDF	**610.003**	**–**	**(29.670)**	**–**	**580.333**
Contratos de parceria - Mais valia	**13.767**	–	(1.400)		**12.367**
Ágio	**3.776**	–	–	–	**3.776**
Combinações de negócios - Unigás	**17.543**	**–**	**(1.400)**	**–**	**16.143**
	656.047	**17.948**	**(54.230)**	**15.608**	**635.373**

16.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.
Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.
Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.
A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Unigás	11,87 %	3,50 %	11,34 %	3,50 %

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Socorro	135.445	–	135.445	115.173
Fornecedores	65.475	–	68.428	98.117
Partes relacionadas (i)	13.017	594	13.319	8.607
Outros	5.204	–	5.606	4.692
Total	**219.141**	**594**	**222.798**	**226.589**

(i) Vide nota explicativa nº 31

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:15:45 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Nota Comercial, empréstimos e financiamentos	183.568	194.419	–
Mútuo (i)	–	5.606	–
Passivos de arrendamento	735	735	1.356
Total	**184.303**	**200.760**	**1.356**
Circulante	84	16.541	222
Não circulante	184.219	184.219	1.134

(i) Vide nota explicativa nº 18.1 e 31.

18.1 FINANCIAMENTO, NOTA COMERCIAL E MÚTUO

	Empresa	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2025
Nota Comercial (i)	Porto Serviços S.A.	abril de 2027	CDI + 1,053% ao ano	183.568
Financiamento	Unigás	junho de 2026	14,30% ao ano	10.851
Mútuo	Unigás	março de 2026	CDI + 1,25% ao ano	5.606
				200.025

(i) Realizada para aquisição das suas ações mantidas em tesouraria, conforme comunicado ao mercado em 01 de abril de 2025. Vide nota nº 22(e).

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos, debêntures e financiamentos	Nota Comercial	Mútuo	Consolidado
Saldo em em 31 de dezembro de 2024	**1.356**	**–**	**–**	**–**	**1.356**
Incorporação	726	–	–	–	726
Aquisição/constituição	–	10.045	179.161	7.000	196.206
Atualização monetária	–	810	–	–	810
Juros	63	–	4.407	631	5.101
Liquidação/reversão	(1.410)	(4)	–	(2.025)	(3.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**735**	**10.851**	**183.568**	**5.606**	**200.760**

19. RECEITAS DIFERIDAS - CONSOLIDADO

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes e o diferimento da receita ocorre nos prazos abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
0 a 90 dias	37.496	31.636
91 a 120 dias	9.199	20.837
121 a 360 dias	39.102	23.257
Acima de 360 dias	9.217	14.581
	95.014	**90.311**
Circulante	85.797	76.733
Não circulante	9.217	13.578

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação de lucros	64.630	–	64.630	79.971
Provisões de salários e férias	5.686	–	7.942	7.477
Benefícios pós emprego	5.265	–	5.509	4.476
Contas a pagar - Unigás (i)	2.811	2.184	2.811	2.184
Outros	–	–	297	1.075
	78.392	**2.184**	**81.189**	**95.183**
Circulante	70.315	–	72.571	87.448
Não circulante	8.077	2.184	8.618	7.735

(i) Refere-se ao valor retido como garantia de eventual pagamento de quaisquer indenizações previstas em contrato de compra e venda, inclusive com relação a contingências, apurado e pago, se aplicável, a partir do terceiro aniversário da aquisição, outubro de 2026.

21. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

21.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	12.890	13.024
Trabalhistas	9.819	10.711
Fiscais	1.928	1.765
	24.637	**25.500**
Depósitos judiciais (i)	(766)	(546)
Provisão líquida	**23.871**	**24.954**

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras. A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 22 meses.

21.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.765**	**10.711**	**13.024**	**25.500**
Constituições	–	3.776	1.285	5.061
Atualização monetária	162	58	(646)	(426)
Êxito/reversões	–	(4.419)	(4.763)	(9.182)
Mudança de Estimativa	–	5.333	4.195	9.528
Pagamentos	–	(5.640)	(205)	(5.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.927**	**9.819**	**12.890**	**24.636**
(–) Depósitos judiciais (i)	(608)	(158)	–	(766)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025	**1.319**	**9.661**	**12.890**	**23.870**
Quantidade de processos	2	123	54	179

(i) Refere-se aos saldos de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

21.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (i) e (ii)	48.731	3.082
Trabalhistas	13.615	12.277
Cíveis	4.695	5.859
	67.041	**21.218**

As principais causas fiscais são:

(i) discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto Despachos Decisórios (PERDCOMP) com risco total estimado de R$ 1.150;

(ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados, risco total estimado de R$ 1.127.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 894.279 (R$ 978.570 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 1.119.101.535 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (978.570.481 em 31 de dezembro de 2024).

As aprovações de aumento e redução de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social	Quantidade de Ações
31 de outubro de 2025	46.399	140.531.054
28 de novembro de 2025	(130.690)	–
	(84.291)	**140.531.054**

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 20.653 (R$ 9.326 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 110.853 (R$ 91.134 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de fevereiro 2025, a distribuição de dividendos no valor R$ 91.500 à conta de reserva estatutária. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 31 de outubro de 2025, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R$ 142.090 à conta de lucro do exercício social de 2025.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	226.540	175.263
(–) Reserva legal - 5%	(11.327)	(8.763)
Lucro básico para determinação do dividendo	**215.213**	**166.500**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	53.803	41.625
Dividendos distribuídos	142.090	33.375
Total de dividendos distribuídos	**142.090**	**75.000**
Total por ação (R$)	0,1418	0,0766
Quantidade de ações	1.001.992	978.570

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**4.435**	**1.817**
Diferimento do exercício	11.488	4.199
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito (i)	(5.443)	(1.581)
Saldo final	**10.480**	**4.435**
Valor de mercado médio ponderado	**43,40**	**33,94**

(i) Corresponde a entrega de 183 ações.

	Quantidade	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	**87**	**79**
Diferimento do exercício	238	116
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(183)	(108)
Saldo final	**142**	**87**

(e) RECOMPRA E CANCELAMENTO DE AÇÕES

Em 31 de março de 2025, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 1º de abril de 2025, à época, a controlada Porto Assistência Participações concluiu a aquisição de 6,7% de suas próprias ações para manutenção em tesouraria, pelo montante de R$ 160.159. Na data da transação, a participação da Companhia na controlada era de 81,6%, resultando em um impacto de R$ 130.690 no patrimônio líquido da controladora. Posteriormente, em 08 de outubro de 2025, as ações em tesouraria foram canceladas sem alteração no valor do capital social da controlada, à época, tendo como contrapartida o registro em reserva de capital. Em decorrência do cancelamento, a participação da Companhia na controlada passou a ser de 87,44% gerando um impacto na Companhia de R$ 19.863.

Em 28 de novembro de 2025, no contexto da incorporação da Porto Assistência Participações, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R$ 130.690, sem restituição de valores aos acionistas. A operação teve por finalidade absorver a reserva de capital constituída anteriormente em razão do cancelamento das ações em tesouraria.

23. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas de serviços	438.314	2.562.595	2.511.980
PIS/COFINS	(36.472)	(218.213)	(2.290)
ISS	(4.825)	(29.161)	(29.181)
Cancelamentos	–	–	(215.418)
Outros impostos	–	(2.281)	–
	397.017	**2.312.940**	**2.265.091**

24. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Comissão prestação de serviços	(29.429)	(155.194)	(145.283)
Amortização contratos upfront	(2.960)	(27.816)	(45.877)
Amortização contratos "sign bônus"	(286)	(20.820)	(46.233)
Outros	(983)	(4.442)	(1.726)
	(33.658)	**(208.272)**	**(239.119)**

25. DESPESA ADMINISTRATIVA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal	(14.996)	–	(86.271)	(85.652)
Despesas compartilhadas	(13.614)	–	(92.465)	(104.116)
Participação nos lucros	(14.291)	–	(67.473)	(64.774)
Serviços de terceiros	(3.792)	(453)	(23.870)	(45.320)
Localização e funcionamento	(2.295)	–	(17.178)	(19.828)
Publicidade	(137)	–	(306)	(286)
Outras	(1.260)	–	(12.738)	(10.743)
	(50.385)	**(453)**	**(300.301)**	**(330.719)**

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Socorro	(212.473)	(1.222.140)	(1.167.410)
Porto Faz	(13.323)	(77.567)	(45.501)
Custo com pessoal	(3.022)	(28.474)	–
Custo de mercadorias vendidas	–	(8.309)	(14.214)
Ecopistas	(1.574)	(9.764)	(8.515)
Outros	(5.726)	(49.506)	(32.654)
	(236.118)	**(1.395.760)**	**(1.268.294)**

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Amortização intangível	(31.672)	(32.525)	(33.237)	(34.503)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	191	–	(872)	(17.869)
Outros	3.639	–	(776)	(1.983)
	(27.842)	**(32.525)**	**(34.885)**	**(54.355)**

28. RECEITA FINANCEIRA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Rendimento aplicações financeiras	10.280	5.334	35.866	30.126
Atualização monetária depósitos judiciais	15	–	77	–
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	–	(248)	–	(1.716)
Outros	2.163	–	3.833	6.394
	12.458	**5.086**	**39.776**	**34.804**

29. DESPESA FINANCEIRA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Juros sobre empréstimos bancários	(4.479)	–	(21.535)	(34.057)
Desvalorização de Aplicações Financeiras	(3.582)	–	(4.185)	(631)
Atualização monetária contingências	(275)	–	(4.024)	–
Juros sobre empréstimos mútuo	–	(1.828)	(631)	(1.828)
Atualização monetária de provisão para tributos a longo prazo	(626)	–	(626)	–
Juros sobre passivo de arrendamento	(66)	–	(147)	–
Despesas IOF	–	–	(33)	(485)
Outros	(807)	–	(1.421)	(1.870)
	(9.835)	**(1.828)**	**(32.602)**	**(38.871)**

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 160 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 613 em 31 de dezembro de 2025.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.476	1.704
Ganho atuarial sobre a obrigação	430	(148)
Custo de juros	399	166
Custo dos benefícios	145	99
Benefícios pagos	(292)	(48)
Outros	352	2.702
Saldo final do passivo	**5.510**	**4.475**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62 %	7,74 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,17 %	4,10 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17 %	4,10 %

31. PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Serviços de assistência automotiva e residencial;

(ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;

(iii) Resultado financeiro com atualização do contrato mútuo entre a Porto S.A. e Unigás;

(iv) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Serviços de subscrição e aquisições de títulos de capitalização pela Porto Capitalização;

(vi) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e

(vii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde e Portomed.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	193	–	–
Renova	62	–	–
Porto Cia	–	10.942	7.878
Portoseg	–	2.316	465
Porto Serviços e Comércio	–	60	66
Porto Seguro S.A.	–	–	198
Porto Atendimento	–	1	–
	255	**13.319**	**8.607**
Mútuo - Porto S.A.	–	5.606	–
	255	**18.925**	**8.607**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:20:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5° andar - Conjunto 501 A 516 Edifício West Tower - Torre 1 - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Receitas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladas diretas e indiretas		
Porto Cia	1.621.742	1.314.759
Azul Seguros	323.593	435.681
Itaú Auto e Residência	2.730	17.094
Porto Capitalização	763	643
Portoseg	769	622
Mobitech/Porto Serviço Negócios S.A. (i)	474	3.716
Porto Vida e Previdência	6	–
Porto Consórcio	–	10
Porto S.A.	–	1
	1.950.161	**1.772.526**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

	Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladas diretas e indiretas		
Porto Atendimento	(110.562)	(82.535)
Porto Cia	(114.675)	(104.849)
Porto S.A.	(19.204)	(2.409)
Portomed	(8.166)	–
Porto Saúde	(6.175)	(5.232)
Portoseg	(4.052)	(2.315)
Porto Serviços e Comércio	(824)	(447)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(277)	(554)
Porto Capitalização	(20)	–
Porto Asset Management	–	(50)
	(263.955)	**(198.391)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 14.160 e R$ 165.000 no passivo da Porto Assistência Participações S.A., incorporada pela Controladora, e no resultado da Porto Serviços o montante de R$ 4.407, referentes a emissão de Nota Comercial simples, em Série Única, para Colocação Privada, através da Porto Seguro Consolidador FIF Multimercado CP RL, onde a Porto Seguro S.A. é cotista exclusiva, vide nota nº 14.1.

31.1 TRANSAÇÃO COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores	(9.715)	(41.992)	(36.464)
Honorários e encargos	(1.085)	(1.085)	(1.183)
	(10.800)	**(43.077)**	**(37.647)**

32. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	226.540	175.263
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.001.992	978.570
Resultado por ação básico e diluído	0,2261	0,1791

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

LENE ARAÚJO DE LIMA
Conselheiro

MATTEUS MARCHIORI
Conselheiro

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

CELSO DAMADI
Conselheiro

PATRÍCIA MARIA MURATORIA CALFAT
Conselheira

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor Executivo

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor Executivo de Relações com Investidores

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

TOMAS TRABULSI
Diretor Comercial

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Serviço S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Serviço S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária - Incorporação

Chamamos a atenção para as notas explicativas n°1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem sobre incorporação de suas controladas Porto Assistência Participações S.A. e CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de outubro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços

Conforme Notas Explicativas nº 1, 3.3, 3.9, 10 e 23 às demonstrações financeiras, a Companhia registra receita de prestação de serviço de assistência e outros serviços tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados no exercício.

Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida. Por essa razão e por sua relevância no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço, dos processos de faturamento e contas a receber.

Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-suporte, como contratos, faturas e documentos de prestação de serviços. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes aos faturamentos realizados próximos da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita).

Nosso trabalho incluiu a análise da documentação-suporte principalmente quanto à prestação de serviços. Avaliamos também procedimentos analíticos para identificar variações significativas, tendência dos saldos e análises de exceções se encontradas. Os resultados dos nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de prestação de serviços foram consistentes com a avaliação da Companhia e considerados na formação da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:19:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S. SP, C. BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Consórcio PortoBank

Patrocinador oficial do Domingão com Huck

Conquiste sua **casa** ou **carro novo**

sem juros e com **parcelas menores** até a contemplação.

Fale com seu Corretor ou acesse o site.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:18:39 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Bank S.A.

CNPJ n° 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Bank S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**68.665**	**20.947**
Caixa e equivalentes de caixa		155	83
Dividendos a receber		68.510	20.864
Não circulante		**2.185.545**	**1.741.101**
Realizável a longo prazo		40	–
Depósitos judiciais		40	–
Investimentos	5	2.185.505	1.741.101
Total do ativo		**2.254.210**	**1.762.048**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**68.483**	**20.933**
Obrigações a pagar	6 (c)	68.483	20.933
Patrimônio líquido		**2.185.727**	**1.741.115**
Capital social	6 (a)	1.748.756	1.497.096
Reservas de lucros	6 (b)	439.979	245.304
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.008)	(1.285)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.254.210**	**1.762.048**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.493.377**	**195.538**	**(473)**	**—**	**1.688.442**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(177.632)	–	–	(177.632)
Aumento de capital - AGE 15 de janeiro de 2024	6 (a)	3.719	–	–	–	3.719
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	19.322	–	–	19.322
Ações alienadas - controladas		–	(19.340)	–	–	(19.340)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(557)	–	(557)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa - controladas		–	–	(255)	–	(255)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	298.250	298.250
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	14.913	–	(14.913)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	212.503	–	(212.503)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(70.834)	(70.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.497.096**	**245.304**	**(1.285)**	**–**	**1.741.115**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(24.273)	–	–	(24.273)
Aumento de capital	6 (a)	251.660	–	–	–	251.660
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	27.739	–	–	27.739
Ações alienadas - controladas		–	(20.933)	–	–	(20.933)
Outros - controladas		–	(7.722)	–	–	(7.722)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(1.723)	–	(1.723)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	288.347	288.347
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	14.417	–	(14.417)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	205.447	–	(205.447)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(68.483)	(68.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.748.756**	**439.979**	**(3.008)**	**–**	**2.185.727**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas			
Equivalência patrimonial	5	288.465	298.362
Total das receitas		**288.465**	**298.362**
Despesas			
Despesas administrativas		(116)	(99)
Total das despesas		**(118)**	**(99)**
Lucro operacional		**288.347**	**298.263**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**288.347**	**298.263**
Imposto de renda e contribuição social		**–**	**(13)**
Diferido		–	(13)
Lucro líquido do exercício		**288.347**	**298.250**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		288.347	298.250
Resultado por ação:	7		
- Básico e diluído		0,4327	0,4678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**288.347**	**298.250**
Outros resultados abrangentes	**(1.723)**	**(812)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais em controladas	(2.610)	(844)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	887	287
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	–	(386)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	–	131
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**286.624**	**297.438**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	286.624	297.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	**(254)**	**582**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(118)**	**(112)**
Lucro líquido do exercício	288.347	298.250
Resultado de equivalência patrimonial	(288.465)	(298.362)
Variação nos ativos e passivos	**(136)**	**694**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	13
Outros ativos e passivos	(136)	681
Caixa líquido atividades de investimento	**(206.225)**	**223.371**
Aumento de capital em controladas	(251.563)	(3.839)
Recebimento de dividendos	45.338	227.210
Caixa líquido atividades de financiamento	**206.551**	**(223.913)**
Aumento de capital	251.660	3.719
Dividendos pagos	(45.109)	(227.632)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**72**	**40**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	83	43
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	155	83

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Bank S.A. ("Porto Bank", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 11 de maio de 2022, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP. Seu objeto social é a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. A Companhia integra o Grupo Porto, que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical Bank, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Direta	Dezembro de 2025 Indireta	Dezembro de 2024 Direta	Dezembro de 2024 Indireta
			Participação (%)			
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	100,0	—	100,00	—
Portoseg	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Consórcio	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Portopar	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	—	50,0	—	50,0
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Olho Mágico	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Crediporto	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Nido	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Seguros Financeiros	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—

As características das empresas estão demonstradas abaixo:
(i) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto, reguladas pelo BACEN.
(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
(iii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
(iv) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
(v) ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamento próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.
(vi) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado financeiro.
(vii) Porto Intermediação e Negócio Ltda. ("Porto Intermediação e Negócio") atua com, (i) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária e (ii) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. Atual nomenclatura da Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico").
(viii) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
(ix) Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua com, (i) a manutenção, desenvolvimento e licenciamento de programas; (ii) o suporte técnico em software e outros serviços em tecnologia da informação; (iii) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários e (iv) a prestação de serviços de cobranças e informações cadastrais.
(x) Porto Seguros Financeiros S.A. ("Porto Seguros Financeiros"), sub-holding da vertical financeira.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

(b) CONTROLADAS EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Remuneração em ações	Ajustes Instrumentos Financeiros	Usufruto (i)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Negócios Financeiros	**1.707.469**	432.711	(86.234)	249.017	(2.255)	(71.233)	(80.217)	(6.880)	**2.142.378**
Porto Serviços Financeiros	**33.624**	2.995	(6.751)	2.546	13.587	–	–	(2.882)	**43.119**
Porto Seguros Financeiros	**8**	–	–	–	–	–	–	–	**8**
	1.741.101	**435.706**	**(92.985)**	**251.563**	**11.332**	**(71.233)**	**(80.217)**	**(9.762)**	**2.185.505**

(i) Em 29 de novembro de 2023 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens sub-rogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

5.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2025 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Dezembro de 2024 Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portoseg	23.189.086	22.096.002	4.763.292	147.242	231.494
Porto Consórcio	3.102.346	2.377.387	1.190.175	287.824	274.136
Portopar	32.442	3.160	20.229	(2.251)	13.637
Porto Negócios Financeiros (ii)	2.232.705	67.806	–	(106)	(120)
Porto Serviços Financeiros (ii)	43.830	711	–	1	(1)
Olho Mágico (ii)	14.884	–	1	(1.254)	(1.854)
Nido	583	624	3.680	(150)	117
Crediporto	102.186	73.297	308.580	4.400	12.460
Porto Seguro Financeiros	8	–	–	–	(1)
	28.718.070	**24.618.987**	**6.285.957**	**435.706**	**529.868**

(i) Incluem receitas financeiras.
(ii) Exclui resultado de equivalência patrimonial.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 1.878.756, sendo 1.748.756 integralizados e R$ 130.000 a integralizar, divididos em 762.427.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.497.096 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 637.497.410 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital Social	Quantidade de Ações
27 de fevereiro de 2025	21.060	7.687.879
28 de novembro de 2025	80.000	26.343.461
12 de dezembro de 2025	20.600	6.673.245
29 de dezembro de 2025	130.000	84.225.420
Total	**251.660**	**124.930.005**

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 42.133 (R$ 27.715 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 397.846 (R$ 212.871 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**288.347**	**298.250**
(–) Reserva legal - 5%	(14.417)	(14.913)
Lucro básico para determinação do dividendo	**273.930**	**283.337**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**68.483**	**70.834**
Total de dividendos	**68.483**	**70.834**
Total por ação	**0,1028**	**0,1111**
Quantidade de ações	666.413	637.497

Em 2025 houve as seguintes deliberações sobre dividendos:
• ARD (Ata de Reunião de Diretoria) de 27/02/25 - R$ 20.834 DMO de 2024;
• ARD (Ata de Reunião de Diretoria)de 10/10/25 - R$ 5.840, a título de dividendos adicionais, originários da Reserva Estatutária da Companhia;
• ARD (Ata de Reunião de Diretoria) de 28/11/25 - R$ 18.435, a título de dividendos adicionais, originários da Reserva Estatutária da Companhia.

O saldo de dividendos a pagar à sua Controladora representado por R$ 68.483 está registrado em Obrigações a pagar no passivo circulante.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:19:26 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Bank S.A.

CNPJ n° 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4° andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das operações, em condições de comutatividade. Isso significa que as práticas de preços, prazos e taxas são equivalentes àquelas que seriam estabelecidas entre partes independentes em transações comparáveis no mercado.

As principais operações realizadas pela Companhia compreende o repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" com a Porto Cia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma receita de R$ 2 (sem saldos remanescentes em 31 de dezembro de 2024).

8. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	288.347	298.250
Média ponderada do número de ações durante o exercício	666.413	637.497
Resultado por ação básico e diluído	0,4327	0,4678

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Bank S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Bank S.A**. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:19:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 2 - Torre B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Negócios Financeiros S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**72.023**	**18.600**
Caixa e equivalentes de caixa		67	65
Títulos e créditos a receber	5	71.956	18.535
Não circulante		**2.160.682**	**1.729.805**
Investimentos	5	2.160.682	1.729.805
Total do ativo		**2.232.705**	**1.748.405**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		**67.806**	**18.416**
Obrigações a pagar	6 (c)	67.806	18.416
Patrimônio líquido		**2.164.899**	**1.729.989**
Capital social	6 (a)	1.710.223	1.461.206
Reservas de lucros	6 (b)	454.683	269.950
Ajuste de avaliação patrimonial		(7)	(1.167)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.232.705**	**1.748.405**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.461.086**	**227.847**	**(411)**	**-**	**1.688.522**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(177.000)	–	–	(177.000)
Aumento de capital - AGE de 31 de julho de 2024		120	–	–	–	120
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	18.850	–	–	18.850
Ações alienadas - controladas		–	(19.083)	–	–	(19.083)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(501)	–	(501)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa - controladas		–	–	(255)	–	(255)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	287.653	287.653
Destinações:						
Reserva legal		–	14.383	–	(14.383)	–
Reservas estatutárias		–	204.953	–	(204.953)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(68.317)	(68.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.461.206**	**269.950**	**(1.167)**	**–**	**1.729.989**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(18.435)	–	–	(18.435)
Aumento de capital	6 (a)	249.017	–	–	–	249.017
Outros - controladas		–	(7.722)	–	–	(7.722)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	13.696	–	–	13.696
Ações alienadas - controladas		–	(20.477)	–	–	(20.477)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	1.160	–	1.160
Lucro líquido do exercício		–	–	–	285.470	285.470
Destinações:						
Reserva legal	6 (b) (i)	–	14.273	–	(14.273)	–
Reservas estatutárias	6 (b) (ii)	–	203.398	–	(203.398)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (c)	–	–	–	(67.799)	(67.799)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.710.223**	**454.683**	**(7)**	**–**	**2.164.899**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas			
Equivalência patrimonial	5	285.577	287.773
Total das receitas		**285.577**	**287.773**
Despesas			
Despesas administrativas		(106)	(98)
Despesas financeiras		(1)	–
Total das despesas		**(107)**	**(98)**
Lucro operacional		**285.470**	**287.675**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**285.470**	**287.675**
Imposto de renda e contribuição social		**–**	**(22)**
Diferido		–	(22)
Lucro líquido do exercício		**285.470**	**287.653**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		285.470	287.653
Resultado por ação:	7		
- Básico e diluído		0,2079	0,2123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**285.470**	**287.653**
Outros resultados abrangentes	**1.160**	**(756)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais em controladas	1.757	(759)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	(597)	258
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	–	(386)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	–	131
Total dos resultados abrangentes para o exercício líquido de efeitos tributários	**286.630**	**286.897**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	**286.630**	**286.897**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	**(197)**	**(64)**
Caixa consumido nas operações	**(107)**	**(120)**
Lucro líquido do exercício	285.470	287.653
Resultado de equivalência patrimonial	(285.577)	(287.773)
Variação nos ativos e passivos	**(90)**	**56**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	22
Outros ativos e passivos	(90)	34
Caixa líquido atividades de investimento	**(212.065)**	**227.000**
Aumento de capital em controladas e coligadas	(230.600)	–
Recebimento de dividendos	18.535	227.000
Caixa líquido atividades de financiamento	**212.264**	**(226.880)**
Aumento de capital	249.017	120
Dividendos pagos	(36.753)	(227.000)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2**	**56**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65	9
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	67	65

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 09 de junho de 2022, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, sala 02, Torre B, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades que desenvolvam atividades financeiras. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical financeira, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Participação (%) Direta	Dezembro de 2025 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2024 Participação (%) Direta	Dezembro de 2024 Participação (%) Indireta
Porto Consórcio	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Portoseg	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
Portopar	Controlada	Integral	100,0	–	100,0	–
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,0	–	50,0

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(iii) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

(iv) ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamento próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora indireta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A Companhia é uma "holding" e, portanto, as principais políticas contábeis de suas controladas estão apresentadas em suas demonstrações financeiras individuais.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

(b) CONTROLADAS EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia é uma "holding" e, portanto, por meio de suas controladas apresenta exposição aos riscos advindos de crédito, liquidez, mercado, capital, operacional e socioambiental.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

5. INVESTIMENTOS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento de capital	Remuneração em ações	Ajustes instrumentos financeiros	Usufruto (i)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Portoseg	**1.175.841**	147.241	-	230.600	4.527	(71.551)	(80.217)	-	**1.406.441**
Porto Consórcio	**522.563**	287.824	(71.956)	-	(6.927)	1.172	-	(7.717)	**724.959**
Portopar	**31.401**	(2.251)	-	-	145	(13)	-	-	**29.282**
	1.729.805	**432.814**	**(71.956)**	**230.600**	**(2.255)**	**(70.392)**	**(80.217)**	**(7.717)**	**2.160.682**

(i) Em 29 de novembro de 2023 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A.. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens sub-rogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo. O saldo de dividendos oriundo de suas controladas está representado por R$ 71.956 registrado em Títulos e Créditos a receber no ativo circulante.

5.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Dezembro de 2025 Lucro líquido do exercício	Dezembro de 2024 Lucro líquido do exercício
Porto Consórcio	3.102.346	2.377.387	1.190.175	287.824	274.136
Portoseg	23.189.086	22.096.002	4.763.292	147.241	231.494
Portopar	32.442	3.160	20.229	(2.251)	13.637
	26.323.874	**24.476.549**	**5.973.696**	**432.814**	**519.267**

(i) Incluem receitas operacionais e financeiras.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito era de R$ 1.840.223, sendo 1.710.223 integralizados e R$ 130.000 a integralizar divididos em 1.620.098.328 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 1.461.206 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 1.354.949.742 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo:

	Capital social	Quantidade de ações
27 de fevereiro de 2025	18.417	14.392.105
28 de novembro de 2025	80.000	56.368.838
12 de dezembro de 2025	20.600	14.270.796
29 de dezembro de 2025	130.000	180.116.847
Total	**249.017**	**265.148.586**

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 47.401 (R$ 33.128 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 407.282 (R$ 236.822 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	**285.470**	**287.653**
(-) Reserva legal - 5%	(14.274)	(14.383)
Lucro básico para determinação do dividendo	**271.197**	**273.270**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**67.799**	**68.317**
Total de dividendos	**67.799**	**68.317**
Total por ação	**0,0494**	**0,0504**
Quantidade de ações	1.372.830	1.354.893

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a liquidação de dividendos provisionados no exercício anterior, no montante de R$ 18.317, pagos em 27 de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, em reunião realizada em 28 de novembro de 2025, a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros de exercícios anteriores no valor de R$ 18.435, integralmente pagos na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante referente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, apurado no valor de R$ 67.799, encontra-se registrado na rubrica "Obrigações a pagar" no passivo circulante, a ser liquidado junto à Controladora.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das operações, em condições de comutatividade. Isso significa que as práticas de preços, prazos e taxas são equivalentes àquelas que seriam estabelecidas entre partes independentes em transações comparáveis no mercado.

As principais operações realizadas pela Companhia compreende o repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount com a Porto Cia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma despesa de R$ (5) (R$ (97) em 31 de dezembro de 2024).

8. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	285.470	287.653
Média ponderada do número de ações durante o exercício	1.372.830	1.354.893
Resultado por ação básico e diluído	0,2079	0,2123

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:20:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 2 - Torre B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Negócios Financeiros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Negócios Financeiros S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PortoBank

Seu cartão com IOF ZERO e benefícios exclusivos

Para sua viagem
- IOF ZERO em compras internacionais
- Até 3,5 pontos para cada dólar gasto
- Acesso a salas VIPs ao redor do mundo

Para seu carro
- Desconto em combustível Shell Box
- Tag Porto Bank grátis

Para seu dia a dia
- Parcelamento de compras à vista
- Desconto no Seguro Auto e em outros produtos Porto

Baixe o app e fale com seu Corretor

Solicitação do Cartão Porto Bank sujeita à análise.
Consulte condições

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:20:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e as correspondentes demonstrações financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas de prestação de serviços
As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2025 R$ 3.319,5 milhões, com aumento de 27% em relação ao ano anterior.
• Resultado do exercício e por ação
Em 2025, o lucro totalizou R$ 147,2 milhões uma redução em relação ao ano anterior de R$ (84,3) milhões, sendo que o lucro por ação foi de R$ 8,75 em 2025.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera
Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.
1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social
Metas:
- Investir R$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade
Metas:
- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis
Meta:
- Comercializar R$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor
Metas:
- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.
Guiada para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.
A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.
Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.
Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.
No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.
Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.
A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.
Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Passivo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025
Circulante e Não Circulante			**Circulante e Não Circulante**		
Disponibilidades		218.432	Ao Custo Amortizado		6.256.017
Caixa e equivalentes de caixa	7	218.432	Depósitos interfinanceiros	14	350.391
Instrumentos financeiros			Depósitos a prazo	14	583.455
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		714.536	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias,		
Títulos e valores mobiliários	8	610.689	de crédito e similares	14	5.322.171
Instrumentos financeiros derivativos	17	103.847	Relações Interfinanceiras		
Ao Custo Amortizado		20.988.772	Transações de pagamento	15	12.152.437
Operações de crédito	9	8.632.419	Outras obrigações		3.665.637
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9 (f)	(3.106.601)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.927
Outros Créditos	10	15.407.299	Sociais e estatutárias	16	50.019
Valores a receber relativos a transações de pagamento		14.830.815	Fiscais e previdenciárias	16	36.263
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(85.758)	Provisão para pagamentos a efetuar	16	203.734
Diversos		662.242	Provisões para impostos e contribuições diferidas	18	19.965
Outros Valores e Bens		55.654	Provisões judiciais	16	13.057
Ativos fiscais diferidos	11	960.141	Diversas	17	3.334.672
Permanente			**Patrimônio líquido**		**1.093.084**
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	185.897	Capital social	19	884.717
Intangível	13	99.398	Reservas de lucros		184.849
"Software"		115.391	Ajustes de avaliação patrimonial		23.518
Amortizações		(15.993)			
Outros intangíveis		43.974			
Amortizações		(43.974)			
Total do ativo		**23.167.175**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**23.167.175**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Receitas da intermediação financeira		**1.746.403**	**3.319.475**
Operações de crédito	20	1.664.191	3.190.381
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		82.212	129.094
Despesas da intermediação financeira		**(876.025)**	**(1.196.689)**
Operações de captação no mercado	21	(440.655)	(769.354)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(435.370)	(427.335)
Resultado bruto da intermediação financeira		**870.378**	**2.122.786**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(910.322)**	**(2.006.018)**
Receita de prestação de serviços	22	784.794	1.509.312
Despesas com pessoal		(75.526)	(140.285)
Outras despesas administrativas	22.1	(383.882)	(708.076)
Despesas tributárias	23	(123.459)	(235.193)
Outras receitas operacionais	24	118.223	165.317
Outras despesas operacionais	25	(1.230.472)	(2.597.093)
Resultado de equivalência patrimonial	**12**	**8.240**	**20.321**
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		**(31.704)**	**137.088**
Imposto de renda	**11.2**	**145.200**	**3.853**
Contribuição social	**11.2**	**85.510**	**507**
Ativo fiscal diferido	**11.2**	**(125.736)**	**62.686**
Participações nos lucros		**(39.294)**	**(56.893)**
Resultado do semestre/exercício		33.975	147.241
Quantidade de ações (mil)		16.828	16.828
Resultado do semestre/exercício por ação básico e diluído	28	2,0189	8,7498

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado do semestre/exercício	33.975	147.241
Outros resultados abrangentes	(19.706)	(71.550)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:		
Resultado com "hedge"	(32.350)	(118.720)
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	12.940	47.488
Ganhos e perdas atuariais	(493)	(530)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	197	212
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	**14.267**	**75.691**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Reservas de lucros: Outras	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2025		**654.117**	**94.852**	**252.234**	**6.928**	**95.068**	**(133.465)**	**969.734**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	–	–	(118.621)	–	–	–	(118.621)
Aumento/redução de capital	19 (a)	230.600	–	–	–	–	–	230.600
Reconhecimento pagamento em ações	19 (d)	–		–	13.663	–	–	13.663
Ações alienadas	19 (d)	–	–	–	(9.136)	–	–	(9.136)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(71.550)	–	(71.550)
Absorção adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21		–	–	(125.606)	–	–	133.465	7.859
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	147.241	147.241
Destinação do resultado:								
Reserva legal	19 (b)	–	7.362	–	–	–	(7.362)	–
Reservas estatutárias	19 (b)	–	–	63.173	–	–	(63.173)	–
JCP intercalares	19 (c)	–	–	–	–	–	(76.706)	(76.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**884.717**	**102.214**	**71.180**	**11.445**	**23.518**	**–**	**1.093.084**
Saldo em 30 de junho de 2025		**654.117**	**94.852**	**149.613**	**3.460**	**43.224**	**(57.994)**	**887.272**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	–	–	(16.000)	–	–	–	(16.000)
Aumento/redução de capital	19 (a)	230.600	–	–	–	–	–	230.600
Reconhecimento pagamento em ações	19 (d)	–		–	7.995	–	–	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(19.706)	–	(19.706)
Absorção adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21		–	–	(125.606)	–	–	133.465	7.859
Resultado do semestre		–		–	–	–	33.975	33.975
Destinação do resultado:								
Reserva legal	19 (b)	–	7.362	–	–	–	(7.362)	–
Reservas estatutárias	19 (b)	–	–	63.173	–	–	(63.173)	–
JCP intercalares	19 (c)	–	–	–	–	–	(38.911)	(38.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**884.717**	**102.214**	**71.180**	**11.445**	**23.518**	**–**	**1.093.084**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do semestre/exercício	33.973	147.241
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	435.370	427.335
Resultado de equivalência patrimonial	(8.240)	(20.321)
Amortizações	8.761	16.828
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	257	6.547
Lucro líquido ajustado	**470.121**	**577.630**
Variações de ativos e passivos	**(309.683)**	**(348.157)**
Variação em títulos e valores mobiliários	(307.188)	(451.600)
Variação em operações de crédito	(972.133)	(1.410.453)
Variação em outros créditos	(1.662.177)	(2.380.149)
Variação em outros valores e bens	11.059	(18.648)
Variação em instrumentos financeiros derivativos	(12.721)	45.061
Variação em depósitos interfinanceiros	20.206	350.391
Variação em depósitos a prazo	(51.860)	355.823
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.002.156	1.319.882
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	440.278	768.723
Variação em outras obrigações	1.804.985	2.089.622
Caixa consumido pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(142.009)	(248.085)
Juros sobre captação de recursos pagos	(440.278)	(768.723)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**160.438**	**229.473**
Imobilizado e intangível	(44.351)	(69.016)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(44.351)**	**(69.016)**
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(16.000)	(155.127)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(16.000)**	**(155.127)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**100.088**	**5.331**
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(257)	(6.547)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	118.601	219.648
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	218.432	218.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social realizar financiamentos para aquisição de bens, serviços e capital de giro, a prestação de serviços de conta de pagamento, emissão e gestão de instrumentos de pagamento, e facilitação de transferências, bem como a execução de remessas de fundos, conversão entre moeda física, escritural e eletrônica, conforme regulamentos do Banco Central. A Instituição é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.
Inserida na vertical de Bank, é uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.
A Instituição possui a seguinte participação:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025 Participação (%) Direta
ConectCar	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pelo BACEN.
As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme o artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os novos critérios estabelecidos pela norma deverão ser aplicados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2025. A Administração optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, contudo, em algumas notas explicativas disponibilizamos os dados históricos de 01/01/2025.
O impacto da adoção inicial, relativo às perdas esperadas e mudança de prazo de stop accrual para 90 dias, estão reconhecidos em contrapartida do Patrimônio Líquido.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Resolução CMN nº 5.185/24, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: altera a Resolução nº 4.818/20, tornando obrigatória a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, registradas como companhias abertas que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), onde a Instituição se enquadra.
Conforme faculta a Resolução CMN nº 5.185/24, a Instituição irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do exercício de 2028.

continua →

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:19:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resolução BCB n° 352/23, aplicável a partir de 01 de janeiro 2025 - Operações de Hedge: a Resolução BCB n° 352/23 é adotada pela Instituição desde 01 de janeiro de 2025. Todavia, no tocante às operações de hedge, a resolução estabelece que a reclassificação dessas operações para as novas categorias somente ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2027.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

No dia 17 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias (operações inadimplidas) mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência, com o objetivo de alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de créditos e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e não tenham disso deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IRPJ e da CSLL à razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. Ainda para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

Adicionalmente às restrições de dedutibilidade mencionadas, destacamos o cronograma de majoração da alíquota da CSLL. Durante o exercício de 2025, a alíquota permanece fixada em 15%. No entanto, conforme a nova política de ajuste fiscal, está prevista uma elevação gradual: a alíquota passará para 17,5% em 2026, atingindo o patamar definitivo de 20% a partir de 2028. Esse escalonamento visa equilibrar a carga tributária do setor à medida que as novas regras de apuração de perdas e arrendamento mercantil entram em vigor.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os modelos de negócios e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, conforme a Resolução CMN n° 4.966/2021:

Ativos financeiros ao custo amortizado (CA):

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"):

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificas.

Valor justo no resultado ("VJR"):

Operações que sejam geridas dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja gerar retorno somente pela venda. Operações que não se enquadrem nas categorias anteriores ("categoria residual").

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2025.

3.2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

São aplicadas as disposições constantes da Resolução BCB nº 352/2023. As operações de crédito com cartões de crédito e de crédito direto ao consumidor, são registradas a valor presente, calculado "pro rata die" com base na taxa de juros efetiva, até o momento em que o instrumento se caracterizar como ativo problemático. Um ativo é designado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou de algum evento que se caracterize como inadimplência (default).

Os ativos financeiros relativos a transações de pagamentos são recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

3.2.3 TAXA DE JUROS EFETIVA

Os ativos mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, equalizando o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A Instituição optou por método diferenciado de apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro. Além disso, optou pelo não reconhecimento dos custos imateriais, conforme disposto no art. 13 da Res. BCB nº 352/23.

3.2.4 PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina a adoção de modelo de perdas esperadas, no qual reconhecemos as perdas esperadas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras ("forward looking").

A Instituição alocou os instrumentos financeiros em três estágios:

• Estágio 1: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis para o horizonte de 12 meses em cenário de operações em dia ou com pouco atraso (menos de 30 dias).

• Estágio 2: Apuração da perda de crédito esperada considerando os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro em cenário com aumento significativo do risco de crédito.

• Estágio 3: Apuração da perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação de crédito, cenário em que eventos de inadimplência foram materializados (incluindo, mas não se limitando, a atrasos superiores a 90 dias, recuperações judiciais ou extrajudiciais, etc.). Para os instrumentos alocados nesse estágio, A Instituição aplicará os níveis de provisão mínimos estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito nos ativos financeiros inadimplidos, conforme determinado pelo Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023 ou seu modelo interno, aplicando aquele que resultar em um nível de provisão maior.

3.2.5 ATIVO PROBLEMÁTICO E "STOP ACCRUAL"

As rendas das operações de crédito vencidas após 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no estágio 3, que posteriormente, deixarem de ser caracterizadas como ativo com problema de recuperação de crédito, podem ser realocadas para o estágio 1 ou 2.

A provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

3.2.6 BAIXA DE ATIVO FINANCEIRO

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

• Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou;
• O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.
• Dado os estudos feitos pela Instituição, o write-off (período de reconhecimento de não recuperação do valor) foi definido em 18 meses (540 dias), sendo três meses de atraso mais 15 meses até o lançamento a prejuízo e o valor da LGD considerando o desempenho de recuperação até 60 meses.

3.2.7 RENEGOCIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

As renegociações são os acordos que impliquem em alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

As reestruturações implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração do crédito. Não havendo até o momento operações classificadas como reestruturadas. Conforme faculdade prevista na Resolução CMN nº 5.146/24, na classificação de operações reestruturadas, iremos utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação para apuração do valor presente dos fluxos de caixas contratuais reestruturados até dezembro de 2026.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4 ATIVO INTANGÍVEL

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Instituição reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.5 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de depósitos interfinanceiros e a prazo, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.6 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.7 RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 90º dia de atraso; após o 90º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.8 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- da realização dos tributos diferidos;
- das provisões e contingências para processos judiciais; e
- perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório encontra-se disponível no site da Porto Seguro (https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/conglomerado-prudencial/).

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por parte do tomador, emissor ou contraparte, emissor ou contraparte nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência, provisões, recuperação de crédito, concentração da carteira e a relação entre despesas e receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A mensuração da provisão de Risco de Crédito é realizada com base na probabilidade de inadimplência (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD), perda dada a inadimplência (LGD) e concentração de tomadores, em conformidade com as regulamentações vigentes, como a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100,0% em risco soberano.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução BCB nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Instituição, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:21:05 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Instituição, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Instituição implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basiléia apurados de acordo com as normas do BACEN.

Capital regulamentar	Dezembro de 2025
Nível I	**1.837.020**
Capital principal (*)	1.452.672
Capital complementar	384.349
Nível II	**622.953**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	622.953
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	**2.459.973**
Exigibilidades ponderadas pelo risco:	
De crédito	20.469.556
De mercado	53.935
Operacional	2.014.314
Ativos ponderados pelo risco (B)	**22.537.805**
Patrimônio de referência mínimo requerido (C) (*)	2.366.470
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	**93.504**
Índice de capital (A/B)	**10,91%**

(*) Em dezembro de 2025, a Porto Seguro S.A. efetuou aportes na Portoseg CFI S.A. para reforço do Patrimônio de Referência. Tais movimentações visam assegurar a manutenção dos índices regulatórios nos níveis exigidos. Por estarem em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil, esses valores não compõem a posição oficial demonstrada no quadro acima. O reconhecimento deste montante, para fins no cálculo do PR, ocorrerá tão logo as aprovações sejam publicadas pelo Regulador.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	114.580
Depósitos bancários	103.852
	218.432

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Dezembro de 2025	
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	**Acima de 1 ano**	**Total**
Fundos abertos		
Cotas de fundos de investimentos	305.821	305.821
Fundos exclusivos		
LFTs	65.939	65.939
Carteira própria		
LFTs - privada	238.929	238.929
	610.689	**610.689**

Os títulos e valores mobiliários avaliados ao valor justo são classificados como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO MENSURADAS A CUSTO AMORTIZADO

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

Operações de crédito	Dezembro de 2025
Cartão de crédito (*)	5.629.616
Financiamentos	1.007.974
Empréstimos	1.994.829
	8.632.419
Circulante	**7.491.675**
Não Circulante	**1.140.744**

(*) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

Setor privado	Dezembro de 2025
Pessoas físicas	7.776.930
Comércio	15.499
Intermediadores financeiros	28.054
Indústria	53
Outros serviços (*)	811.883
	8.632.419

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025
A vencer	
Até 90 dias	1.430.930
De 91 a 360 dias	2.337.010
Acima de 360 dias	2.214.819
Vencidos	
Até 14 dias	125.296
Acima de 14 dias	2.538.913
	8.646.969

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2025
1 a 10 maiores devedores	123.403
11 a 60 maiores devedores	83.665
61 a 160 maiores devedores	85.332
Demais devedores	8.340.019
	8.632.419

(e) POR ESTÁGIOS

	Estagio 1	Estagio 2	Estagio 3	Dezembro de 2025
Cartão de Crédito	923.596	1.263.288	3.442.733	5.629.616
Financiamentos	784.298	130.181	93.495	1.007.974
Empréstimos	1.721.195	140.735	132.899	1.994.829
Total	**3.429.088**	**1.534.204**	**3.669.127**	**8.632.419**
(–) Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	(50.960)	(228.859)	(2.826.782)	**(3.106.601)**
Líquido de Provisão				**5.525.818**

(f) TRANSFERÊNCIA ENTRE OS ESTÁGIOS

	1º Janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Const./ Reversão	Write-Off	dez/25
Estágio 1	**79.220**	**–**	**(108.778)**	**(3.539)**	**–**	**43.886**	**2.252**	**37.946**	**(26)**	**50.960**
Cartão de crédito	32.227	–	(85.321)	(2.264)	–	41.563	1.040	25.003	—	12.248
Empréstimo	29.478	–	(18.008)	(917)	–	990	731	19.622	(21)	31.874
Financiamento	17.515	–	(5.449)	(358)	–	1.333	481	(6.679)	(5)	6.838
Estágio 2	**275.786**	**(43.885)**	**–**	**(966.365)**	**108.778**	**–**	**71.347**	**788.955**	**(5.757)**	**228.859**
Cartão de crédito	260.861	(41.562)	–	(917.976)	85.321	–	12.757	815.780	(5.367)	209.814
Empréstimo	8.852	(990)	–	(37.271)	18.008	–	24.558	227	(59)	13.325
Financiamento	6.074	(1.333)	–	(11.118)	5.449	–	34.033	(27.052)	(331)	5.721
Estágio 3	**1.312.842**	**(2.252)**	**(71.347)**	**–**	**3.539**	**966.365**	**–**	**1.227.709**	**(610.074)**	**2.826.782**
Cartão de crédito	1.228.473	(1.040)	(12.757)	–	2.264	917.976	–	1.074.904	(556.784)	2.653.035
Empréstimo	45.760	(731)	(24.558)	–	917	37.271	–	70.496	(28.284)	100.871
Financiamento	38.610	(481)	(34.033)	–	358	11.118	–	82.309	(25.006)	72.876
	1.667.848	**(46.136)**	**(180.125)**	**(969.904)**	**112.317**	**1.010.250**	**73.599**	**2.054.609**	**(615.857)**	**3.106.601**
Circulante										**3.017.966**
Não Circulante										**88.636**

(g) RENEGOCIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

Carteira - C5	Dezembro de 2025
Operações renegociadas ativas	1.829.376
Operações recuperadas da baixa a prejuízo	530.174
Write-Off	**90.592**

10. OUTROS CRÉDITOS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025
Cartão de crédito (i)	15.040.220
Depósitos judiciais	5.150
Cessão de direitos creditórios	44.937
Impostos a compensar	279.143
Transações com partes relacionadas (ii)	9.237
Adiantamento a fornecedores e funcionários	5.827
Outros	22.785
	15.407.299
Circulante	**15.402.149**
Não Circulante	**5.150**

(i) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes. (Vide nota explicativa nº 15).

(ii) Vide nota explicativa nº 27.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	188.146
Diferenças temporárias decorrentes de:	
Provisão para riscos de créditos	634.870
IRPJ e CSLL sobre Provisão para programa Fidelidade	84.773
Provisão de participação de lucros	20.135
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	5.614
Outras provisões	26.592
	960.141

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em..	436.309	140.678	55.567	54.370	54.357	54.338	54.327	110.195	**960.141**

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º semestre de 2025	Dezembro de 2025
Resultado após participações nos resultados, antes do IRPJ e da CSLL (A)	(70.998)	80.195
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	**28.400**	**(32.078)**
Juros sobre capital próprio	15.563	30.682
Doações/ incentivos	(1.453)	–
Equivalência patrimonial	3.296	8.128
Depósitos judiciais	951	1.769
Participação nos lucros - administradores	(5.626)	(7.181)
Outros	63.843	65.726
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**76.574**	**99.124**
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	**104.974**	**67.046**
Taxa efetiva (D/-A)	**147,9%**	**(83,6)%**

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Resultado equivalência patrimonial	Dezembro de 2025
ConectCar	20.321	**149.508**
Combinação de negócios (*)	–	**36.389**
	20.321	**185.897**

(*) Ativos contemplados nos investimentos da Instituição referem-se à combinação de negócios celebrada em contrato em junho de 2021 com a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar").

13. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Dezembro de 2025 Saldo Líquido
"Software"	6,67 a 20,00	115.391	(15.993)	**99.398**
Ágio - ConectCar (i)		43.974	(43.974)	**–**
		159.365	**(59.967)**	**99.398**

(i) Vide nota explicativa nº 12.

14. DEPÓSITOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS (CUSTO AMORTIZADO)

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2025
Recursos de letras financeiras (*)	169.818	540.997	2.157.708	2.453.647	5.322.170
Depósitos a prazo - CDB	109.289	132.114	341.665	388	583.456
Depósitos interfinanceiros - DI	350.391	–	–	–	350.391
	629.498	**673.111**	**2.499.373**	**2.454.035**	**6.256.017**
Circulante					1.302.609
Não circulante					4.953.408

(*) Captação de recursos remunerados ao CDI.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se à participação nos lucros dos funcionários e dos dividendos a pagar.

16.2 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2025
Cofins	17.325
Imposto de renda	6.080
INSS	4.869
ISS	3.339
PIS	2.963
Contribuição social	908
Outros	779
	36.263

16.3 PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	Dezembro de 2025
Fornecedores	133.079
Partes relacionadas (*)	45.874
Comissão a pagar	12.972
Provisão de benefícios a empregados	11.585
Outros	224
	203.734

(*) Vide nota explicativa 27.

16.4 PROVISÕES JUDICIAIS

16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025
Fiscais (i)	–
Cíveis	9.718
Trabalhistas	3.339
	13.057

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. (i) O risco total estimado desta ação referia-se ao questionamento, no âmbito fiscal, à exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

16.4.2 POSSÍVEIS

A Instituição é parte em outras ações de naturezas tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025
Cíveis	6.781
Fiscais	3.618
Trabalhistas	184
	10.583

16.5 DIVERSAS

	Dezembro de 2025
Operações com cartão de crédito	3.103.125
Programa de incentivo - cartão de crédito	188.386
Benefícios Pós-Emprego (*)	2.081
Outras	41.080
	3.334.672
Circulante	3.332.591
Não Circulante	2.081

(*) Vide nota explicativa 26.2.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Dezembro de 2025
Parcela efetiva - valor justo	
Contrato de "swap"	(1.576.654)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	1.620.928
Total (A)	**44.274**
Parcela Inefetiva (B)	**(354)**
Estratégias - Curva	
Contrato de "swap"	(2.173.538)
Hedge de captações	2.233.111
Total (C)	**59.573**
Instrumentos financeiros (A+C)	103.847
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	43.920
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	24.156

18. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

O saldo refere-se principalmente ao passivo diferido sobre instrumentos financeiros derivativos de "swap", conforme nota explicativa nº 17.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 884.717, dividido 21.532.039 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, ocorreu a deliberação de aumento de capital a integralizar durante o ano de 2026, no montante de R$ 130.000.

Os aumentos de capital realizados nas Assembleias Gerais e Extraordinárias ocorridas no período, ainda em aprovação junto ao Banco Central do Brasil, foram os seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
28 de novembro de 2025	80.000	1.825.606
12 de dezembro de 2025	20.600	414.560
31 de dezembro de 2025	130.000	2.616.153
	230.600	**4.856.319**

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R$ 102.214.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R$ 71.180.

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2025, a Administração da Instituição aprovou, em reuniões da Diretoria, a

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:21:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (DMO de 2024)	**Valor Aprovado**
27 de fevereiro de 2025	4.379
Dividendos (reserva de lucros)	**Valor Aprovado**
27 de fevereiro de 2025	42.621
28 de abril de 2025	30.000
29 de maio de 2025	20.000
30 de junho de 2025	10.000
29 de agosto de 2025	16.000
Total	**118.621**
Total Dividendos	**123.000**
JCP (destinação de 2025)	**Valor Aprovado**
25 de março de 2025	18.750
30 de junho de 2025	19.047
30 de setembro de 2025	19.329
31 de dezembro de 2025	19.580
Total JCP	**76.706**

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025
Lucro líquido do exercício	**147.241**
Reserva legal - 5%	(7.362)
Resultado básico para determinação do dividendo	**139.879**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	34.970
JCP distribuído - líquido (*)	65.200
Total de dividendos e JCP distribuídos	**65.200**
Total por ação (R$)	3,875
Quantidade de ações	16.828

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Instituição, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Saldo inicial	**6.927**
Diferimento do exercício	13.663
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(9.136)
Saldo final	**11.454**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**37,84**

	Quantidade Dezembro de 2025
Saldo inicial	**314**
Diferimento do exercício	283
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(231)
Saldo final	**366**

20. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Cartão de crédito	1.270.728	2.445.161
Financiamentos	231.583	456.424
Empréstimos	154.835	274.447
Juros de mora	7.045	14.349
	1.664.191	**3.190.381**

21. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Despesas letras financeiras	(382.510)	(649.792)
Despesas de depósitos a prazo	(45.361)	(80.226)
Despesas depósitos interfinanceiros	(12.406)	(38.705)
Outros	(378)	(631)
	(440.655)	**(769.354)**

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Receita de "interchange" (*)	494.734	942.812
Tarifas - "private label"	258.285	511.227
Outras	31.775	55.273
	784.794	**1.509.312**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

22.1 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Processamento de dados e comunicação	(274.929)	(487.477)
Custo corporativo	(76.910)	(160.546)
Infraestrutura	(6.375)	(12.671)
Divulgações e publicidade	(133)	(449)
Outras	(25.535)	(46.933)
	(383.882)	**(708.076)**

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
COFINS	(88.481)	(168.886)
ISS	(18.107)	(33.597)
PIS	(14.379)	(27.446)
IOF	(2.490)	(5.227)
Outros	(2)	(37)
	(123.459)	**(235.193)**

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Receitas de incentivo - cartão de crédito	70.075	85.547
Receita de variação cambial	33.482	56.292
Contingências	10.627	11.570
Outras	4.039	11.908
	118.223	**165.317**

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Despesas com recuperação	(549.978)	(1.312.884)
Programa de fidelização	(160.091)	(291.102)
Desconto concedido	(145.012)	(289.166)
Despesas bancárias e de cobrança	(106.215)	(238.091)
Certificações	(106.039)	(208.849)
Comissões	(32.356)	(60.588)
Outras (*)	(130.781)	(196.413)
	(1.230.472)	**(2.597.093)**

(*) Refere-se, principalmente a despesas com promoções e benefícios a clientes.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

26.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 292 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R$ 2.419 em 31 de dezembro de 2025.

26.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.594
Custo dos benefícios	113
Custo de juros	274
Benefícios pagos	(511)
Ganho atuarial sobre a obrigação	574
Outros	37
Saldo final do passivo	**2.081**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%
Inflação médica (a.a.)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com as empresas do Grupo;
(ii) Seguro prestamista com a Porto Cia;
(iii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e *headcount* entre elas;
(iv) Serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(v) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
(vi) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
(vii) Serviços de assistência automotiva (remoções de veículos apreendidos), pela Porto Assistência;
(viii) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes do cartão Porto;
(ix) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; e
(x) Serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Gestora e Porto Asset Management.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo Dezembro de 2025	**Passivo Dezembro de 2025**
Porto Consórcio	5.810	–
Porto Serviços	2.315	–
Porto Capitalização	653	–
Porto Vida e Previdência	257	–
Portopar	170	–
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	32	–
Crediporto	–	198
Porto Cia	–	45.676
	9.237	**45.874**

	Receitas Dezembro de 2025	**Despesas Dezembro de 2025**
Porto Cia	58.531	(311.451)
Porto Consórcio	28.410	(183)
Azul Seguros	7.454	–
Porto Capitalização	2.788	(795)
Porto Serviço (ii)	2.458	(128)
CDF S.A (ii)	1.594	(33)
Portopar	1.519	–
Porto Vida e Previdência	929	–
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	172	–
Porto Serviços e Comércio	6	(5.045)
Proteção e Monitoramento	3	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	(273)
Porto Atendimento	–	(73.761)
Porto Saúde	–	(7.790)
Crediporto	–	(63.847)
Porto Assistência Participações	–	(608)
	103.864	**(463.914)**

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviços e Negócios S.A.
(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência junto com a CDF S.A foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg.

27.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Participação nos lucros - administradores	(18.363)	(18.363)
Honorários e encargos	(4.229)	(4.229)
	(22.592)	**(22.592)**

28. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre de 2025	**Dezembro de 2025**
Resultado atribuível aos acionistas da Instituição	33.973	147.241
Média ponderada do número de ações durante o semestre/exercício	16.828	16.828
Resultado por ação básico e diluído	2,0189	8,7498

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no exercício, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA
Diretora Executiva de Gente e Cultura

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

PAULO SÉRGIO DE CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às referidas demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.2.4 e 9 (e) e (f), a Instituição possuía provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R$ (3.106.601) mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:20:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nºs 3.2.4 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("CoAud" ou "Comitê") é um órgão estatutário, de caráter permanente, com autonomia operacional e dotação orçamentária própria, instituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022 da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), como líder do Conglomerado Prudencial Porto Seguro ("Conglomerado").

Para cumprir sua missão, o colegiado é estruturado com uma composição de 3 a 5 membros, cujos perfis são criteriosamente selecionados para atender aos mais elevados padrões de independência e competência técnica. Esse rigor reflete o compromisso do Conglomerado e de todo o Grupo Porto com o as normas vigentes.

Em linha com o compromisso de rotatividade e cumprimento estatutário, registramos o encerramento do mandato da Sra. Cynthia Nesanovis Catlett em 15 de dezembro de 2025. O processo seguiu os prazos de permanência previstos no Estatuto Social, Regimento Interno do Comitê e legislação vigente. O Conglomerado já está em processo de recomposição de seu quórum de atuação, que atualmente conta com a seguinte composição: Sra. Lie Uema do Carmo, Coordenadora do Comitê e membro desde 21 de agosto de 2023; e Sr. Eduardo Rogatto Luque, membro externo qualificado, eleito desde 31 de março de 2022.

Ao Comitê compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas ao Conglomerado, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras ("DFs") do Conglomerado; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

Ademais, no desempenho de suas atribuições, o Comitê se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de contabilidade, com os auditores internos e auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*.

O 2º semestre de 2025 foi marcado por uma atuação diligente do Comitê, representada em 9 reuniões, que, somadas `as 6 reuniões do 1º semestre, totalizam 15 encontros ao longo do exercício de 2025. E, com base nessa estrutura de governança e transparência, destacam-se abaixo os principais temas que ocuparam a agenda do Comitê no 2º semestre de 2025:

1. Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos: ao longo do 2º semestre de 2025, o Comitê de Auditoria supervisionou diligentemente as áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, fundamentando sua atuação no conceito de *Combined Assurance* para garantir a convergência entre os planos de Riscos e Auditoria Interna. O Comitê monitorou o avanço na maturidade das matrizes de riscos, com ênfase na resiliência digital, monitoramento preditivo de sistemas e segurança institucional no combate a fraudes. Ainda, o Comitê acompanhou proativamente o cenário regulatório e o relacionamento com autoridades supervisoras, assegurando a conformidade normativa e a transparência nas projeções estratégicas e planos de solvência. A governança é fortalecida pela integração direta com a Diretoria do Conglomerado e com o Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Conselho"), holding do Grupo Porto que controla o Conglomerado, por intermédio da Coordenadora, Sra. Lie Uema do Carmo, que também integra o Comitê de Risco Integrado da Porto Seguro S.A., refletindo um ambiente de controle rigoroso e adaptável, essencial para a perenidade e sustentabilidade do Conglomerado frente às complexidades macroeconômicas e regulatórias.

2. Gestão Jurídica e Regulatória - Temas de Interesse: o Comitê de Auditoria também teve acesso a gestão do contencioso e das contingências, observando indicadores de eficiência. A agenda estratégica focou na preparação para a Reforma Tributária, com monitoramento do mapeamento de impactos e adequação sistêmica para garantir segurança jurídica e neutralidade tributária. Adicionalmente, acompanhou proativamente o cenário legislativo, com destaque para a Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025). Essa atuação, conduzida por grupos multidisciplinares, busca a prontidão do Conglomerado frente às mudanças normativas, reforçando a resiliência institucional e a proteção do patrimônio em um ambiente dinâmico.

3. Estratégia de Negócios e Visão da Vertical Financeira: houve o acompanhamento da execução da estratégia de longo prazo, com foco na evolução da vertical financeira e no equilíbrio entre crescimento e rentabilidade. As discussões sobre risco de crédito reforçaram a disciplina na concessão e o uso intensivo de dados para qualificação de safras e redução da inadimplência no ecossistema do Conglomerado e do Grupo Porto. No campo tecnológico, o Comitê supervisionou a migração de plataformas e a transformação digital, que prioriza a resiliência operacional e a experiência do cliente. O colegiado monitorou ainda revisões de parcerias estratégicas, além de manter vigilância sobre mudanças legislativas e planos de ação de auditorias. A supervisão contínua pretende auxiliar que a transformação dos modelos de negócio ocorra sob diretrizes de governança e controle.

4. Tecnologia, Segurança da Informação e Inovação: foi mantido um acompanhamento sobre a arquitetura tecnológica e os protocolos de cibersegurança, supervisionando iniciativas que elevam a maturidade de proteção frente ao cenário global de ameaças. No campo da inovação, o Comitê focou na adoção responsável pelo Conglomerado da Inteligência Artificial ("IA"), com o estabelecimento de barreiras de segurança, diretrizes éticas e frameworks de governança para garantir a auditabilidade das novas tecnologias. A diligência incluiu visitas presenciais dos membros à estrutura de *data center* do Grupo Porto. Essas ações buscam verificar que a evolução digital do Conglomerado possar ocorrer com transparência, resiliência e confiança.

5. Auditoria Independente: a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") é a responsável pela auditora externa das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, das sociedades que integram o Conglomerado Prudencial, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis. O Comitê realizou reuniões trimestrais com os auditores para discutir o planejamento anual, os riscos identificados e a estratégia de mitigação adotadabem como para discussão e monitoramento das informações financeiras e das Notas Explicativas. Neste ciclo, o Comitê acompanhou a evolução para uma abordagem de auditoria baseada na confiança no ambiente de controles internos. Ao final do período, o Comitê de Auditoria confirmou que a EY manteve sua independência e objetividade, conduzindo os trabalhos com a diligência esperada.

6. Auditoria Interna: foi supervisionado o cumprimento do plano de trabalho da Auditoria Interna para 2025, com foco em segurança tecnológica e conformidade financeira. Houve a avaliação formal anual da Auditoria Interna realizada pelo Comitê de Auditoria, para avaliar, dentre outros, a autonomia, a independência e o rigor técnico. Pelo terceiro ano consecutivo, a Auditoria Interna foi reconhecida com a premiação "IIA May", refletindo o compromisso com o padrão "*Best In Class*" e fóruns globais de melhores práticas. A excelência operacional foi potencializada pela consolidação do sistema *TeamMate* e pelo lançamento do plano estratégico *Visioning* 2025-2030. Essas iniciativas, somadas aos investimentos em capacitação, buscam assegurar que a Auditoria Interna permaneça resiliente e integrada às demais esferas de monitoramento, contribuindo na proteção do valor e da governança do Conglomerado.

7. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: em suas comunicações ao Comitê, as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento significativo de legislação, regulamentação ou normas internas.

8. Governança e Sustentabilidade: foi intensificada a supervisão da agenda ambiental do Conglomerado, com a validação de diagnósticos que incluíram visitas técnicas e auditorias documentais. Esse escopo buscou avaliar a conformidade das estruturas operacionais frente às normas legais vigentes, para que que o crescimento operacional da Vertical Financeira esteja em harmonia com a preservação e a responsabilidade ambiental. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o Comitê teve a oportunidade de recomendar a transversalidade das análises de conformidade ambiental entre as diferentes linhas de defesa da organização, abordagem esta que fortalece a dedicação à agenda ESG, unindo a expansão da Vertical Financeira ao cumprimento dos requisitos de sustentabilidade, com vistas a gerar valor de longo prazo para a sociedade.

9. Ouvidoria e Canais Éticos: foram avaliadas as atividades da Ouvidoria, focando na integração da Vertical Financeira e na eficácia da resolução de conflitos como ferramenta de governança. O monitoramento de indicadores e de plataformas externas confirmou a sólida reputação do Conglomerado e a satisfação em produtos de crédito e serviços digitais. No âmbito da integridade, a governança dos Canais Éticos foi fortalecida com novos protocolos de segurança, mitigando riscos de conduta e protegendo a cultura organizacional. Adicionalmente, acompanhou-se o uso de inovações tecnológicas para segurança operacional e proteção do patrimônio. Essa atuação conjunta assegura que as demandas dos clientes e os reportes éticos sejam transformados em insumos estratégicos para a gestão de riscos e sustentabilidade da marca.

10. Demonstrações Financeiras: o Comitê reuniu-se em 03 de fevereiro de 2026 com a área de Controladoria para análise do desempenho e das DFs da Portoseg, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. O Comitê também se reuniu com a Auditoria Independente em 04 de fevereiro de 2026 e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras do período. Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas nos períodos e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras da Portoseg estão prontas para serem apreciadas pelos respectivos órgãos sociais das empresas do Conglomerado.

11. Outras Atividades: o Comitê manteve uma agenda ativa de diálogos estratégicos em 2025, destacando-se os encontros periódicos com o Diretor Presidente e com o Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., além do CEO da Vertical Financeira. Essas agendas permitiram o alinhamento sobre desafios de negócio e visões setoriais. A diligência incluiu verificações *in loco*, como a visita à Porto Uruguai, com interação com o regulador local e busca de validação da maturidade de controles. No Brasil, os membros inspecionaram o *Data Center* e as estruturas de Segurança de TI. Visitas a bases de treinamento e áreas operacionais completaram a agenda, assegurando uma compreensão prática dos processos e reforçando a conexão entre a supervisão do Comitê e a realidade estratégica do Grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO COMITÊ DE AUDITORIA: O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com a Controladoria para apreciar as Demonstrações Financeiras da Portoseg, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Concomitantemente, recebeu as referidas demonstrações financeiras e as discutiu com os auditores independentes. Ao final do processo, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento, debateu o relatório dos auditores independentes, e constatou a inexistência de divergência entre a administração, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Portoseg. Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 estão prontas para serem apreciadas pelos respectivos órgãos sociais da Portoseg.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

LIE UEMA DO CARMO
Coordenadora
EDUARDO ROGATTO LUQUE
Membro Externo

Porto Seguro

Imprevistos fazem parte do negócio.

Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.

Transportes | Empresa | Eventos | Resp. Civil | Agronegócio | Auto Frota | Vida Empresarial | Condomínio | Máquinas e Equipamentos

Todo cuidado é Porto.

Baixe o app e fale com seu Corretor.

Informações reduzidas. Consulte as condições gerais de cada produto no site portoseguro.com.br/para-empresas. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. CNPJ 61.198.164/0001-60

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:20:52 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

TEATRO Porto

Nos palcos e na vida,
a gente tá sempre junto.

Mel Lisboa no espetáculo
Rita Lee - Uma autobiografia Musical
De volta ao Teatro Porto, a partir do dia 17/04.

Alameda Barão de Piracicaba, 740
Campos Elíseos, São Paulo - SP, 01216-012

/teatroporto

Todo cuidado é Porto.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:18:50 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 6CCEF201-2C76-4567-9943-9436C90C8DF5

Todo cuidado é Porto.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 23:19:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/